

LUCAS SCHWEITZER

OS SENTIDOS DO TRABALHO PARA TRABALHADORES
INFORMAIS EM SITUAÇÃO DE RUA

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção de grau de mestre em Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Mestrado, Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Suzana da Rosa Tolfo

FLORIANÓPOLIS, SC
2017

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Schweitzer, Lucas

Os sentidos do trabalho para trabalhadores
informais em situação de rua / Lucas Schweitzer ;
orientadora, Suzana da Rosa Tolfo - SC, 2017.
231 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de
Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Psicologia,
Florianópolis, 2017.

Inclui referências.

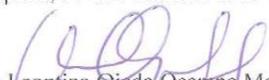
1. Psicologia. 2. Sentidos do Trabalho. 3.
Trabalho Informal. 4. Trajetórias Laborais. 5.
Pessoas em Situação de Rua. I. da Rosa Tolfo,
Suzana. II. Universidade Federal de Santa Catarina.
Programa de Pós-Graduação em Psicologia. III. Título.

Lucas Schweitzer

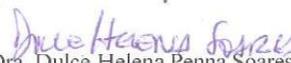
Os sentidos do trabalho para trabalhadores informais em situação de rua

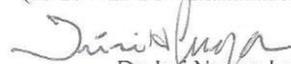
Dissertação aprovada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina.

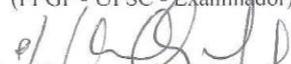
Florianópolis, 14 de Fevereiro de 2017.


Dra. Carmen Leontina Ojeda Ocampo Moré
(Coordenadora - PPGP/UFSC)


Dra. Suzana da Rosa Tolfo
(PPGP - UFSC - Orientadora)


Dra. Dulce Helena Penna Soares
(PPGP - UFSC - Examinadora)


Dr. Iuri Noyaes Luna
(PPGP - UFSC - Examinador)


Dra. Vanessa Andrade de Barros
(PPGPsi - UFMG - Examinadora)

Dr. Narbal Silva
(PPGP - UFSC - Suplente)

Dedico este estudo a minha avó, Maria Nilza Schweitzer (*in memoriam*), grande exemplo de ser humano. Toda a saudade e o carinho contidos nas boas memórias.

AGRADECIMENTOS

A construção desta dissertação perpassa pela dedicação e o cuidado de diversas pessoas. Meu maior agradecimento é para as pessoas em situação de rua, cujas histórias são aqui contadas e refletidas. Estes são os grandes protagonistas deste estudo. As palavras trazidas, ao mesmo tempo em que viabilizaram esta pesquisa, também modificaram minha história. Um muito obrigado!

À minha família “de casa”, por todo o afeto demonstrado em cada palavra, em cada momento e por terem feito quem eu sou. Obrigado pelo incentivo para buscar todos os meus sonhos. Por entenderem as ausências e as aflições do caminho. Por oferecerem sempre um lugar seguro e cheio de amor. Vocês são meu maior orgulho, a melhor parte da minha vida. Amo vocês mais tudo nesse mundo. Obrigado Sulamita, Paulo, Paula, Matheus, Miguel (que nasceu durante o mestrado, dando mais brilho a esse momento e a minha vida) e Vitor. Também à Catarini, irmãzinha-prima que acompanhou cada passo desta produção.

À Aline Alflen Schmitt, meu amor, que acompanhou muitas ausências e “presenças-ausentes”. Você acreditou neste projeto e em mim desde o início. Esta dissertação é também sua. Obrigado por me ouvir falar exaustivamente sobre o mesmo assunto, por acompanhar “do lado” todos os momentos de ansiedade, por embarcar nos meus sonhos e fazer deles seus. Tenho muita sorte de ter você na minha vida e ao meu lado.

Gratidão a minha orientadora Suzana da Rosa Tolfo. Pelo olhar carinhoso, pela palavra que traz reflexão, pelo abraço sincero, por me deixar “andar com minhas próprias pernas”, mas sempre mostrando caminhos possíveis. Você é um exemplo e uma inspiração como profissional e pessoa. Obrigado por me apresentar a Psicologia das Organizações e do Trabalho que hoje pratico, por me fazer acreditar na minha capacidade. Agradeço imensamente por permitir, desde o início, essa aventura por um tema que me é tão caro. Tenho muito orgulho de ser seu orientando!

Agradeço a disponibilidade e a atenção de todos os trabalhadores do Centro Pop, que tão bem me receberam, sempre com um sorriso acolhedor, de fazer “sentir em casa”. Esta dissertação conta com o olhar e a paciência de cada um de vocês, que mostraram que as dificuldades do dia a dia não são impeditivas de um trabalho ético e com cuidado. Vocês são guerreiros!

Aos amigos do PPGP: Mariana, por ser uma pessoa tão maravilhosa. Hellen, exemplo de profissional capaz e de dedicação aos

objetivos. Thais, pela positividade e pelas reflexões certeiras. Andresa, pelo sorriso e pelas palavras. À Leila, Tiago, Gustavo e Milena: foi muito bom fazer parte de uma turma tão talentosa, afetuosa e competente. Agradeço também aos colegas do NETCOS e do NEPPOT.

À Júlia, parceira desde o primeiro dia, irmãzinha de bons momentos e de publicações. Essa jornada teve mais leveza e brilho pela sua presença. Você é um ser humano maravilhoso. Obrigado pelas conversas, por dividir as angústias e também pelas conquistas, muitas ainda virão.

À Daniela Regina da Silva, umas das primeiras profissionais que acreditou no meu potencial. A palavra “gratidão” não é suficiente para exprimir o que sinto por você, que abriu tantas portas e mostrou tantas possibilidades. Você sempre será uma inspiração e um exemplo. Espero que nossos caminhos sempre se cruzem e que ainda tenhamos muitas histórias para contar.

Aos trabalhadores que fazem parte do Centro Pop de Palhoça, onde sou psicólogo atualmente. Este lugar é nascedouro de diversas discussões trazidas ao longo desta dissertação. Obrigado a todos os colegas que tornam meus dias maravilhosos.

Aos professores membros da banca Dulce Helena Penna Soares, Iúri Novaes Luna, Vanessa Andrade de Barros, Narbal Silva e Maria Chalfin Coutinho (membro da banca de qualificação) por se disponibilizarem a avaliar esta dissertação e por contribuírem com seus conhecimentos para esta pesquisa.

Agradeço à CAPES, pelo auxílio financeiro a esta pesquisa.

Seja bem-vindo à Florianóia
Cidade *Démodé*, ninguém vê o que é real
Os chiques dando palpíte na enquete do Cacau
Principais ações custam *money*
Patrocínio manipulam, prendem, corrompem os
homens
As ruas me falam que não são somente praias
São quebradas, casas, becos, morros e áreas
Reduto dos artistas, nos guetos terroristas
Corre, corre com chofer, tumulto com cambistas
E acimentam muros não só de construções
Lá vai o Nilton, minha tropa e suas discussões
Decepção, ilha bela é só em televisão
Gringo vem de avião e desemboca na ilha
No esgoto nem me vê, continente ré
Tipo do povo, tá mó sufoco, cemitério aqui tem de
rodo
Então vai embora, moleque agora para dormir não
tem hora
Lendas, contos, mitos e outras histórias
Enfim, sejam bem-vindos.
Seja bem-vindo
Seja bem-vindo à Florianóia.

Banda Arma-zen – Florianóia (2015)

Schweitzer, L. Os sentidos do trabalho para trabalhadores informais em situação de rua. Florianópolis. Dissertação de Mestrado em Psicologia – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientadora: Profa. Dra. Suzana da Rosa Tolfo.

Data da defesa: 14/02/2017.

RESUMO

As transformações no mundo do trabalho têm sido responsáveis por modificar modos de viver e subjetivar na sociedade. A presente dissertação considera esse contexto e parte do pressuposto de centralidade do trabalho e da perspectiva construcionista social para compreender os sentidos do trabalho para trabalhadores informais em situação de rua. Para isso, objetivou conhecer as vivências que levaram à situação de rua; conhecer o cotidiano de trabalho; identificar as trajetórias de vida e de trabalho; compreender as positivities, instrumentalidades e negatividades do trabalho para trabalhadores informais em situação de rua. Por meio da abordagem qualitativa, acessou pessoas em situação de rua e técnicos vinculados a um Centro de Referência Especializado em População em Situação de Rua - Centro Pop da região da Grande Florianópolis através de entrevistas semiestruturadas. Para a análise das práticas discursivas, foi utilizada a análise conjunta dos discursos extraindo as similaridades das experiências dos participantes, realizando aproximações dos conteúdos com o referencial teórico. Foram acessadas 12 pessoas em situação de rua e quatro técnicos do Centro Pop, obtendo-se um perfil heterogêneo de participantes. Quanto aos resultados do estudo, observou-se que nenhum entrevistado relatou uma motivação inicial pelo estilo de vida nas ruas. Múltiplos determinantes estiveram contingencialmente envolvidos em suas vidas e os levaram a viver na rua, tais como rompimentos de vínculos familiares, utilização de drogas, desemprego e perdas econômicas. As trajetórias laborais são permeadas por muito trabalho, com inserções precoces no mercado de trabalho. Em geral, tratam-se de pessoas com poucos recursos financeiros desde o início da vida, inseridas em processos de marginalização. Seus vínculos com o trabalho apresentam-se precários mesmo antes do início da vida na rua, o que se intensifica quando passam a utilizar da rua como espaço de moradia. Os sentidos do trabalho são predominantemente positivos, relacionados à possibilidade de satisfação e de atingir objetivos pessoais por meio do trabalho, tais como sair da rua e parar de utilizar drogas. O trabalho possui sentido importante na vida dos sujeitos, sendo

fundamental à medida que é idealizado como objetivo e entendido como elemento de dignidade e honestidade. Muitos dos sentidos do trabalho identificados remetem ao modelo considerado como o ideal socialmente, sob a forma de emprego. O trabalho informal que desenvolvem também remete a sentidos positivos, porém, é visto predominantemente como meio para garantir a subsistência imediata. Os sentidos negativos são referidos com menor frequência: alguns participantes declaram não gostar de trabalhar, o que seria maçante e monótono. Várias contradições e ambivalências ocorrem ao longo das narrativas e os sentidos dividem-se entre positivities, instrumentalidades e negatividades, o que é próprio à vida cotidiana e do momento em que os sentidos foram produzidos.

Palavras-chave: Sentidos do Trabalho. Trabalho Informal. Trajetórias Laborais. Pessoas em Situação de Rua.

ABSTRACT

Transformations in the world of work have been responsible for modifying ways of living and subjectivizing in society. The present dissertation considers this context and stands on the assumption of the centrality of the work and of the social constructionist perspective to understand the meanings of the work for informal workers in street situation. For that, the aim of this investigation is to know the experiences that led people to the street situation; know their work routine; identify life and work trajectories; understand the positivities, instrumentalities and negativities of the work for informal workers in street situation. Through the qualitative approach, this research accessed people living on the streets and technicians who were linked to a Reference Center Specialized in Population in Street Situation - Pop Center of the region of Greater Florianópolis - through semi-structured interviews. For the analysis of the discursive practices, the joint analysis of the discourses was used, extracting the similarities of the participants' experiences and making approximations of the contents with the theoretical reference. Twelve people in street situation and four technicians of the Pop Center were accessed, resulting on a heterogeneous profile of participants. Regarding the results of the study, it was observed that no interviewee reported an initial motivation for the lifestyle on the streets. Multiple determinants have been contingently involved in their lives and have led them to live on the streets, such as broken family ties, drug use, unemployment, and economic loss. The labor trajectories are permeated by hard work, with early insertions in the labor market. In general, they are people with few financial resources from the beginning of their lives, inserted in processes of marginalization. Their ties with work were precarious even before they began living on the streets, and that intensifies when they start using the street as a living space. The meanings of work are predominantly positive, related to the possibility of satisfaction and to achieve personal goals through work, such as getting off the streets and stopping using drugs. The work has important meaning in the life of the subjects, being fundamental as it is idealized as an objective and understood as an element of dignity and honesty. Many of the meanings of work identified refer to the model considered as the ideal socially, in the form of employment. The informal work they develop also refers to positive meanings, however, it is seen predominantly as a means to guarantee immediate subsistence. The negative meanings are reported less frequently: some participants declare they do not like to work, which would be dull and monotonous. Several contradictions and ambivalences

occur throughout the narratives, and the meanings are divided between positivities, instrumentalities and negativities, which is proper to daily life and the moment in which the meanings were produced.

Keywords: Meanings of Work. Informal Work. Work trajectories. People in Street Situation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Trajetória Laboral de Antônio.....	82
Figura 02 – Trajetória Laboral de Fred.....	88
Figura 03 – Trajetória Laboral de Guilherme.....	93
Figura 04 – Trajetória Laboral de José.....	96
Figura 05 – Trajetória Laboral de Marcos.....	100
Figura 06 – Trajetória Laboral de Matheus.....	105
Figura 07 – Trajetória Laboral de Murilo.....	110
Figura 08 – Trajetória Laboral de Nilton.....	114
Figura 09 – Trajetória Laboral de Tiago.....	121
Figura 10 – Trajetória Laboral de Valter.....	125

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Caracterização dos/a profissionais do Centro Pop	79
Tabela 02: Caracterização dos/a participantes	127
Tabela 03: Idade da primeira experiência laboral dos entrevistados	143
Tabela 04: Comparação entre Rosa (2005) e a presente pesquisa	146

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	23
2. INTRODUÇÃO	25
3. OBJETIVOS	33
3.1 OBJETIVO GERAL	33
3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	33
4. REVISÃO DA LITERATURA	35
4.1 TRABALHO: PERSPECTIVAS E DISCUSSÕES ACERCA DE SUA CENTRALIDADE.....	35
4.2 AS METAMORFOSES NO MUNDO DO TRABALHO NA CONTEMPORANEIDADE.....	38
4.2.1 A informalidade no trabalho	40
4.3 SENTIDOS E SIGNIFICADOS DO TRABALHO.....	44
4.3.1 Sentidos e significados do trabalho: histórico e diferentes concepções	45
4.3.2 Os sentidos do trabalho na concepção do construcionismo social	39
4.4 A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA.....	52
4.4.1 “Cercando o fenômeno”: a população em situação de rua e o trabalho	52
4.4.2 Caracterização e discussões sobre a população em situação de rua.....	58
5. CAMINHO METODOLÓGICO	67
5.1 FASE EXPLORATÓRIA DA PESQUISA.....	68
5.2 PROCEDIMENTOS DE LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES.....	70
5.3 PARTICIPANTES DA PESQUISA.....	73
5.4 ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES.....	74
5. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS.....	77
5.1 O CENTRO POP: APROXIMAÇÕES COM A REALIDADE DA POLÍTICA PÚBLICA NA PRÁTICA	77
5.1.1 Os trabalhadores do Centro Pop	78
5.2 DESCRIÇÃO DA HISTÓRIA DE VIDA E DE TRABALHO DOS PARTICIPANTES	80
5.2.1 Antônio.....	80
5.2.1.1 Cotidiano de vida e trabalho.....	83
5.2.2 Fred.....	84
5.2.2.1 Cotidiano de vida e trabalho.....	89

5.2.3 Guilherme	90
5.2.3.1 Cotidiano de vida e trabalho	94
5.2.4 José	95
5.2.4.1 Cotidiano de vida e trabalho	98
5.2.5 Marcos	99
5.2.5.1 Cotidiano de vida e trabalho	103
5.2.6 Matheus	104
5.2.6.1 Cotidiano de vida e trabalho	106
5.2.7 Murilo	107
5.2.7.1 Cotidiano de vida e trabalho	110
5.2.8 Nilton	111
5.2.8.1 Cotidiano de trabalho.....	114
5.2.9 Roni	115
5.2.9.1 Cotidiano de trabalho.....	116
5.2.10 Tereza	117
5.2.10.1 Cotidiano de vida e trabalho	119
5.2.11 Tiago	120
5.2.11.1 Cotidiano de trabalho	122
5.2.12 Valter	122
5.2.12.1 Cotidiano de vida e trabalho	125
6. ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES PRODUZIDAS	127
6.1 VIVÊNCIAS QUE LEVARAM Á VIDA NA RUA.....	133
6.1.1 “A rua vicia” – narrativas sobre a permanência na situação de rua como forma de garantir a liberdade	138
6.2 TRAJETÓRIAS LABORAIS E COTIDIANO DE TRABALHADORES INFORMAIS EM SITUAÇÃO DE RUA	141
6.2.1 As principais atividades laborais desenvolvidas	147
6.2.1.1 Catador de material reciclável: sentidos do trabalho no lixo ...	148
6.2.2.2 O paradoxal trabalho em estacionamentos coletivos: a figura dos flanelinhas	153
6.3 CARACTERIZAÇÃO DOS SENTIDOS DO TRABALHO.....	158
6.3.1 Entre os sentidos do trabalho informal e do emprego: descontinuidade, ruptura de estabilidades e permanências.....	159
6.3.2 Sentidos positivos do trabalho.....	166
6.3.3 O centro do contínuo – sentidos instrumentais do trabalho..	180
6.3.4 Sentidos negativos do trabalho.....	184
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	189
8. REFERÊNCIAS	197
9. APÊNDICES	221

9.1 APÊNDICE 1 - ROTEIRO DE ENTREVISTA 1 – TRABALHADORES EM SITUAÇÃO DE RUA	221
9.2 APÊNDICE 2 - ROTEIRO DE ENTREVISTA 2 – TÉCNICOS DOS CENTROS POP.....	225
9.3 APÊNDICE 3 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE.....	229

1. APRESENTAÇÃO

O interesse em estudar a população em situação de rua e suas interconexões com o trabalho acompanha o pesquisador há muitos anos, perpassando toda a sua breve trajetória laboral. Durante a graduação em Psicologia, no estágio curricular obrigatório na ênfase “Psicologia e Trabalho Humano”, foi conduzida uma intervenção junto às pessoas em situação de rua vinculadas a um Centro Pop. Ao longo desse estágio, foi realizado um grupo com oficinas relacionadas a alguns temas, tais como preconceito e violência; realidade das ruas; drogas e outras substâncias; projeto de vida e futuro; sentidos e significados do trabalho; e música. Dentre os resultados, um dado percebido foi a necessidade de discussão sobre a temática “trabalho”. Em muitos encontros, as pessoas se referiam a diferentes sentidos relacionados ao trabalho (sejam eles positivos, negativos ou instrumentais/neutros), porém, logo que se recorria à literatura sobre o assunto a fim de qualificar a intervenção, pouco se encontrava sobre o trabalho dessa população, em especial em estudos implicados em contextualizar e relacionar o contexto de vida dessas pessoas com a produção de sentidos do trabalho.

Já no início do mestrado no PPGP, vinculado ao NEPPOT – Núcleo de Estudos de Processos Psicossociais e de Saúde do Trabalhador, a ideia de contribuir com um estudo sobre os sentidos do trabalho para a população em situação de rua tomou forma, com a retomada dos contatos com o Centro Pop e com buscas em bases de dados científicas, que continuaram apontando a relevância do estudo. Foram realizadas diversas visitas ao Centro Pop, observações de encontros em grupo, da rotina do serviço e do cotidiano dos usuários a fim de compreender aquela realidade. Além disso, durante o mestrado, o pesquisador foi nomeado como psicólogo no município de Palhoça, tendo optado pela alocação no Centro Pop do referido município. Essa experiência certamente qualificou o desenvolvimento de todo o projeto e, ainda que os sujeitos e o município pesquisados sejam outros, a realidade apresentada demonstra-se muito aproximada. Outras leituras e intervenções foram realizadas ao longo do processo de vinculação a este Centro Pop, agora no papel de técnico do serviço, estas que possibilitam um maior entendimento sobre o papel profissional do psicólogo nesse contexto, o que certamente tem repercussões nos caminhos trilhados ao longo desta dissertação.

Mesmo com essa alongada aproximação, o entendimento é de que a rua é campo de longos e constantes aprendizados. Ela nunca é caracterizada por completo por conta da sua complexidade. Dessa forma,

é possível entender a rua significada por cada sujeito, em momentos singulares de uma trajetória. Essa clareza é o mais fascinante e umas das principais propostas desta dissertação.

Dito isso, ao longo do capítulo que segue, serão discutidas temáticas relacionadas às transformações no mundo do trabalho e suas relações com a população em situação de rua. Também serão apresentados dados de pesquisas que demonstram a relevância social e científica do presente estudo.

2. INTRODUÇÃO

O contexto do trabalho tem sofrido diversas alterações nas últimas décadas, em especial no início do século XXI. No atual cenário, convivem fenômenos como a globalização, a flexibilização das relações de trabalho, a necessidade de adaptação rápida as inovações e a percepção de instabilidade no emprego (BORGES, YAMAMOTO, 2014; TOLFO, PICCININI, 2007). Estes elementos, associados à precarização das condições de trabalho, relacionam-se com novas formas de inserção no mercado de trabalho, em que persistem e até se ampliam ocupações informais, part-times e a terceirização (BARROS, PINTO, 2006; COUTINHO, BORGES, GRAF, SILVA, 2013). Há uma crise do trabalho assalariado nos moldes típicos do sistema capitalista, que se expressa sob a forma do aumento do desemprego estrutural, exclusão de trabalhadores do mercado formal de trabalho e do convívio social (MATTOSO, 1999; MEDEIROS, MACÊDO, 2007).

Quando considerados os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, é possível citar que cerca de 32,8% da população economicamente ativa no Brasil trabalha na informalidade e há cerca de 11,8% de pessoas desempregadas no país (IBGE, 2016), o que indica a complexidade do atual momento do mercado de trabalho. Comparando esse cenário com o artigo 23 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948), que já determinava que todo ser humano tem direito ao trabalho, à escolha de emprego, condições justas e favoráveis de trabalho e proteção contra o desemprego, e com a Constituição Federal de 1988¹ que inclui o trabalho dentre os direitos sociais, questiona-se sobre a forma como vivem aqueles que convivem com a violação desses direitos e quais sentidos do trabalho diante de tais situações.

No atual momento, é possível afirmar que, cada vez mais, o sujeito se distancia de uma vida autodeterminada e autêntica e se aproxima, quando não da exclusão do mercado, de um estranhamento no trabalho, o que suscita discussões acerca da centralidade do trabalho na atualidade (ANTUNES, 2003). Diversos autores, como Antunes (2003) e Harvey (2000), seguem afirmando a centralidade e a importância do trabalho na vida das pessoas. Essa posição é defendida ao considerar o trabalho como

¹ “Art. 6º - São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, 1988).

construtor de identidades e de socialização, como o principal fato social, atividade útil, vital e fundante do homem. Outros autores, em contrapartida, consideram que essa categoria perdeu seu status de categoria sociológica-chave (OFFE, 1989), indicando a existência de uma descentralização do trabalho em relação a outras esferas da vida dos indivíduos e de um declínio quanto a ética a ele associada. De qualquer forma, ao se adotar a concepção de que o trabalho se mantém como categoria central da constituição do ser humano, ressalta-se a importância da discussão acerca dos sentidos e significados do trabalho para diferentes populações de trabalhadores, em situações formais ou informais de trabalho.

Nos estudos sobre os sentidos e significados do trabalho identificam-se diferentes perspectivas teóricas e epistemológicas adotadas para discuti-los, especialmente na psicologia, e vários autores têm se dedicado ao estudo dos processos que ocorrem na prática cotidiana dos trabalhadores e suas relações com a produção de sentidos e significados do trabalho (MOW, 1987; BORGES, 1998; MORIN, 2001; ANTUNES, 2003; TOLFO; PICCININI, 2007; MORIN, TONELLI, PLIOPAS, 2007; TOLFO, COUTINHO, BAASCH, CUGNIER, 2011; DEJOURS, 2015; SCHWEITZER, GONÇALVES, TOLFO, SILVA, 2016). Dentre as correntes epistemológicas que dão suporte aos estudos sobre o tema na Psicologia, é possível identificar quatro perspectivas principais (TOLFO, 2015): (1) Sócio-histórica ou histórico-crítica (ou histórico-cultural); (2) Cognitivista; (3) Humanista-fenomenológica ou existencialista, e; (4) Construcionista. Além destas perspectivas, bastante consolidadas e difundidas, é possível identificar outra corrente epistemológica que tem adquirido relevância nos estudos: (5) Psicodinâmica do trabalho (SCHWEITZER et. at., 2016). Ainda que não haja elementos para generalizações em torno de uma mesma definição, as diversas abordagens mantêm em comum a perspectiva de que os sentidos e significados são produções dos sujeitos a partir das suas experiências concretas na realidade, levando em consideração o papel da cultura e da sociedade como elementos fundamentais para a compreensão das significações (TOLFO, 2015).

Os sentidos e significados são entendidos como conceitos interdependentes, e podem ser diferenciados ao considerar que o primeiro é relacionado aos processos singulares dos sujeitos em relação a sua constituição social e histórica e o segundo como referente a construções elaboradas coletivamente, generalizáveis em um determinado contexto histórico, econômico e social concreto (TOLFO, COUTINHO, BAASCH, CUGNIER, 2011). Nesta pesquisa, adota-se a concepção de

sentidos² a partir da perspectiva construcionista social, em que esse conceito é definido como uma construção social, coletiva e interativa, por meio do qual as pessoas, na dinâmica das relações sociais, culturais e históricas, constroem os termos pelos quais compreendem as situações e fenômenos a sua volta (SPINK, 2010). Para a identificação dos sentidos, ênfase se dá às práticas discursivas, entendidas como linguagem em ação, ou seja, as maneiras pelas quais as pessoas produzem sentidos e se posicionam nas relações sociais cotidianas (SPINK, MEDRADO, 2004)

Em uma pesquisa realizada nas bases de dados SciELO e PePSIC relacionada às temáticas “Sentido(s) do trabalho” e/ou “significado(s) do trabalho” no período entre 2005 e 2015, foram identificados 26 artigos, sendo possível ter informações sobre o estado da arte do assunto nos periódicos nacionais que mais publicam em psicologia. Nessa busca, constatou-se uma prevalência de estudos empíricos em organizações formais (com contratos formais) de trabalho (BAASCH, LANER, 2007; MENDES, SANTOS, 2013; MORIN, TONELLI, PLIOPAS, 2007; TEIXEIRA, 2009; DIOGO, MAHEIRIE, 2008; COUTINHO, DIOGO, JOAQUIM, 2008), porém, com uma tendência de alteração neste quadro quando considerado o aumento do número de pesquisas junto a trabalhadores informais ou vinculados a novas formas de trabalho, que correspondem a cerca de um terço dos artigos (SCHWEITZER et al., 2016). É possível citar as produções de Bispo, Dourado e Amorim (2013), que investigaram indivíduos envolvidos com a cultura Hip Hop; Bendassolli e Borges-Andrade (2011; 2015), dedicados a profissionais em indústrias criativas; Coutinho (2009) no estudo relacionado a trabalhadores informais e profissionais cooperados; Silva, Kemp, Carvalho-Freitas e Brighenti (2015) que estudaram trabalhadores de um voluntariado cooperativo, entre outros (BITTENCOURT et al., 2014; MAGRO, COUTINHO, 2008).

Com tais exemplos, percebe-se que, diante das alterações no mundo do trabalho, os próprios autores dedicados aos estudos sobre Sentidos e Significados do Trabalho têm procurado compreender as novas formas de trabalho em diferentes contextos, sendo que há diversas populações e grupos cujos sentidos e/ou significados do trabalho ainda não foram suficientemente abordados, elementos estes que demonstram a atualidade e importância de discutir os sentidos do trabalho para

² Spink (2010) traz uma definição sobre o conceito “sentidos”, não o relacionando inicialmente ao contexto do trabalho. A concepção da autora já foi adotada especificamente para o estudo dos sentidos do trabalho em outros estudos, tais como o de Graf e Coutinho (2011).

trabalhadores informais. Essa relevância é destacada por Schweitzer et al. (2016), que indicam a necessidade de se prosseguir e aprimorar os estudos sobre este fenômeno junto a diferentes grupos de trabalhadores a fim de compreender a produção de sentidos em função dos processos de transformações nas organizações e no trabalho na atualidade (SCHWEITZER et al., 2016). É possível destacar que a produção científica ainda não traz elementos para um debate mais aprofundado sobre a questão dos sentidos do trabalho na informalidade associada a outros elementos do contexto de vida dos trabalhadores, como é o caso daqueles que vivem em situação de rua, o que indica a necessidade de uma agenda para a produção científica com estes trabalhadores.

Conforme demonstrado, diversos autores têm se dedicado a temáticas não associadas a organizações capitalistas tradicionais e passam a estudar outras formas de trabalho em diferentes estruturas organizacionais (BENDASSOLLI, 2015). Isso remete ao próprio fato de que, historicamente, a psicologia tem se dedicado ao estudo do trabalho sob a forma de assalariamento, ou seja, do emprego, na média e grande empresa, com pouca atenção ao estudo sobre o trabalho criado por segmentos pobres da população (SATO, 2011). Torna-se importante estudar os sentidos do trabalho para populações inseridas no mercado informal de trabalho, principalmente ao considerar a complexidade das atividades desenvolvidas, o contexto no qual são desenvolvidas e os próprios processos de produção de sentidos e significados associados a elas.

A presente pesquisa visa investigar este fenômeno em uma população que chega a situações de vulnerabilidade social e exclusão, por vezes, devido as alterações no contexto do mundo do trabalho e acaba por “viver” da informalidade: as pessoas em situação de rua. Na citada busca nas bases de dados, apenas uma pesquisa tratou especificamente dos “Sentido(s) e Significado(s) do trabalho”³ para a população em situação de rua (HENRIQUE, SANTOS, VIANNA, 2013) e foi realizada no estado do Amazonas. Em livros e teses, também foram identificadas algumas pesquisas sobre essa população, ainda que não especificamente sobre os sentidos do trabalho, no estado do Rio de Janeiro (SCOREL, 2000), e em algumas capitais, tais como Recife, Porto Alegre e Brasília (SILVA, 2009). Em Santa Catarina, foi conduzida a tese de doutorado de Sarmiento (2015), que teve como foco a assistência social a população de

³ Com base na citada busca realizada nas bases de dados SciELO e PePSIC no período entre 2005 e 2015 com os assuntos “Sentidos do Trabalho”, “Sentido do Trabalho”, “Significado do Trabalho” e “Significados do trabalho”.

rua na cidade de Florianópolis. Mesmo diante dessas iniciativas, a produção científica ainda não tem acompanhado o crescimento do contingente de pessoas/trabalhadores em situação de rua nas diversas regiões brasileiras⁴, havendo a necessidade de se compreender a forma como vivem, trabalham e se constituem, assim entendendo a produção de sentidos e significados na relação dialética entre as pessoas, seu contexto de vida e trabalho.

Para a população estudada, “cair na rua” tem sido uma alternativa de sobrevivência, especialmente em situações de desemprego. Esta afirmação é suscitada ao se considerar que diversas questões relacionadas a precarização do trabalho, junto a fragilização dos vínculos interpessoais, dificuldades no contexto urbano e no acesso às políticas públicas, conduzem muitos trabalhadores a situações de vulnerabilidade social e são apontadas como propulsoras da situação de rua (CASTEL, 1997; GHIRARDI, LOPES, BARROS, GALVANI, 2005; SILVA, 2009; GATTI, PEREIRA, 2011). Um lado perverso da exclusão do trabalho é que as pessoas são conduzidas ao rebaixamento na hierarquia social e passam a apresentar um conjunto de perdas que dificultam “um caminho de volta” para a vida domiciliada. Elas deixam de pertencer ao mundo oficial e passam a ser vistos como “problemas” para a sociedade (BURSZTYN, 2000), pois convivem com um estigma arraigado e uma invisibilidade social recorrente, em que não são enxergadas enquanto sujeitos e, muito menos, como trabalhadoras.

Ao se realizar estudos com as pessoas em situação de rua, evidencia-se que se trata de uma população marcada por uma falta de reconhecimento na realidade social, ou seja, trata-se de uma condição de

⁴ Notícias jornalísticas divulgadas em jornais eletrônicos sustentam essa afirmação, tais como:

FRANDALOZO, Juliana. Cresce o número de moradores de rua em Florianópolis. Notícias do Dia. Florianópolis, 06 jan 2015. Disponível em: <<http://www.ndonline.com.br/florianopolis/noticias/219038-cresce-o-numero-de-moradores-de-rua-em-florianopolis.html>>. Acesso em 01 de setembro de 2015.

BENJAMIN JR, Giba; VIZONI, Adriano. Em quatro anos, sobe 10% número de moradores de rua em São Paulo. Folha de São Paulo. São Paulo, 08 de maio de 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/05/1626597-em-quatro-anos-sobe-10-numero-de-moradores-de-rua-em-sao-paulo.shtml>>. Acesso em 01 de setembro de 2015.

existência que se relaciona à vivência de um sofrimento ético-político⁵ (SAWAIA, 2014) e à exclusão social (BARROS, 2015). Aqui focaliza-se um segmento populacional marcado por uma conturbada relação com o mundo do trabalho e por um olhar social que os relaciona a “sujeira”, “loucura”, “vagabundagem”, “falta de qualificações morais e profissionais” (MATTOS, FERREIRA, 2004) ou “preguiça” (SNOW, ANDERSON, 1998). Essa informação suscita a necessidade de entender a forma como tal compreensão é entendida, subjetivada e como pode se manifestar quando o foco está nas vivências de trabalho e nas diferentes formas de produção de sentidos do trabalho no cotidiano. Questiona-se, portanto, sobre como seria possível construir representações positivas de si mesmo, quando estas são sistematicamente depreciadas pela sociedade como um todo (MELLO, 2014) e, especialmente, de que forma essa “visão social” negativa pode influenciar as atribuições de sentidos do trabalho para esses sujeitos?

A informação de que 70,9% da população em situação de rua é composta por trabalhadores que exercem alguma atividade remunerada, segundo pesquisa realizada com 31.922 pessoas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (BRASIL, 2008), contraria a lógica "popular" de se tratar de uma população que não trabalha. De acordo com este mesmo estudo, as principais atividades desenvolvidas por essa população são informais, como de catador de materiais recicláveis, flanelinha, entre outros, sendo que apenas 9% dos sujeitos teriam carteira assinada. Apenas 15,7% das pessoas acessadas na mesma pesquisa afirmaram pedir dinheiro como principal meio para a sobrevivência, evidenciando que aqueles que somente pedem dinheiro para sobreviver constituem minoria dentre a população estudada (BRASIL, 2008). Assim desmistifica-se o entendimento de que a população em situação de rua seria composta somente por “mendigos” e “pedintes” e demonstra-se que na maior parte dos casos há trabalho⁶, mas

⁵ O sofrimento ético-político refere-se à vivência cotidiana das questões sociais dominantes em cada época histórica, a dor que surge da situação social de ser tratado como inferior, subalterno, sem valor ou apêndice inútil da sociedade. Ele revela a tonalidade ética da vivência cotidiana da desigualdade social, da negação imposta socialmente às possibilidades da maioria apropriar-se do material, cultural e social de sua época, de se movimentar no espaço público e de expressar desejo e afeto (SAWAIA, 2014).

⁶ Em uma aproximação inicial com esses conceitos, visto que serão discutidos mais detalhadamente posteriormente, trabalho é compreendido, genericamente, como ato responsável pela criação de bens materiais e simbólicos necessários para a sobrevivência em sociedade (ANTUNES, 2011); uma “prática

não há emprego⁷, o que justifica a realização de estudos aprofundados e que focalizem os trabalhadores informais em situação de rua.

Com um “olhar social” consideravelmente negativo, as intervenções junto à população em situação de rua por vezes são baseadas na lógica da compaixão piedosa, partindo de conhecimentos do senso comum (MENDONÇA, 2006). Nestes atendimentos, por vezes privilegia-se uma crença de que, diante da caridade permeada por atos morais, os “caridosos” podem afirmar-se enquanto pessoas virtuosas. Caridade esta que pode ser apresentada como compassiva para poder exercer, de forma livre, o domínio, o poder e a coerção sob a justificativa de uma ação piedosa (CAPONI, 1999). O presente estudo se torna relevante ao buscar produzir um conhecimento para além desta lógica e que seja pauta de reflexões para as intervenções junto a esta população, em especial, no que se refere a possibilidade de utilizá-lo enquanto ferramenta para os atendimentos conduzidos em locais especializados nessa população, tais como o Centro Pop. Trabalhadores de serviços de atenção psicossocial necessitam de informações para reflexão e instrumentalização de suas práticas profissionais e poderão obter uma compreensão mais aprofundada e contextualizada sobre a realidade de trabalho vivenciada por estas pessoas.

Focalizar o estudo do trabalho destes sujeitos se torna fundamental ao considerar que a maioria das pessoas em situação de rua possui histórico fragilizado de relações com o trabalho e a exclusão dessas pessoas do sistema econômico e de seus direitos é uma realidade (HENRIQUE, SANTOS, VIANNA, 2013). Há a necessidade de estudar um trabalho que existe e pode ser melhor conhecido para que suas particularidades sejam reconhecidas socialmente, o que evita leituras reducionistas ou preconceituosas acerca dessa temática, contribuindo assim para o aprimoramento do saber científico. Com a produção de conhecimento específico, a própria população em situação de rua poderá ser beneficiada com uma discussão crítica sobre o trabalho produzido em seu cotidiano e com possíveis intervenções mais qualificadas por parte dos trabalhadores das políticas públicas já existentes. As informações levantadas neste estudo também poderão ser utilizadas como indicadores

transformadora da realidade que viabiliza a sobrevivência e a realização do ser humano” (MALVEZZI, 2004, p.13).

⁷ A diferenciação entre trabalho e emprego é posta pelo contrato de trabalho, ou seja, o emprego é uma forma específica de trabalho econômico regulado por um acordo contratual (JAHODA, 1987; BORGES, YAMAMOTO, 2014).

para a criação ou aprimoramento de políticas públicas no que tange ao atendimento da população em situação de rua⁸.

Com base nos argumentos levantados e, tendo em vista o contexto a ser estudado, pergunta-se: **Quais os sentidos do trabalho para trabalhadores informais em situação de rua da região da Grande Florianópolis?**

⁸ Dentre os avanços já existentes no campo da legislação brasileira, cita-se a Lei nº 11.258, de 30 de dezembro de 2005, que incorporou à Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) a criação de programas de proteção social às pessoas em situação de rua no campo da Assistência Social, indicando o dever do Estado com a proteção social aos cidadãos que se encontram em situação de rua no Brasil. A aprovação da Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011 (Lei do Sistema Único de Assistência Social - SUAS), que altera a LOAS veio fortalecer esse processo, assegurando bases sólidas para a consolidação da institucionalidade da política de Assistência Social e do SUAS no país (BRASIL, 2011).

3. OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

- Compreender os sentidos do trabalho para trabalhadores informais em situação de rua da região da Grande Florianópolis.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Conhecer as vivências que levaram à situação de rua.
- Identificar as trajetórias de vida e de trabalho de trabalhadores informais em situação de rua.
- Conhecer o cotidiano de trabalho de trabalhadores informais em situação de rua.
- Compreender as positivities, instrumentalidades e negatividades do trabalho na concepção dos trabalhadores informais em situação de rua.

4. REVISÃO DA LITERATURA

Neste capítulo, abordam-se as metamorfoses no mundo do trabalho, as concepções acerca do trabalho, a informalidade, os sentidos atribuídos ao trabalho na contemporaneidade, bem como a relação entre o trabalho e a população em situação de rua. Buscou-se trazer elementos centrais, considerados pertinentes para tais discussões, potencialmente úteis à futura análise das informações e para as considerações sobre a pergunta de pesquisa, porém, não há pretensão de esgotar os complexos debates sobre tais temáticas.

4.1 TRABALHO: PERSPECTIVAS E DISCUSSÕES ACERCA DE SUA CENTRALIDADE

Na perspectiva marxista, o trabalho pressupõe uma relação dialética de dupla transformação entre o homem e a natureza, geradora de significado e responsável pelo processo de humanização do homem (MARX, 1993, CODO, 1997). A palavra “trabalhar” deriva do latim *tripaliare*, que significa torturar por meio de “*tripalium*”, um instrumento de tortura do exército romano constituído de três paus fincados no chão (ARANHA, 1997; YAMAMOTO, 2015), o que por si só remete a ideia de sofrimento (LUNA, 2005). Apesar de tal derivação do termo, ele é uma invenção humana, podendo ser uma realização que faz história ou um fardo; é elemento de constituição e transformação do homem, que transforma a sua realidade e permite a realização de seus projetos no mundo. O trabalho provém subsistência, sentidos existenciais e contribui na estruturação da identidade e subjetividade do ser humano (ARANHA, 1997; TOLFO, PICCININI, 2007).

Para Marx (1968), no processo de trabalho o ser humano põe em movimento as forças naturais de seu corpo para apropriar-se dos recursos naturais, imprimindo forma útil à vida do homem e, ao mesmo tempo em que modifica a natureza externa, altera sua própria natureza. Com o trabalho, o ser humano opera uma transformação em um objeto por meio de um instrumental, com determinado objetivo. O processo extingue-se na conclusão de um produto, que é valor de uso, ou seja, um material adaptado às necessidades humanas. Ao final do trabalho, aparece um resultado já preconcebido na imaginação do trabalhador, o que diferencia esta atividade das realizadas por outros seres vivos (MARX, 1968). Nessa direção, o trabalho é expressão de um momento de criação, constituindo-se no exercício de uma atividade vital, capaz de plasmar a própria

produção e a reprodução da humanidade. Um ato responsável pela criação de bens materiais e simbólicos necessários para a sobrevivência em sociedade (ANTUNES, 2011).

Blanch Ribas (2003) propõe uma definição genérica para o trabalho. Para ele, o trabalho é uma atividade social humana, complexa e dinâmico, que se exerce de maneira individual ou coletiva. Não é reduzido as ações instintivas resultantes de funções biológicas dirigidas à sobrevivência, sendo distinta de qualquer outra prática dos animais por "sua natureza reflexiva, consciente, pró-ativa, estratégica, instrumental e moral" (pp. 34-35). De la Garza Toledo (2009) enfatiza a necessidade de um conceito ampliado de trabalho, que considere tanto suas dimensões objetivas, como as dimensões subjetivas. Dessa forma, o trabalho consiste na interação entre homens e objetos materiais e simbólicos e implica em construção e intercâmbio de significados.

Entendendo que o trabalho pode assumir diferentes concepções ao longo da história e da vida dos sujeitos, Blanch Ribas (2003) afirma que as articulações homem/trabalho são objetivas e subjetivas, sendo que analisar a categoria trabalho implica em considerar não só as condições históricas e socioeconômicas nas quais essa ação humana se desenvolve, mas também o significado, o sentido e o valor dessa experiência para as pessoas. O autor organiza didaticamente três posições acerca das concepções sobre o trabalho: o pólo negativo, caracterizando o trabalho como uma maldição, castigo, estigma; o centro do contínuo, ao se referir a função meramente instrumental do trabalho a serviço da sobrevivência e; o pólo positivo, em que há a visão do trabalho como missão, vocação ou fonte de satisfação e autorrealização (BLANCH RIBAS, 2003).

Com base nessas definições, o trabalho é aqui compreendido como um processo do qual participam o ser humano e a natureza, em que o ser humano regula e controla seu intercâmbio material com a natureza (MARX, 2002). Trata-se de um ato responsável pela criação de bens materiais e simbólicos necessários para a sobrevivência em sociedade (ANTUNES, 2011). A diferenciação entre trabalho e emprego é posta pelo contrato de trabalho, ou seja, o emprego é uma forma específica de trabalho econômico regulado por um acordo contratual, enquanto vínculo formal com uma organização, em que insurgem obrigações/direitos trabalhistas e salário, o que diferencia o emprego de outras formas de trabalho, tais como o informal e o terceirizado (JAHODA, 1987; BORGES, YAMAMOTO, 2014). O emprego é a forma capitalista de trabalho, em que o empregador compra a força de trabalho do trabalhador, com uma contrapartida salarial (SINGER, 1999).

Conforme anunciado na introdução do presente trabalho, um aspecto que tem suscitado debates por parte de estudiosos, especialmente da área da Sociologia e da Psicologia, diz respeito a centralidade da categoria trabalho na vida das pessoas, identificando-se visões diversas em relação a esta questão. Offe (1989), diante das modificações no mundo do trabalho, destaca uma perda da centralidade da categoria trabalho, afirmando que ele é menos central para os indivíduos na atualidade do que em outros períodos históricos. Em linhas gerais, o autor defende ser implausível interpretar o contexto da vida como um todo em termos da centralidade do trabalho devido a estrutura do tempo e da situação do trabalho das pessoas, e afirma que o trabalho deixou de se constituir como uma categoria sociológica chave. Essa visão vai ao encontro da perspectiva de Bauman (2001), que defende a tese da perda da centralidade do trabalho, sendo que, em tempos de modernidade líquida e incertezas, o trabalho não poderia mais oferecer um eixo seguro para fixar autodefinições, identidades e projetos de vida ao sujeito.

Na contramão desta perspectiva, teóricos como Antunes (2003) e outros marxistas defendem o trabalho enquanto categoria central mesmo em tempos de heterogeneização, fragmentação e complexificação do trabalho. A vida das pessoas segue sendo organizada em torno do trabalho e da sociedade contemporânea movida pela lógica do capital. Ele considera um equívoco afirmar a perda da centralidade do trabalho tendo em vista que o mesmo é entendido como um criador de valores-de-uso, forma de intercâmbio entre ser social e a natureza; atividade útil, vital e elemento fundante do homem; sendo que, por meio do trabalho, o ser humano cria coisas úteis e, ao fazê-lo, transforma seu próprio eu.

O trabalho, então, é classicamente considerado como uma dimensão central na vida humana, cuja autenticidade desta centralidade vem sendo questionada por alguns autores⁹. Diante dessa contraposição, o debate se restabelece no contra-argumento a um sugerido “fim do trabalho” e tem se reafirmado seu papel como criador de valor, possibilidade de emancipação e produção de sentido para a vida humana (ANTUNES, 2003). Alguns autores afirmam que “o trabalho existe e determina nossas vidas, hoje, mais do que em outras eras” (CODO, 1997, p.21) e que a vida é engendrada pelo trabalho. Ao entendê-lo como trabalho produtivo no sentido de produção de valores-de-uso¹⁰, todo o ser

⁹ Tais como Offe (1989)

¹⁰ Valor de uso é compreendido como um material adaptado às necessidades humanas (MARX, 1968).

humano trabalha e se torna humano ao trabalhar, o que, por si só, já caracteriza a centralidade do trabalho (LUNA, 2005).

De forma complementar a isso, a centralidade psicológica do trabalho é defendida ao considerar que o mesmo se constitui em elemento fundamental do ponto de vista identitário, relativo à constituição do sujeito, da sua subjetividade, e fundante do reconhecimento e inserção social (CIAMPA, 1986; TITTONI, 2004). Dessa forma, o trabalho, além de ser um meio de sobrevivência (MEDEIROS, MACÊDO, 2007), é fundamental para a construção da identidade do sujeito e ao sentimento de filiação, pertença, reconhecimento e dignidade (ARANHA, 2003), sendo um dos organizadores fundamentais da sociabilidade e da integração social (DIOGO, 2005; MEDEIROS, MACÊDO, 2007), além de ser condição de humanização e instrumento de liberdade para o ser humano (ARANHA, 1997). Ao longo desta dissertação adota-se a perspectiva da centralidade do trabalho por meio das abordagens que vão ao encontro dessas argumentações.

4.2 AS METAMORFOSES NO MUNDO DO TRABALHO NA CONTEMPORANEIDADE

Nas últimas décadas do século XX, em especial a partir da década de 1970, o contexto do trabalho tem sofrido alterações nas mais diversas ordens, que são relacionadas a condições econômicas, sociopolíticas, demográficas e tecnológicas (TOLFO, PICCININI, 2007; PEIRÓ, PIETRO, ROE, 1996). Borges e Yamamoto (2014) organizam seis marcos conjunturais presentes no atual cenário do mundo do trabalho: crescimento mais lento da economia; desemprego estrutural; percepção generalizada de instabilidade no emprego; persistência de formas de discriminação (qualificação, gênero, etc); tendência a redução da incompatibilidade entre instrução formal e requisitos dos postos de trabalho; e persistência de trabalhos precários (BORGES, YAMAMOTO, 2014).

Uma série de transformações e paradoxos relacionados ao trabalho se apresentam, vinculadas à globalização, aos processos de reestruturação produtiva, à competitividade, aos câmbios nos contratos de trabalho, entre outros fenômenos (TOLFO, COUTINHO, BAASCH, CUGNIER, 2011). Há uma crise do trabalho nos modelos típicos do capitalismo, com o aumento do desemprego estrutural, exclusão do mercado de trabalho formal e do convívio social (MATTOSO, 1999; MEDEIROS, MACÊDO, 2006).

Essa "crise estrutural" na sociedade capitalista tornou a classe trabalhadora "mais heterogênea, fragmentada e complexificada" (ANTUNES, 2002, p. 67), passando a incluir um enorme conjunto de trabalhadores precarizados, terceirizados e com vínculo de trabalho temporário, inclusive com a redução dos direitos do trabalhador e da renda média real (ANTUNES, 2003; SILVA, 2009). Mendonça (2004) confirma a expansão da precarização no âmbito do trabalho, presente sob a forma da diminuição do número de trabalhadores com carteira assinada e do aumento de postos de trabalho informais e autônomos. Nesse meandro, estão presentes novas e alternativas formas de inserção precárias no mercado de trabalho, em que ocupações informais, part-times e a terceirização se intensificam (BARROS, PINTO, 2006; COUTINHO, BORGES, GRAF, SILVA, 2013).

Tudo isso ocorre diante de uma proposta de flexibilização neoliberal que abrange os processos de trabalho, os produtos, os padrões de consumo e o próprio mercado de trabalho. Neste último, a flexibilização está relacionada à adaptação do trabalhador às novas tecnologias, à qualificação continuada e ao trabalho polivalente. Nessa lógica, o trabalhador passa a ser um "sobrevivente" que, para fugir do desemprego, precisa conseguir se adaptar a subempregos ou ocupações temporárias, sendo obrigado, muitas vezes, a desistir de direitos trabalhistas adquiridos (MATTOS, HELOANI, FERREIRA, 2008; HELOANI, 2003). Nesse contexto, segmentos de trabalhadores, sem conseguir acompanhar as mudanças e suas respectivas exigências, acabam sofrendo com o alijamento do mercado de trabalho (ROSA, 2005).

Essas transformações de ordem social, econômica, tecnológica e geopolítica possuem implicações diretas nos modos de ser dos sujeitos e em suas formas de agir na sociedade. Elas implicaram em modificações nas relações sociais e na constituição dos sujeitos na contemporaneidade. Nas relações entre o ser humano e suas atividades laborais, são gerados sentimentos de insegurança, estranhamento e incerteza (COUTINHO, KRAWULSKI, SOARES, 2007).

Por todas essas características e, considerando todas essas amplas transformações ocorridas no campo do trabalho, compreende-se que o trabalho se constitui em uma esfera legítima de preocupação social, científica e 'leiga', sendo necessário atentar para a forma como essas mudanças têm sido responsáveis por transformar modos de vida e de subjetivação na sociedade. Ao considerar esse complexo contexto que distancia o sujeito de uma vida autodeterminada e autêntica e o aproxima de um estranhamento no trabalho (ANTUNES, 2003; BENDASSOLLI,

2009), torna-se fundamental a condução de pesquisas relacionadas à produção de sentidos e significados do trabalho diante dessa realidade, especialmente no que tange ao campo da informalidade.

4.2.1 A informalidade no trabalho

Quando considerados os elementos supracitados, conclui-se que o mundo do trabalho apresenta uma realidade em que formas de reestruturação e heterogeneidade se intensificaram, com o desemprego, flexibilização, desqualificação e precarização das relações de trabalho. Apresenta-se um aumento significativo das formas flexíveis e precárias de emprego no país, estas que se inserem em um contexto de constantes crises econômicas, cujos desdobramentos afetam significativamente os modos de trabalhar na contemporaneidade (COUTINHO, SILVA, 2011). É possível afirmar que esses fenômenos se configuram enquanto problemas centrais na sociedade brasileira e estão diretamente relacionados com as desigualdades estruturais, o que perpetua contraditoriamente a acumulação de renda e a pobreza e produz situações desprovidas de direitos e marcadas por insegurança e instabilidade (BARROS, PINTO, 2006; COSTA, 2010). Ao passo que mais pessoas passam a depender da informalidade, as mesmas deixam de ter acesso a direitos trabalhistas. Todos esses elementos contribuem para a ampliação da pobreza, das desigualdades sociais e da insegurança da classe trabalhadora (SILVA, 2009).

Antunes (2011) retrata que o capital (em seu sentido destrutivo) tem desempregado cada vez mais trabalhadores estáveis, substituindo-os por trabalhadores precarizados em diversos setores, como o agrário, industrial e de serviços. Para ele, a informalização do trabalho torna-se um traço constitutivo e crescente da acumulação de capital dos dias atuais. Há uma ampliação acentuada de trabalhadores submetidos a sucessivos contratos temporários, sem estabilidade, sem registro em carteira, dentro ou fora do espaço produtivo das empresas, em atividades mais instáveis ou temporárias, ou mesmo na condição de desemprego. Isso faz com que grande parte da população tenha encontrado sua fonte de renda em variadas formas de trabalho autônomo, ambulante, temporário, irregular e precário (ANTUNES, 2011).

Cabe salientar que em um país como o Brasil, cujo mercado de trabalho caracteriza-se pela heterogeneidade, o emprego formal, com todas as garantias e direitos sociais características deste, nunca se tornou generalizável a toda a população. Ele sempre conviveu com outras formas de trabalho, de ordem informal, como a subcontratação, o trabalho por

empregada ou em domicílio (COUTINHO et al., 2013). Ainda assim, mesmo sendo possível afirmar que essas formas de trabalho informal sejam tradicionais no país, é possível constatar que elas obtiveram um crescimento significativo nas últimas décadas.

Costa (2010) traz enquanto exemplificações desta afirmação o crescimento da presença de vendedores nas ruas dos grandes centros urbanos; e o aumento do número de antigas atividades jamais reconhecidas, tais como guardadores de carro nas ruas, “outdoors” humanos e carregadores de feira. A chamada “informalidade urbana”, que se expande em atividades diversas, contribui ainda mais para uma heterogeneidade do mercado de trabalho, por vezes negando princípios básicos de cidadania e reproduzindo desigualdades sociais (COSTA, 2010). As consequências dessa realidade são as mais diversas, como a própria ideia de planejar uma carreira, que perde seu sentido original ao defrontar-se com situações de dificuldades de pertencer a uma única categoria profissional ou, até mesmo, ao identificar que uma parcela significativa da população não encontra nem mesmo o dia a dia garantido de forma digna (BARROS, PINTO, 2006).

Especificamente sobre o uso do termo “informalidade”, ele historicamente remete a uma forma de atividade laboral distinta da atividade de emprego formal característico do contexto capitalista, ou seja, que costuma aparecer em contraposição ao emprego formal (COUTINHO et al., 2013). Atualmente, ainda é compreendida como desqualificada e ilegítima, com ônus para a atuação profissional/social dos trabalhadores (ORGANISTA, 2006; CAMPOS, 2005). Isso ocorre, pois, a carteira de trabalho, embora não garanta acesso material aos direitos, assume o papel de controle de populações excluídas dos direitos fundamentais, sendo vista como um documento de separação entre os ditos “cidadãos”, que seriam os trabalhadores, daqueles considerados “suspeitos”, sem contrato assinado de trabalho (BRANT, 1991 apud BARROS, PINTO, 2006; BARROS, PINTO, 2006).

Ao tentar uma conceituação do termo, Noronha (2003) chega a um entendimento de “trabalho informal” que deriva da ordem jurídica, em que são informais os empregados que não possuem carteira de trabalho assinada. Os contratos de trabalho “informais” têm sido percebidos no Brasil como problemas econômicos e sociais, que representam rupturas com um padrão contratual praticamente único, que é o contrato “formal”. Duas premissas estão implícitas nessa afirmação: a boa sociedade deve ter apenas um tipo de contrato, ou seja, o “formal”, e para isso deve contar com algum órgão central, o Estado, que possa definir padrões de legalidade para os contratos de trabalho (NORONHA, 2003).

Noronha (2003), considerando os questionamentos já apontados, identifica a polissemia do conceito de informalidade, o qual abarca um conjunto bastante amplo e variado de fenômenos. Para ele, a compreensão dos contratos atípicos – termo utilizado pelo autor ao se referir a informalidade — decorre da concepção de contrato formal predominantemente adotada em cada país, região, setor ou categoria profissional, não podendo ser analisada de forma simplista, reducionista ou generalizável a qualquer contexto. Assim, aponta-se três fontes de interpretação possíveis sobre informalidade: a dualidade formal/informal é característica das interpretações econômicas; os juristas analisam a questão da perspectiva do par legal/ilegal e; a população, em decorrência das visões de economicistas e juristas (entre outras influências), classifica os trabalhos como justos ou injustos, estes últimos associados à ausência do registro formal na carteira de trabalho. Todas essas interpretações apresentam a relação entre trabalho formal e informal de modo binário; em que a informalidade estaria sempre associada ao pólo negativo, em que o informal seria reconhecido como ilegal e injusto (NORONHA, 2003).

Na mesma direção, Sato (2011) reconhece a diversidade de significados relacionados à informalidade – a qual ela denomina como trabalho não-regulado - e que, no âmbito do trabalho, é normalmente reconhecida como algo anormal, que não é correto, nem justo. Ao analisar atividades informais organizadas pela população pobre para viabilizar sua sobrevivência, ainda que reconhecendo os limites da informalidade e as desigualdades sociais a ela associadas, enfatiza a importância de se reconhecer e se descrever tais atividades, com a análise da vida cotidiana desses trabalhadores. Ainda que entendendo as peculiaridades das formas de trabalho informal, é importante reconhecer sua existência não somente como versão negativa do trabalho formal, e sim, apreendendo suas positivities, sem perder de vista a busca da proteção social que lhe falta (SATO, 2011).

Uma forma de analisar as chamadas “modalidades” de informalidade é efetivada por Antunes (2011). A primeira das modalidades explicitadas pelo autor é a dos chamados “trabalhadores informais tradicionais”, que vivem de sua força de trabalho, incluindo-se nessa categoria os trabalhadores “menos instáveis”, que atuam na prestação de serviços, realizam trabalhos ocasionais quando se encontram desempregados, mas visam retornar ao trabalho assalariado. Outra modalidade engloba os “trabalhadores informais assalariados sem registro”, que seriam, segundo o autor, “o arripio da legislação trabalhista”, muitas vezes subcontratados de empresas de grande porte, os

quais perderam o registro formal e os benefícios sociais associados a ele. Uma terceira modalidade seria composta pelos “trabalhadores por conta própria”, com pequenos negócios inseridos na economia informal, considerados produtores simples de mercadorias, cuja força de trabalho utilizada é a própria, de seus familiares ou proveniente da subcontratação de força de trabalho assalariada (ANTUNES, 2011).

Diante de todos os elementos expostos sobre informalidade, percebe-se uma dificuldade em se obter uma definição clara acerca do trabalho informal, ou seja, do próprio conceito de informalidade, este que tem englobado uma variedade de formas de trabalho (NORONHA, 2003; PICCININI, OLIVEIRA, RUBENICH, 2006). Na tentativa de definir a abordagem desta dissertação, afirma-se que aqui se corrobora com as definições de informalidade presentes nos estudos de Antunes (2011), Sato (2011) e Noronha (2003), e considera-se a informalidade como sendo marcada por: assalariamento sem carteira, o trabalho autônomo e de sobrevivência (CACCIAMALI, 2000), e engloba os trabalhadores informais clássicos (ALVES, TAVARES, 2006), aqueles com um mínimo de conhecimento e meio de trabalho, que realizam trabalhos informais enquanto procuram por um emprego. Além disso, utiliza-se do modelo de Bendassolli (2015), que organiza um conjunto de peculiaridades as quais os trabalhadores informais enfrentam no contexto socioeconômico em que exercem sua atividade, sendo elas: ausência de uma instituição social reguladora; afastamento das conquistas trabalhistas; diferenciação em relação ao modelo taylorista-fordista e; o foco na obtenção de renda para sobrevivência e não necessariamente na produção de lucro.

Não se entende a informalidade apenas como o pólo negativo e oposto à formalidade, porém, compreende-se suas particularidades que levam a diferentes produções de sentidos. Parte-se do pressuposto de uma informalidade que surge no bojo do capitalismo vigente com estratégias cotidianas de fazer, “se virar” nos desafios impostos pela atividade, em uma organização social excludente, indiferente, que leva à invisibilidade dos trabalhadores informais (BENDASSOLLI, 2015).

Vale demarcar que a tendência à informalidade no mercado de trabalho tem gerado uma maior produção científica acerca de tal temática. Na própria literatura atual sobre os sentidos e significados atribuídos ao trabalho há estudos relacionados a diferentes formas de trabalho. Assim, coexistem estudos junto a trabalhadores em empregos formais (DUGNANI, SOUZA, 2011; TOLEDO, KEMP, MACHADO, 2014; PADILHA, GRANDE, 2011; COUTINHO, DIOGO, JOAQUIM, 2008) e um crescente interesse em investigações com trabalhadores em novas

formas de trabalho/emprego. Em uma pesquisa nas bases de dados SciELO e PePSIC no período compreendido de 2005 a 2015, é possível identificar alguns exemplos, tais como com jovens de empreendimento solidário (BITENCOURT et al., 2014), profissionais de indústrias criativas e artísticas (BENDASSOLLI, TORRES, 2014; BENDASSOLLI, BORGES-ANDRADE, 2015), mulheres serventes de limpeza (DIOGO, MAHEIRIE, 2007; 2008), ex-trabalhadores de empresas públicas, trabalhadores informais da cidade de Florianópolis, cooperados em um "empreendimento solidário" (COUTINHO, 2009), entre outros. Assim demarca-se o interesse dos próprios autores nacionais sobre essas novas formas de trabalho, em sua maioria, relacionadas à informalidade.

Em um estudo junto a sete trabalhadores informais da cidade de Florianópolis/SC, tais como trabalhadores domésticos, pedreiros, guias de turismo e professoras de inglês, Coutinho (2009), privilegiou a perspectiva qualitativa, na qual encontrou histórias que revelaram a informalidade como uma opção e não a falta de opção dos participantes, pois todos os participante apresentavam experiências de inserção no mercado formal, consideradas como ruins e, portanto, não pretendiam retornar àquela condição. Os sujeitos vislumbravam na informalidade as possibilidades de maiores ganhos e de melhores condições de trabalho, concomitante a dificuldade de custear os encargos trabalhistas, a incerteza de manutenção da renda e a insegurança quanto ao futuro pela ausência de direitos trabalhistas e previdenciários (COUTINHO, 2009).

No mesmo estudo, ainda foi demonstrado que o mercado de trabalho informal possibilitou aos sujeitos um maior controle sobre sua atividade e sobre os modos de operar, embora não eliminasse dificuldades inerentes a informalidade, tais como a imprevisibilidade dos serviços e de renda e a falta de seguridade social (CAMPOS, 2005; COUTINHO, 2009). Dessa forma, chama a atenção o destaque a uma informalidade que não se mantém apenas enquanto pólo negativo em comparação a formalidade, mas que pode ser vista como meio de realização profissional e de conquista de melhores condições de vida e trabalho. Em que pese às conotações negativas associadas ao trabalho informal, essa forma de trabalho pode ser considerada como uma opção diante da precariedade que não é exclusiva a informalidade, mas que também atinge aos próprios trabalhadores inseridos no mercado de trabalho formal.

4.3 SENTIDOS E SIGNIFICADOS DO TRABALHO

O objetivo central deste subcapítulo é conceituar e problematizar o fenômeno central da presente pesquisa: os sentidos e significados do trabalho. Para isso, optou-se por partir de discussões mais amplas, porém relevantes, sobre as diferentes perspectivas teóricas e epistemológicas na Psicologia adotadas para o estudo desse fenômeno. Por fim, será abordada a perspectiva escolhida para a discussão dos sentidos do trabalho: o construcionismo social.

4.3.1 Sentidos e significados do trabalho: histórico e diferentes concepções

As informações trazidas até o momento reiteram o trabalho como um fenômeno amplo, dinâmico e multifacetado que pode assumir diferentes concepções. Conforme mencionado, ele pode ser concebido como uma maldição ou castigo, como meio de sobrevivência instrumental, ou mesmo como missão, vocação ou fonte de autorrealização. Ao realizar análises acerca do trabalho, é necessário considerar aspectos de ordem objetiva e subjetiva, questões históricas, sociais e econômicas, bem como o significado, o sentido e o valor dessa experiência para os trabalhadores (BLANCH RIBAS, 2003). Os estudos acerca da atribuição de sentidos e significados ao trabalho precisam ser objeto de estudo em uma perspectiva multidisciplinar ao considerar que este construto resulta da interação entre variáveis pessoais e sociais relacionadas ao trabalho (TOLFO, PICCININI, 2007).

Tomando como foco os sentidos e significados atribuídos ao trabalho, destaca-se que há diferentes perspectivas teóricas e epistemológicas adotadas para discuti-lo, sendo que vários autores dedicam-se a estudar os processos que ocorrem na prática cotidiana dos trabalhadores, abordam condições de vida e de trabalho e sua influência na produção de sentidos e significados do trabalho (HACKMAN, OLDHAN, 1975; MOW, 1987; BORGES, 1998; ANTUNES, 2002; MORIN, 2002; TOLFO; PICCININI, 2007; MORIN; TONELLI; PLIOPAS, 2007; DEJOURS, 2015; SCHWEITZER et al., 2016). Essa diversidade para a compreensão do fenômeno no que se refere a sua epistemologia remete à importância de os pesquisadores não incorrerem em incongruências teóricas e epistemológicas para o seu estudo. Existem cinco principais correntes epistemológicas que dão suporte aos estudos sobre o tema na Psicologia: Sócio-histórica; Cognitivista; Humanista-fenomenológica ou existencialista; Construcionista e Psicodinâmica no trabalho (SCHWEITZER et al., 2016). Ao longo deste subcapítulo, serão apresentados alguns aspectos históricos sobre o fenômeno e os principais

conceitos e representantes destas diferentes perspectivas. O construcionismo social, escolhido para o estudo dos sentidos do trabalho nesta dissertação, será abordado somente no tópico subsequente.

Ao considerar a base histórica do fenômeno, Goulart (2009) credita a Morse e Weiss (1955) os primeiros estudos acerca do significado do trabalho junto a sujeitos dos Estados Unidos. Nesta pesquisa, o questionamento foi se as pessoas continuariam trabalhando ao ganhar na loteria, com respostas positivas principalmente para sujeitos entre 25 e 30 anos. Na década de 1960, Tausky e Piedmond (1967) pesquisaram o significado do trabalho para trabalhadores manuais, em que as respostas dos sujeitos estiveram relacionadas ao salário, o pertencimento e a aceitação social (TOLFO, 2015).

Também compreendidos como referencial histórico inicial para os estudos sobre significados do trabalho, destaca-se Hackman e Oldhan (1975), dedicados especificamente ao estudo sobre qualidade de vida no trabalho, mas que acabaram por estabelecer relações deste fenômeno com o sentido do trabalho. Para os autores, um trabalho com sentido é importante, útil e legítimo para o trabalhador e possui três características fundamentais: 1) a variedade de tarefas que possibilita a utilização de competências diversas; 2) o trabalhador consegue identificar todo o processo e perceber seu significado do trabalho e as contribuições para o ambiente social, a autonomia, a liberdade e a independência para determinar a forma com que realizará suas tarefas, ou seja, a realização das tarefas de modo não-alienante; e 3) o feedback sobre seu desempenho nas atividades realizadas, de modo que possam ser feitos ajustes para melhorar a performance do trabalhador (TOLFO, PICCININI, 2007).

As pesquisas do grupo Meaning of Work International Research Team (MOW, 1987) destacam-se enquanto referência-chave e marco histórico fundamental dos estudos sobre significados do trabalho, trazendo contribuições em nível mundial para o entendimento do fenômeno. O grupo utilizou amostras representativas de diversos países de modo a identificar as variáveis relacionadas ao construto, entendido por eles como sendo multidimensional e dinâmico, formado da interação entre variáveis pessoais e ambientais e influenciado pelas mudanças no indivíduo, ao seu redor ou no próprio trabalho. Os pesquisadores do MOW estruturaram os dados empíricos das pesquisas em 12 fatores agrupados em quatro dimensões principais: a centralidade do trabalho, as normas sociais sobre o trabalho, os resultados valorizados do trabalho/metabolismo do trabalho e a identificação das regras do trabalho, sendo esta uma importante perspectiva para o estudo do significado do trabalho, com repercussões até os dias atuais (MOW, 1987).

Borges (1998), baseada em uma perspectiva cognitivista para estudar os significados do trabalho, utiliza-se, em parte, do conceito de significado do Grupo MOW e realiza algumas tentativas de adaptação do questionário do grupo. No entanto, motivada por algumas inadequações referentes as peculiaridades da realidade brasileira, acabou por elaborar o IST (Inventário do Significado do Trabalho), o qual se mostrou mais adequado para as reflexões sobre o significado do trabalho a nível nacional. A autora aprofundou a análise sobre a estrutura fatorial das crenças sobre o trabalho e propôs um modelo de estrutura cognitiva do significado do trabalho composto pelas facetas: centralidade do trabalho, atributos valorativos, valores descritivos e hierarquia dos atributos. Em relação a diferenciação entre os atributos valorativos e descritivos, cujos fatores componentes destas duas facetas são mensuradas no IST, a autora considera que os atributos valorativos se referem a como o trabalho deve ser, às exigências sociais, à justiça no trabalho, ao esforço corporal e à desumanização, à realização pessoal e à sobrevivência pessoal e familiar, ou seja, os valores do trabalho. Já os atributos descritivos dizem respeito à percepção do trabalho concreto, ou seja, como o trabalho realmente é, o êxito e a realização pessoal, a justiça no trabalho, a sobrevivência pessoal e familiar, a independência econômica e a carga mental (BORGES, 1998; BORGES, ALVES FILHO, 2001).

Morin (1996; 2002), em uma perspectiva existencialista, afirma que dar um sentido a seus atos é uma necessidade vital para o ser humano, permitindo desenvolver uma força criativa e capacidade de imaginar. Isso ocorre pelo fato de que o indivíduo busca dar a suas condutas um sentido que seja aceitável para ele e para sociedade a qual faz parte (MORIN, AUBÉ, 2009). Dessa forma, interessar-se pelo sentido do trabalho é interrogar-se sobre a maneira como o indivíduo o concebe. Considerando esta concepção em que o sentido é produto da atividade humana, o sentido do trabalho se constitui como uma estrutura afetiva composta por três componentes: os valores subjacentes, ou seja, o significado; a orientação do indivíduo ao tocante ao trabalho e o grau de coerência que o trabalho tem para ele. O significado se refere às representações que o sujeito tem de sua atividade, assim como o valor que lhe atribui. A orientação é sua inclinação para o trabalho, o que ele busca e o que guia suas ações. E a coerência é a harmonia ou o equilíbrio que ele espera de sua relação com o trabalho (MORIN, 1996; 2002; MORIN, AUBÉ, 2009). Nessa ótica, há uma importante influência da organização do trabalho para a atribuição de sentidos, pois esta é capaz de alterar os comportamentos de forma que os trabalhadores passem a ter atitudes positivas para com as funções que executam, com a organização e com eles mesmos (MORIN, 2001).

Na perspectiva sócio-histórica, a categoria “sentido” remete a uma compreensão singular do sujeito, mais dinâmico e variante do que significado. Os significados produzidos historicamente pelo grupo social adquirem, no âmbito do indivíduo, um “sentido pessoal”, que se relaciona com a realidade, com a própria vida e com motivos individuais. Assim, os significados são os sentidos compartilhados e cada sujeito atribui sentidos particulares à realidade da qual se apropria (BASSO, 1998; NATIVIDADE, COUTINHO, 2012; CODO, 1997). O “mundo psicológico” dos seres humanos é, então, construído por meio do registro das experiências vivenciadas na relação com o ambiente sociocultural. Assim, o homem, ao mesmo tempo que atua no mundo, modifica a realidade e a si mesmo. Ele objetiva sua subjetividade e torna subjetiva a realidade objetivada (AGUIAR, LIEBESNY, MARCHESAN, SANCHEZ, 2009).

Nesse processo, no que se refere ao sentido, não há apenas reprodução do já criado, mas sim, a constituição de sentidos com base na dialética interna/subjetiva, ou seja, não são respostas superficiais, imediatas, mas históricas e singulares ao mesmo tempo. Constituem-se a partir de complexas reorganizações e arranjos em que a vivência cognitiva e afetiva é acionada e mobilizada (AGUIAR et al., 2009). Essa perspectiva visualiza o homem como um ser eminentemente social, reafirmando a relação entre sujeito e sociedade. O desenvolvimento da cultura marca o momento em que o homem passa a transformar a natureza pelo trabalho, criando suas próprias condições de existência e, dessa forma, recriando-se em uma dupla transformação. O trabalho é possível graças à utilização de instrumentos mediadores, criados pelos homens, que podem ser físicos ou signos produzidos para a comunicação e a representação da realidade (PINO, 2000).

Outra abordagem acerca dos sentidos do trabalho é a psicodinâmica do trabalho, sob o lócus psicanalítico, cujo principal representante é Christophe Dejours (1992; 2011; 2015). Esta é uma teoria crítica e uma clínica do trabalho que concebe que o mesmo precisa fazer sentido para o próprio sujeito, para seus pares e para a sociedade. Nessa perspectiva, o sentido do trabalho é formado por dois componentes: o conteúdo significativo em relação ao sujeito e em relação ao objeto. Esses conteúdos significativos permitem a construção da identidade pessoal e social do trabalhador por meio das tarefas que executa, fazendo com que ele consiga se identificar com aquilo que realiza (DEJOURS, 2015). Desta forma, ele pode ser conceituado como “uma representação individual e/ou coletiva do ato de trabalhar desenvolvida por meio de um processo de percepção e reprodução do sentido, onde se apreciam as

situações vivenciadas no ambiente de trabalho e a representatividade destas para o trabalhador” (COSTA, 2013, p. 375). Os sentidos dependerão do modo como os trabalhadores subjetivam a vivência laboral nas novas formas de organização do trabalho, experienciada por eles nos diversos setores produtivos da sociedade (DEJOURS, 2011). Considerando os pressupostos de prazer e sofrimento presentes na psicodinâmica do trabalho, o trabalho pode ser fonte de patologias, de adoecimentos ou de saúde. A depender do contexto, o trabalhador atribui diferentes significações às relações dinâmicas entre organização do trabalho e o processo de subjetivação (MENDES, 2007).

Com base nas perspectivas citadas, e no construcionismo social, que será abordado a seguir, é possível perceber que estas são diferentes formas de acessar e/ou visualizar o fenômeno, que remetem a bases epistemológicas, e que coexistem na prática da pesquisa, sem que uma abordagem se sobressaia paradigmaticamente em relação às demais no meio científico. Ainda assim, as diversas abordagens mantêm em comum a perspectiva de que os sentidos e significados são produções dos sujeitos a partir das experiências concretas na realidade (TOLFO et al., 2005), levando em consideração o papel da cultura e da sociedade como elementos fundamentais para a compreensão das significações. Alguns autores utilizam-se da palavra “significado(s)” para definir os processos de significação (BORGES, 1998); outros utilizam “sentido(s)” (MORIN, 2001; MORIN, TONELLI, PLIOPAS, 2007); assim como há aqueles que trazem diferenciações entre esses dois conceitos (AGUIAR et al., 2009; BERGER, LUCKMANN, 2004; VYGOTSKY, 1991).

Em que pese a importante diferenciação entre os termos “sentidos” e “significados” sugerida por Tolfo et al. (2011), os autores referem que os significados são construídos e apropriados coletivamente em determinado contexto, enquanto os sentidos dizem respeito a uma produção pessoal a partir da apreensão individual de tais significados. Apesar disso, reafirmam tratar-se de conceitos interdependentes, fenômenos articulados em relação aos quais não há como demarcar uma fronteira clara. Esta necessidade de definição se dá ao considerar que ora os termos serem tratados como sinônimos, ora como fenômenos diferentes, dificultam a evolução de estudos sobre a temática (TOLFO, PICCININI, 2007).

4.3.2 Os sentidos do trabalho na concepção do construcionismo social

Conforme exposto no capítulo anterior, este estudo se propõe a utilizar da perspectiva construcionista social para o entendimento da

produção de sentidos do trabalho no cotidiano. A visão construcionista social tem como principais precursores Peter Berger e Thomas Luckmann, Kenneth Gergen e Tomás Ibáñez, todos esses vinculados à Psicologia Social (SPINK, MEDRADO, 2004). O construcionismo social é voltado para a reflexão sobre os processos de significações construídos pelas pessoas em seu cotidiano (GERGEN, WARHUUS, 2001). Nessa abordagem, o cotidiano é entendido como a base material em que as pessoas constroem experiências sociais e produzem sentidos. Os conhecimentos sobre a vida cotidiana se circunscrevem nas objetivações dos processos e significações subjetivas pelas quais o mundo intersubjetivo é construído no senso comum, sendo que as ações produzidas no dia a dia constituem as relações sociais, historicamente datadas e culturalmente localizadas (BERGER, LUCKMANN, 2004; SPINK, 2004).

O conceito de sentido empregado constitui-se em uma construção dialógica e social, um empreendimento coletivo e interativo, por meio do qual as pessoas, na dinâmica das relações sociais, constroem os termos a partir dos quais compreendem e lidam com as situações e fenômenos a sua volta, ou seja, suas vivências cotidianas. A produção de sentidos se dá num contexto interacional, com atravessamentos por questões de ordem histórica e cultural, permitindo o relacionamento das pessoas com situações e fenômenos sociais. Em linhas gerais, eles são criados e recriados pelas pessoas em um jogo de ações e interações que as situam no mundo e decorrem do uso dos repertórios interpretativos de cada sujeito¹¹ (SPINK, FREZZA, 2004; SPINK, 2010; GERGEN, 2009; PINHEIRO, 2004).

Dar sentido ao mundo é uma força poderosa e inevitável na vida em sociedade, que vai além de uma atividade cognitiva e se constitui como uma prática social que implica na linguagem em uso (SPINK, MEDRADO, 2004). A investigação dos sentidos atribuídos a alguma atividade profissional, por exemplo, pode ser realizada por meio das narrativas ou discursos produzidos sobre a atividade desenvolvida. Assim, essa investigação é efetuada mediante as narrativas das pessoas sobre suas vivências, que são concebidas como discursos elaborados por meio de múltiplos fatores sociais, econômicos e políticos nos quais as pessoas são envolvidas no curso de suas vidas (GRAF, COUTINHO, 2011; GERGEN, WARHUUS, 2001). Por esse motivo, as práticas

¹¹ Repertórios interpretativos são entendidos como o conjunto de termos, descrições, lugares-comuns e figuras de linguagem utilizados por cada pessoa em seu cotidiano (SPINK, MEDRADO, 2004).

discursivas¹² constituem-se no foco principal de análise da abordagem construcionista, que implicam em uma variedade de produções sociais como expressão, incluindo as ações, seleções, escolhas, linguagens e contextos. O discurso, portanto, é uma modalidade privilegiada para o estudo da produção de sentidos, dada a informalidade das situações em que ocorre (SPINK, MENEGON, 2004, SPINK, FREZZA, 2004).

No construcionismo social, protagonismo se dá ao espaço da interpeçoalidade, ou seja, a relação com o outro (GERGEN, WARHUUS, 2001; GERGEN, 2009; SANCHES-JUSTO, FERREIRA, VASCONCELOS, JUSTO, 2010). As histórias contadas pelas pessoas constituem-se em desempenhos sociais que explicam os processos pelos quais descrevem, explicam e/ou compreendem o mundo em que vivem e a elas mesmas. Nos estudos dessa abordagem, são focalizadas as estruturas sociais e mentais para compreensão de ações e práticas sociais e, principalmente, os sistemas de significação que dão sentido ao mundo. Para Pinheiro (2004), ao relacionar as práticas discursivas com a produção de sentidos, assume-se que estes estão no próprio discurso, o qual faz da linguagem uma importante ferramenta para a construção da realidade¹³.

A produção de sentidos é entendida como um fenômeno sociolinguístico, em que o uso da linguagem sustenta as práticas sociais geradoras de sentido. É a partir das narrativas que as pessoas tentam expressar essa realidade inacabada, recontam a experiência humana de estar no mundo, apresentando como a experiência foi construída e pensada. Sob essa lógica, a realidade é uma construção social, em que as pessoas, ao conversarem, processam narrativas e produzem sentidos que as situam no mundo (GERGEN, 2009; PINHEIRO, 2004). Os fenômenos sociais são compreendidos a partir de construções históricas e a linguagem é uma forma de nomeação dessas construções, mas esses fenômenos não são reduzidos à linguagem (SPINK, FREZZA, 2004).

No que se refere ao método, que será apresentado em seu capítulo específico, essa abordagem enfoca a compreensão dos processos pelos

¹² “Expressão utilizada para demarcar e distinguir o foco de interesse das pesquisas voltadas para o papel da linguagem na interação social” (SPINK, BRIGAGÃO, NASCIMENTO, CORDEIRO, 2014, p. 327). Constituem-se em um caminho privilegiado para compreender os sentidos produzidos no cotidiano (SPINK, FREZZA, 2013).

¹³ O discurso é entendido como uma ação, um processo relacional de interações sociais que não se originam nem no mundo interno nem no mundo externo dos sujeitos (DALMASO, COUTINHO, 2010).

quais as pessoas entendem e produzem sentidos sobre o mundo, com foco no cotidiano da vida das pessoas, pois é nesse contexto que os sentidos são construídos e vivenciados. Ao produzir sentidos, as pessoas constroem o mundo a sua volta por meio da narrativa, utilizando-se para esta atribuição de sentidos os repertórios pessoais e os posicionamentos identitários. Para o construcionismo social a realidade é construída com base no entendimento de senso comum que as pessoas constroem e constitui-se em sentidos, não afirmando a existência de uma verdade absoluta ou que processos sociais têm uma validade interna relativa a uma realidade externa aos sujeitos (SPINK, 2004).

Como exemplo da utilização dessa abordagem em pesquisas sobre os sentidos do trabalho, é possível citar a realizada por Graf e Coutinho (2011), que identificaram as inter-relações entre as pessoas e o trabalho em seus contextos sociais, contextualizando-os a partir de uma leitura crítica da integração do social com o pessoal. As autoras consideraram a constante presença dos sentidos para quem executa uma atividade laboral, em que os sentidos podem ser atrelados a aspectos positivos, negativos ou neutros, mas sempre construídos nas tramas do cotidiano.

4.4 A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Em sequência serão retratados conceitos e discussões acerca da relação da população em situação de rua com o mundo do trabalho. Além disso, aborda-se brevemente a caracterização deste grupo e elementos sobre sua realidade social.

4.4.1 “Cercando o fenômeno”: a população em situação de rua e o trabalho

Para se referir a relação entre a inclusão/exclusão das pessoas em situação de rua e o trabalho, cabe retomar alguns aspectos sobre o atual contexto do mundo do trabalho, especialmente aqueles que mantêm estreita relação com a existência da população em situação de rua. Com base em afirmações de Heloani (2015), é possível afirmar que, na sociedade contemporânea, têm-se o pressuposto de que o indivíduo foi reduzido ao seu papel profissional. Seria no ambiente de trabalho que ele vivenciaria a concretude de alguns valores coletivos, ou seja, o estatuto profissional seria responsável por referenciar um sujeito social. O vínculo profissional ganhou relevância paradoxal diante de um mundo em que o vínculo com o trabalho na forma de emprego tende a ser cada vez mais raro, curto e superficial e, ao mesmo tempo, uma referência que

testemunha a existência do indivíduo na sociedade. O autor, ao se referir às novas formas de trabalho na contemporaneidade, ressalta que a falta de emprego decreta a morte social do sujeito, pois ele passa a não encontrar um lugar social, um estatuto, uma identidade, um reconhecimento ou uma existência social (HELOANI, 2015).

A complexidade da situação atual é demonstrada quando se constata que nem todos são considerados como suficientemente qualificados para o mercado formal de trabalho no sentido da entrada e permanência no mesmo, o que deixa em situação de vulnerabilidade grande contingente de trabalhadores (BARROS, 2015). Essa questão remete a um questionamento de Gaulejac (2007): o futuro do indivíduo depende da sua capacidade de gerenciar a si mesmo e a sua empregabilidade? Fala-se de uma responsabilidade do indivíduo sobre si mesmo, por sua própria existência social, seus sucessos e também seus fracassos, em que o indivíduo deveria fixar objetivos, avaliar seus desempenhos e tornar seu tempo rentável. O desemprego, por exemplo, resultaria de “falhas de empregabilidade” e, portanto, de “falta de adaptação”. Nessa perspectiva, a vida humana deveria ser produtiva diante de uma sociedade que se torna uma vasta empresa que integra aqueles que lhe são úteis e rejeita os demais. Cada um se mobiliza a serviço de objetivos decididos em função de lógicas financeiras, elas próprias determinadas por um mercado que se torna o grande organizador dos comportamentos e das subjetividades (GAULEJAC, 2007).

Nesse cenário, a competitividade torna-se palavra de ordem no cotidiano. O problema está no fato de que ela só é possível se houver desigualdade e exclusões, ou seja, há a exigência da exclusão de alguns em privilégio a outros, em uma competição constante cujas regras são iguais para todos, independentemente da situação de vida que vivenciam. As consequências palpáveis do estabelecimento e funcionamento destas relações de competitividade dizem respeito à exclusão de um número expressivo de trabalhadores. Assim, excluem-se os mais fracos, mantém a dominação dos mais fortes; legítima quem vence e degrada o vencido, que supostamente seria o responsável pelo seu fracasso (GUARESCHI, 2014).

Ao encontro dessa perspectiva, Di Flora (1987), em seu estudo intitulado “Mendigos: porque surgem, por onde circulam, como são tratados?”, afirma que a população em situação de rua é estigmatizada, pois escancara as contradições básicas do modo capitalista de produção. A autora argumenta sobre a falácia de que todos possuem iguais oportunidades e a evidência de que, embora a produção seja social, a apropriação dos ganhos é sempre individual, sendo que as pessoas em

situação de rua são testemunhas de que a exploração e a desigualdade estão no cerne deste modo de produção (DI FLORA, 1987). Além disso, fala-se sobre uma “nova ordem social”, com necessidade de qualificação permanente por parte do trabalhador, a qual é exigida e cobrada pelos representantes do mercado, cenário que cria a ilusão de empregabilidade, em uma ideologia de construção de competências como “porta de entrada para o paraíso perdido do emprego” (BARROS, PINTO, 2006, p. 330). Diante disso, suscita-se uma discussão sobre a responsabilidade do trabalhador pela conquista de um emprego e sobre o valor social daqueles que são excluídos diante dessa lógica do mercado.

Essas questões suscitam a discussão acerca da culpabilização das pessoas que vivem nas ruas por sua própria condição, especialmente pelo fato de não se adaptarem a lógica de mercado vigente. Alguns autores (DI FLORA, 1987; BARROS, PINTO, 2006; MATTOS, HELOANI, FERREIRA, 2008) comentam sobre a atribuição, por parte da população geral, de responsabilidade às pessoas em situação de rua por sua condição de vida. Essa responsabilização é baseada na ideia de que essas pessoas seriam fracassadas e malsucedidas por não abraçaram as oportunidades que a vida lhes concedeu, o que se relaciona à citada falácia de igualdade de oportunidades entre as pessoas. Nesse sentido, observa-se uma reprodução da lógica neoliberal de que cada um teria o direito de participar e competir com base em seus próprios méritos, escolhas e capacidades. Essas concepções ignoram os processos sociais implicados no fenômeno e a complexidade dessa questão, visto que seria reducionista e/ou simplista acusar as próprias pessoas como responsáveis por suas mazelas. A precariedade de condições de vida não diz respeito simplesmente a uma vontade individual de não trabalhar. Mais que isso, não é possível ignorar a imposição do sistema produtivo, cada vez mais seletivo e excludente, e da crise econômica, que traz como marco o desemprego estrutural (DI FLORA, 1987; BARROS, PINTO, 2006; MATTOS, HELOANI, FERREIRA, 2008).

No que tange a origem da população em situação de rua, não é possível afirmar que estas pessoas passem a existir somente na contemporaneidade. No entanto, as citadas mudanças no mundo do trabalho produziram excluídos do mercado de trabalho e ocorreu um aumento do número de sujeitos nessa situação. A esse respeito, profissionais que trabalham com esse contingente percebem que as recentes transformações do mundo do trabalho têm estreita relação com o crescimento da população em situação de rua (SOUZA, SILVA, CARICARI, 2007; PEREIRA, 2008; MATTOS, HELOANI, FERREIRA, 2008). A existência de segmentos crescentes que se

encontram privados do direito à propriedade da terra e do acesso ao trabalho e, portanto, de direitos fundamentais, pode ser considerada uma dimensão estrutural do capitalismo. Este produz a presença de sujeitos com perspectivas cada vez mais reduzidas de integração ou reintegração no mercado formal de trabalho, que vão para a rua por impossibilidades individuais e/sociais de vender seu trabalho (PEREIRA, 2008; MATTOS, HELOANI, FERREIRA, 2008).

Pereira (2009), ao referir sobre a expressão da questão social no Brasil e a população em situação de rua, afirma que o trabalho define se o indivíduo viverá bem ou mal, sendo que estar fora do trabalho significa, em linhas gerais, não ter casa ou morar em condições subumanas, sem acesso a condições básicas de vida, como educação, saúde, transporte, lazer, alimentação e saneamento básico. Para a autora, a existência da população de rua possui ligação estreita com os processos de urbanização, de crescimento das cidades e, concomitantemente, com o desenvolvimento do capitalismo. Tal condição de existência guarda marcas de profundas desigualdades, em que as pessoas em situação de rua seriam representantes da pobreza ou da exclusão, situando-se à margem do sistema de organização social e fora do sistema de produção e de consumo padronizados na vida social.

A população em situação de rua é entendida como uma das populações especiais descritas por Barros (2015) e este título é atribuído devido a sua situação de vulnerabilidade e suas dificuldades de construir posições seguras nas novas configurações no mundo do trabalho. A autora retrata o fato destas populações serem mantidas à margem do mundo laboral e encontrados em dispositivos ditos de inserção, vivendo em situação de precariedade, invisibilidade e vulnerabilidade (BARROS, 2015). Outro aspecto que remete a esta população seria a exclusão social, em que, diante da ausência de vínculos de emprego, o indivíduo passa a não encontrar respostas às suas necessidades vitais de valorização e de identificação a um grupo e perde a noção de dignidade própria e de compreensão das regras que sustentam o social (HELOANI, 2015).

Ao se referir a essa exclusão social, Barros (2015) afirma que esta é uma noção com amplo significado, mas que, de forma geral, trata de situações nas quais pessoas ou grupos encontram-se impedidos de participar de trocas sociais, o que comumente tem englobado desemprego, pobreza material e enfraquecimento dos vínculos sociais, relacionadas a processos de precarização salarial e desqualificação de grandes contingentes populacionais. Todos estes elementos relacionados à exclusão social possuem vinculação direta ou indireta com o trabalho e

se fazem presentes quando são considerados os trabalhadores informais em situação de rua.

Os excluídos social e economicamente são aqueles manifestamente incapazes de viver como as pessoas consideradas normais e adaptadas às normas vigentes, são os desadaptados na sociedade (BARROS, 2015). As pessoas em situação de rua, por exemplo, encontram uma interdição permanente de participar do “jogo” de relações sociais e uma situação praticamente irreversível de precariedade em suas condições de vida e trabalho, marcada pela reduzida qualificação profissional. Essa não participação social se relaciona com a ausência de relações econômicas, sendo importante lembrar que, ainda que estes sujeitos sejam considerados excluídos e estejam em situação de vulnerabilidade, eles permanecem dentro das fronteiras do convívio social, participando e criando estratégias de sobreviver, de “se virar” (BARROS, PINTO, 2006).

Ao encontro dessa perspectiva e com base nas afirmações de Castel (2009), é possível refletir sobre as situações de exclusão produzidas pela degradação das relações de trabalho e a crise da sociedade salarial. Nesse meandro, precarização, marginalização, vulnerabilização fazem parte da semântica e indicam alvos às políticas de inserção. Para as pessoas em situação de rua, costumeiramente não atendidas por ações de integração, acaba “sobrando” uma situação de patologia social, não sendo acolhidas e ficando presas a situações que não dominam, encontrando assim uma situação de maior vulnerabilidade. No que se refere ao trabalho, resta-lhes atividades marginais, bicos e pequenas ocupações como alternativa de sobrevivência (BARROS, 2015), havendo uma ruptura com as formas sociais geralmente aceitas de sobrevivência e de trabalho. O emprego acaba sendo “substituído” por trabalhos informais e formas específicas de garantia da sobrevivência de forma imediata, em que se garante somente o necessário para suprir as necessidades básicas (GHIRARDI et al., 2005; ROSA, 2005; BURSZTYN, 2000; AGUIAR, IRIART, 2012).

Para essa população e para os programas construídos com o objetivo de “vencer” a exclusão, trabalhar potencialmente se constituiria em meio para a integração social e o rompimento com essa posição marginal. Por esse motivo, há necessidade de reconhecê-lo enquanto função constituinte da vida subjetiva e do vínculo social, especialmente para essa população, garantindo-o como um direito de cidadania, distinto de ações assistenciais, humanitárias e terapêuticas, e como norma de integração social na sociedade capitalista ocidental contemporânea (BARROS, 2015). Para a população de rua, seja na ausência de trabalho formal, na presença de trabalho informal ou ao considerar a própria vida

na rua, chega-se à exclusão que vem por diferentes caminhos no atual mundo do trabalho. Demonstra-se uma invisibilidade social marcada por diferentes características (em diferentes histórias) e em vidas marcadas por exclusão social, vulnerabilidade social e violação de direitos.

Pereira (2009) faz menção ao fato de que a população em situação de rua, por seu crescimento numérico e por não possuir as habilidades requeridas para ser absorvida no atual mundo do trabalho, torna-se “desnecessária economicamente”. Acaba sendo posta à margem do processo produtivo e do circuito econômico tradicional, como “desnecessária” para a sociedade, irrelevante ao universo produtivo, para a qual parece não haver possibilidades de inserção (PEREIRA, 2009; WANDERLEY, 2014). Essa discussão também é pertinente ao estudo de Forrester (1997):

Uma quantidade importante de seres humanos já não é mais necessária ao pequeno número que molda a economia e detém o poder. Segundo a lógica reinante, uma multidão de seres humanos encontra-se assim sem razão razoável para viver neste mundo, onde entretanto, eles encontraram a vida (p.27).

A discussão trazida é que quando os mercados passam a não precisar mais de alguns cidadãos, estes deixam de ter uma vida legítima, passando a ser apenas tolerados (FORRESTER, 1997). Conjectura-se que, ao não possuir as qualificações necessárias para funcionar nem mesmo como “reserva” para o mercado, as pessoas em situação de rua não seriam funcionais para o setor econômico, uma espécie de estorvo ao não possuírem nenhuma “importância” econômica. Nesse sentido, se já foi falado em um “exército industrial de reserva” em outros históricos, aqui se refere aos “desnecessários”, que se constituem em estorvo para o mercado (VERAS, 2014). Ainda que a população em situação de rua seja expressiva em termos numéricos, é possível afirmar que estes são considerados os sobrantes ou “inúteis para o mundo” (CASTEL, 1998) diante do atual contexto do mundo do trabalho.

Mesmo diante desses elementos, é importante ressaltar que nem todo o trabalho produzido pela população de rua pode ser considerado desnecessário. Há um paradoxo, por exemplo, em relação à atividade de catador de material reciclável, pois esta é importante e útil para os meios de produção e contribui para esferas mais amplas do sistema produtivo oficial (BURSZTYN, 2000). Ainda que de maneira informal e

marginalmente, esse trabalhador está incluído, mas normalmente sem conseguir superar sua condição financeira (BARBALHO, BARROS, 2010)¹⁴. Dessa maneira, a essas pessoas cabe o estigma de desnecessidade para o mercado de trabalho, visto que são excluídos do mercado formal e conseguem apenas uma precária sobrevivência por outros meios (TOSTA, 2000; BURSZTYN, 2000).

4.4.2 Caracterização e discussões sobre a população em situação de rua

Antes de uma imersão efetiva na definição e caracterização das condições de vida dessa população, cabe uma explicação acerca da utilização dos termos “pessoa” ou “população em situação de rua” em detrimento de outros, tais como “morador de rua”. Apesar de todas essas nomenclaturas serem encontrados na literatura, adota-se a expressão “pessoas em situação de rua” ao se considerar sua utilização em documentos oficiais do governo, a recorrência em artigos científicos e, ainda que com algumas ressalvas, por conta das possibilidades de mobilidade social (TOSTA, 2000; ROSA, CAVICCHIOLI, BRETAS, 2005; AGUIAR, IRIART, 2012). Outro motivo para essa escolha é pelo conceito de “pessoa”, coerente com a perspectiva construcionista social, que o adota em busca de dialogia e com base na noção de relação, entendendo que a produção de sentidos se dá concomitantemente a produção de sentidos de pessoas em interação. Assim, não se privilegia nem a individualidade, nem a condição de sujeito, evitando dicotomias entre sujeito-objeto ou indivíduo-sociedade (SPINK, MEDRADO, 2004).

As ressalvas citadas acima fazem referência à consciência de que por detrás da designação “situação de rua” esconde-se um conjunto de diversidades, relações interpessoais e de trabalho complexas e singulares (ARAÚJO, 2000), e não se utiliza do termo para forjar uma transitoriedade nem sempre aplicada à prática. Entende-se que há aqueles que estão nas ruas circunstancialmente, identificados por Vieira, Bezerra e Rosa (2004) como aqueles que ficam na rua; os que ficam temporariamente e estão na rua, e os que são da rua, ou seja, utilizam deste espaço permanentemente (SCOREL, 2000; VIEIRA, BEZERRA, ROSA, 2004; SILVA, 2009). A referida transitoriedade é complexa de ser atingida, sendo que há muitas pessoas que efetivamente “moram” na rua, tem esse espaço como referência após longos períodos em tal condição. Dessa forma, utiliza-se essa designação genérica para abarcar

¹⁴ Essa questão será discutida com maior profundidade no capítulo de análise.

uma diversidade de pessoas e grupos que vivem nas ruas, pelos mais distintos motivos e por diferentes períodos (FARIA, MACHADO, 2004; SARMENTO, 2015). No entanto, sabe-se que nenhum termo é capaz de abarcar toda a complexidade e a importância de se manter a atenção na individualidade e na identidade destas pessoas (ROSA, 2005).

No que se refere à caracterização da população em situação de rua, este é um grupo que possui a heterogeneidade (SILVA, 2009) e a multideterminação (ARAÚJO, 2000) como principais características, com uma multiplicidade de condições de subsistência e moradia. Apesar disso, algumas características são entendidas como comuns na literatura, tais como o fato de ser um grupo composto predominantemente por homens com baixos níveis de renda, que por circunstância temporária ou permanente, se alojam em ruas, espaços públicos das cidades e/ou albergues (MATTOS, FERREIRA, 2004; BRASIL, 2008; AGUIAR, IRIART, 2012), ou seja, pressupõe-se a inexistência de moradia convencional regular (SILVA, 2009).

Não há precisão quanto ao número de pessoas em situação de rua no Brasil. Isso ocorre porque essa população não é contabilizada pelo IBGE, cuja amostra toma por referência o endereço domiciliar. O principal documento referência para as pesquisas tem sido o relatório da Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua, realizada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS em abril/2008, no qual foram identificadas 31.922 pessoas em situação de rua em uma amostragem com 71 cidades brasileiras com mais de 300.000 habitantes. Apesar de não ser usual este tipo de levantamento, um consenso na literatura tem sido relacionado ao aumento do número de pessoas em situação de rua ao longo dos últimos vinte anos (SARMENTO, 2015).

Dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (BRASIL, 2008) indicam que, de forma geral, essas pessoas enfrentam altos índices de discriminações, sendo impedidas de entrar em locais como transporte coletivo, rede de saúde, outros órgãos públicos, e não são atingidos pela cobertura dos programas governamentais ou benefícios dos órgãos governamentais; também é comum não possuírem documentos de identificação. Os principais motivos pelos quais essas pessoas passaram a viver e morar na rua, segundo a mesma pesquisa, se referem aos problemas de alcoolismo e/ou drogas; desemprego, desavenças familiares e outros infortúnios pessoais, como perda dos bens (BRASIL, 2008; BRASIL, 2011).

As pessoas em situação de rua estão entre as mais marginalizadas da sociedade: vivem expostas a condições de vida muito precárias,

incluindo dificuldade de acesso a direitos básicos da cidadania como habitação, alimentação, trabalho, higiene e saúde. Dentre esses sujeitos, encontram-se diferenças significativas em função das trajetórias individuais, o que garante grande heterogeneidade e dificulta a formulação de conceitos unidimensionais a respeito dessa população. Isso ocorre por conta de diferenças em relação ao tempo de permanência na situação de rua, o tempo em que os vínculos familiares foram rompidos ou fragilizados, as diferentes estratégias utilizadas para a sobrevivência, bem como as diversas vivências que conduziram e/ou mantêm a situação de rua (BRASIL, 2011; AGUIAR, IRIART, 2012; BARATA, CARNEIRO JÚNIOR, RIBEIRO, SILVEIRA, 2015). Na maioria dos casos apresentam-se histórias de vida desvinculadas no campo material e afetivo, e marginalizadas, discriminadas e negadas no sentido simbólico, em um estado permanente de desvinculação e um estatuto de excluído (SCOREL, 2000), o que torna explicações monocausais pouco eficientes para compreender o que leva uma pessoa a ficar e/ou permanecer em situação de rua.

Segundo Ghirardi et al. (2005), o dia a dia dessa população gira basicamente em torno de dois eixos principais: a busca por meios de sobrevivência, tais como albergues para descanso e locais para segurança noturnos, e a procura por trabalhos temporários, como bicos na construção civil ou o recolhimento de materiais recicláveis para venda¹⁵, que propiciam a arrecadação de uma pequena quantia em troca de serviços prestados. Dessa forma, é possível afirmar que viver na rua não significa viver totalmente sem dinheiro ou diante de uma eliminação total do trabalho da vida do sujeito. No entanto, indica uma ruptura com as formas sociais geralmente aceitas de sobrevivência segundo o princípio legitimador do mercado, no qual o trabalho, especialmente sob a forma do emprego, é provedor da moradia, da alimentação e das demais necessidades. Viver na rua significa adquirir o essencial para a sobrevivência sem passar pelo mercado formal, com o abandono do compromisso constante e cotidiano do emprego, que acaba por ser substituído por outras formas de trabalho e o desenvolvimento de novos códigos, de formas específicas de garantia da sobrevivência (GHIRARDI et al., 2005; AGUIAR, IRIART, 2012).

A concepção da população de rua enquanto parte da classe trabalhadora passou a ser retratada especialmente a partir da obra de Vieira et al. (1992), que foi a primeira a afirmar que esta população

¹⁵ Atividade que encontra o maior número de trabalhadores em situação de rua (KUNZ, HECKERT, CARVALHO, 2014; BRASIL, 2008).

acabaria por vivenciar essa situação pela dificuldade em vender sua força de trabalho. Mattos, Heloani e Ferreira (2008) trazem que a relação entre situação de rua e trabalho pode ser analisada em três momentos principais: a ida para a rua como processo que geralmente implica a ruptura com o vínculo regular de trabalho; a vivência nas ruas permeada por trabalhos intermitentes, informais e com rendimentos instáveis; e a saída das ruas como processo vinculado à aquisição de uma ocupação estável.

Uma pesquisa realizada pelo Instituto CSA e citada por Paugam (2014), com amostra representativa de pessoas em situação de rua da França¹⁶, questionou: “o que faltou na sua vida?”. As principais respostas foram os problemas de relacionamento na família (55%) e os problemas de emprego (46%). Sobre a ruptura dos vínculos sociais (questão frequentemente enfrentada por essa população), citam que esse é resultado de um processo: a vida dessas pessoas, após meses ou anos de privações, parece uma fuga sem esperança, onde muitos não têm mais nada a perder. Após terem interiorizado sua condição marginal passam a procurar, antes de qualquer coisa, satisfazer suas necessidades básicas e imediatas (ROSA, 2005; BURSZTYN, 2000; PAUGAM, 2014).

Snow e Anderson (1999), ao realizarem uma etnografia junto ao povo da rua do estado do Texas, nos Estados Unidos, identificaram as diferentes estratégias utilizadas por essa população para adquirir dinheiro. Dentre elas, o trabalho remunerado sob a forma da irregularidade assume protagonismo. Isso ocorre, segundo os autores, pois o próprio desabrigo reflete em dificuldades em se assumir um trabalho regular e em desvantagem imediata em relação a outros prováveis empregados, tais como os baixos níveis de qualificação e as circunstâncias específicas de vida de rua (SNOW, ANDERSON, 1999).

Nesse contexto, essas pessoas acabam se envolvendo com estratégias mais flexíveis para sua sobrevivência material. Costumam realizar os ditos “trabalhos de um dia”, com horário irregular, local variável e uma remuneração normalmente mais baixa que a do trabalho regular, mas que são pagos no mesmo dia¹⁷ e que não exigem referências e uma história de trabalho estável. Mesmo que essa “estratégia” seja uma

¹⁶ “Pesquisas realizadas pelo Instituto CSA em 1995 e 1997, contando-se, a cada ano, com uma amostra de aproximadamente 300 moradores de rua” (PAUGAM, 2014, p. 79)

¹⁷ Sabe-se que um dos problemas mais prementes para os “moradores de rua” é achar um modo de obter dinheiro quase imediatamente (SNOW, ANDERSON, 1999).

aparente solução para essas pessoas conseguirem seu sustento, essa condição traz complicadores. Muitos dos trabalhos costumeiramente realizados por essas pessoas ocorrem ao ar livre, tornando-os vulneráveis às interrupções das atividades em caso de períodos de chuva, por exemplo; já nos finais de semana, há pouco trabalho disponível. Outro elemento de dificuldade é de se manter trabalhando (e manter contato) com um mesmo “contratante” por mais de um dia, fazendo que a busca por uma ocupação tenha que ser constante. Além disso, essas pessoas raramente recebem algum benefício e, caso sofram algum acidente de trabalho, acabam não contando com a assistência necessária, o que as torna ainda mais vulneráveis (SNOW, ANDERSON, 1999).

Ainda que citadas pesquisas de Paugam (2014) e de Snow e Anderson (1999) tenham sido realizadas em âmbito internacional, as informações trazidas parecem se confirmar em território brasileiro quando considerados textos publicados recentemente¹⁸, em que alguns pesquisadores têm se dedicado ao estudo da população em situação de rua em diferentes estados brasileiros (SCOREL, 2000; AGUIAR, IRIART, 2012; MARCHI, CARREIRA, SALCI, 2013; HENRIQUE, SANTOS, VIANNA, 2013; ANDRADE, COSTA, MARQUETTI, 2014; KUNZ, HECKERT, CARVALHO, 2014; BARATA et al., 2015), identificando a presença e a realidade dessas pessoas e sua relação com o mundo do trabalho. Estes estudos são brevemente descritos a seguir.

Scorel (2000), autora nacional relevante nos estudos sobre a população em situação de rua, realizou uma pesquisa no estado do Rio de Janeiro em que encontrou pessoas que mantinham uma inserção vulnerável no mundo do trabalho desde antes mesmo da situação de rua, o que se intensificou após essa condição. A autora destaca a existência de trajetórias ocupacionais configuradas por precariedade de qualificação, intermitência do vínculo e não-fixação. Segundo a autora, as atividades exercidas nas ruas têm como característica geral o fato de que as oportunidades de exercício geralmente estão associadas à moradia nas ruas, local em que as atividades geralmente são desenvolvidas. Além disso, as ocupações são informais e precisam ser buscadas diariamente, sendo que a mais comum entre os entrevistados pela autora foi a catação de material reciclável.

¹⁸ Acessados por meio de livros e busca na Biblioteca Virtual de Saúde – Psicologia (BVS-Psi), sem delimitação do período de busca, com os termos “população de rua”, “população em situação de rua”, “pessoas em situação de rua” e “morador de rua”. São explicitados ao longo deste capítulo os artigos mais aproximados ao tema da presente pesquisa.

A pesquisa de Kunz, Heckert e Carvalho (2014), na região central da cidade de Vitória/ES, identificou na condição de rua pessoas com diferentes trajetórias, tais como desempregados de longa duração, a presença de jovens que sequer tiveram a oportunidade do primeiro emprego e egressos do sistema prisional. Os autores identificaram que estas pessoas utilizam diversas táticas de sobrevivência para garantir o dia a dia nas ruas por meio de ações astuciosas, e dentre as ações mais utilizadas estão pequenos serviços para os cidadãos domiciliados, comerciantes, guardadores ou vigilantes de carros, coletor e vendedor de materiais recicláveis ou a prostituição. Outros autores, como Aguiar e Iriart (2012), em investigação com 13 pessoas em situação de rua de Salvador/BA, Barata et al (2015), com 642 pessoas em situação de rua do centro de São Paulo, Marchi, Carreira e Salci (2013), em estudo junto a 19 pessoas em situação de rua de Maringá/PR, e Andrade, Costa e Marquetti (2014), em um estudo com 10 entrevistados da Cidade de Santos/SP, identificaram precárias inserções no mercado de trabalho para a população de rua, com o desenvolvimento de atividades na economia informal por meio de bicos (como olhar carros na rua, catar materiais recicláveis ou fazer pequenos serviços), mendicância (em menor proporção nas pesquisas), trabalhos temporários e desocupação. Dentre aqueles que conseguem alguma renda mensal, identificaram que grande parte dessas pessoas vivia com menos de meio salário mínimo (BARATA et al., 2015), o que aponta condições de vulnerabilidade e instabilidade financeira, que contribuem para que essas pessoas fiquem por períodos longos em situação de rua (MARCHI, CARREIRA, SALCI, 2013).

Todas as pesquisas citadas parecem confirmar o censo realizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome¹⁹ (BRASIL, 2008) no qual foi identificado que 70,9% da população em situação de rua é composta por trabalhadores que exercem alguma atividade remunerada, sendo que as principais atividades desenvolvidas por essa população são informais, tais como de catador de materiais recicláveis e flanelinha, sendo que apenas 9% dos sujeitos tinham carteira assinada. Cabe destacar que apenas 15,7% das pessoas pesquisadas afirmaram pedir dinheiro como principal meio para a sobrevivência, evidenciando que aqueles que sobrevivem unicamente da mendicância constituem minoria dentre a população estudada (BRASIL, 2008).

Essas informações demarcam a necessidade de uma maior discussão sobre esse fenômeno. Um fato identificado na literatura é que essa população por vezes é entendida como sendo composta somente por

¹⁹ Primeiro censo realizado acerca da população em situação de rua no Brasil.

“mendigos” e “pedintes” (SNOW, ANDERSON, 1998). Mattos e Ferreira (2004), em seu estudo sobre as representações sociais dessa população, indica que estas pessoas são frequentemente vistas como “perigosas”, “vagabundas” e que viveriam na rua por não querer trabalhar. Observa-se a existência de um olhar pejorativo em relação à população em situação de rua, que se materializa em relações sociais excludentes, que levam a maior parte da população a ignorar tais pessoas, tratando-as como inexistentes ou invisíveis (MATTOS, FERREIRA, 2004; SAWAIA, 2014).

Apesar de comumente desenvolverem atividades informais, as pessoas em situação de rua são, sob a ótica do trabalho, “improdutivas”, “inúteis” e “preguiçosas” (MATTOS, FERREIRA, 2004). A eles recai um paradigma de vagabundagem, que revela um preconceito existente na sociedade e faz com que se ignore vidas de lutas, perdas e rupturas, desespero e solidão (ROSA, 2005). Isso corrobora com as discussões trazidas anteriormente, em que, no atual contexto de trabalho marcado por instabilidade e insegurança, o mero acesso a uma ocupação sob a forma de bicos, trabalhos ocasionais e precários acaba por não produzir uma vida valorizada, criando os ditos “não cidadãos”, com base em seu reduzido lugar enquanto produtor, consumidor e sua precária localização no território (SANTOS, 1987 apud BARROS, PINTO, 2006; BARROS, PINTO, 2006).

Silva (2009), no livro intitulado “Trabalho e População em Situação de Rua no Brasil”, realizou uma busca bibliográfica em diferentes estados brasileiros, obtendo informações referentes a centralidade do trabalho na vida das pessoas em situação de rua. A busca contemplou cidades como Recife, Belo Horizonte e Porto Alegre. Na primeira, o desemprego foi referido como principal motivo para a situação de rua e o emprego foi visualizado, na maior parte dos casos, como a principal saída de sua atual condição. O mesmo ocorre a Belo Horizonte e Porto Alegre, em que a menção ao trabalho aparece como o maior desejo para um conjunto de casos estudados. A autora destaca que grande parte da população em situação de rua perdeu o emprego ou deixou a ocupação antes exercida, fazendo com que sofresse o aviltamento de suas condições de vida e trabalho. Em todos os cenários estudados, as relações com o trabalho passaram a ser mais precárias e subumanas a partir de sua condição social na rua.

Outra pesquisa relevante é a de Henrique, Santos, Vianna (2013) que, em seu estudo empírico sobre os sentidos e significados do trabalho para pessoas em situação de rua da cidade de Porto Velho, Rondônia, identificaram variados motivos que levaram esses sujeitos à exclusão do

mercado de trabalho, tais como a escassez de oportunidades de trabalho para determinada atividade, idade avançada, aposentadoria precoce, problemas de saúde física ou mental, baixa qualificação, entre outros. Nas entrevistas realizadas pelos autores, os participantes se identificavam pelo que sabiam fazer, por algum ofício que exerciam ou já haviam exercido, atividades que executavam com pouca ou nenhuma regularidade, entretanto que marcavam até aquele momento suas identidades. Apesar da exclusão do mercado de trabalho ser um ponto marcante na vida dessas pessoas, diversas declararam executar alguma atividade laboral de onde provêm renda. Quanto aos sentidos, deram ao trabalho uma importância como meio de autorrealização, entretenimento, meio de se obter dignidade e até mesmo de saúde física e mental. Os autores concluem afirmando que o trabalho pode ser considerado como um fator propulsor à inclusão social e à promoção de saúde para este segmento populacional (HENRIQUE, SANTOS, VIANNA, 2013).

Todo o exposto sobre a população de rua remete a um contexto de marginalização, que perpassa pela desvinculação familiar e social e pela exclusão ou inserção precária no mercado de trabalho. Qualquer análise, portanto, deve compreender uma vida e um cotidiano marcado por vulnerabilidade, exclusão social e violação de direitos, elementos estão que se relacionam às diferentes produções de sentidos do trabalho. Torna-se difícil encontrar respostas para algumas questões na literatura ao se perceber que a invisibilidade social presente na realidade parece se confirmar no que se refere à produção científica acessada sobre o tema, ainda não condizente com o crescente aumento desta população em território nacional.

5. CAMINHO METODOLÓGICO

Nesta pesquisa, entende-se o método (e o próprio fazer científico) como um processo, uma prática e uma linguagem social²⁰ atravessada por questões de poder e aspectos morais, políticos, teóricos e culturais (SPINK, 2003; CORDEIRO, FREITAS, CONEJO, LUIZ, 2014). “Constitui-se da riqueza de descrições e argumentações sobre todos os caminhos desviados ou seguidos pelo pesquisador em seu trabalho” (MEDRADO, SPINK, MELLO, 2014, p. 278). Ainda que o método possa exigir uma sistematização dos procedimentos de coleta e análise de dados, isso se faz relevante por possibilitar uma abertura para o diálogo com outros pesquisadores ou estudiosos sobre o tema de estudo, o que é construtor de diferentes possibilidades de pensar o mundo (MEDRADO, SPINK, MELLO, 2014).

Em coerência com o referencial construcionista social, assume-se a perspectiva de não neutralidade do pesquisador ao se considerar que a subjetividade deste é mais um dos recursos ao longo do processo de pesquisar, sendo este também um participante da ação observada. Isso não representa a inexistência do chamado “rigor metodológico”. Pelo contrário, entende-se que tal rigor perpassa a explicitação da posição do pesquisador e na reflexão sobre seus valores, interesses, contextos, influências e possibilidades de interpretação dos seus achados. Nesse sentido, é necessário compreender que diferentes maneiras de fazer pesquisa produzem diferentes realidades construídas nas práticas sociais (CORDEIRO et al., 2014; MEDRADO, SPINK, MELLO, 2014).

Nesse entendimento, a produção de conhecimento é um processo interpretativo que se transforma a cada nova interpretação ao longo da caminhada da pesquisa, com isso, não é exterior a quem o produz e a quem o compreende (MADERS, 2014). O conhecimento é algo que as pessoas fazem juntas, como resultado de um processo de socialização construído em conjunto, por meio das práticas sociais. Na pesquisa construcionista, há uma atitude mais geral do pesquisador que o leva a estar “no campo” (SPINK, 2010).

Tendo sido apresentados alguns fundamentos teóricos nos quais o método desta pesquisa é respaldado, opta-se agora por trazer alguns elementos relacionados à caracterização da mesma. Este estudo pode ser

²⁰ Para Bakhtin (1994), “linguagens sociais” são discursos peculiares a um estrato específico de uma sociedade, em um determinado sistema e em uma determinada época. Essas linguagens definem as possibilidades de comunicação e produção de sentidos (SPINK, 2003).

definido como exploratório e qualitativo, buscando produzir um conhecimento específico e contextualizado sobre os sentidos do trabalho para trabalhadores informais em situação de rua. Ele pode ser entendido como qualitativo por buscar entender o objeto de estudo em sua complexidade e em um contexto específico de produção de sentidos. Spink e Menegon (2004) afirmam que, na pesquisa qualitativa de base construcionista social, focaliza-se a explicação dos processos pelos quais as pessoas descrevem, explicam ou contabilizam o mundo no qual vivem, incluindo a elas mesmas nesse processo de produção (SPINK, MENEGON, 2004).

Quanto ao seu delineamento, pode ser entendida com um estudo de multicasos, modalidade de pesquisa que consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, com vistas ao amplo e detalhado conhecimento acerca do assunto (GIL, 2002). No caso da presente pesquisa, procede-se com o estudo detalhado dos casos de trabalhadores informais em situação de rua vinculados a um Centro Pop da região da Grande Florianópolis.

Na sequência, será descrito o caminho metodológico percorrido nesta pesquisa.

5.1 FASE EXPLORATÓRIA DA PESQUISA

Para Minayo (2004), a fase exploratória da pesquisa compreende a escolha do objeto de investigação, a delimitação do problema, a definição de objetivos, a construção do marco teórico, a elaboração dos instrumentos de coleta/levantamento de dados/informações e a exploração do campo. A entrada e a exploração do campo fornecem subsídios ao pesquisador acerca das primeiras aproximações com os sujeitos e fenômenos da pesquisa em seus lócus. Trata-se, portanto, de uma investigação prévia do campo, antes da coleta de dados (MINAYO, 2004).

Diante disso, do ponto de vista teórico, inicialmente foram acessadas informações sobre o fenômeno de estudo na literatura especializada, em livros e em bases de dados (como SciELO e PePSIC). O levantamento realizado incluiu as seguintes temáticas: sentidos e significados do trabalho, transformações no mundo do trabalho, a informalidade, e especificamente sobre a população em situação de rua²¹.

No que se refere aos primeiros contatos e aproximações com o campo de estudo, estes ocorreram antes mesmo do início do projeto de

²¹ Conforme apresentado nos capítulos de introdução e referencial teórico.

dissertação. Conforme mencionado na apresentação desta dissertação, no segundo semestre do ano de 2014 o pesquisador participou de uma intervenção junto a pessoas em situação de rua. Nesta experiência, foi conduzido um grupo com oficinas de temáticas variadas, em que o tema “trabalho” mostrou protagonismo. Em muitos encontros, as pessoas se referiam a diferentes sentidos relacionados ao trabalho, porém, poucas eram as informações sobre o trabalho dessa população²² na literatura acessada, em especial em estudos que relacionassem o contexto de vida dessas pessoas com a produção de sentidos do trabalho. Nesse momento, a ideia inicial do projeto de dissertação começou a ser pensada.

Já durante o mestrado, persistiu o desejo em continuar estudando esse tema, primeiramente com a já citada busca em bases de dados e com a retomada dos contatos com o Centro Pop. Os primeiros contatos para informar o interesse na realização da pesquisa ocorreram no segundo semestre de 2015²³, momento em que foi constatado que a equipe de técnicos do serviço (tais como psicólogo, assistente social e coordenadora) havia sido completamente modificada - nenhum deles era previamente conhecido pelo pesquisador. O Centro Pop estava com vários de seus serviços interrompidos por conta da ausência de condições físicas e do número de profissionais necessários para o atendimento²⁴. Os técnicos estavam temporariamente alocados em outro espaço da prefeitura, com pouco contato com os usuários. O atendimento do serviço, que se manteve de portas fechadas durante alguns meses, estava limitado a disponibilização de refeições por meio de um carro da prefeitura, em frente ao local. Nesse contexto, pouco foi acordado com a coordenação do local para além do interesse inicial em realizar a pesquisa.

Os contatos mais efetivos para a operacionalização da pesquisa ocorreram ao longo dos meses de fevereiro e março de 2016, após a banca de qualificação do projeto de mestrado²⁵. Inicialmente o contato ocorreu com a coordenadora de proteção social de média complexidade do

²² Foi entendido como necessário retomar algumas informações já citadas ao longo dos capítulos iniciais de modo a se compreender com maiores detalhes a fase exploratório da presente pesquisa.

²³ Nesse mesmo período, foi realizada uma visita a um outro Centro Pop da região da Grande Florianópolis, porém, por opção de aprofundar o estudo em um mesmo local, optou-se intencionalmente por prosseguir com o estudo apenas no município descrito ao longo da dissertação.

²⁴ As condições físicas do local são discutidas ao longo da dissertação.

²⁵ Realizada em 09 de dezembro de 2015.

município, com quem foi marcada uma reunião (via telefone e e-mail²⁶). Nessa reunião, foi apresentado o projeto e se obteve a autorização da Prefeitura Municipal para a realização da pesquisa. Ficou definido que, após a aprovação do projeto no Comitê de Ética e Pesquisa com Seres Humanos da UFSC (CEPSH – UFSC), o pesquisador retomaria o contato diretamente com a coordenação do Centro Pop para a realização de observações e entrevistas.

Antes da entrada efetiva no campo de pesquisa, o projeto foi submetido²⁷ e aprovado pelo CEPSH/UFSC, cumprindo os preceitos éticos indicados por Spink e Menegon (2004), que afirmam que a pesquisa ética é ancorada no respeito às diretrizes oficiais, tais como a Resolução CNS/MS 466/2012. Além disso, há o compromisso de: “1) pensar a pesquisa como uma prática social, adotando uma postura reflexiva em face do que significa produzir conhecimento [...]; 2) garantir a visibilidade dos procedimentos de coleta e análise dos dados [...]” (p. 91) e “3) aceitar que a dialogia é intrínseca à relação que se estabelece entre pesquisadores e participantes” (p. 91), sendo necessário atentar para “os consentimentos informados, a proteção do anonimato, e o resguardo do uso abusivo do poder na relação entre pesquisador e participantes” (SPINK, MENEGON, 2004, p. 91).

Após a aprovação do projeto no CEPSH/UFSC, foi realizado um período inicial de aproximações com o campo de cerca de três semanas antes do início das entrevistas. Nesse momento, o pesquisador realizou observações para a identificação do funcionamento do serviço, participou das reuniões do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) no local e conversou informalmente com diversos usuários. O objetivo esteve em conhecê-los, ouvir suas histórias, ou seja, participar daquela realidade e ser reconhecido pelos usuários do Centro Pop. Essa etapa se constitui em um processo de familiarização com aquele contexto e vinculação com os usuários.

A seguir, são apresentados alguns elementos sobre o ambiente e o procedimento de produção/levantamento de informações da presente pesquisa.

5.2 PROCEDIMENTOS DE LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES

²⁶ O telefone e o e-mail da coordenação foram obtidos através de uma antiga assistente social do Centro Pop, conhecida do pesquisador.

²⁷ Submetido no dia 18/03/2016 e aprovado em 11/05/2016.

O principal meio para a produção/levantamento de informações neste estudo foi a entrevista. A entrevista pode ser compreendida “como um processo dialógico em que ocorre negociação de pontos de vista e de versões sobre os assuntos e acontecimentos, e que vai posicionando ambos/as os/as participantes durante a sua interanimação” (ARAGAKI, LIMA, PEREIRA, NASCIMENTO, 2014, p. 60). A entrevista pode ser classificada, de acordo com seu enquadre, como estruturada, semiestruturada ou não estruturada (ARAGAKI, et al., 2014). Neste estudo, a opção escolhida foi a de uma entrevista semiestruturada por participante.

A entrevista semiestruturada é caracterizada pelo/a pesquisador/a construir, a priori, um roteiro para nortear o processo de interação. Apesar disso, ele/a tem liberdade para perguntar, propiciando momentos de construção, negociação e transformação de sentidos, havendo o compromisso mínimo de se seguir uma certa padronização (ARAGAKI, et al., 2014). Com base nisso, foram elaborados dois roteiros com um conjunto de questões abertas relacionadas ao tema da pesquisa, um com foco nos trabalhadores informais em situação de rua (Apêndice 1) e outro destinado aos técnicos do Centro Pop (Apêndice 2). A escolha desse procedimento (entrevista semiestruturada) se deu objetivando que as informações pudessem ser colhidas da maneira mais completa possível e que verificassem a singularidade de cada caso, sendo possível acrescentar perguntas e/ou aprofundar determinada questão, bem como comparar ou complementar informações entre diferentes interlocutores. Nesse sentido, havia algumas questões norteadoras, porém, outras foram agregadas conforme o fluxo discursivo e o jogo de posicionamentos produzidos (ARAGAKI, et al., 2014).

Para a elaboração dos roteiros de entrevista, utilizou-se do modelo proposto por Zago (2003), que propõe a organização da entrevista por temas e, dentre desses, a elaboração de questões específicas, de modo a hierarquizar assuntos ou temas e separar o que é central do que é periférico para a investigação (ZAGO, 2003). Os eixos temáticos definidos para a condução das entrevistas foram: dados de identificação, vida na rua, vivência de trabalho, cotidiano de trabalho, sentidos do trabalho, trajetória laboral e perspectivas para o futuro.

Em cada entrevista, tendo em vista que a finalidade da investigação das trajetórias laborais é a apreensão da dimensão temporal²⁸ da vida laboral dos participantes (COUTINHO, 2009), também foi realizada a elaboração de uma “Linha da Vida Laboral”, inspirada na técnica do

²⁸ Nesta pesquisa, foi enfatizada a dimensão temporal do passado e do presente.

“Gráfico da Vida Profissional” (SOARES, 2002). Esse procedimento consistiu em apresentar uma folha com uma linha na horizontal, em que o sujeito faria a exposição de maneira gráfica das suas vivências laborais até o momento presente, com o auxílio do entrevistador. As informações solicitadas a cada sujeito foram: trabalhos realizados ao longo da vida (cargo ou atividade desenvolvida), idade ou período em que de cada experiência laboral ocorreu e outras informações complementares (remuneração, motivos para parar de desempenhar cada tarefa, entre outros).

No que se refere ao procedimento de realização da entrevista, inicialmente o pesquisador abordou o usuário do Centro Pop, explicou o tema e a finalidade da pesquisa para o participante e, diante do seu aceite, foi entregue o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (apêndice 3) em duas vias, uma para o pesquisador e outra para o/a participante, este que foi lido ao/a entrevistado/a. Ao concordar com tudo o que estava escrito no documento, este assinava o TCLE. Cabe salientar que foi esclarecido que as informações colhidas seriam utilizadas para a análise da pesquisa e que o/a participante teria a possibilidade de desistir da participação da pesquisa a qualquer momento mediante contato com o pesquisador. Também foram cumpridos os demais preceitos éticos da Resolução CNS/MS 466/2012. Com isso, foram iniciadas as entrevistas, e as respostas dos/as participantes foram gravadas em áudio e transcritas integralmente, evitando perdas de informações. Cabe salientar que o convite para a participação na pesquisa ocorria no próprio Centro Pop. A entrevista era realizada preferencialmente no mesmo dia, sem marcação de horários a priori devido a rotatividade de usuários no serviço e a dificuldade de agendamento de compromissos com antecedência.

Quanto ao local das entrevistas, as mesmas foram realizadas na sede ou em espaços próximos ao Centro Pop, tais como em bancos ou papelões próximos ou na sala de atendimento psicossocial²⁹. O Centro Pop foi escolhido como local para a realização da pesquisa por se constituir em uma política pública específica para a população de rua, considerada um “ponto de encontro” com tais pessoas³⁰. O ambiente para a realização da entrevista foi definido a critério de cada entrevistado, sendo solicitado que escolhessem um local, próximo ao Centro Pop, no qual se sentissem à vontade para falar sobre o tema da pesquisa. A

²⁹ Apenas uma entrevista ocorreu na sala de atendimento do Centro Pop, as demais ocorreram em espaço externo ao serviço – na rua.

³⁰ O Centro Pop será discutido e caracterizado na primeira parte do capítulo de análise.

duração das entrevistas variou entre 13 minutos e uma hora e 30 minutos, com tempo médio de 47 minutos.

Mesmo sem informar a cidade escolhida³¹, tendo em vista que a autorização não foi solicitada à coordenação do serviço, cabe trazer algumas informações a respeito da Grande Florianópolis, contexto no qual foram produzidas as informações desta pesquisa. O território metropolitano da região contempla nove municípios (Águas Mornas, Antônio Carlos, Biguaçu, Florianópolis, Gov. Celso Ramos, Palhoça, Santo Amaro da Imperatriz, São José e São Pedro de Alcântara). Dentre eles, Florianópolis, São José e Palhoça contam com Centros Pop organizados e Biguaçu possui discussões sobre a implementação de serviços para essa população. Estes quatro municípios são entendidos como um “corredor de frequente trânsito da PSR³² em busca de trabalho e/ou como canal de fuga da rota do tráfico, ou ainda pela simples vontade de viver em outro território” (SARMENTO, 2015, p. 90).

Cabe destacar que a Grande Florianópolis apresentou uma vasta transformação urbana nos últimos anos, em especial na última década, com uma ampliação e qualificação econômica e estrutural. A capital é entendida como centro regional na prestação de serviços e no comércio. Ao mesmo tempo, encontra problemas de cunho social e de segurança pública, tais como as dificuldades com a mobilidade social, exploração imobiliária, tráfico e violência (SARMENTO, 2015).

Na região, não há um censo sobre a população em situação de rua. No entanto, o rastreamento institucional apresentado por Sarmento (2015) registrou o crescimento desta população tanto no território central, como em todo a região metropolitana, o que embaça “a vitrine da famosa ilha paradisíaca pelo encanto de sua natureza e praias diversas”³³ (SARMENTO, 2015, p. 87). A população em situação de rua da Grande Florianópolis é composta por muitos migrantes atraídos com a ideia de “ilha da magia” vendida na mídia, estes que não obtiveram êxito em sua busca por melhores condições de vida e acabaram dividindo o espaço das ruas com nativos em condição semelhante (SARMENTO, 2015).

5.3 PARTICIPANTES DA PESQUISA

³¹ Estudos sobre as cidades foram conduzidos com diferentes públicos em âmbito nacional, com aposentados (COSTA, 2015), por exemplo.

³² População em Situação de Rua - PSR.

³³ Conforme se buscou anunciar na epígrafe desta dissertação, com a música “Florianóia” da Banda Armazen.

Os participantes desta pesquisa foram trabalhadores informais em situação de rua e profissionais vinculados a um Centro Pop da região da Grande Florianópolis. No que se refere aos trabalhadores informais em situação de rua, ocorreu uma escolha deliberada dos/as mesmos; visto que a intenção de um estudo qualitativo não é se basear no critério numérico para garantir sua representatividade (MINAYO, 2001). Os únicos critérios pré-estabelecidos para a escolha desses participantes foram: estar vinculado ao Centro Pop; ter acima de 18 anos de idade e realizar atividades de trabalho informal. Por trabalho informal, entende-se aqui qualquer trabalho com assalariamento sem carteira, bem como o trabalho autônomo e de sobrevivência (CACCIAMALI, 2000). No total, foram entrevistados 12 trabalhadores informais em situação de rua³⁴, sendo 11 homens e uma mulher, esta última foi a primeira entrevistada, sendo submetida a uma entrevista exploratória, o que possibilitou algumas pequenas mudanças no roteiro de entrevista.

Além dos trabalhadores informais em situação de rua, foram entrevistados os/as técnicos/as de ensino superior (no total, três pessoas) do Centro Pop, que constituíam a equipe técnica do serviço no momento do levantamento de informações, a saber: uma coordenadora, um psicólogo e uma assistente social; também foi incluída uma estagiária de Serviço Social. O motivo para a inclusão destes profissionais diz respeito ao contato direto e diário destes trabalhadores com a população em situação de rua no ambiente de levantamento de informações. Dessa forma, entende-se que eles detêm informações importantes para a caracterização da população atendida no serviço.

Para responder aos objetivos desta dissertação e por conta do volume de informações produzidas, foram privilegiadas as falas dos trabalhadores informais em situação de rua. As entrevistas dos técnicos foram consideradas complementares, sendo utilizadas unicamente para a caracterização do perfil da população atendida pelo Centro Pop.

5.4 ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES

Na perspectiva proposta por Spink e Lima (2000), durante todo o percurso da pesquisa o pesquisador está imerso em um processo de interpretação, que também é um processo de produção de sentidos. O sentido é o meio e o fim da tarefa de pesquisar e a interpretação é sempre circular e inacabada, na qual o/a pesquisador/a objetiva entender eventos

³⁴ Um quadro detalhado com a caracterização dos participantes será apresentado no capítulo de análise.

a partir de categorias, hipóteses e informações contextuais variadas (SPINK, LIMA, 2004; MADERS, 2014). Dessa forma, o/a pesquisador/a se encontra em constante processo de (re)interpretação das informações levantadas e a análise reflete os interesses, as formulações e linguagens do mesmo (BRUSCHI, GUARESCHI, 2007, RIESSMAN, 2008; MADERS, 2014).

A partir das informações produzidas, foi realizada a análise qualitativa, relacionando os resultados com os objetivos propostos a fim de responder à pergunta de pesquisa. Para a análise das informações, foi focalizada a compreensão dos processos pelos quais as pessoas entendem e produzem sentidos sobre o mundo, sendo dada atenção especial ao cotidiano da vida das pessoas e ao entendimento dos fatores históricos e culturais que permeiam este cotidiano (SPINK, FREZZA, 2004).

A análise do material produzido foi iniciada com uma imersão no conjunto de informações levantadas por meio de diversas leituras do material transcrito, deixando surgir os sentidos nesse processo. Assim, categorias de análise foram elaboradas com base no confronto entre os sentidos construídos ao longo do processo de pesquisa e de análise e da familiarização com o campo de estudo e com as teorias de fundamentação teórica (SPINK, LIMA, 2004). A análise do material foi inspirada na análise temática de narrativas, que, conforme aponta Riessman (2008), consiste em investigar quais conteúdos uma narrativa comunica. Assim, faz uso da própria linguagem do entrevistado em diálogo com a literatura existente, estabelecendo questões que problematizem e desnaturalizem.

Ainda que tenham sido produzidos diários de campo³⁵ ao longo da fase exploratório e do levantamento de informações, foram priorizados os dados decorrentes das entrevistas semiestruturadas realizadas junto aos trabalhadores informais em situação de rua durante a fase de análise, em que foi possível organizar as narrativas em temáticas e articulá-las com as proposições teóricas a fim de responder ao problema de pesquisa e aos objetivos específicos (RIESSMAN, 2008).

A análise das falas dos entrevistados considerou discursos inseridos em um momento singular e por pessoas singulares (SPINK, MENEGON, 2004) e, por isso, optou-se por iniciar o capítulo de análise com uma descrição singular sobre cada participante, contendo informações sobre suas histórias de vida e de trabalho. Essa descrição foi possível a partir de um conjunto de leituras dos materiais transcritos e da

³⁵ Diários de campo são entendidos como “anotações pessoais sobre acontecimentos marcantes ou sobre experiências do dia a dia” (MEDRADO, SPINK, MÉLLO, 2014, p. 274)

elaboração de um quadro de análise para cada participante, produzido para organizar individualmente as narrativas dos entrevistados. Nesse quadro, foram realizados recortes de trechos de entrevista relacionados aos seguintes eixos, que foram analisados e são descritos ao longo do capítulo de análise: dados de identificação, vivências que levaram à vida na rua, trajetórias laborais, cotidiano de vida e de trabalho, e sentidos do trabalho.

A partir dos quadros individuais de cada participante, foi possível elaborar um quadro único contendo os discursos de todos os entrevistados, o que possibilitou extrair as similaridades das experiências dos diversos sujeitos em relação aos eixos acima citados.

5. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo serão apresentados os resultados pertinentes à pesquisa realizada com os trabalhadores informais em situação de rua. Com o objetivo de trazer uma compreensão aprofundada do contexto de levantamento das informações, inicialmente será apresentada uma descrição da realidade da política pública acessada na presente pesquisa, ou seja, o Centro Pop, e sobre os técnicos que nele atuam. Na sequência, descreve-se a história de vida e de trabalho de cada participante.

5.1 O CENTRO POP: APROXIMAÇÕES COM A REALIDADE DA POLÍTICA PÚBLICA NA PRÁTICA

A formulação de ações de combate à pobreza e de políticas de proteção e seguridade são bastante recentes no Brasil, em especial no que se refere às políticas públicas de atendimento à população em situação de rua. Em 2004, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) reconheceu a atenção para esta população no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). A prerrogativa de que deve ser incluída a criação de programas destinados às pessoas que vivem nas ruas na organização dos serviços da Assistência Social foi preconizada na promulgação da Lei 11.258, de 30 de dezembro de 2005, que inclui esta população no 23º artigo da Lei Orgânica da Assistência Social (Lei 8.742, de 07 de dezembro de 1993).

O Centro Pop é previsto no Decreto nº 7.053/2009, que instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua e o seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, constituindo-se em uma unidade de referência da Proteção Social Especial de Média Complexidade no âmbito do SUAS, de natureza pública e estatal voltado ao atendimento especializado à população em situação de rua. Ele oferta o “Serviço Especializado de Atenção às Pessoas em Situação de Rua”, cuja finalidade é assegurar atendimento com atividades direcionadas para o desenvolvimento de sociabilidades. Na perspectiva de construção de vínculos interpessoais e familiares, busca oportunizar a construção do processo de saída das ruas para pessoas que a utilizam como espaço de moradia e sobrevivência (BRASIL, 2011).

O serviço proporciona trabalho técnico (atendimento psicossocial) para a análise das demandas dos usuários, orientação individual e grupal e encaminhamentos a outros serviços que possam contribuir na construção da autonomia, da inserção social e da proteção às situações de

violência. Além disso, promove o acesso a espaços de guarda de pertences (serviço não oferecido no Centro Pop estudado), higiene pessoal (espaço para banho, lavar roupas e escovar os dentes), alimentação (café da manhã e almoço, no caso do referido Centro Pop) e provisão de documentação civil (possibilitada no atendimento psicossocial). É também um endereço institucional para utilização como referência dos usuários e local de alimentação do sistema de registro dos dados de pessoas em situação de rua (BRASIL, 2011).

Os pressupostos acima elencados dão indicativos da forma como o serviço deve ser realizado, ou seja, as orientações técnicas para implantação e funcionamento do Centro Pop. No entanto, cabe informar acerca das condições precárias de funcionamento da política pública acessada no decorrer dos meses de levantamento de informações. Quanto à estrutura física do Centro Pop, pôde ser observado que a condição de “assegurar a provisão de espaço físico adequado e materiais necessários à execução das ações a serem desenvolvidas” (BRASIL 2011, p. 47-48) não vinha sendo garantida pela rede socioassistencial do município. Observou-se uma inadequada iluminação, ventilação, conservação, salubridade, limpeza, segurança, acessibilidade, infraestrutura física e recursos materiais. Seu funcionamento ocorria por 7 (sete) horas diárias, o que diverge da legislação, que preconiza que o Centro Pop “deve estar aberto para atendimento ao público, necessariamente nos dias úteis, no mínimo 5 (cinco) dias por semana, durante 8 (oito) horas diárias” (BRASIL, 2011, p. 51).

No período que antecedeu as entrevistas, o Serviço havia sido fechado repetidas vezes devido às condições inadequadas de funcionamento, conflitos, brigas e roubos ao espaço físico da unidade³⁶. Essas informações são importantes porque dão indicativos sobre o local em que as informações foram produzidas e da realidade vivida pelos usuários no acesso à política pública e seus desdobramentos em ações. Narrativas vinculadas às condições físicas e a preocupação de novos fechamentos do serviço foram presentes em diversas entrevistas, tanto dos técnicos, como das pessoas em situação de rua.

5.1.1 Os trabalhadores do Centro Pop

Nas orientações técnicas para funcionamento do Centro Pop, é reforçado o papel dos trabalhadores “para a efetividade do trabalho social

³⁶ Cerca de um mês após a finalização do levantamento de informações, o Centro Pop voltou a ser fechado sem previsão para reabertura.

e para a qualidade dos serviços prestados pelo Centro POP. Para a adequada composição da equipe da Unidade deve-se observar o prescrito na NOB/RH/2006, e, ainda, na Resolução do CNAS nº 17/2011” (BRASIL, 2011, p. 53). A equipe do Centro Pop, no momento do levantamento de informações, era constituída por trabalhadores da área de serviços gerais, manutenção, motorista e técnicos de nível superior.

A constituição da equipe técnica do serviço contava com um psicólogo, uma assistente social e uma coordenadora. A equipe possuía ainda uma estagiária em serviço social. Dessa forma, essa composição não assegura o previsto na legislação para o atendimento de 80 (oitenta) casos (famílias ou indivíduos/mês) em Centros Pop – como é o caso do serviço³⁷. A tipificação prevê a presença de um(a) coordenador(a), dois psicólogos(as) e dois assistentes sociais, além de outros profissionais para oficinas e auxiliares administrativos, o que não havia no serviço no momento do levantamento de informações. Como pode ser observado na tabela a seguir, toda a equipe técnica trabalha há menos de um ano no serviço, com exceção da estagiária, esta que já foi acompanhada por vários supervisores ao longo da vigência do estagiário.

Tabela 01: Caracterização dos/a profissionais do Centro Pop

Cargo	Idade	Escolaridade	Tempo no Centro Pop
Coordenadora	58	Graduação em Serviço Social	9 meses
Estagiária	47	Estudante de Serviço Social	1 ano e 2 meses
Assistente social	50	Graduação em Serviço Social	3 meses
Psicólogo	37	Graduação em Psicologia	9 meses

Fonte: Elaboração do autor (2016).

Cabe destacar que o psicólogo e a assistente social foram contratados por meio de processo seletivo simplificado, ou seja, não possuem vínculo como funcionários públicos concursados³⁸. A única pessoa concursada da equipe é a coordenadora que, antes de desenvolver

³⁷ Os técnicos não informaram com precisão quantos casos eram atendidos pelo Centro Pop. É notório, no entanto, que o número de usuários é superior a 80 casos. No horário de almoço, por exemplo, observava-se diariamente a circulação de mais de 50 pessoas pelo equipamento.

³⁸ Logo após a finalização do levantamento de informações, todos os técnicos foram novamente substituídos.

as atuais atividades, realizava atendimento psicossocial como assistente social do Centro Pop. Desde a inauguração do serviço no município estudado, o Centro Pop conta com alta rotatividade de profissionais, sendo que, nos últimos quatro anos, quatro coordenadores assumiram essa função. Todos esses elementos potencialmente trazem dificuldades para o efetivo funcionamento do Centro Pop e da continuidade dos atendimentos junto aos usuários do local.

As informações levantadas na pesquisa serão apresentadas em sequência, inicialmente com uma breve caracterização da singularidade de cada sujeito quanto a sua história de vida e de trabalho atravessada pelas vivências na rua. Em continuidade estão os principais conteúdos sobre as vivências que levaram à vida na rua, cotidiano de trabalho, trajetórias laborais e sentidos do trabalho em suas interconexões com o contexto da rua.

5.2 DESCRIÇÃO DA HISTÓRIA DE VIDA E DE TRABALHO DOS PARTICIPANTES

Partindo do pressuposto de que os sentidos do trabalho afetam diretamente a subjetividade, estes só podem ser compreendidos a partir de condições concretas de existência de cada sujeito (BARBALHO, BARROS, 2010). Por esse motivo e considerando a necessidade de conhecer com profundidade as histórias dos participantes da pesquisa (SARMENTO, 2015), inicialmente serão apresentadas as vivências e condições objetivas de vida e de trabalho de cada participante³⁹ a fim de proceder com a análise das informações no capítulo subsequente:

5.2.1 Antônio

Antônio tem 30 anos, nasceu na região da Grande Florianópolis e seu estado civil é solteiro. Estudou até a quarta série do ensino fundamental e parou com os estudos por “vários motivos, ter que trabalhar, não conseguir se manter”. Assevera não ter praticamente nenhum contato com a família, pois não mantém boa relação com eles. O entrevistado tem 3 filhos, mantendo contato eventual com um deles, porém não tem coragem de vê-lo em suas atuais condições físicas e psicológicas. Atualmente, participa de algumas reuniões do MNPR

³⁹ As informações expostas ao longo deste capítulo partem unicamente do relato dos participantes.

quando estas ocorrem no próprio Centro Pop. Comenta não ter momentos de lazer.

Antônio começou a utilizar drogas por volta dos 10 anos de idade. Perdeu sua mãe com dois anos em São Paulo. Ainda durante a infância, seu pai tentou violentá-lo⁴⁰. Ele descreve: “eu não tinha educação, eu não tinha um pai, eu não tinha nada. Meu pai me ensinava a roubar, então, foi aí que fui pro orfanato”, quando tinha 5 anos de idade. Acabou não se adaptando ao orfanato e foi para as ruas, ainda criança, aos dez anos. Comenta que a responsabilidade “bateu muito cedo” na sua porta, virando “o homem da casa” na adolescência, “sustentando uma família com 10 anos de idade e uma caixa de sapato nas costas”. Essa família era sua madrasta e seus irmãos, visto que seu pai os abandonou quando ele tinha essa idade.

Teve filhos muito cedo, por volta dos 15 anos de idade, mesma idade na qual teve sua primeira internação em uma comunidade terapêutica para tratamento da dependência química. Após esse período, conseguiu ficar por 7 anos sem utilizar drogas, período no qual tinha uma casa, esposa e filhos. Além dos abusos do pai, comenta que o crack foi um dos principais responsáveis pela situação em que se encontra atualmente, e complementa:

Tem pessoas que estão na rua não por falta de opção, ta ligado, tão na rua porque querem, tem família, tem mãe, tem pai, tem casa, tem tudo, ta me entendendo, isso de uma certa forma acaba te revoltando. Tem mano na rua que nem, sabe cara, que nem droga usana verdade, aí um cara me disse assim ó “cara, tem gente que não usa droga, mas vive uma droga de vida” e é verdade, cara”.

Atualmente, vive sozinho, pois perdeu sua mulher e filhos. Isso não aconteceu por conta das drogas, e sim, por uma “traição familiar”. Antônio, no momento, está em situação de rua há cerca de 6 meses, porém, comenta “ir e vir” para alguma casa por diversas vezes ao longo dos últimos 20 anos. Ele se identifica como um peregrino: “Quando me encho dali, por exemplo, do lugar, eu sou o cara que não tem medo de encarar o novo, se for preciso peregrinar daqui até o Paraná ou dali até São Paulo, eu vou”. Em sua última caminhada, encontrou “uns bacieiros”⁴¹

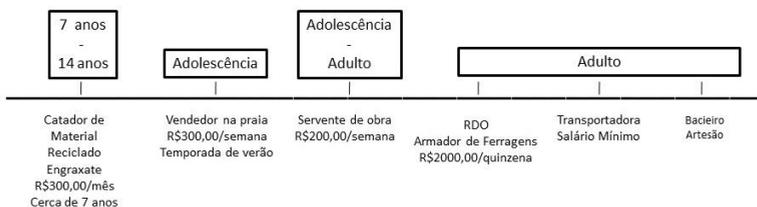
⁴⁰ Não entra em detalhes em relação a essa informação.

⁴¹ Vendedores de bacias.

trabalhando na rua”, com quem passou a desenvolver atividades como vendedor.

Em relação a sua trajetória laboral, conforme demonstrado na figura 01, Antônio começou a trabalhar aos 7 anos, quando “puxava papelão” com o seu pai, em um carrinho de reciclado por conta da situação financeira de sua família. Ao longo da infância, também foi engraxate. Parou de realizar essa atividade aos 13/14 anos, quando vendia óculos na praia. Depois disso, ainda durante a adolescência, passou a trabalhar na área de construção civil como servente, o que persistiu realizando na vida adulta. Além disso, como armador de ferragens, trabalhou em algumas empresas construtoras. Também atuou em uma fábrica de blocos, lajes e pré-moldados. Estas foram as duas únicas experiências com vínculo de emprego da história laboral do entrevistado. Antônio se autodenomina um armador de ferragem, pois seria isso que verdadeiramente sabe fazer e se identifica.

Figura 01 – Trajetória Laboral de Antônio



Fonte: Elaboração do autor, 2017.

Além dessas experiências, teve apenas “serviços picados”, referindo-se às experiências informais e de curto período de tempo, tais como a de bacieiro, já citada anteriormente. Neste trabalho, em que viajava por diversas cidades vendendo bacias, “as condições não eram muito favoráveis”. Ele diz isso porque contratavam apenas pessoas em situação de vulnerabilidade, tais como pessoas em situação de rua e usuários de drogas, e lá “rolava bebida, rolava droga”, o que não era a experiência que ele buscava. Por esse motivo, decidiu parar de realizar essa atividade.

Antônio destaca ter dificuldades em conseguir um emprego na atualidade, pois não possui roupas e documentos, ele provoca: “como é que eu vou chegar em uma obra mano, de chinelo de dedo e de regata?”. Também destaca que as condições de vida dificultam a inserção no

mercado de trabalho e a manutenção em um emprego nos moldes tradicionais. Antônio comenta sobre o interesse em ter um emprego devido as condições precárias de trabalho no mercado informal: “as condições que te oferece, que é poucas né? No caso, se tu te machucou, já era, tu não tem direito nenhum”.

5.2.1.1 Cotidiano de vida e trabalho

Atualmente, Antônio faz “de tudo um pouco, vai da ocasião”, trabalhando com várias atividades. Ele cita exemplos como carregador, flanelinha, artesão, entre outros. Ele comenta: “quando assim não tem trabalho de carga e descarga, de chapa⁴², por exemplo, eu faço também uns tramos de artesanato também, sobrevivi muito disso, muito”. Nessa atividade, ele produz motos de ferro e as vende nas ruas.

Como exemplo de um dia de trabalho como flanelinha, comenta que na noite anterior trabalhou em um estacionamento de uma pizzaria próxima ao Centro Pop com Tiago⁴³, onde ganhou cerca de R\$20,00 em um fim de noite. Apesar de considerar que o valor conseguido é pequeno, revela uma satisfação em ter feito isso com honestidade: “a gente ficou bem mais de 3 horas, 4 horas aqui pra ganhar uma mixaria, mas po, tu sabe que essa mixaria aqui é tua e ninguém vai falar o contrário disso, cara”. Mesmo que realize essa atividade em alguns momentos, declara não gostar muito, e considera que nessa atividade se “é pidão”, pois se pede uma contribuição por um serviço realizado e a pessoa não é obrigada a pagar. Destaca como pontos negativos o fato de que “não é registrado” e “não é algo fixo pra ti”.

Atualmente, diz estar interessado em investir mais em seu trabalho como artesão, em especial porque iria para uma casa de acolhimento no dia da entrevista. Neste local, considera que terá tempo, local e apoio para produzir e sair para vender. Afirma que é possível trabalhar adequadamente – elaborando seu produto e guardando algum dinheiro - apenas tendo “um teto para ficar”, onde “vai poder ter meios para poder pensar sobre como tu vai administrar a tua grana”. Segundo ele, “na rua tu não tem o que administrar mano, bateu a fome, tu é obrigado a gastar” e fala a respeito de um “imediatismo” presente nas

⁴² Os chapas, cujo nome remete a expressão popular de “parceiro” ou “camarada”, são trabalhadores informais que auxiliam os caminhoneiros na descargas dos veículos. Em geral, ficam nas rodovias com uma placa escrito “chapa” esperando por uma demanda de trabalho.

⁴³ Cuja história será descrita adiante.

ruas: “já é automático, tu pega com uma mão e já solta com a outra, na rua é assim, mano, tu não tem como “ah não, vou administrar”, lá não paga luz, não paga água, não paga aluguel”.

Em relação as suas atividades como artesão, produz “réplicas de moto, origami de papel, talhadura com madeira”, entre outros. Quando tem um produto pronto, sai para vender: “às vezes em uma sinaleira, às vezes numa praça onde tem fluxo de pessoas né, onde tu possa ali mostrar, representar o teu trabalho”. E complementa: “o trabalho artesanal que eu faço, muitos deles tu não precisa oferecer, tu montou uma mesa, montou uma bancada, deixou tudo pronto ali, as pessoas que estão passando, elas mesmo se interessam de perguntar”.

5.2.2 Fred

Fred é atendido pelo Centro Pop há muito tempo – ao menos três anos. Isso significa que o pesquisador já teve diversos encontros com o usuário, inclusive no período no qual desenvolvia atividades de estágio no local. Durante o levantamento de informações, ocorreram diversas conversas com o usuário. Fred se colocou à disposição desde o primeiro dia de coleta e foi um dos primeiros entrevistados.

Fred nasceu no Estado do Paraná, porém, vive na região da Grande Florianópolis desde os seis meses de idade. Foi criado pelos tios até os 18 anos de idade. No momento da entrevista, tinha 24 anos, sem filhos. Seu estado civil era de solteiro, porém, namorava há 5 anos com uma mulher que não está em situação de rua:

Conheci uma menina, ela tá comigo até hoje, me ajuda bastante, ela não é desse mundo, tipo assim, desse mundo que nós vive. Ela tem família, ela tem casa, ela tem trabalho, né, faz cinco anos já que eu to com ela e ela sempre me ajudando, me apoiando, me incentivando, mas a luta é bem difícil, não tem como, não dá.

Afirma ter o ensino fundamental incompleto como escolaridade, estudou até a sexta série. Atribui o envolvimento com amizades “erradas” como motivo para ter parado os estudos:

Eu comecei a gazeer aula pra soltar pipa, pra fazer um monte de coisa, comecei a me envolver com gente errada, quando eu vi, eu parei de estudar, aí minha mãe começou a pegar no meu pé, chegou

uma hora que ela nem falava mais nada. Aí eu acordava de manhã, tomava café e ia pra rua. Voltava 10 horas da noite. Isso aí eu era de menor ainda. E eu ficava assim, só na rua de casa, incomodando a vizinhança inteira. Foi aí que começou a minha história na rua, a coisarada toda.

Atualmente, não participa do MNPR, do qual relata que fez parte no passado: “Já participei, mas isso ali não é pra mim. É o trabalho deles, eu não sei assim, falar em público como eles fazem”. Não utiliza do trabalho de nenhuma instituição pública além do Centro Pop, e faz uso do espaço do serviço apenas para tomar banho, almoçar e trocar de roupa.

No que se refere aos seus vínculos familiares, Fred esclarece que atualmente mantém contato com sua família:

Tenho contato, eles vêm me ver, eles me ajudam quando precisa, entendeu? Só que na questão de voltar pra casa, isso é uma coisa que é a última missão na minha vida que eu possa fazer quando eu estiver bem, é reatar o relacionamento com minha família, a confiança, né? O respeito, porque isso demora, né? Entendeu? Fazer uma reparação com alguém que tu machucou, prejudicou, demora, demora anos pra ti pegar confiança de volta. E isso ainda não está nos meus planos. Meus planos é primeiramente sair da rua, arrumar um trabalho, entrar dentro de uma casa, onde eu possa entrar e sair a hora que eu quiser, ter o meu conforto, ter a minha privacidade pra mais pra frente eu poder chegar pra minha mãe, dar um abraço nela e dizer “mãe, agora eu mudei. Agora eu me tornei o filho que a mãe queria”, não aquele empresário, mas aquele filho dedicado, aquele filho que ela sempre quis que eu fosse. É isso aí.

Comenta estar na rua há cerca de 10 anos – informação que não coincide com sua idade. Ao longo desse período, no entanto, já saiu da rua várias vezes (cerca de 15), conforme relato: “Eu fui pra casa da minha mãe, já me internei, já arrumei um trabalho, já voltei pra rua de novo, entendeu? Sempre tentando sair”. No momento, está há dois anos sem sair da rua. Sobre o processo que o levou a sua atual condição, comenta que “sua vida na rua já começa em casa”:

Eu, por causa da droga, dentro de casa, quando eu tava em casa, eu aprontava demais em casa. A minha mãe estava ficando muito velha, eu tava ficando meio doido já dentro de casa, eu tava mexendo nas coisas dentro de casa, ali começou tudo. O princípio da minha vinda pra rua, até um certo ponto que eu sai de casa, mas eu não sai de casa, eu dormia embaixo de uma mesa que tinha na área da minha mãe, né? Eu sai de dentro da minha casa, mas continuei no terreno da minha casa. Aí tinha uma área, eu dormia embaixo da mesa da minha mãe. A minha mãe todo dia acordava, meus irmãos saiam pra trabalhar, e me viam dormindo em baixo daquela mesa. Fiquei quase um ano dormindo daquele jeito, em baixo de uma mesa, no frio, minha mãe acordava todo dia de manhã, deixava um copo de café, um pão. Isso eu tinha 17 anos, tava fazendo 18. Aí eu me envolvi com uns caras lá, aí fui vender droga, fui preso. Aí passei na televisão, aí os caras pagaram advogado pra mim, eu sai, quando eu completei 18 anos, olhei pra minha mãe e disse, falei “mãe, eu vou embora”.

Fred esclarece que saiu de casa por conta própria. Atribui como principal motivo para começar a viver na rua o início do uso de drogas, momento no qual passou a roubar a casa dos seus familiares.

Drogas, mais foi a droga mesmo. Se não fosse a droga na minha vida, hoje eu não tava aqui, eu não tinha conhecido tu, eu não tinha conhecido ninguém aqui, não tinha conhecido a minha namorada, eu tava lá bem, tava trabalhando e já podia estar com meu carro, com minha casa, casado, né, só que minha história de vida foi completamente diferente da do meus irmãos.

Quando começou a utilizar da rua como espaço de vida, declara ter passado por dificuldades até aprender a “se virar”: “quando cheguei na rua eu não sabia o que fazer, não sabia pra onde ir, não sabia me virar”. Adquiriu esse aprendizado observando as demais pessoas em situação de rua:

E tudo que eu aprendi hoje, tudo que eu sei hoje na rua, me virar, foi olhando as pessoas que moram na

rua, observando elas como elas faziam pra se virar na rua, entendeu? Tipo assim, como é que ele pede, como que ele pede dinheiro. Se eu vou, eu não consigo, aí eu ficava observando, isso é uma estratégia de vida também, pro cara se aprender na rua. E eu comecei a observar, observar, um dia eu tentei.

Assim, passou a se manter na rua pedindo ajuda para as outras pessoas e aprendeu as “artimanhas da rua” da região onde costuma viver:

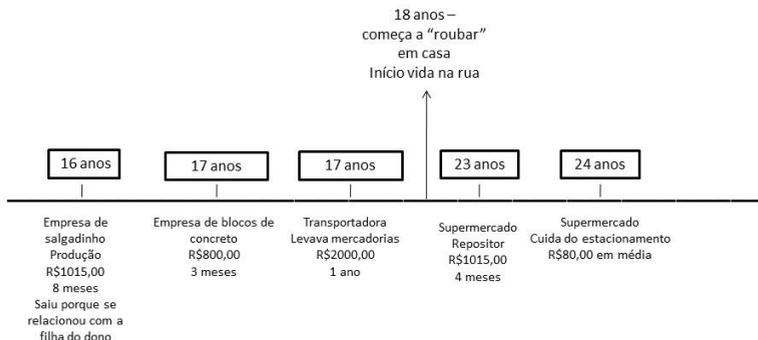
Eu não saio daqui, porque aqui é o lugar que eu conheço e sei me virar, né? Porque se eu for pra outro lugar que eu não conheço, eu não vou saber me virar, porque eu não conheço ninguém, não sei qual os pontos que tem pra ganhar dinheiro, quais os pontos que tem pra arrumar alguma coisa pra comer, né? Então eu fico mais aqui.

Quanto às artimanhas, estas se referem a “aprender a sobreviver”, “não se envolvendo com gente perigosa, não roubando, não usando drogas em lugares onde tu não conhece”, “procurar andar sempre mais sozinho”, “não tá apanhando da polícia, não tá apanhando dos outros”. Chama a atenção sua referência a ser pouco visível aos olhos da sociedade, conforme sua fala:

Não tá sendo visto pela sociedade. Não digo se esconder, ficar o máximo possível mais de canto, de lado assim, né? Entendeu? Mas por que isso é importante? Isso é importante porque a gente na rua já é malvisto. Na rua, a gente já é tratado como se fosse pra algumas certas pessoas como lixo, vamos dizer assim, entendeu? Aí se a gente se amontoa com outras pessoas, e convive com um lugar que não vai sair do lugar, a sociedade passa e vê “eles não querem saber de nada”, “não quer trabalhar”, “não quer fazer nada”, e ali é visto. E daí acontece alguma coisa na região que eles moram, que eles roubam, alguma coisa assim, eles vão vim direto na gente. Entendeu? “Ah, tem um grupinho lá”, entendeu? Mas se na rua tu andar tipo sozinho, faz tua caminhada sozinho, ninguém vai te enxergar, entendeu? Porque tu tais andando sozinho, entendeu?

Na figura a seguir, é apresentada a trajetória laboral de Fred com a representação do momento em que ele começou a viver na rua:

Figura 02 – Trajetória Laboral de Fred



Fonte: Elaboração do autor, 2017.

Como pode ser observado, o primeiro trabalho do entrevistado ocorreu quando ele tinha 16 anos, em uma empresa de salgadinhos para festas, em que ele ajudava na produção. Ficou por 8 meses nesta empresa, em que não tinha carteira assinada. Aos 17 anos, passou a trabalhar em uma organização que produzia blocos de concreto. Ficou por 3 meses e saiu “porque o cara era muito chato, pegava no pé, dizia que o bloco estava errado. Fiquei 3 meses e não consegui aprender a fazer aquilo lá”. Depois dessa experiência, ficou alguns meses sem trabalhar e, ainda aos 17 anos, conseguiu um emprego em uma “transportadora que começou a viajar pelo Brasil afora”, levando mercadorias nos diversos estados. Após esse trabalho, que “saiu porque quis”, ficou por um período sem atividades laborais por conta do consumo de drogas, comenta: “foi a minha perdição, que comecei a mexer nas coisas de casa, e minha mãe já não confiava mais”.

Mesmo em situação de rua, o entrevistado ainda teve um emprego em um Supermercado, aos 23 anos, como repositor e lá permaneceu por quatro meses. Conseguiu esse trabalho junto a sua namorada e dele saiu porque ela “ficou com ciúme de uma menina que tava dando em cima” dele. Ele preferiu sair “pra não dar rolo”. Fred comenta que conseguiu se manter nesse emprego pelo período de quatro meses somente porque morava em um albergue na ocasião. Fred argumenta a respeito desta

questão e sobre a necessidade de mentir sobre sua situação de rua para conseguir um emprego e se manter no trabalho:

Estando no albergue é mais fácil ter um emprego, porque daí lá tu tens onde dormir, sabe? Tu para e o monitor te acorda pra ti ir trabalhar, né? Tens horário pra chegar, tu vai ter lugar pra ti dormir, né? Daí po, se eu ficar na rua e trabalhar de carteira assinada e morar na rua, não dá, porque mesmo daí se o patrão descobre que eu moro na rua, ele vai me mandar embora na hora, entendeu? Aí tem que ficar mentindo que mora não-sei-aonde, tem que ficar dando endereço de pessoas que tu não mora, entendeu? Às vezes as pessoas vão lá verificar. É tudo isso daí, né.

Após sair do supermercado, não teve mais nenhum emprego formal. Foi quando começou a ser flanelinha no estacionamento de um supermercado, o que faz até o presente momento: “Ali trabalhando eu to há um ano.[...] Eu fui pra ali, não parei mais”.

5.2.2.1 Cotidiano de vida e trabalho

Atualmente, Fred afirma que sua rotina pode ser resumida a “estacionamento, biqueira e ficar andando, e dormir”. Seu trabalho em um estacionamento, como flanelinha, é sua principal atividade laboral. Possui uma rotina relativamente fixa. Em geral, acorda no horário do café da manhã do Centro Pop, às 8h. Após, fica conversando com os amigos “até o horário de ir trabalhar”, que é das 15h às 21h no estacionamento do supermercado, que “é bastante movimentado, porque ele é rotativo” e cujo trabalho gera até R\$100,00 de renda por dia. Desenvolve essa atividade todos os dias, incluindo nos finais de semana.

Após a saída do estacionamento, fica “mangueando⁴⁴ na sinaleira”. Permanece “sempre se movimentando, nunca parado, né? Sempre ganhando mais dinheiro pra minha destruição, mas é assim que eu consigo me virar na rua sem estar dependendo dos outros”. Além do estacionamento, também costuma pedir dinheiro e, em alguns momentos, é catador de material reciclável. Todas essas atividades, segundo ele, são “artimanhas da rua”

Em relação ao processo de trabalho, o entrevistado narra que: chega ao local, fala “com o rapaz” – o segurança do local -, e o avisa que

⁴⁴ No relato dos entrevistados, manguear diz respeito a utilizar de estratégias (em geral, por meio de um pedido de dinheiro as pessoas em vias públicas) para a obtenção de alguma renda ou de algo que se deseja.

está ali, pois ele é “o único que pode ficar ali” porque “conquistou o espaço” e trabalha com o consentimento do local. Afirma ter conquistado o ponto por “não deixar ninguém mexer no mercado, não deixar ninguém entrar lá dentro e roubar”. Após avisar o segurança, vai ao estacionamento, observa a entrada e saída de carros e diz aos motoristas “ta bem cuidado, senhor”, referindo-se ao fato de que cuidará do carro enquanto ele estiver fazendo suas compras no supermercado: “eu fico ali na rua cuidando, ali ele sai, já vem outro na vaga, eu falo a mesma coisa e assim vai o dia inteiro”. Apesar de sempre avisar que vai cuidar e ter o consentimento do supermercado, ninguém é obrigado a pagá-lo, porém, a maior parte das pessoas “vêm com o dinheiro já na mão para me dar, já desce com o dinheiro na mão” e é “bem difícil eu não ganhar nada”. Comenta que o valor do pagamento é bastante instável.

Considera que sua relação com “clientes” é muito boa, principalmente com os que sempre fazem compras no supermercado e o conhecem, sabem que cuida verdadeiramente dos veículos. Ele menciona ficar orgulhoso porque algumas pessoas vão até o mercado e dão um feedback referente ao seu trabalho: “aquele menino que cuida de carro ele é muito educado, cara”, “às vezes o cara diz que não tem dinheiro, ele agradece, pede pra deus abençoar”.

O entrevistado utiliza o dinheiro que ganha para comprar produtos de higiene pessoal, cigarros e drogas em geral, como maconha e crack, porém, primeiro pensa em suas “coisas pessoais” e, “o que sobrar, eu vou lá e uso, nem que seja pra fumar uma peteca ou duas, porque se eu gastar tudo na droga, chega de madrugada e não tem onde tu arrumar dinheiro mais”. Utiliza crack apenas à noite e dorme por volta das duas horas da manhã.

Fred revela o desejo de ter um emprego, porém, encontra-se sem seus documentos pessoais. Ele diz: “eu já vou estar trabalhando de carteira assinada, pra ter meus benefícios, né, porque ali [no estacionamento] tu não tem benefício nenhum [...] Ali se tu quebrar a perna, tu não vai receber parado”. Também se refere aos direitos de vale-alimentação, salário fixo e décimo terceiro salário como dificuldades do seu atual trabalho.

5.2.3 Guilherme

O pesquisador conheceu Guilherme no primeiro dia da fase exploratória. Várias conversas informais ocorreram com ele antes da entrevista, em que o mesmo comentou sobre situações de vulnerabilidade social e violação de direitos ao longo do seu dia a dia: “se eu passar na

rua, sempre em frente, não esbarro em ninguém. Todos viram a cara para mim”. Outro fato que chamava a atenção era sua rotina, que normalmente consistia em dormir parte da manhã, no próprio Centro Pop e ir vender pirulitos no semáforo no período da tarde. Quando convidado para ser entrevistado, aceitou prontamente o pedido.

Guilherme tem 37 anos, é “casado”⁴⁵ com Tereza há 12 anos e não soube precisar o tempo em que está em situação de rua, mas acredita que são mais de 5 anos. É natural do Estado do Paraná, porém vive na região da Grande Florianópolis desde os dois anos de idade. Possui o ensino fundamental completo, além de alguns cursos de qualificação, tais como o de torneiro mecânico. Guilherme tem filhos, porém prefere não falar sobre eles, uma vez que foram retirados do casal. Não costuma se deslocar para outras cidades e vive nas proximidades do próprio Centro Pop. Participa do MNPR apenas acompanhando sua parceira em algumas reuniões. Suas principais atividades de lazer remetem ao contexto religioso. Referiu “ler a Bíblia, falar de Jesus, evangelizar pessoas”. Durante toda a entrevista, Guilherme se refere muito a Deus e a temáticas religiosas.

O participante frequenta apenas o Centro Pop enquanto política pública, para almoço e outras necessidades básicas. Em alguns momentos, também vai à Unidade Básica de Saúde (UBS) da região: “se apavoram, quando me vê: meu deus do céu, deve ser um tremendo drogado”. A esse respeito, refere-se à violação de direitos recorrente à população de rua. Segundo Guilherme, essas pessoas têm direito a “não ter direitos. Tem direito a ficar calado, cedo, surdo e mudo e, qualquer coisa que acontecer, o culpado é ele. Esse é o direito”.

No que se refere aos vínculos familiares, Guilherme se refere a família com muito afeto. Seus familiares o procuram e ele mantém contato sempre que possível:

Minha família me caçou aí durante um tempo, me viu, chegou chorando que meu deus do céu, quase morreram. Foi aonde eu vi que minha família mora comigo. Eu nunca procurei, eu não queria encontrar eles, e quando descobriu onde eu tava, veio atrás de mim, minha prima mesmo chegou chorando. Todo mundo apavorado, mas a única coisa que eu posso dizer pra eles, cara, a única coisa que eu posso deixar de orgulho é que eu não tenho passagem na polícia. Eu vou tentar

⁴⁵ Sem registro civil.

manter essa meta. [...] Se eu chegar pra eles ‘preciso, to sem comer, não, ta tudo bem, como do lixo’, não, vai comer o lixo porra nenhuma, eles vêm trazer pra mim. Eles não querem que eu como do lixo. Eles ligam, quando eu to com celular, eles ligam.

Quanto a outros vínculos sociais, afirma não ser possível ter amigos na rua, que eles são “amigos do crack, amigo da droga”. Considera que alguns são seus filhos, em relação ao cuidado e ao respeito, ou “parceiros, colegas”, “mas, mesmo assim, não são amigos”. Diz isso, pois considera que a palavra “amigo” é muito forte, não condizente com os vínculos instáveis estabelecidos na rua.

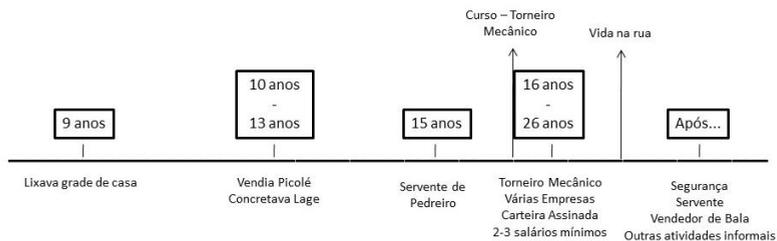
Sobre os motivos para sua vida na rua, o entrevistado faz referência ao contexto religioso, afirmando que vendeu o que tinha de bens materiais e ajudou outras pessoas, passando a viver na atual situação:

Eu tinha tudo, tinha casa, tinha carro, tinha moto, só que eu não conseguia me aproximar das pessoas pra falar de Jesus, “pra ti que tem uma casa é fácil dizer, olha aqui pra nós”, aí eu fiz jejum, oração e pedi pra Deus: “Senhor, mostra pra mim o que eu tenho que fazer pra poder começar a chegar nas pessoas”. Aí fui lá, abri a bíblia, aí tava lá escrito “vende tudo que tu tens, dê aos pobres e siga-me”. Em três meses, eu não tinha mais nada. Vendi tudo: carro, casa, tudo. Ajudei quem eu pude, ajudei quem eu não pude, pá, e comecei a viver assim.

Guilherme não quis dar mais detalhes sobre o assunto, restringindo-se a dizer que quando saiu da casa de sua mãe, ela falou que “as portas vão estar abertas”, porém, afirma que não pôde mais viver com ela, pois “não dá mais certo”. Conclui solicitando a próxima pergunta, o que foi respeitado.

No que se refere a sua trajetória laboral, Guilherme declara ser um “torneiro mecânico profissional”, com formação específica. Ele se identifica com essa profissão, mesmo que não a desenvolva há muito tempo. Assegura saber trabalhar como carpinteiro, marceneiro, entre outros: “faço de tudo, campeão, sendo dentro da lei, eu faço”. É recorrente na fala de Guilherme um orgulho em não ter passagem pela polícia e agir dentro das leis vigentes durante a descrição de sua trajetória. Mais informações podem ser observadas na figura a seguir:

Figura 03 – Trajetória laboral de Guilherme



Fonte: elaboração do autor, 2017.

Guilherme descreve o início de sua vida laboral aos 9 anos, quando “lixava grade de casa”. Realizava essa atividade por falta de condições financeiras na família. Dessa forma, ganhava dinheiro para comprar brinquedos. Depois disso, passou a vender picolés e, por volta dos 11 anos: “já estava começando a trabalhar como servente”. Fez isso até os 16 anos de idade, quando concluiu seu curso de torneiro mecânico no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI. Com o curso, trabalhou nessa área em vários locais durante cerca de 10 anos, sempre com carteira assinada. Segundo ele, parou de trabalhar com essa atividade porque “é magro”. Tal fala é presente no discurso de Guilherme por repetidas vezes, referindo um preconceito por sua forma física.

Depois desses empregos, trabalhou como segurança e como servente em algumas ocasiões, sempre na informalidade. Acabou sofrendo o que chama de “acidente”, e diz: “por isso me arrombei”. A partir de 2001, “o negócio começou a ser brabo. Pronto, que foi quando comecei a servir Jesus, daí começou a dar isso”. O referido acidente, segundo ele, foi ter conhecido Jesus: “foi o pior acidente”⁴⁶. Desde então, passou a realizar “de tudo um pouco, nada que infrinja a lei”. Cabe destacar que, quando começou a viver na rua, estava sem trabalho: “não consegui mais trampo. Sem chance”. E comenta sobre o preconceito de empregadores com pessoas em situação de rua:

Morador de rua: “aaah, nós te ligamos”; “ah, deixa eu anoto teu número aqui”; ”ta beleza, depois te ligo” e aí quando tu vira a curva, o cara tava assim

⁴⁶ Ele não traz outras informações sobre isso, porém reafirma com frequência que foi um acidente.

ó (limpando/apagando o número). Magro, morador de rua. Eles não querem nem saber.

5.2.3.1 Cotidiano de vida e trabalho

Em relação ao seu cotidiano de vida, o entrevistado descreve da seguinte forma: “acordo, fumo um baseado quando tem. Se não tem, me alimento [...]. É isso que eu faço durante o dia, incomodo a minha mulher e ajudo as pessoas no que eu posso, né. Vendo pirulito na sinaleira, dia inteiro pentelhando os caras”.

Quando ao trabalho como vendedor de pirulitos, comenta realizar essa atividade sozinho em diversos cruzamentos e semáforos, o que faz há cerca de sete meses. Trabalha cerca de três horas diárias, sem horário fixo: “eu vou logo depois do meio-dia, o máximo de tempo que eu fico assim é três horas. [...] Às vezes eu vario, fico uma hora de manhã, uma hora à tarde e uma hora à noite”.

Afirma escolher com cuidado o ponto para o trabalho, pois “tem outros [pontos] aí, mas não tem como, cara, que já está cheio de gente”. Em alguns momentos, utiliza de violência para garantir seu espaço de trabalho: “de vez em quando tem que espancar alguém pra deixar de ser otário, tem que dar na cara de uns dois, três”.

Guilherme comenta que cada pirulito custa “50 centavos. 25, o que puder ajudar, só que tem aqueles que eu faço desconto. Teve uma vez que o cara deu 25, me puxou quatro pirulito, po, prejuízo”. Para comprar um pacote com 13 pirulitos no supermercado, é necessário vender “5 pirulitos”; 8 deles constituem seu lucro. Em um dia de trabalho, costuma ganhar entre R\$5,00 a R\$15,00, o que acaba gastando com sua esposa, bem como para ter pirulitos para continuar vendendo: “eu tiro, um básico que eu tiro assim é pra comprar o palheiro da [Tereza], o cafezinho dela, manter sempre o pirulito”

Em relação ao seu processo de trabalho, relata que “o ideal não é tu vender o pirulito, mas sim tu vender uma história” e que acredita que sua descontração e simpatia fazem com que ele ganhe clientes. Ele utiliza da seguinte fala com as pessoas:

“Ô campeão, desculpa incomodar, fera, eu vou te ser sincero” dependendo a situação né, se eu to com fome, eu apelo. “ô campeão, me desculpe, ô cara, tenho 37 anos, eu nem tenho nem passagem pela polícia, fera. Vendo pirulito, mas não vendo droga, como do lixo, mas não roubo, cara. Só que eu to

com fome, to sob perícia, velho, o juiz não bateu o martelo, eu não posso ter carteira assinada, eu to com fome. Até um meio centavo me ajuda. Tenho 37 anos, fera, nem passagem pela polícia tenho, com muito orgulho disso, mas tenho vergonha disso, sou diabético, não escutei minha mãe. Compra pirulito só pra me ajudar?”.

Cabe ressaltar que, de cada dez pessoas, apenas três levam o pirulito, ou seja, as demais compram só “para ajudar”. Em alguns casos, quando tem crianças no carro, comenta dar os pirulitos de presente, pois adora crianças. Alguns motoristas já são seus “clientes fixos”, que passam no mesmo semáforo todos os dias, destaca que estas pessoas o cumprimentam e o ajudam.

5.2.4 José

Alguns contatos com José ocorreram antes da entrevista, nas reuniões do Centro Pop e assembleias do MNPR, ocorridas no local. Por diversas vezes, foi visto carregando materiais recicláveis nas mediações do serviço. José foi convidado a participar da entrevista depois de cerca de um mês de diálogos, aceitando prontamente e mostrando-se bastante interessado.

José tem 35 anos, é solteiro, não tem filhos e é natural de Florianópolis. Está em situação de rua há cerca de 10 anos. Atualmente vive na região próxima ao Centro Pop e costuma se manter sempre nesta região. Convive principalmente com pessoas em situação de rua frequentadores do Centro Pop, local onde costuma passar parte do seu dia e suprir suas necessidades básicas.

Em relação aos vínculos familiares, mantém contato apenas com duas pessoas, uma tia e um irmão, este que esporadicamente o auxilia a conseguir um “bico” para realizar atividades como segurança. Considera não realizar atividades de lazer e participa de algumas reuniões do MNPR, cujo objetivo, segundo ele, é “conversar pra não fechar o Pop” e “correr atrás dos nossos direitos da população de rua”. José não utiliza de nenhuma outra instituição além do Centro Pop. É o único dos entrevistados que recebe o benefício do Programa Bolsa Família.

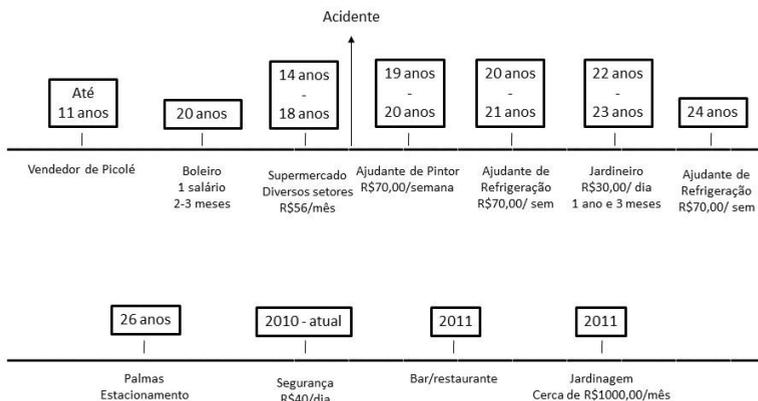
José estudou até a quinta série do ensino fundamental e parou os estudos porque “naquele tempo era muito difícil, né? Pobreza, né? O cara não pensava no futuro do cara”. Ele considera que se tivesse estudado mais, poderia estar em uma “situação bem melhor” atualmente.

No que tange aos motivos atribuídos para sua situação de rua, destaca as dívidas decorrentes do uso de drogas, que fizeram com que tivesse que sair do local onde morava:

Lá em 2006, qual foi o motivo pra você começar a viver na rua? Dívidas. De que? De droga. Fui obrigado a sair fora de onde eu morava, mas eu não precisava nem ter saído, era só conversar com o cara, que era conhecido meu, que ficava tudo certo, mas infelizmente eu fui cabeça fraca e sai fora, fugido. Mas hoje, graças a Deus, foi tudo resolvido. Tá ligado? Mas a casa nós não temos mais lá, foi vendida.

Na figura abaixo, é possível observar a trajetória laboral de José:

Figura 04 – Trajetória Laboral de José⁴⁷



Fonte: Elaboração do autor, 2017.

Como pode ser percebido, sua primeira experiência laboral aconteceu precocemente, por volta dos 10 anos de idade, período em que vendia picolés. Ele lembra emocionado dessa atividade: “carregava a caixa de picolé e eu ia com o apitozinho: “pipipi, picolé”. É, tempo bom”. Realizava essa atividade com seu irmão mais velho e utilizava o dinheiro para comprar brinquedos ou outras coisas que sua mãe não poderia comprar:

⁴⁷ Ora o entrevistado lembrou-se da idade, ora do ano em que desenvolveu cada atividade.

É, porque naquele tempo era muita dificuldade, né? Orra, antigamente o cara não tinha nem uma televisão colorida. Orra, eu lembro que o pessoal mais pobre sofria muito. Daí era bom, nós vendia o picolezinho, tinha dinheiro pra nós comprar as coisa, uma sandalhinha. Daí nossa mãe não precisava comprar pra nós, e era bom pra nós trabalhar. Estudava, trabalhava, vendia picolézinho no sábado e domingo.

Parou de realizar essa atividade quando conseguiu um trabalho como boleiro, por volta dos 12 anos, em que catava bolinhas de tênis. Conta ter ficado cerca de três meses nesse trabalho e saiu “porque quis”. Após isso, começou a trabalhar em um supermercado, aos 14 anos, onde permaneceu por 4 anos - experiência laboral mais extensa de sua história. Nesse local, inicialmente trabalhou como empacotador, mas passou por diversos outros setores do supermercado. Este foi identificado como um dos únicos trabalhos que teve sua carteira assinada.

Em 1998, sofreu um acidente de bicicleta. Após isso, cita vários vínculos de trabalho sem dar maiores detalhes, tais como ajudante de pintor, ajudante de refrigeração, segurança, jardineiro, ajudante de cozinha, entre outros, como pode ser observado na figura. A maior parte dos vínculos foi durante um curto período de tempo e sem carteira de trabalho assinada. José não soube precisar em qual momento teve início sua vida na rua em sua trajetória laboral.

Ele relata que, recentemente, conseguiu trabalhos “fixos”⁴⁸ como segurança em dois estacionamentos, em uma padaria e em uma floricultura, locais onde ficou por cerca de dois meses. Foi demitido após descumprir regras impostas pelos “patrões”, tais como não pedir adiantamentos salariais:

Eu saí da padaria porque eu vi um assalto, daí alegaram que eu estava olhando o celular e não estava no ponto que era pra mim estar. E na floricultura que a mulher já tinha me avisado que não era pra mim fazer tal, que era pedir o vale pra ela, que tinha que ser com o meu chefe, só que eu tava precisando e pedi pra ela. Eu expliquei pra ela a situação, mas infelizmente ela não entendeu, daí

⁴⁸ Não havia registro em carteira profissional.

ela passou pro dono da empresa de segurança que não me queria mais lá.

Ele se culpabiliza por ter perdido esse trabalho: “a mulher da floricultura já tinha me avisado e eu fui insistir em falar para ela o que ela já tinha me avisado, foi burrice minha, na verdade, porque se eu não tivesse pedido pra ela o dinheiro, eu estaria trabalhando lá até hoje”. Atualmente, José tem a catação de material reciclável como principal atividade desenvolvida e, sempre que pode, realiza atividades como segurança.

5.2.4.1 Cotidiano de vida e trabalho

O cotidiano de vida de José costuma ocorrer da seguinte forma: na parte da manhã fica no Centro Pop para tomar café, tomar banho e almoçar, e na parte da tarde, “geralmente eu cato um recicladinho”. Realiza atividades como catador de material reciclável há algum tempo, o que faz quando não consegue outro tipo de trabalho: “tem vezes eu paro, tem vezes que eu continuo, porque quando eu pego um servicinho, eu não cato mais o reciclado”.

Quanto ao seu cotidiano como catador, trabalha praticamente todos os dias no período da tarde, quando busca por papelão e latinhas. Comenta que uma das suas dificuldades é o fato de não possuir um carrinho de reciclado, o que faz com que tenha que carregar os materiais nas mãos. Comenta que se “tivesse um carrinho, já pegaria bem mais”, mas que, para isso, teria que roubar um, o que não aceita fazer. Seu rendimento médio diário nessa atividade é de cerca de R\$15,00.

Em relação ao seu processo de trabalho, ele descreve: “às vezes eu vejo uma caixa de papelão, às vezes eu já pego essa caixa de papelão [...] Olho no lixo, tem uma latinha ali, eu já pego. Eu passo em outro lixeiro, tem mais três latinhas, eu já pego. Isso que eu vou fazendo”. Destaca que, em seu cotidiano, sofre preconceito por desenvolver essa atividade, pois “muita gente tem o preconceito de ver o cara mexendo no lixo” e, por conta disso, acham que “o cara é ladrão, vagabundo. Não pensa a necessidade que às vezes o cara ta mexendo no lixo pra comer”.

Além do material reciclável, realiza atividades como segurança com seu irmão, o que faz sempre que ele o convida. Quando questionado sobre o que faz com o dinheiro que ganha com esses trabalhos, responde: “não vou mentir pra ti, às vezes pego um baseadinho pra mim fumar”. Também comenta comprar comida.

5.2.5 Marcos

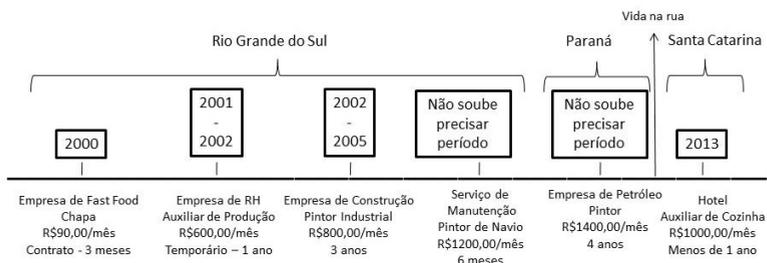
Antes da entrevista com Marcos, ocorreu apenas uma conversa com o participante, quando foi cumprimentado e foram explicados os motivos da presença do pesquisador no Centro Pop. Antes de aceitar participar da pesquisa, questionou a respeito da finalidade da dissertação e do sigilo dos resultados. Diante da leitura do TCLE, aceitou participar prontamente.

Marcos tem 32 anos e está em situação de rua há 10 anos. É natural de Porto Alegre/RS e vive nas mediações do Centro Pop junto a “moradores de rua e usuários de crack e álcool”. Atualmente se desloca apenas pela região da Grande Florianópolis. Ele não participa de movimentos sociais e utiliza apenas o Centro Pop como política pública. Segundo ele, seu lazer atual é beber e fumar. Marcos possui três irmãos e um filho de 7 anos, este que vive com sua ex-esposa e ele não mantém nenhum contato. O entrevistado é solteiro e possui ensino médio completo e curso técnico em Química. Ele fez o curso técnico pelo seguinte motivo:

Porque eu tava trabalhando com pintura, já queria... tipo, do pintor o cara pode passar para técnico de pintura, a pessoa que inspeciona a pintura dos pintor.

Quando observada a trajetória laboral de Marcos, é possível compreender um pouco mais a sua história e os motivos pelos quais vive atualmente nas ruas:

Figura 05 – Trajetória Laboral de Marcos



Fonte: elaboração do autor, 2017.

O primeiro trabalho de Marcos foi como “chapeiro”, grelhando hambúrgueres, durante 3 meses em uma conhecida empresa de *Fast-food*, tradicional por contratar pessoas com pouca experiência profissional. Na ocasião, ganhava o equivalente a um salário mínimo, o que “dava pra comprar roupa, dava pra comprar tênis, calça, moletom, camisa, ainda sobrava dinheiro pra ti sair ainda”. Saiu desse emprego quando o contrato do período de experiência foi finalizado. Após isso, trabalhou em uma empresa que prestava serviços de recursos humanos, com vínculo temporário (1 ano) como auxiliar de produção. As atividades desenvolvidas nesse cargo eram relacionadas a ajudar os pintores: “eu pegava as peças, colocava pra ele pintar [...]. Ajudava eles na limpeza, auxiliava né, o pintor”.

Após essa experiência, passou a ser profissional de pintura industrial em uma outra empresa: “Já virei profissional. Aí trabalhei nessa empresa três anos”. O entrevistador questiona se ele gostava desse trabalho, Marcos muda o tom de voz, sorri e afirma: “ô, gostava! Eu gosto de pintura. É o meu serviço, né? Ah gosto!”; “sou pintor industrial da [empresa de petróleo], tenho profissão, né? Só que faz tempo que eu não trabalho na minha função, entendeu? Faz um bom tempo”. Quando questionado sobre o que fez após isso, explica:

Eu saí pra ir pra outra empresa. Serviço de manutenção. Como pintor também. Cara, eu me lembro disso, me dá uma motivação, tá ligado? Eu vendo as empresas assim que eu trabalhei, principalmente daqui pra cá é só empresas boas, entendeu? Quero ir pra Porto Alegre pra voltar a trabalhar nessas empresas aí.

Depois dessa experiência de três anos, ficou por seis meses em outra organização, como pintor de navios no porto. Saiu deste local para ir trabalhar no Paraná em uma famosa empresa de petróleo, em que também era pintor e permaneceu por quatro anos. Sobre essa experiência, destaca:

Era manutenção também. Fazia manutenção de toda a área, da estruturação de gás que passa, né, tinha uns que tinha umas corrosão, daí a gente pegava e fazia o tratamento mecânico. Limpeza da corrosão, pintura de fundo, depois a pintura de acabamento.

Sobre o momento em que saiu desta empresa, ele declara que foi por conta do uso do crack:

Aí foi no Paraná que eu conheci o crack. Eu era casado lá, inclusive eu tenho meu filho que mora lá, né? Aí minha ex-mulher, ela tinha dez anos de uso de crack, mas ela não fumava direto. Eu já cheirava umpó, nessa época eu já estava cheirando. Aí uma vez eu vi ela fumando e eu resolvi experimentar. Foi o pior erro da minha vida. Foi o pior erro. Nunca mais larguei essa merda. Eu não gosto nem de falar.

Tinha uma moto e um carro, e daí com o crack decaí, comecei a não ir mais, daí eu acabei sendo demitido. **Como foi para ti isso?**⁴⁹ Ah, foi foda. Eu tinha tudo e aí quando vi já não tinha mais nada. [...] Não tinha serviço, aí já me separei. [...] Eu já tive minha família, minha mulher, meu filho, que eu perdi por causa da droga.

Diante dessa situação, Marcos optou por retornar à casa do pais, no Rio Grande do Sul, especialmente após um acidente que sofreu:

Fiquei três meses só dentro de casa. **Como foram esses três meses?** Foi bom, eu tava todo quebrado também, não tinha como sair. [...] Perna quebrada,

⁴⁹ Ao longo da dissertação, perguntas do pesquisador são destacadas em negrito.

braço quebrado. Acho que foi por causa disso, se eu tivesse bem, ficaria um mês.

O entrevistado atribui a saída da casa dos seus pais e a ida para as ruas também ao uso das drogas:

Comecei a me drogar demais, daí a minha família já estava ficando meio triste, né? Aí já que eu estava prejudicando a mim mesmo, eu decidi eu mesmo sair pra rua pra não afetar eles, né? Entendeu? Prejudicar eles também.

Ele decidiu retornar para as ruas a partir do momento em que ficou bem. “Aí a primeira discussão dentro de casa, assim, uma coisa que eu não gostei, já lacrei a mente e já “ah, quer saber, eu vou pra rua de volta” e retornei à rua”. Essa fala é complementada quando relata uma certa escolha em permanecer nas ruas:

A gente ta na rua, se eu quiser eu posso ficar em casa de volta, mas a gente costuma falar bem assim “depois que a gente mora na rua, a gente sai da rua, mas a rua nunca sai de nós”, e é verdade isso. Eu não consigo ficar um mês com minha família, dentro de casa, com meus irmão, com meu pai, que minha mãe é falecida, né? Eu consigo ficar um mês seguro, depois eu já saio pra rua de volta.

Após algum tempo nas ruas em Porto Alegre, decidiu vir para a região da Grande Florianópolis com o intuito de trabalhar. Já em Florianópolis, conseguiu um trabalho como auxiliar de cozinha em dezembro de 2013, do qual acabou saindo por conta do uso abusivo de drogas: “daí foi foda daí, caiu o castelo de novo”. Após essa experiência, desenvolveu apenas atividades informais, como flanelinha, ou roubos/furtos como meio para obter dinheiro. Comenta que, a partir do uso de drogas, “eu não consegui mais me estabilizar socialmente. Trabalhando, entendeu? Não consigo. Posso até trabalhar um mês, mas é só o tempo do primeiro pagamento, entendeu? Aí já não, já decaio totalmente”.

No que se refere aos atuais vínculos familiares, Marcos menciona que estes não estão completamente rompidos: “Tenho, eu to indo dessa vez pra Porto Alegre só pra ver eles, né?”.

5.2.5.1 Cotidiano de vida e trabalho

Dentre os entrevistados, Marcos é o único que ao ser questionado sobre o que costuma fazer no seu dia a dia, tem como primeira afirmação: “eu roubo”. Segundo ele, aprendeu a realizar essa atividade quando começou “a conviver com a rapaziada, aí a rapaziada já tinha o dom de roubar, assim, estourar as lojas, já comecei a colar com eles”. Faz isso há cerca de dois anos, porém, comenta: “me sinto mal, mas, na real, eu só roubo de quem tem”. Indica querer finalizar o assunto com a seguinte frase: “Vamos passar pra outra?”.

Além disso, comenta cuidar de carros: “sou flanela”, porém, não desenvolve essa atividade sempre, e sim, apenas quando tem um espaço fixo, tendo em vista que muitos dos estacionamentos da região já estão ocupados por outras pessoas em situação de rua: “porque geralmente sempre tem gente cuidando de carro, né? Quando o cara ganha um espaçozinho para cuidar de carro junto com ele, daí eu consigo trabalhar”. Comenta que tinha um espaço fixo há pouco tempo em uma cidade vizinha, porém, acabou se desentendendo com outras pessoas: “ocasionou de eu ficar pra esse lado de cá, porque eu quase matei um lá. A facada”. No estacionamento, não mantém uma rotina fixa: “toda semana eu vou, uma vez por semana”. Seus rendimentos dependem do movimento no local, não informando o valor recebido. Gasta esse dinheiro com “bebida e droga”.

Em relação a sua rotina, descreve:

De manhã eu tomo café no Pop, ao meio-dia almoço no Pop. De tarde dou umas bandas [...] pra roubar umas facas pra vender, entendeu? Pra usar minhas pedras. Depois volto, daí quando é bem mais tarde já, quando eu volto, já arrumo a minha cama, minhas roupinhas tudo dobradinha e fico deitado até vim algum rango, que sempre vem janta aqui pra nós. Fico à espera da janta e do outro dia também.

Além de roubar e ser flanelinha, Marcos pede dinheiro ocasionalmente. Ele considera pedir dinheiro melhor do que roubar: “quando eu peço eu to pedindo, não to roubando” e explica como procede essa atividade:

Na humildade, senhora, tem condição de me ajudar? Eu não vou pedir pra droga não, to pedindo

assim, tenho problema com alcoolismo, queria tomar um cachaça. Chego a me tremer com vontade de tomar umálcoole e eu não tenho nada no bolso. To usando a sinceridade com o senhor”. Com isso, “as pessoas ajudam né? Tão vindo que o cara tá sendo sincero, né? **Em geral, as pessoas dão quanto?** Depende. Depende quanto eu merecer. Ontem eu pedi pro cara ali e o cara me deu dezão (R\$10,00). Ontem pedi pra outro, me deu dois (R\$2,00).

Quando o entrevistador faz a pergunta “você trabalha?”, chama a atenção que Marcos responde “não”, entendendo-se que ele não compreende o que desenvolve atualmente como um trabalho.

5.2.6 Matheus

O primeiro contato com Matheus ocorreu no dia da entrevista, quando ele veio ao Centro Pop para atendimento psicossocial e para suprir necessidades básicas, tais como almoçar, escovar os dentes e tomar banho. O convite do pesquisador ocorreu em uma rápida conversa na área de convivência do Serviço, onde Matheus contava sobre suas tentativas de trabalho no CEASA/SC (Central de Abastecimento do Estado de Santa Catarina) para outros usuários. O mesmo aceitou rapidamente da pesquisa, com a ressalva de que o chamariam para tomar banho dentro de alguns minutos.

Matheus é solteiro, tem 21 anos de idade, não possui filhos e estudou até a quinta série do ensino fundamental. Sobre sua saída da escola, explica: “comecei a matar aula. Reprovei, daí saí da escola. Depois eu voltei de novo, no outro ano seguinte, comecei a estudar e parei com 14, na quinta série”. Atribui como motivo para isso o fato de ter conhecido a droga aos 10 anos, quando fumava maconha. Está em situação de rua há três meses, porém, já esteve na rua em outras ocasiões. Ele frequenta Centros Pop “de vez em quando” para “tomar um banho, pra se alimentar” e não participa de movimentos sociais. Quando questionado acerca de sua relação com a família, diz que “faz tempo já que eu não tenho”. O entrevistado se define como um peregrino, sempre se desloca de uma cidade a outra sem lugar fixo.

Atualmente, tem convivido com “dois camaradas que ta na caminhada comigo procurando por uma melhoria”. Comenta tê-los conhecido há um ano e que “se cruzaram novamente” há algum tempo e

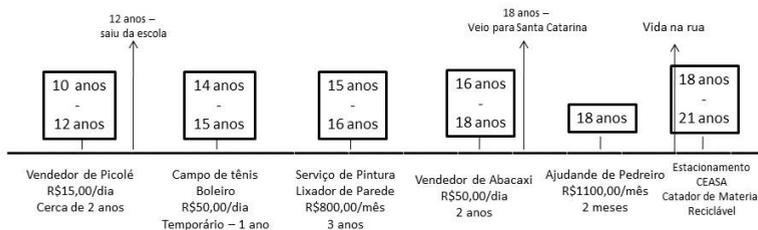
estão se apoiando, querem “criar coragem pra nós ir atrás de um serviço”. Apesar disso, geralmente costuma viver sozinho.

Quando questionado acerca dos motivos pelos quais vive na rua, afirma que isso aconteceu após a separação de sua esposa, em um contexto de perda de emprego e uso de drogas:

Primeira vez é que eu vim pra cá, assim, pra alugar uma quitinete, daí eu aluguei, trabalhei numa firma, daí eu cai. Cai assim, nas drogas. Daí comecei a usar crack e não tive motivo pra [fim da frase]. **Daí você acabou saindo da firma?** Acabei saindo da firma por causa da droga, né? Acabei saindo da firma, perdi o emprego, daí a casa que eu morava, daí cai na rua. E nessa última vez agora? Por causa da droga também. **Acabou seu casamento?** Isso.

A trajetória laboral de Matheus, conforme pode ser verificado na figura a seguir, é marcada pelo precoce início das atividades laborais e pela predominância de vínculos informais de trabalho:

Figura 06 – Trajetória Laboral de Matheus



Fonte: Elaboração do autor, 2017.

Matheus teve seu primeiro trabalho aos 10 anos de idade vendendo picolés no Paraná, o que fez durante cerca de dois anos. Começou a trabalhar porque sua “família não era muito bem de dinheiro”. Naquela época ganhava cerca de R\$15,00 por dia, dinheiro que gastava comprando “figurinha, comprava doce, essas coisas de criança né”. Por volta dos 14 anos, trabalhou em um campo de tênis de boleiro, o que desenvolveu por um ano. Ganhava cerca de R\$50,00 por dia “mais as gorjetas ainda”. Aos 15 anos, trabalhou no ramo da pintura, inicialmente lixando paredes.

Aos 16 anos, passou a vender abacaxi. Ganhava cerca de R\$50,00 “mais o almoço e mais o lugar pra mim morar ainda”. Nessa época, morava junto com seu “patrão”.

Fui até os 18 vendendo abacaxi com o mesmo cara. Era um cara que eu ia atrás da caminhonete, só enchendo a sacola. Ou eu ia no portão batendo com a faquinha “ó senhora, compra um abacaxi docinho, direto de Frutal. Esse aqui chegou hoje, tá fresquinho”, sabe? Eu vendia abacaxi.

Aos 18 anos, parou de desenvolver essa atividade, pois veio para Santa Catarina e conseguiu seu primeiro trabalho com carteira assinada. Decidiu vir para a região “porque falaram que aqui era bom”. Esse emprego foi como ajudante de pedreiro, o que fez durante dois meses e ganhava R\$1100,00 de salário, mais uma cesta básica. Depois disso, Matheus conta: “eu perdi meus documentos e daí eu comecei essa vida, sem documento [...]. E aí comecei essa vida que to levando, que nem um maluco, cada dia to em um serviço, to inventando coisa pra trabalhar”. O último “trabalho fixo” de Matheus foi este como ajudante de pedreiro. Após esse período, desenvolveu várias atividades, tais como cuidar de estacionamento, ser carregador no CEASA e “catar latinhas”, esta última que realiza apenas quando está “desesperado”:

Porque é só no verão que dá latinha, nas praias, eu até gosto de fazer, mas só no verão. Agora não. No inverno é rocha. Que daí no verão eu cato um carrinho de reciclado e daí eu encho o carrinho. Daí é menos pernada. Ficar catando de saquinho em saquinho é foda, né? Daí eu encho um carrinho, vou catando de saco em saco e vou enchendo o carrinho. Daí quando eu faço o carrinho inteiro, eu vou lá e vendo. [...] No inverno não dá pra fazer nada. Vai quase ninguém pra praia. Se o cara for trabalhar mesmo, sem futuro esse trampo.

5.2.6.1 Cotidiano de vida e trabalho

Matheus desenvolve atividades variadas de acordo com as oportunidades que lhe aparecem: “tem dia que eu cuido de carro, tem dia que eu trabalho batendo caixa de fruta, agora tem dia que eu já preciso catar um reciclado”. Também trabalha como “chapa”, da seguinte forma: “a gente fica na beira da estrada, com um tapetão, alguma coisa escrito chapa, fico sentado, já tem os pontos aí, os caminhão para pra ajudar a

bater carga”. De todo modo, expõe que gostaria de ter um emprego por conta dos benefícios, tais como o décimo-terceiro salário.

Ele não realiza atividades como flanelinha diariamente, pois não tem um lugar fixo de trabalho, e que o faz “em qualquer lugar, na cidade que eu vou”. Em relação ao processo de trabalho, descreve que “chega no lugar e... se eu vejo que não tem ninguém cuidando, eu pergunto se tem alguém que cuida ali, se tem eu peço se ele pode me dar um apoio, daí eu cuido”. Fala para os clientes: “bem cuidado”, “posso dar uma olhadinha”. As reações são variadas, desde aqueles que são receptivos, até os que são grosseiros. A remuneração é instável: “tem dias que, se for um dia bom, uns R\$50,00, R\$70,00. Agora tem dia que tu faz 20, 15 real só”. O dinheiro normalmente é utilizado para comprar drogas e bebidas.

Como pode ser percebido, ele realiza diversas atividades: “tento fazer pra não ficar parado. [...] Todo dia eu faço alguma coisa, quando não é o dia, eu faço outra”. Ele traz uma queixa de que, apesar de fazer muitas coisas, não tem um emprego, realizando o que for necessário “pra sobreviver na rua”. Em relação ao seu dia a dia, Matheus normalmente dorme até as oito horas da manhã e, após isso:

Daí eu saio, tomo café da manhã. Daí a hora que dá meio dia e pouco assim, vou no Centro Pop ou eu peço e já vou atrás de umas balinhas pra mim vender, aquelas balinhas que a gente ganha no sinaleiro. Vou atrás pra vender bala, eu sempre quero trabalhar, quero trabalhar, sempre, mas no momento to sem emprego fixo, to sem meus documentos tudo. Sempre buscar alguma coisa pra trabalhar, né? Buscando cuidar de carro, vender bala ou trabalhar carregando fruta ou trabalhar de chapa, sempre buscando alguma coisa.

5.2.7 Murilo

No momento do levantamento de informações, Murilo utilizava do Centro Pop como espaço de convivência e para dormir. Em diversos contatos que antecederam a entrevista – cerca de um mês -, ele comentou sobre sua história e sobre o trabalho que desenvolve em dois estacionamentos da região, onde se diz “gerente”. Aceitou prontamente participar da entrevista.

Murilo tem 24 anos, é natural da região da Grande Florianópolis e está em situação de rua há cerca de quatro anos. Vive sempre na mesma região e não tem o costume de se deslocar para outras cidades. Coursou o

ensino fundamental incompleto, até a 5ª série e parou de estudar porque “caiu no crime”. Sua mãe havia ficado doente e ele teve que criar seus irmãos, e comenta “a gente não tinha aquele recurso todo. Meu pai também é separado da minha mãe, só queria festa. Então, eu optei esse lado, ali larguei os estudos e fui vender droga”. Seu estado civil é solteiro e tem uma filha com cerca de 13 anos, com quem tem contato eventualmente, porém ela mora em outro Estado do país, o que dificulta esse processo:

Agora ela botou na cabeça que quer vim morar comigo, só que não tem como né? Nessa situação nunca né cara [...]. Era o que eu mais queria na minha vida, que minha filha viesse, mas primeiro eu tenho que ter um trabalho, tenho que parar de usar, não posso ter recaída, porque, querendo ou não, daqui a pouco minha filha faz quinze anos, cara, já vai estar uma mulher, irmão.

O entrevistado refere que seus principais vínculos sociais são com as pessoas em situação de rua, em uma perspectiva de família ampliada. Ele comenta:

Aqui a gente vê como se fosse uma família, entendeu? Ninguém é mais que ninguém, ninguém vai ter mais que ninguém, ninguém vai comer mais do que ninguém, ninguém vai beber mais que ninguém. Se tiver dez, se tiver uma bolacha, a gente vai dividir ela em dez pedaços.

Quanto aos vínculos com familiares, comenta que os mantém, porém não consegue morar com eles e se restringe apenas a fazer visitas, pois eles não o aceitam pelo fato de utilizar drogas. Por isso, quando está utilizando drogas, se afasta de sua família: “vou de seis em seis meses ver e é isso aí”.

Uma das falas do entrevistado diz respeito ao uso de drogas, em que ele destaca que conseguiu parar com o uso de substâncias e acabou recaindo por algumas vezes. Ele reforça a relevância de parar o uso de drogas para retomar vínculos afetivos e conseguir levar uma “vida normal”, trabalhando. Dentre as situações descritas, é possível destacar um momento, em 2014, em que ficou sem utilizar drogas por seis meses, quando conseguiu uma vaga em uma casa de acolhimento: “comecei a trabalhar, comecei a ver a vida de outro modo, né? Comecei a ver que

tens chances do cara pá, né? Parar com a droga e ter uma família e ser alguém na vida apesar das várias discriminações da sociedade, da política, né. [...]”. Ao sair da casa de acolhimento, sua situação voltou ao estágio anterior e, ao perder seu emprego, teve uma nova recaída.

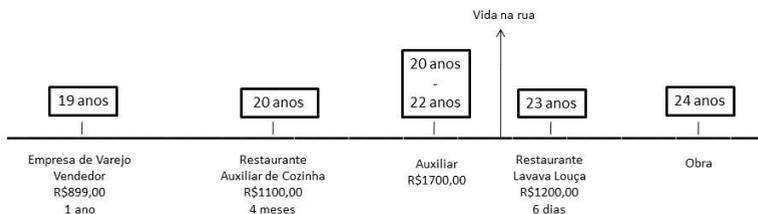
Murilo comenta que já participou do MNPR por diversas vezes. Atualmente, não é um militante, apenas participa de algumas reuniões no Centro Pop. No entanto, concorda com os pressupostos do movimento social: “é uma luta que deve ir mesmo, tem que ir pra rua mesmo, tem que protestar”.

Quanto aos motivos para a primeira vez em que ficou em situação de rua, ele afirma que, quando tinha 21 anos, “tinha uma casinha no terreno da minha vó”, porém, seu tio, também usuário de drogas, botou fogo. Nessa época, ficou sem lugar para ficar, o que, associado ao uso das drogas e as dificuldades no convívio familiar, favoreceu sua situação de rua. Ele relata:

Na verdade, foi a perca dele ali, dele ter tacado fogo ali nessa casa que era minha ali e meu tio e mais também por causa da droga, né cara. E mais também porque eu não conseguia mais morar com a minha mãe, né cara, que meus irmãos não usam droga, né cara, trabalham, fazem faculdade aí, e eu fui o único que já escolhi pra outra vida, né? Já escolhi o crime, ne?

No que se refere a trajetória laboral, como pode ser observado na figura 07, o entrevistado começou a trabalhar aos 19 anos, como vendedor em uma loja, onde ficou por um ano e saiu por vontade própria. Até então nunca havia trabalhado, apenas realizando atividades no tráfico de drogas: “fui trabalhar com 19 anos de idade, o resto da minha vida era só droga e crime”. Após isso, passou a ser auxiliar de cozinha em um restaurante, onde ficou por 4 meses e saiu porque conseguiu uma vaga com salário melhor. Depois disso, foi auxiliar de cozinha em um hospital da região, onde permaneceu por cerca de dois anos e saiu por vontade própria.

Figura 07 – Trajetória Laboral de Murilo



Fonte: elaboração do autor, 2017.

Seu último emprego foi em um restaurante de um conhecido shopping da região, onde lavava louças. Nessa época, já estava em situação de rua, porém, conseguiu o emprego sem expor essa informação. Após 6 dias de trabalho, “foram lá e falavam para o cara que eu era morador de rua, morava na casa de acolhimento, daí o cara me mandou embora”. Quando questionado sobre o motivo pelo qual foi demitido, ele afirma “imagina, preconceito, morador de rua, ex-usuário de crack, mora em uma casa de acolhimento, tu acha que eles vão deixar alguma coisa perto? Bolsa, esses negócios, e se sumir foi quem? Foi o usuário que morava na rua”. Murilo ainda cita um trabalho na área da construção civil, em uma obra da região, onde trabalhou por pouco tempo.

Outra situação descrita por Murilo foi em 2014, quando morou em outra cidade da região por dez meses. Nessa época, adquiriu muitas coisas, quando levava uma “boa vida” em uma casa e era traficante, vendia drogas, porém, “de uma hora pra outra deu a loucura de voltar pra cá de novo”. Dessa forma, vendeu as coisas que tinha e voltou para as ruas, para a companhia de seus colegas de rua.

Quando Murilo começou a viver na rua, sua principal atividade era de catador de reciclável. Atualmente, eventualmente trabalha em estacionamentos da região.

5.2.7.1 Cotidiano de vida e trabalho

Murilo diz que seu dia a dia “é muito corrido” e que costuma cuidar da organização do Centro Pop, ou seja, garante que todos estejam bem e sem brigas. Ele afirma “quem olha assim, até acha que eu sou um empresário, alguma coisa”, diz isso porque comenta “ter” dois estacionamentos e que tem dois “guris” que cuidam pra ele. Questionado sobre a forma como conquistou esses dois estacionamentos, diz que conhecia os donos dos dois locais: “eu já fiz serviço, pá, na casa deles, quando eles me viram, pa, na rua, eles me deram um apoio fodido e como

é um lugar que, porra, é fechado, né? E é um lugar de bastante movimento [...] e é um lugar que dá muita gente que classe alta, vamos se dizer”. Atualmente, vai ao estacionamento nas quintas, sextas e sábados, dias de maior movimento. Relata que não vai somente para trabalhar cuidando dos carros, e sim, para fiscalizar.

Sobre seu processo de trabalho como “fiscal” do estacionamento, descreve: “eu fico um pouco lá, fico umas duas horinhas, entro lá no restaurante, converso lá com o dono. Daí fico um pouco com ele, lá dentro. Dou uma mão lá pra eles lá dentro da cozinha também. Saio pra fora, faço o que tenho pra fazer e volto pro Pop”.

Quando trabalhava diariamente no estacionamento, como flanelinha, ganhava cerca de “2 mil real por mês”, porém destaca: “só que de uns tempos pra cá eu, tipo, me relaxei. Botei dois gurizão pra ficar e, tipo, eles me dão cem real mais ou menos acho que por semana e fazem, fazem uns 200, 300, 400 real pra eles”. Antes de colocar os “dois meninos” pra trabalhar, cuidava sozinho do local. Esse trabalho acontecia da seguinte forma, conforme descrição do entrevistado: “tu vai, estaciona, e o carro tu ta olhando né? Tu tem que ter a sua consciência, né? O cara ta olhando meu carro”. Atualmente, não trabalha diariamente porque não tem paciência e porque “ao passar de um tempo também, eu fui ficando muito sujo também com a polícia”. O dinheiro que ganhava, “querendo ou não, ele ia pra boca”, ou seja, para o uso de drogas. Considera que tinha uma boa relação com clientes e que os mesmos tinham grande confiança, por vezes deixando até as chaves dos carros com ele.

5.2.8 Nilton

Nilton estava há pouco tempo em situação de rua quando foi convidado a participar da pesquisa. Foram realizadas conversas rápidas com ele por cerca de duas semanas com o objetivo de agendar um horário para a entrevista. Ao contrário dos demais entrevistados, ele tinha horários fixos de trabalho que impossibilitavam entrevistas em horários comerciais. Dessa forma, uma solução possível foi a realização da entrevista no horário do almoço na sala de atendimento psicossocial do Centro Pop, conforme sugestão do participante e cessão pelos técnicos.

Nilton tem 49 anos, é solteiro, natural do Estado da Bahia e tem como escolaridade o ensino médio completo. Está em situação de rua há cerca de vinte dias, não sendo essa sua primeira passagem pela rua. Afirma ter alguns filhos: “cada um com uma mãe diferente” e se declara como “um homem de muitas mulheres”. Refere-se a si mesmo como um “homem de 5 profissões, profissional em todas elas” e como “grande

homem”. Ao longo de toda a entrevista, Nilton tem como principal assunto o trabalho e sua trajetória laboral, principalmente como estofador. Não se identifica como usuário de drogas, mas faz uso de álcool e se diz “viciado em mulheres”.

Veio para Santa Catarina há 5 anos, quando conseguiu um trabalho como vigia em uma policlínica. Assevera que sempre teve vontade de conhecer o Estado e um amigo o incentivou. Ele afirma ter sido, ao longo de sua vida, um homem bonito e com alto poder aquisitivo; porém sua vida passou a ter dificuldades por conta de “duas drogas”: “o álcool e a prostituição”: “eu tinha dinheiro, eu tinha meu carro, eu tinha minha moto, tudo. Sempre morei bem, paguei aluguel caro”.

Em relação às vivências que levaram à vida na rua, Nilton afirma que o primeiro momento em que esteve na rua ocorreu porque vendeu todo o seu maquinário, sua fábrica de estofados, no fim de ano anterior, quando decidiu ir para a casa dos seus pais em São Paulo. O entrevistado vendeu sua fábrica por um valor abaixo do que valia (segundo ele, vendeu por R\$1350,00, quando valia R\$5000,00), porém, antes de viajar, decidiu “dar uma despedidazinha da cidade” em uma “casa de massagem” e acabou gastando todo o dinheiro. A partir desse momento, passou a viver na rua e a trabalhar informalmente em uma estofaria. Ao longo desse período, porém, conheceu uma mulher, que o convidou para morar com ela, com quem dividiu as despesas domésticas por um curto período. A relação acabou não dando certo. Sobre isso, ele afirma:

Não aguentei viver com aquela mulher [...] de cabeça quente, juntei minha mochila e sai, mas depois que eu saí, que pisei o pé na rua, mas caramba, eu devia ter esperado um pouco, ter pegado o dinheiro da semana, não, que eu saí na raiva. Eu tinha te ter esperado mais um pouco, ter um dinheiro no bolso, daí sai, não tinha outra opção, fiquei na rua.

No momento, deseja alugar uma casa, pois recebe cerca de R\$600,00 por semana e conseguiria alugar um quarto com esse dinheiro, porém, acaba gastando todo o dinheiro com bebida. Dentre as falas a esse respeito, uma chama a atenção: “poderia alugar o quarto, mas como eu estava de cabeça quente pelo que aconteceu nas outras duas semanas. Fui no bar, tomei umas cachaças, falei: vou ficar por aqui mesmo”.

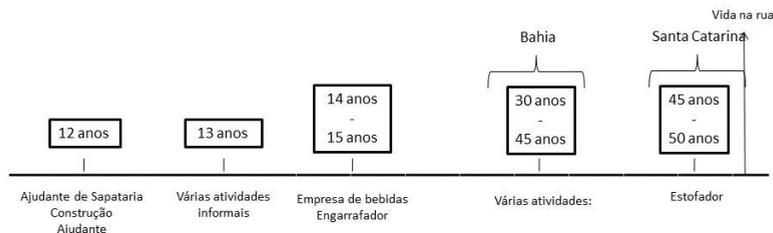
No que se refere aos vínculos familiares, relata que sua família não conhece completamente a complexidade da sua situação de vida, porém,

considera sua relação familiar “excelente”. Seus familiares o consideram “o xodó da família”, porém “eles querem que fique dentro de casa”. Comenta que eles não entendem sua vontade de ficar “junto aos mais pobres”, já não os vê há algum tempo, seu relacionamento com os mesmos consiste em telefonemas.

Quanto a sua trajetória laboral, Nilton afirma ter sido um homem de múltiplas profissões, referindo-se com orgulho:

Primeiro, a que eu mais gosto e o povo diz que eu sou bom é construtor, sou pedreiro de acabamento, porém, como eu já tive a minha própria estofaria, a minha própria fábrica, já tive a minha própria metalúrgica, então, eu aprendi a soldar, sou um bom soldador. O sofá, o povo diz que eu sou um exímio estofador e faço qualquer coisa. Eu quando eu alugo um ponto, eu não preciso chamar o letrista pra escrever o nome da minha firma, eu mesmo escrevo porque eu tenho uma certa prática. Tive a minha firma que, eu faço muito artesanato fim de semana, que eu fico em casa [...] Eu não pago pra um cara mexer na eletricidade na minha casa, sou eu mesmo que faço, não pago pra um pintor, eu faço tudo. [...] Eu sempre a minha vida inteira eu fui pedreiro, estofador, soldador, eu faço qualquer coisa. Sempre a minha foi assim. Eu chego na construção: “ó, to procurando um serviço de pedreiro, coisa e tal” “o cara, não estamos procurando serviço de pedreiro, só servente”, eu falo “eu pego”. Sempre fui assim. Eu tenho a honra de ser trabalhador, mas deu uma zebra em minha vida, vou fazer o que, né?

Figura 08 – Trajetória Laboral de Nilton



Fonte: elaboração do autor, 2017.

Com base na figura, é possível ter alguns indicativos da trajetória laboral de Nilton, ainda que não tenha sido possível organizar uma linha cronológica mais detalhada com base em seu relato. É importante destacar que essas atividades foram realizadas em diversos estados do país: o entrevistado nasceu na Bahia, passou sua infância em São Paulo e já trabalhou em Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, entre outros locais. Em sua primeira experiência laboral, ajudou “um cara que tinha uma sapataria de conserto. Reformar o sapato, trocar o saltinho, engraxar”. Além disso, trabalhava em construções com seu pai.

Comenta já ter realizado muitas atividades ao longo da sua vida: “fazia uma coisa, fazia outra, carpia quintal, catava osso, caco de vidro, pra vender, ferro, eu sempre tinha que estar fazendo alguma coisa”. Quando tinha cerca de 14/15 anos teve seu primeiro trabalho com carteira assinada, em uma famosa fábrica de bebidas, em que “lavava os vidros para engarrafar vinho”. Também “cortou arroz” em fazendas do estado do Mato Grosso. Na Bahia, onde viveu por 15 anos, teve cerca de cinco estofarias e construiu uma casa com suas próprias mãos: “também sou pedreiro”. Aprendeu essa atividade com seu irmão, que define como um “exímio estofador”, qualidade que atribui a si mesmo.

Em resumo, Nilton veio para Santa Catarina há cerca de cinco anos, onde inicialmente trabalhou na área de construção civil. Após isso, montou sua própria estofaria. Parou de trabalhar na estofaria quando vendeu suas máquinas.

5.2.8.1 Cotidiano de trabalho

Atualmente, Nilton trabalha como estofador, sem nenhum vínculo de emprego. Segundo ele, conseguiu essa oportunidade logo que ficou em

situação de rua. Seu horário de trabalho é das 8h às 18h de segunda a sexta, com horário para almoço, porém, devido a sua situação chega um pouco mais tarde para esperar o café do Centro Pop ou ser atendido pelo psicólogo e assistente social.

Em relação aos seus ganhos, recebe entre R\$500,00 e R\$600,00 por semana. Seu salário é baseado na porcentagem dos estofados que produz. Destaca que, na área de estofaria, faz “qualquer trabalho, tudo que aparece”. Comenta ter facilidade para criar peças, “eu sempre fui modelista, de estofado, de qualquer coisa que você pensar”. Quanto ao seu processo de trabalho, tudo se inicia por meio da reciclagem, o que reduz os custos da produção: “vai sair R\$25,00. Eu faço por R\$9,00”.

No que se refere a sua relação com seu “patrão”, comenta “todo mundo me trata bem porque eu sou um grande profissional, ninguém quer me aborrecer, nada, porque sabe que eu sou profissional e ninguém quer que eu monte a minha [estofaria] de novo”. Com clientes, comenta que a relação é muito boa: “o povo diz que eu sou um exímio estofador e faço qualquer coisa”.

5.2.9 Roni

O entrevistador teve rápidos contatos (por diversas vezes) com Roni antes da realização da entrevista. Ele utilizava do Centro Pop apenas para o almoço, normalmente indicando pressa para voltar para suas atividades como catador de material reciclável. Em todas as ocasiões de conversa, o usuário afirmava aceitar participar da pesquisa, mas que poderia apenas em um outro dia. No último dia de levantamento de informações, Roni repetiu esse discurso, porém, o pesquisador afirmou que seria a última oportunidade para a realização da entrevista. Dessa forma, o usuário aceitou participar, “desde que seja rápido”. Por esse motivo, a entrevista foi a mais curta dentre os participantes e várias perguntas foram suprimidas do roteiro de entrevista. A conversa ocorreu após o almoço do usuário, em frente ao Centro Pop e ao lado do seu carrinho de reciclagem.

Roni tem 33 anos de idade, é natural de Chapecó/SC e vive na rua há 10 anos. Costuma viver no próprio município onde fica localizado o Centro Pop. Comenta não acessar outras políticas públicas e não participar de movimentos sociais. Estudou até a 8ª série do ensino fundamental e, quando questionado sobre o porquê parou, responde: “Saí do colégio e não voltei mais. Saí porque é, o cara começa quando é novo, né? Começa a beber, começa a usar”. Tem dois filhos, com quem não

mantém contato. Atualmente, trabalha como catador de material reciclável.

No que se refere a sua trajetória laboral⁵⁰, Roni resume-se a afirmar que já trabalhou como pintor e servente e “em muitas coisas”. Comenta que já teve sua carteira de trabalho assinada por duas vezes em sua vida: uma como pintor e outra como servente de pintura. Desde que começou a viver na rua, nunca mais teve um emprego, tendo trabalhado principalmente com reciclados.

Quanto as vivências que o levaram a viver na rua, Roni atribui à separação de sua esposa e a problemas familiares: “Isso aí é através que eu separei da minha esposa [...]. E daí também briguei com a família”. Em relação aos vínculos atuais com a família, comenta que tem parentes que moram próximos a ele, porém, a falta de liberdade com horários e outras regras de convivência são motivos para que não queira morar com os mesmos:

Esses tempo eu fiquei até uns três, quatro meses lá. Que é ruim morar assim com parente né, é foda. Hoje em dia pra sobreviver assim é... porque é o seguinte, ainda mais com primo, né? O cara se dá com ele, de repente com a esposa é ruim. A esposa também é... tem horário e coisa e tal, e o cara também hoje em dia fica o que? Fica mandado? Não sou criança po. Hoje em dia né... o cara tem horário, tem horário pra chegar, e coisa e tal, daí é ruim né, o cara também não escuta também.

5.2.9.1 Cotidiano de trabalho

Roni é um trabalhador da área de reciclagem, que tem um carrinho e atua na região da Grande Florianópolis. Comenta trabalhar o dia todo: “de manhã até... não tem horário pra mim parar”. Costuma catar papelão, ferro, plástico e recolher os materiais em locais fixos, “têm prédios já que guardam”. “Anda por aí”, fazendo coleta há oito anos, desde que passou a viver na rua. Antes do reciclado, trabalhou como pintor. Segundo o entrevistado, o dinheiro que ganha “dá pra sobreviver, dá pra ganhar um trocadinho”. Costuma ganhar cerca de R\$70,00 por dia, dinheiro que gasta com comida e com seu “vício”: “tomo a minha cerveja, tudo. É pro dia a dia”.

⁵⁰ Não foi possível elaborar uma linha da vida laboral com base nas informações produzidas.

5.2.10 Tereza

Tereza foi a primeira das entrevistadas, por indicação dos técnicos do serviço. A entrevistada, desde o primeiro dia do levantamento de informações, estava presente no Centro Pop com uma postura participativa em relação à pesquisa, colocando-se à disposição.

Tereza tem 44 anos de idade e mantém um relacionamento estável com Guilherme⁵¹ há cerca de 12 anos. Estudou até a 7ª série do ensino fundamental e não soube informar o período em que está na rua, mas acredita que seja por volta de 12 anos, sendo 4 anos de forma ininterrupta, quando saiu de um albergue, onde ficou por 2 anos. É natural da região da Grande Florianópolis, filha de pescadores. Ela teve 19 filhos, “9 estão mortos e 10 vivos”, porém, não mantém contato com os mesmos, pois foram “retirados pelo conselho tutelar”. Esse é um assunto tratado rapidamente, pois a entrevistada não gosta de falar a esse respeito. Tereza garante ter diversos problemas de saúde que a impedem de trabalhar, mas nunca conseguiu sua perícia.

Tereza utiliza o Centro Pop como espaço de convivência, para suprir suas necessidades básicas e para dormir. Atualmente, divide a vida com seu marido e com as pessoas que “vivem” no Centro Pop, a quem chama de “filhos”, considera-se a mãe de todos. Tem grande preocupação com os demais em situação de rua e diz que “cada um que acontece alguma coisa, eu quase morro do coração”. Ela diz não ter atividades de lazer e que vive para a “luta”, ou seja, a militância no MNPR, no qual se diz titular municipal e estadual. O seu objetivo no movimento e na vida é “fazer com que as leis se cumpram, que não são cumpridas, porque eles sabem exigir os nossos deveres, mas não cumprem os nossos direitos”. Ao longo de toda a entrevista, Tereza refere-se muito à luta e aos objetivos coletivos, de manter um Centro Pop aberto e em condições adequadas de funcionamento, bem como a ampliação da rede socioassistencial para a população de rua. Afirma ter “abraçado a causa com amor” e que “não recebe nada pra isso”.

No que se refere aos vínculos familiares, Tereza não mantém nenhum tipo de relacionamento com a família por conta do seu pai, este com quem “teve uma revolta” e não quer ter contato. Gostaria de um contato apenas com um único tio, que mora na região da Grande Florianópolis, porém, não o vê há mais de 5 anos, pois não quer que ele sofra com sua situação. O vínculo mais consistente que mantém, além das

⁵¹ Cujas história já foi descrita.

pessoas em situação de rua, é com uma tia do seu marido, com quem se dá muito bem.

A entrevistada remete a várias vivências em momentos distintos de sua vida para se referir aos motivos para viver na rua. Segundo Tereza, o principal motivo para estar na rua atualmente é ter saído do albergue onde ficava, local onde foi agredida por um interno. Antes do albergue, “estava trabalhando na jardinagem” e sua “patroa” alugou uma casa para ela, cujo aluguel não foi pago. Por isso, foi despejada, teve que sair desse trabalho e ir para as ruas. A principal razão atual é “não conseguir a minha perícia” e “ficar desempregada” após o trabalho na área de jardinagem. A primeira vez que esteve na rua, aos 19 anos, foi porque descobriu “os casos” do seu pai e que ele batia em sua mãe, o que ela não aceitava. Nessa época, saiu de casa e foi para a rua, onde dormiu na praia. Nesse primeiro momento, as condições de vida na rua eram diferentes das atuais:

Só que na época que eu fui pra rua não era o risco que tem hoje em dia. Polícia não te incomodava, não era essa monteira de gente morando na rua, também fiquei pouco tempo. Conheci um pessoal, minha tia tava morando com uma amiga dela, eu fui pra casa dela, depois fui morar com outras meninas. Daí fui pescar com uma das meninas, com um irmão dela, entendeu? Fui fazer o que eu gosto, pescar né. Então, um bom tempo fiquei assim, depois me casei, trabalhei de servente de pedreira com meu ex-marido, de tudo na minha vida eu fiz um pouco, honestamente, sabe?

Quanto a sua trajetória laboral⁵², Tereza menciona que trabalha “com qualquer coisa” e que sua profissão principal é como pescadora, com o que trabalhou dos 11 anos até os 14 anos, com seu pai e não faz mais atualmente. Ela lembra dessa fase como algo “que adorava”. Aos 15 anos, engravidou de sua primeira filha. Por esse motivo, seu pai não a deixou mais estudar. Depois disso, começou a fazer faxinas e crochê para vender, o que aprendeu com sua mãe.

Sem informar o período, Tereza comenta ter realizado atividades em jardinagem, “só que não era carteira assinada, daí os meus patrões começaram a me dever, saí fora, porque eu já não posso trabalhar com peso, tenho problemas de rins de nascença, a mulher ficar me comendo

⁵² Não foi possível elaborar uma linha da vida laboral com base nas informações produzidas.

dinheiro não dava né”. Conforme dito anteriormente, nesse período voltou a ficar em situação de rua.

Comenta que seu maior sonho é ter carteira assinada, o que nunca teve, porque eu tinha “filhos pra cuidar, aluguel para pagar, então, era complicado. Eu não pude escolher carteira assinada, bem complicado”.

5.2.10.1 Cotidiano de vida e trabalho

O cotidiano da entrevistada consiste em cuidar dos usuários do Centro Pop. Considera que essa sua “missão” é seu trabalho. Seu maior objetivo, segundo ela, é “não vê-los recaídos, é ver dentro de um Albergue, se recuperando, arrumando serviço”, porém, comenta que as pessoas em situação de rua não têm oportunidades de trabalho por conta do preconceito. Comenta que as empresas, ao verificarem nos currículos que o endereço é a casa de apoio ou o Centro Pop, “deu, eles não te contratam”.

Questionada acerca dos trabalhos que realiza, Tereza responde que “de faxina não peguei nenhum sabe [...] Até porque se for fazer faxina direto eu já nem pego, né? Tô proibida, né? Porque eu tenho doenças crônicas dos rins de nascença”. Em relação a limpar quintais, cita que “limpava lá em um amigo meu” e que, em algumas ocasiões, trabalhou com reciclagem com ele. Comenta que tudo o que é “honesto pra mim fazer, eu faço”.

Quanto ao crochê, está sem produzir por conta da falta de óculos (está esperando uma consulta com oftalmologista) e porque seu material de crochê foi roubado na rua, o que a impede de desenvolver suas atividades. Também destaca as dificuldades para vender seus produtos:

É um sufoco. Eles acham bonito teu trabalho, perguntam o preço. Quando tu dá o preço, dizem ‘ai, é muito caro’, me dá uma agonia. Eu geralmente não gosto de abaixar meu preço, porque é o valor do meu trabalho, to gastando linha, é material, é revista, é agulha. Pra não mandar tomar naquele lugar, eu falo sempre: “então o senhor, a senhora, compra a revista, compra as agulhas e faz. Fazer o trabalho. Mas eu falo mesmo, é um jeito de valorizar.

Em alguns momentos, ela diz que seu marido leva suas produções para vender no semáforo, onde ele vende pirulitos. Dependendo da produção, comenta já ter feito rifas de trilhos, toalhas e jogos de banheiro.

Ela diz “eu boto na rifa o trabalho, vendo baratinho o bilhete, depois de vender tudo sorteia o bilhete”, esta seria uma forma de conseguir um dinheiro mais rápido. Às vezes acompanha seu marido quando este cuida de um estacionamento próximo ao Centro Pop, esse é um dos meios pelos quais o casal consegue dinheiro para se manter na rua. Gasta o dinheiro que ganha comprando “café, açúcar, coisa pra comer. Não compro besteira não, não sou usuária de nada. Quando dá pra uma cervejinha, quando dá”.

5.2.11 Tiago

Alguns contatos foram realizados com Tiago antes do dia da entrevista. O convite ocorreu na área de convivência do Centro Pop. Tiago apresentou-se um pouco resistente em participar no momento da entrevista, foi bastante sintético nos seus relatos e terminou o mais rápido possível, em torno de 30 minutos, sendo respeitado em sua escolha.

Tiago tem 36 anos, é casado e tem uma filha com 14/15 anos, que não mora com ele, mas com quem mantém contato. Estudou até a 8ª série do ensino fundamental e não participa de movimentos sociais. Ele se define como “uma pessoa descontraída, tipo assim, uma pessoa alegre, animada”. Comenta que sua família “é uma família gastadeira, bem estruturada”, que é muita boa e com quem mantém contato direto. Relata estar em situação de rua há duas semanas pelo seguinte motivo: “eu tava trabalhando na Igreja [...] aonde que eu juntei um dinheirinho pra comprar as madeirinhas pra fazer uma casinha nova pra nós e eu dei uma recaída, dei uma recaída e agora estou duas semanas na rua”.

Nesta direção, ele afirma o seguinte:

Tô na rua por causa que eu ratiei, né? Eu dei um deslize, eu gastei o dinheiro e fiquei com vergonha de voltar pra minha casa, na verdade [...]. **Tu tinhas ganhado mil reais e daí o que tu fez?** Eu gastei, gastei com bebida, com droga, com mulher, gastei tudo. Não sobrou nada, vai sobrar o que, não sobra nada.

O entrevistado informa que esta não é a primeira vez que passa a viver na rua. Em sua fala, refere-se a um “ciclo de vida de rua” que se repete esporadicamente:

Porque assim, eu vou pra rua, fico um mês, dois meses, três meses, pego e sumo, daí eu fico um ano, dois anos, três anos, até quatro, cinco anos sem vir pra rua. A última vez agora fiquei quatro anos sem vir pra rua. Quatro anos. Faz tempo que eu não vinha aqui. Quatro aninho seguido, e é assim.

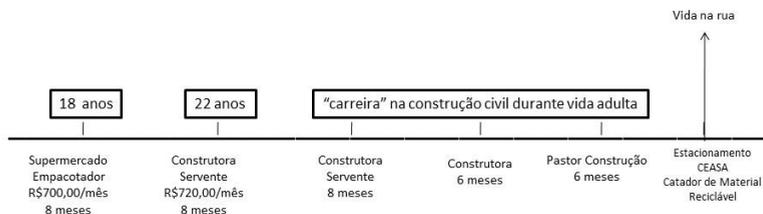
Em relação aos vínculos sociais, Tiago se define como “uma pessoa pública”, que não distingue amizade, tendo “os amigos da rua”, “os amigos da sociedade” e “os amigos do trabalho”, ou seja, “conforme o local e o momento que você está, você faz as amizades”.

Ao contrário de todos os entrevistados, Tiago tem uma casa e que sua esposa tem lhe procurado para voltar ao convívio familiar:

Eu tenho um terreno aqui no morro da Caieira, tenho um terreninho ali, paguei 6 mil na época, po. Eu fiquei com vergonha da minha esposa po, daí ela veio me procurar agora, ela veio domingo, ela veio domingo e disse “domingo eu vou passar o dia contigo, aí quando for segunda-feira tu...”, aí quando for segunda-feira eu sumo né? Esqueçone? Nem olho pra trás. [...] Eu vou falar a verdade, eu to hoje já há duas semanas na rua, ontem, foi domingo e ontem. Ontem minha esposa veio aí, né? Que a minha esposa quer me levar, ela já quer me levar.

No que se refere a trajetória laboral, o entrevistado se diferencia em relação aos demais, provavelmente porque teve poucos períodos em situação de rua ao longo de sua vida.

Figura 09 – Trajetória Laboral de Tiago



Fonte: Elaboração do autor, 2017.

Como pode ser observado na figura, o primeiro trabalho da vida foi como empacotador em um Supermercado no Paraná quando tinha 18 anos e lá permaneceu por 8 meses. Nessa época, ainda morava com sua família (pai, mãe e outros familiares). Depois disso, veio para Santa Catarina e passou a trabalhar na área da construção civil que, segundo ele, é sua profissão:

Eu gostava, porque eu sempre trabalhei em obra, porque obra a gente trabalha só de segunda a sexta, daí a gente tem o sábado e domingo, né? Porque nos outros serviços, tu vai trabalhar em um restaurante, você vai trabalhar em um supermercado, então, seguinte, não tem feriado, não tem sábado e domingo, a pessoa trabalha seis dias, folga um. A obra não, como obra você trabalha até sexta-feira quatro horas da tarde, daí das quatro em diante você só vai trabalhar segunda-feira. Por causa disso aí que eu gosto de trabalhar em obra, devido ao longo período de descanso.

Trabalhou em diversas empresas, projetos e obras, em geral pelo tempo de 8 meses cada – segundo ele, é o tempo médio de um projeto, depois é bom mudar devido a rotina do trabalho.

5.2.11.1 Cotidiano de trabalho

O entrevistado, nas duas últimas semanas em que está na rua, trabalhou como flanelinha em estacionamentos de uma pizzaria próxima ao Centro Pop por cerca de cinco vezes, desenvolvendo suas atividades por cerca de 3 horas em cada dia. Em relação aos seus ganhos recorrentes deste trabalho, comenta: “sexta, sábado e domingo dá de tirar o que? Domingo dá de tirar uns 70, uns 60. Sábado dá de tirar uns 100, 120. Sexta dá de tirar mais uns 70 ou 60 ou 80, é assim, não baixa disso. É o movimento, não baixa disso”. Em relação à forma como gasta esse dinheiro, refere: “gasto um pouco com minha esposa, um pouco com a loucurada. Daquele jeito, assim, é o momento, é o distúrbio”, referindo-se ao momento do uso de drogas.

5.2.12 Valter

O entrevistado foi abordado pela primeira vez no dia da entrevista. O usuário veio ao Centro Pop com a finalidade de tomar banho e almoçar.

Em conversa rápida com ele e outros usuários, contou um pouco da sua história e das atividades que desenvolve atualmente. Ao ser questionado se aceitaria participar da pesquisa, a resposta foi prontamente positiva.

Valter tem 24 anos e é natural do Estado de Sergipe, porém, viveu a maior parte de sua vida na Bahia. Está em situação de rua há cerca de 6 anos. Ele não participa de movimentos sociais e não utiliza de nenhuma política pública além do Centro Pop. Valter é filho único de uma família de classe média, com quem perdeu completamente os vínculos.

Seu estado civil é solteiro, porém, na prática, é casado com uma mulher que “não convive na rua” e está na casa de sua mãe. Tem um filho com vinte dias de idade, um menino que tem visitado regularmente. Em relação à escolaridade, estudou até a sétima série do ensino fundamental, e parou porque começou a trabalhar e não se interessava pelos estudos, o que ocasionou um histórico de repetência, como pode ser observado em sua fala:

Eu que não me dedicada muito como o trabalho, né? Pro estudo. Não me dedicada muito, meu pai começou a botar eu pra trabalhar: “já que você não gosta de estudar, vai trabalhar”. Repeti uns dois anos a sétima.

Em relação aos motivos para começar a viver na rua, o entrevistado atribui ao uso de drogas e, por isso, sair da sua cidade para não envergonhar seu pai:

O motivo foi que eu comecei a entrar nas drogas, né? Da onde eu moro, uma cidade pequena, pro pessoal não ficar falando mal, pra não dar vergonha pro meu pai, peguei e saí.

Ele menciona que saiu de casa por conta própria, diante do consumo das drogas. Atualmente, valoriza a liberdade das ruas, com um menor número de regras do que as atribuídas na casa de seus pais.

Porque eu quis, conta própria. Mas depois eu saí, eu já fui, tudo. Já voltei duas vez. [...] Não consigo mais ficar em casa. Ficava algumas semanas, duas semanas e depois se mandava pra rua. [...] Acho que é o consumo da droga, né? Também a vantagem, tipo assim, a pessoa fica mais solta. Pessoal, mãe e o pai não fica falando “não pode

fazer isso, não poder fazer aquilo”, a pessoa também se acomoda né, com o tempo na rua se acomoda e não consegue mais ficar em casa. Prefiro sair.

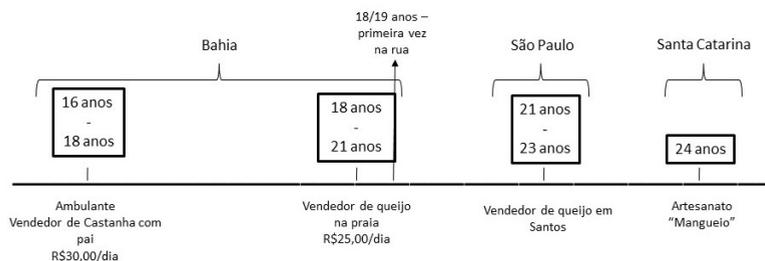
Atualmente, Valter utiliza uma praça da cidade como local de maior permanência por conta da circulação de pessoas e oportunidade de venda de seus produtos (artesanato). Sua principal ocupação atual é como artesão de folhas de árvores.

Em relação a sua trajetória laboral, Valter destaca que seu primeiro trabalho foi como vendedor de castanhas, como ambulante, quando tinha 16 anos. Ganhava cerca de R\$30,00 por dia. Realizou essa atividade junto a seu pai até os 18 anos, quando decidiu sair da casa do mesmo e, ainda na Bahia, aos 19 anos, passou a vender queijo na praia com algumas pessoas que conheceu na rua. Seu rendimento era de cerca de R\$ 30,00 por dia. Realizou essa atividade até os 21 anos quando foi pra São Paulo para vender queijo com estas mesmas pessoas. Nessa ocasião, tinha um lugar para dormir na casa dos “patrões”. Quando veio para Florianópolis, onde também iria realizar essa atividade de venda de queijo, decidiu parar:

Começou a ser muito trabalho e pouco dinheiro. De fazer além do que eu o meu dever. Mandar fazer o que não devia fazer, eu falei que não dava certo. [...] Ele queria que fizesse umas coisas dentro de casa, fazer não sei o que, e pagar não sei o que. Também gente pra fazer, só mandava eu, falei que não dava não. Começava a pedir favor demais, né?

Em Florianópolis, já com 22/23 anos, voltou a viver na rua, passando a trabalhar como artesão. Essa trajetória pode ser observada na figura abaixo:

Figura 10 – Trajetória Laboral de Valter



Fonte: Elaboração do autor, 2017.

Ao longo de sua trajetória, Valter nunca teve empregador para assinar a carteira de trabalho. Todas as atividades desenvolvidas até o presente momento foram de trabalho informal.

5.2.12.1 Cotidiano de vida e trabalho

Em relação a sua rotina como artesão, comenta que desenvolve essa atividade no período vespertino, após utilizar os serviços do Centro Pop: “eu acordo, vou pro Pop, tomo um banho, um café, fico por lá [...] e à tarde eu saio pra poder fazer meu trabalho [...] Depois do meio-dia, umas duas horas. Devo passar a tarde na praça vendendo artesanato”. Faz isso diariamente, sem horário fixo: “a hora que der vontade” e utiliza seu artesanato como forma para pedir dinheiro para as pessoas: “eu mangueio com artesanato. O artesanato que eu faço eu não fico parado, eu fico mangueando. Eu faço na rua, a pessoa vê”. Ele desenvolve essas atividades sozinho e de forma autônoma. Quanto ao preço, este é de “espontânea vontade da pessoa. Vai da consciência da pessoa na hora” e seus rendimentos variam entre “50 centavos, 25, 10 reais, 100, 50, 70 reais” por peça vendida. Tem um ganho diário de cerca de 30 a 50 reais, realizando a atividade por cerca de duas horas. Utiliza o dinheiro principalmente para “o consumo de droga”. No momento, por conta de seu filho, também está comprando fraldas e lenços umedecidos.

Quanto ao seu processo de trabalho, comenta: “pego tipo uma folha daquela ali e faço um gafanhoto, uma rosa. Folha de... de coqueiro. De mato assim, palmeira. Na prática, negócio de segundos, na frente dele”. Desenvolve essa atividade há quatro anos, o que aprendeu em uma escola de artesanato na Bahia, onde fez um curso de artesanato com folhas, o que resulta em flores, cestos, gafanhotos, entre outras produções.

Após essa apresentação descritiva das histórias de vida e de trabalho dos participantes, no capítulo que segue as informações produzidas serão discutidos e analisadas a partir com base na literatura condizente com o objeto do presente estudo. Inicia-se a seguinte seção com a caracterização do grupo de entrevistados a partir do relato dos técnicos do Centro Pop.

6. ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES PRODUZIDAS

De modo a entender o perfil dos participantes do presente estudo, procedeu-se a elaboração de uma tabela geral com as principais informações relacionadas aos entrevistados, esta que pode ser visualizada abaixo. A seguir, junto a análise desta caracterização, serão discutidas as informações sobre os usuários atendidos pelo Centro Pop a com base nos relatos dos técnicos do serviço:

Tabela 02: Caracterização dos/a participantes

Nome	Idade	Escolaridade	Estado Civil	Estado de origem	Tempo na rua	Trabalho Informal
Antônio	30	4ª série	Solteiro	Santa Catarina	6 meses*	Artesão, flanelinha
Fred	24	Até 6ª série	Solteiro (namora)	Paraná	10 anos	Flanelinha
Guilherme	37	8ª série – ensino fundamental e cursos de qualificação.	Solteiro (“junto” há 12 anos)	Paraná	5 anos	Vendedor de pirulito/flanelinha
José	35	Até 5ª série	Solteiro	Santa Catarina	10 anos	Catador de material Reciclável, Segurança
Marcos	32	Ensino Médio e Técnico em Química	Solteiro	Rio Grande do Sul	10 anos	Flanelinha
Matheus	21	Até 5ª série	Solteiro	Paraná	3 meses	Flanelinha, catador de material reciclável, carregador/chapa
Murilo	24	5ª série	Solteiro	Santa Catarina	4 anos	Flanelinha
Nilton	49	Ensino médio	Solteiro	Bahia	20 dias	Estofador
Roni	33	Até 8ª série	Solteiro	Santa Catarina	10 anos	Catador de material reciclável

Tereza	44	Até 7ª série	Separada (“junto” há 12 anos).	Santa Catarina	Mais de 10 anos	Faxina, artesanato, costura
Tiago	36	Ensino Fundamental	Casado	Paraná	Duas semanas	Flanelinha
Valter	24	Até 7ª série	Solteiro (namora)	Sergipe	6 anos	Artesão

Fonte: Elaboração do autor (2016).

Conforme pode ser observado na tabela 02, a maior parte dos entrevistados é do sexo masculino, com exceção de Tereza. Isso é comum ao público atendido pelo Centro Pop, visto que todos os técnicos entrevistados asseveram que a grande maioria das pessoas atendidas são homens com baixa renda. Segundo a coordenadora, poucas mulheres passam pelo serviço. Essas informações vão ao encontro dos resultados da Pesquisa Nacional (BRASIL, 2008), que indicou uma população predominantemente formada por homens (82%) e da pesquisa de Sarmiento (2015) que identificou um reduzido número de mulheres atendidas pelo Centro Pop, no caso, o de Florianópolis.

A faixa de idade dos participantes encontrou-se entre 21 e 49 anos. Em coerência com esse dado, os técnicos do Centro Pop afirmam que as idades mais comuns dos usuários variam entre 18 e 40 anos, com o eventual atendimento de alguns idosos. Conforme fala da assistente social, trata-se de “um público predominantemente jovem”, o que é confirmado pela coordenadora: “Idosos são muito poucos”. Essas informações aproximam-se das oficiais (BRASIL, 2008), em que se identificou que mais da metade das pessoas adultas em situação de rua possui entre 25 e 44 anos. Ainda que em pequeno número, a presença de alguns idosos em situação de rua é um dado preocupante quando considerado que, conforme preconizado no artigo 37 do Estatuto do Idoso (BRASIL, 2003), o idoso tem direito à moradia digna, seja no seio da família natural ou substituta, ou em instituições públicas ou privadas.

Chama a atenção, em comparação aos dados nacionais, que a maior parte dos participantes são brancos. A estagiária comenta que essa é uma particularidade do serviço do município: “a maioria deles são brancos”, o que diverge da Pesquisa Nacional (BRASIL, 2008), que indicou uma proporção maior de negros, representando cerca de 67% da população em situação de rua. Essa informação pode estar associada ao fato de que a

maior parte da população de Santa Catarina⁵³ é composta por brancos, sendo este o estado com a menor porcentagem de pessoas declaradas negras no país, quando considerados os dados do IBGE (2010).

Praticamente todos os entrevistados têm o estado civil de solteiros ou divorciados, o que é confirmado pelos técnicos do serviço, a exemplo da fala do psicólogo: “a grande maioria é solteiro ou separado ou divorciado”. Chama a atenção que a maioria possui filhos, ainda que estes não permaneçam com eles no presente. Essas informações podem estar vinculadas a própria condição de vida dos entrevistados, em que há certa dificuldade em se manter relacionamentos estáveis e de cumprir de forma eficaz as funções parentais, com altas demandas para a garantia da própria sobrevivência, o que prejudica o cuidado dos filhos (FINKLER, DELL’AGLIO, 2014). Com a ciência da complexidade desse debate, sinaliza-se sobre as prerrogativas do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), em que consta a prioridade na proteção integral e no respeito aos direitos fundamentais da pessoa humana para crianças e adolescentes, o que não é passível de garantia na realidade das ruas.

A escolaridade predominante é o ensino fundamental incompleto, sendo que apenas Marcos possui o ensino médio completo. No relato dos técnicos sobre as pessoas atendidas pelo Centro Pop, todos concordam que a média de escolaridade costuma ser o ensino fundamental incompleto, a exemplo da fala da estagiária: “geralmente muito baixa, até o quinto, sexto ano do ensino fundamental, no máximo”. A assistente social comenta que, mesmo que a maioria do público tenha baixa escolaridade, já atendeu “pessoas do segundo grau, tem pessoas semianalfabetas, mas todas elas, pelo que eu atendi, ta? Sempre tem uma escolaridade. Sabem ler e escrever”. A coordenadora relata que “temos até alguns universitários, mas são poucos”. Essas informações coincidem com as encontradas na pesquisa nacional, em que apenas 0,7% da população possuía ensino superior e mais de 48% possuía o ensino fundamental incompleto (BRASIL, 2008) como escolaridade. Dados semelhantes a estes foram encontrados por Rosa (2005) e reiteram uma condição de violação de direitos e de afastamento precoce da escola.

Informação importante, conforme as histórias de vida apresentadas, é que a maior parte dos participantes é usuário de álcool ou outras drogas, principalmente o crack. Os técnicos afirmam que é uma realidade no serviço, em que “a maioria também são usuários de crack, uso abusivo e dependente de crack” (estagiária) e “uma parcela muito

⁵³ A maior parte dos participantes (10) é natural da região sul do país, cinco destes com origem no próprio estado de Santa Catarina.

grande que são usuários de droga, muito grande” (assistente social). Sobre isso, o álcool é destacado por diversas vezes na literatura como elemento socializador e integrador nos grupos de rua (VIEIRA, 1995), que possibilitaria o acesso a uma rede de vínculos afetivos. Na presente pesquisa, pode ser percebido que o principal agente de tal integração é o crack, ainda que o álcool seja observado em menor frequência. Apesar disso, alguns entrevistados se constituem em exceções, tais como Tereza, que não utiliza nenhum tipo de substância no seu cotidiano, o que vai ao encontro das informações trazidas por Rosa (2005) de que nem todos os que estão na rua ou vivem em albergues apresentam histórias passadas ou recentes de uso substâncias.

O tempo de permanência nas ruas, apesar de variável entre duas semanas a mais de 10 anos, é predominantemente de pessoas com mais de meia década na rua, qualificando que a suposta “situação de rua” não é uma situação transitória para a maior parte dos entrevistados. Dessa forma, não há como falar que os participantes simplesmente “estão na rua”, no sentido de que ficariam temporariamente nesta situação. Muitos dos sujeitos passaram a “ser da rua”, utilizando desse espaço para moradia e trabalho. Normalmente perderam o vínculo gradativamente com suas redes sociais de suporte e aderiram aos códigos que imperam nas ruas (GHIRARDI et al., 2005).

A maior parte dos sujeitos declara não ter atividades de lazer em seu cotidiano e normalmente mantém uma rotina entre Centro Pop, “suas voltas” e atividades laborais. Ainda que apenas alguns declarem participar do MNPR, tais como Tereza – militante do movimento -, a maioria compreende a função do Movimento como meio para a luta contra a violação de direitos e para reivindicar políticas públicas de atendimento à população de rua (MNPR, 2010). Vários dos entrevistados participaram de reuniões realizadas pelo MNPR ao longo do levantamento de informações, o que demonstra que os dados encontrados pela Pesquisa Nacional, em que apenas 2,9% confirmaram participação em algum movimento social ou associação (BRASIL, 2008), não coincidem completamente com as informações apresentadas na presente pesquisa. Uma explicação plausível para essa aproximação dos participantes com o MNPR é o próprio atendimento no Centro Pop, cujo projeto institucional os expõe a este movimento social. Além disso, foram presenciadas diversas tentativas de sensibilização para a participação no MNPR, especialmente por parte de militantes, ao longo do levantamento de informações.

Outro aspecto que chama a atenção na descrição das histórias é o fato de que praticamente nenhum entrevistado acessa outras políticas

públicas para além do Centro Pop, o que é confirmado no relato dos técnicos. Para a coordenadora, “em geral eles frequentam só o Centro Pop”. A assistente social comenta sobre as dificuldades de acesso as outras políticas públicas, inclusive de saúde. Ela relata uma situação em que foi solicitado o agendamento de uma consulta em um dentista em uma UBS próximo ao local: “eles solicitaram que tinha que ter um profissional junto na hora que o usuário estivesse junto com o dentista, [...] e quem tava levando questionou ‘o que é isso’? São adultos, eles não têm que ter alguém dentro do consultório, por que isso? Aí tudo já percebe que existe o que? Preconceito, né?”. O psicólogo confirma que a maioria utiliza apenas o Centro Pop por conta das “dificuldades com preconceito” enfrentado em outras políticas públicas. Sarmiento (2015) encontrou dados semelhantes na cidade de Florianópolis, em que se apresentou diversas dificuldades de acesso aos serviços de assistência social e de saúde, tais como desprezo, demora no atendimento e falta de adequação dos serviços a este público. A autora considera que esta é uma das grandes batalhas a serem vencidas cotidianamente pela população de rua. Também Fraga (2015) identificou entraves em relação ao acesso as políticas públicas de saúde relacionadas ao preconceito e ao estigma social vivenciado por essa população.

Na mesma direção, há o acesso a benefício de programas sociais de transferência de renda, tais como o Bolsa Família, que apenas um dos entrevistados afirma receber. Essa informação é reveladora do deficiente acesso a este tipo de benefício, previsto no Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009. No decreto, institui-se a Política Nacional para a População em Situação de Rua, que tem dentre seus objetivos o de proporcionar o acesso das pessoas em situação de rua aos benefícios previdenciários e assistenciais e aos programas de transferência de renda (BRASIL, 2009), o que parece não ser uma realidade para os participantes da presente pesquisa.

As principais atividades desenvolvidas pelos entrevistados, como pode ser observado, são como flanelinha/cuidador de estacionamento, citada por praticamente todos eles. As atividades de catador de material reciclável, artesão e vendedor de balas são bastante citadas, porém, com menor frequência. Em todos os casos, com exceção de Nilton, o trabalho é realizado no próprio contexto da rua, sem vinculação institucional e de modo informal. As principais atividades desenvolvidas pelos entrevistados vão ao encontro do exposto na Pesquisa Nacional (BRASIL, 2008), que indicou que as pessoas em situação de rua atuam principalmente como catadores de material reciclável (27,5%), flanelinhas (14,1%) e em setores da construção civil (6,3%) e limpeza

(4,2%), Ainda que as principais atividades sejam praticamente as mesmas, há uma inversão na ordem de frequência em relação à pesquisa nacional quando considerados os participantes da presente pesquisa⁵⁴, em que a atividade mais recorrente foi a de flanelinha e os trabalhos em construção civil e limpeza foram pouco citados. A atividade de artesão e vendedor, por exemplo, citadas pelos entrevistados, não constaram na pesquisa nacional, o que indica que outras estratégias de sobrevivência, para além das mais tradicionais da vida na rua, também têm sido utilizadas por esta população.

No que se refere aos vínculos familiares, estes se encontram fragilizados ou rompidos em muitas das histórias relatadas. No entanto, é interessante perceber que praticamente todos os entrevistados possuem algum tipo de referência familiar. Há uma família de origem e de convivência por um período da vida que devido a diversas situações houve afastamentos ou vínculos interrompidos (SILVA, 2009). Atualmente, encontram-se afastados de familiares biológicos, inclusive de filhos.

Quando os técnicos são questionados sobre os vínculos familiares, todos apresentam respostas comuns. A estagiária comenta que os vínculos são “muito fragilizados ou rompidos” e, na mesma direção, a assistente social fala acerca dos conflitos familiares que, segundo ela, “são bastante grandes, também, que alguns deles não têm, não querem mais, não querem fazer contato com a família”. A coordenadora comenta que “é muito precário, alguns têm, alguns têm família, visitam, mas visitam, não passa da visita, morar mesmo não”. Destaca ainda, que “a família não aceita a maneira dele ser, como ele se comporta, como ele age, a vida dele, então entra os conflitos”. Para o psicólogo, são “pessoas que têm família, muitas vezes têm algum familiar, mas que perderam o vínculo em função do uso, em função do uso de drogas e da perda de família acabam ficando em situação de rua”. Essas informações podem ser relacionadas com a Pesquisa Nacional da População de Rua, em que quase 40% das pessoas em situação de rua não mantinha qualquer contato com a família, além de ressaltar que, em geral, quanto maior o tempo de permanência nas ruas, maior é o distanciamento dos vínculos familiares e a dificuldade de resgatá-los (BRASIL, 2008).

De maneira geral, o perfil dos participantes confirma as informações da Pesquisa Nacional (BRASIL, 2008) quanto ao fato desta população ser heterogênea, apresentar características diversificadas e um

⁵⁴ Não há a intenção de generalização, tendo em vista que se trata de uma pesquisa de abordagem qualitativa.

conjunto de históricos de vida singulares. Nas histórias de vida desses sujeitos, no entanto, constatou-se uma importante semelhança: geralmente são marcadas pela violência familiar, perdas e rupturas dos laços afetivos e possuem uma trajetória de inserções precárias no mercado de trabalho, cujo início se deu de forma bastante precoce⁵⁵.

Informação complementar trazida no relato dos técnicos diz respeito ao uso do Centro Pop no cotidiano de vida dos usuários. Segundo eles, “tem público que vem aqui, faz a refeição e vai embora, ele nem nos solicita nada” (assistente social), “uns vem só pra pegar refeição” (coordenadora). Muitos deles, no entanto, permanecem no serviço ao longo do dia como espaço de vida e convivência, conforme a coordenadora afirma: “outros vêm pra ficar, fazem disso aqui um albergue, mesmo não podendo”. Ela comenta que há um vínculo dos usuários com o local, apesar das precárias condições físicas oferecidos pelo serviço. Essa permanência das pessoas no local ao longo de todo o dia foi confirmada ao longo do levantamento de informações. Alguns usuários, inclusive, demonstram cuidados em relação à manutenção do espaço físico e do bom convívio grupal no local. Mais informações acerca do cotidiano de vida e de trabalho dos participantes serão discutidas em capítulos subsequentes.

6.1 VIVÊNCIAS QUE LEVARAM Á VIDA NA RUA

O processo que faz com que uma pessoa passe a viver na rua faz parte de uma dinâmica com raízes estruturais que se referem aos arranjos e tendências sociais que afetam a probabilidade de que eventos específicos na trajetória de vida de uma pessoa sejam vivenciados. Esse processo é chamado por Snow e Anderson (1998) como rualização, ou seja, como resultado de um conjunto de condicionantes econômicos, sociais, psicológicos e culturais que excluem as pessoas do convívio social ou que não as deixam se inserir ou se estabelecer (SNOW, ANDERSON, 1998; BULLA, MENDES, PRATES, 2004).

Para efeitos de compreensão, é importante mencionar alguns dos motivos mais citados pelos entrevistados e que são referenciados pelos principais autores sobre o assunto e pela Pesquisa Nacional conduzida pelo Ministério do Desenvolvimento Social (2008). As principais razões para uma pessoa utilizar a rua como espaço de vida e convivência, segundo esta pesquisa, seriam os problemas familiares, relatados por

⁵⁵ Esses elementos serão discutidos de forma aprofundada em capítulos subsequentes.

42,7% dos casos acessados por esse órgão do governo, o alcoolismo/uso de drogas (35,5%) e o desemprego (29,8%) (BRASIL, 2008). Cabe salientar que, somados os três motivos, o total ultrapassa os 100%. Isso ocorre, pois, via de regra, os motivos são múltiplos e associados, não sendo possível afirmar que um único fator responsável pela vida na rua. É importante compreender o peso de cada um dos motivos citados para cada situação e realidade social, mediante a compreensão da história individual de cada pessoa em situação de rua (ARAÚJO, 2000).

Ainda que não se reduza as explicações para o fenômeno “situação de rua” a nenhum fator em específico, tendo em vista que um todo contextualizado faz com que essas situações ocorram, é importante compreender como diversos fatores aparecem no discurso dos entrevistados. Por esse motivo, discute-se a seguir alguns relatos relacionados às questões familiares, drogadição/alcoolismo e ao desemprego, pois são os três fatores mais frequentemente citados na literatura como motivos para a vida na rua (ARAÚJO, 2000; BRASIL, 2008; SILVA, 2009).

As questões familiares são presentes na fala de praticamente todos os entrevistados enquanto razões para a vida na rua, com ênfase aos conflitos e a ruptura de vínculos familiares. Esse dado corrobora com os acessados por Escorel (1999) em uma pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, em que compreendeu como fator determinante para a situação de rua a desvinculação sociofamiliar. Como exemplos de casos em que conflitos familiares são centrais para o início da vida na rua, cita-se Tereza, que na primeira vez em que passou a ficar em situação de rua, descobriu que seu pai traía sua mãe e, por não aceitar essa situação e “bater de frente” com seu pai, foi expulsa de casa; e também Roni, que se restringe a dizer que sua situação de rua ocorreu após a separação de sua esposa e de brigas na família.

Foi com 19 anos porque eu descobri os casos dele, daí ele batia na minha mãe, eu não aceitava. Meu irmão não falava nada, mas eu não aceitava. **Nessa época, você foi pra onde?** Fui pra rua, dormi na praia. (TEREZA)

Isso aí é através que eu separei da minha esposa, tata tal e coisa e tal. E daí também briguei com a família. Uma coisa que nem hoje em dia eu to na rua, né? Família né. (RONI)

Antônio chama a atenção quando demonstra o citado processo de rualização em seu discurso. Mesmo que ele atribua sua vida na rua à traição de sua esposa e a um contexto familiar de violências e de perdas de familiares, é possível perceber que sua história é marcada pela violação de direitos e por contextos familiares pouco acolhedores. Durante sua vida, o participante encontrou múltiplas e cumulativas desvinculações em diversos âmbitos da vida, com poucas expectativas de saídas para sobreviver em outros espaços que não o da própria rua (OURIQUES, 2005; ESCOREL, 2000), o que pode ser observado no trecho que segue:

Teve falta da minha mãe, teve falta do meu pai, e os abusos do meu pai, né cara, na minha infância era demais, eu não conseguia mais ver aquilo ali, eu não conseguia mais conviver. [...] O cara que tentou me estrupa, meu irmão. Me ensinou a roubar, querias o que? [...] Mano, eu tinha 7 pra 8 anos, era uma criança, meu irmão, era uma criança completamente inocente, de ele chegar no bar, olhar aquela estufa de salgadinho, cobiçando, que nem um cachorro pidão, pedindo aquele coxinha que estava na estufa [...], aí ele chegava no balcão e falava “traz uma cachaça pra mim, não, traz duas”, ela chegava e botava a cachaça em mim do balcão assim: agora tu vai beber pra aprender a ser homem, ta ligado? É essa pessoa desse gênero que eu to desenhando pra ti, mano [...]. (ANTÔNIO)

Além das questões de ordem familiar, as drogas e o álcool são citados por diversos entrevistados como razões para a vida na rua, o que pode ser observado nas narrativas a seguir:

O motivo foi que eu comecei a entrar nas drogas, né? Da onde eu moro, uma cidade pequena, pro pessoal não ficar falando mal, pra não dar vergonha pro meu pai, peguei e sai. (VALTER)

A minha vida deu essa zebra aí por causa de duas drogas. Não fumo crack, não cheiro cocaína, nem nada. A única droga que me distrai é mulheres e bebida. Eu sempre fico no zero no caso de mulheres e bebida, eu sou viciado em prostituição, não é prostituição, essas casas de massagem, mulheres muito bonitas, coisa e tal, então, eu como sempre

tive muito dinheiro, foi isso que me quebrou. Não é crack, não uso crack, não uso cocaína, não uso nada e não sou, eu sou um alcoólatra assim, eu bebo quando ta com muito problema na cabeça, porque eu era assim, eu era assim, eu tinha dinheiro, eu tinha meu carro, eu tinha minha moto, tudo. [...]. (NILTON)

Drogas, mais foi a droga mesmo, se não fosse a droga na minha vida, hoje eu não tava aqui, eu não tinha conhecido tu, eu não tinha conhecido ninguém aqui, não tinha conhecido a minha namorada, eu tava lá bem, tava trabalhando e já podia estar com meu carro, com minha casa, casado, né, só que minha história de vida foi completamente diferente da do meus irmãos. [...] A minha história da rua já começa em casa. Eu, por causa da droga, dentro de casa, quando eu tava em casa, eu aprontava demais em casa. A minha mãe estava ficando muito velha, eu tava ficando meio doido já dentro de casa, eu tava mexendo nas coisas dentro de casa, ali começou tudo [...]. (FRED)

A drogadição. Comecei a me drogar demais, daí a minha família já estava ficando meio triste, né? Aí já que eu estava prejudicando a mim mesmo, eu decidi eu mesmo sair pra rua pra não afetar eles, né? Entendeu? Prejudicar eles também. De certo modo, eles se prejudicam também em preocupação, né? Será que eu to vivo, será que eu to comendo, será que to passando frio, entendeu? Eu sei que a família da gente, ela pensa, né? (MARCOS)

Nos relatos de Valter, Nilton, Fred e Marcos, a exemplo de outros obtidos ao longo do levantamento de informações, a situação de rua demonstra-se relacionada ao uso abusivo de álcool e/ou outras drogas. Nas entrevistas, estes elementos são citados como principais motivos para a vida na rua, com especial ênfase ao uso do crack, o que coaduna com Rosa (2005), que identificou a presença do crack como elemento recorrente em suas pesquisas junto a pessoas em situação de rua (ROSA, 2005).

É importante mencionar que o uso de substâncias é citado em diferentes momentos da história de vida dos entrevistados como um fator associado aos problemas e conflitos familiares, em um processo que os

conduziu para a vida na rua. Essa questão foi discutida na pesquisa de Silva (2009) que, ao falar sobre os fatores que acabam por fragilizar ou romper os vínculos familiares, considera que as desavenças afetivas e a intolerância a situações de uso, abuso e dependência do uso de álcool e outras drogas, junto a ausência de trabalho e renda regulares (SILVA, 2009) são questões recorrentes na vida das pessoas em situação de rua. Esses elementos estiveram presentes nas narrativas dos sujeitos acessados nesta pesquisa, cujas histórias de vida na rua são antecedidas por exclusão, vulnerabilidade social e violação de direitos, bem como pela exposição ao uso de substâncias. Essas afirmações também podem ser exemplificadas pelo relato de Matheus, cujos problemas conjugais são parte de um processo de rualização permeado pelo uso de substâncias, perda de emprego e pela pobreza:

Eu estou em uma situação meio difícil é que eu me separei da esposa, daí agora eu estou em situação de rua. [...] primeira vez é que eu vim pra cá, assim, pra alugar uma quitinete, daí eu aluguei, trabalhei numa firma, daí eu cai. Cai assim, nas drogas. Daí comecei a usar crack e não tive motivo pra... **Daí você acabou saindo da firma?** Acabei saindo da firma por causa da droga, né? Acabei saindo da firma, perdi o emprego, daí a casa que eu morava, daí cai na rua. **E nessa última vez agora?** Por causa da droga também. Daí acabou meu casamento. (MATHEUS)

Nesta fala de Matheus, pode-se observar que a perda do trabalho é percebida como uma das principais propulsoras da vida na rua. Já nas histórias dos demais participantes, pode-se observar que a fragilização dos vínculos com o trabalho é um dos elementos pertinentes ao processo de rualização e que agrava a situação de vulnerabilidade e exclusão social. Dessa maneira, quando considerada a análise das trajetórias laborais dos entrevistados, que será realizada de forma mais aprofundada no capítulo subsequente, é possível perceber que com o rompimento de vínculos familiares e o uso de substâncias, o trabalho também perde em formalização e a instabilidade. Cabe ressaltar que o desemprego nem sempre é citado pelos entrevistados como uma razão principal para a situação de rua. No entanto, a perda de emprego ou a inserção precária no mercado de trabalho frequentemente aparecem como consequência do uso de drogas ou mesmo da ruptura dos vínculos familiares. Sobre isso, Silva (2009) destaca que a inexistência de trabalho regular e o consumo

de álcool e outras drogas são recorrentes como motivos para a situação de rua, por vezes associados a própria noção de pobreza extrema.

Como pode ser percebido ao longo das histórias apresentadas, atribuir um motivo único para que ocorra o processo de rua seria um equívoco. Viver na rua passa por histórias de vida singulares e por questões de ordem estrutural que se inter-relacionam, em especial ao se considerar que a rua é “o resultado da influência de várias ocorrências que se apresentam de forma processual e interdependente” (SARMENTO, 2015, p. 175). Nesse sentido, o principal consenso diz respeito às múltiplas determinações para a situação de rua, com fatores biográficos e estruturais. Os fatores biográficos remetem à história de cada sujeito, o que inclui a ruptura de vínculos familiares, doenças mentais, consumo de álcool e drogas e outros infortúnios, tais como mortes, roubos e fugas. Já os fatores de ordem estrutural dizem respeito à ausência de moradia, inexistência de trabalho e renda, mudanças econômicas e institucionais de forte impacto social que se vinculam à própria estrutura da sociedade capitalista (SILVA, 2009). Ainda que alguns fatores sejam amplamente enfatizados (em especial aqueles de ordem biográfica), o fato é que a principal questão a ser discutida é que, em nenhuma história se aplica uma única determinação e, por isso, é tão importante entender a situação de rua como um processo.

Toda a discussão trazida é intimamente relacionada às degradações dos vínculos familiares, ao uso de álcool e outras drogas e às transformações e precarizações no mundo do trabalho, comuns a história de praticamente todos os entrevistados. Isso remete a um contexto de marginalização, caracterizado por Castel (1997) como um processo marcado pela “conjunção da precarização do trabalho e a fragilidade dos suportes relacionais” (p. 19), ou seja, a um duplo processo de desligamento em relação ao trabalho e a inserção relacional em que a miséria econômica se apresenta na maior parte das situações. Com esses elementos fragilizados e em geral associados, a vulnerabilidade se faz constante na vida desses sujeitos, sendo necessário compreender a singularidade de cada caso para entender a forma como tais elementos e outros, pertinentes a história individual de cada sujeito, conduziram a atual condição de vida.

6.1.1 “A rua vicia” – narrativas sobre a permanência na situação de rua como forma de garantir a liberdade

Ainda nesse capítulo dedicado às vivências que levaram à vida na rua, há que se mencionar uma liberdade que estaria presente na rua e é

relatada por um conjunto de participantes como uma das razões para se permanecer em situação de rua:

Um lado bom [da rua]: a liberdade. Só por causa disso. Tu não devendo a justiça, temeselado bom, somente a liberdade. Entendes? Ter sua liberdade. (GUILHERME)

Tem que você fica livre né? Fica livre, não tem conta pra pagar, não tem, tipo assim, não se preocupa com nada, né? Não se preocupa com nada. Tudo o que você quiser, é só pedir, ta na mão. (VALTER)

A respeito dessa liberdade relacionada às ruas, Andrade, Costa e Marquetti (2014) problematizam que ao mesmo tempo o sujeito pode ser livre, é condenado por essa liberdade, perdendo espaços e direitos até então assegurados. No dicionário Michaelis (2017), dentre as significações para a palavra “liberdade” consta que esta representa um nível de total e legítima autonomia, uma faculdade de decidir pelo que convém, ausência de subordinação, autonomia para expressar-se de acordo com sua própria vontade. Dessa forma, uma pergunta é necessária: essa liberdade verdadeiramente existe no sentido de garantir uma completa autonomia? No contexto de rua, entende-se que a liberdade se constitui em um acordo coletivo que se estabelece na convivência, ou seja, há regras, porém estas não são as mesmas que sustentam a vida dos domiciliados (ANDRADE, COSTA, MARQUETTI, 2014; ROSA, 2005).

A respeito dessas “regras” de vida na rua, conforme Ghirardi e colaboradores (2005), há códigos de convivência estabelecidos entre as pessoas que convivem nas ruas, com regras que podem mudar de um lugar para o outro. Dessa forma, não se pode dormir em lugar que já é de outro e invadir o território de renda de outras pessoas, além de se ter, por exemplo, que compartilhar bebida, comida, cigarro e fogo, entre outros (ROSA, 2005). Diversas dessas questões estão presentes ao longo das entrevistas, como exemplifica a fala de Antônio ao descrever uma noite em que chegou a uma cidade em uma noite fria e sem cobertores:

E deitei em cima da camisa, eu achava que ia morrer naquela noite, com os braços assim todo roxo do frio, só que assim mano, só que a lei da rua é a seguinte, se tu chegar, tiver tu no teu colchão mano, é proibido acordar, não pode, essa é a lei da rua, independentemente se tu usa, se tu

não usa, se eu ver tu dormindo e não tiver um colchão pra mim, cobertor nem nada, é proibido te acordar (ANTÔNIO).

Por um lado, é fato que as pessoas vão para as ruas por diversos fatores biográficos e estruturais que se relacionam a uma situação de marginalidade, como já mencionado. Ao mesmo tempo, a vida na rua de fato diminui possíveis cobranças presentes nos domicílios tradicionais e há uma liberdade, ainda que relativa (ANDRADE, COSTA, MARQUETTI, 2014). Dessa forma, são apresentadas falas relacionadas ao fato dos participantes não conseguirem mais se adaptar a tais cobranças que fazem parte da vida em uma casa com familiares. O discurso mais recorrente é de que “a rua vicia”, como pode ser observado nas narrativas abaixo:

Quando eu vim pra casa, minha mãe veio atrás de mim, tentou me pegar de volta, eu não queria mais voltar, porque eu já tinha me acostumado aqui, entendeu? Aquela vida pra mim lá, já foi, entendeu? Daí eu cheguei aqui na rua, de tanto que eu aprendi, eu aprendi muito rápido, quando eu vi eu tava já. Me viciéi na rua, porque a rua vicia. **Ela vicia por que?** Porque sei lá, chego um tempo que tu não quer mais sair daqui, tu quer mais sair, é que as coisas são muito fáceis, entendeu? Quem é que quer trabalhar um mês inteiro pra receber um salário só no final do mês, ter que trabalhar o mês inteiro pra receber, se eu posso ali, em dois dias, ganhar o salário que tu pode ganhar em um mês trabalhando. (FRED)

A gente tá na rua, se eu quiser eu posso ficar em casa de volta, mas a gente costuma falar bem assim “depois que a gente mora na rua, a gente sai da rua, mas a rua nunca sai de nós”, e é verdade isso. Eu não consigo ficar um mês com minha família, dentro de casa, com meus irmão, com meu pai, que minha mãe é falecida, né? Eu consigo ficar um mês seguro, depois eu já saio pra rua de volta. (MARCOS)

Não consigo mais ficar em casa. Ficava algumas semanas, duas semanas e depois se mandava pra rua. Por que isso? Acho que é o consumo da droga,

né? Também a vantagem, tipo assim, a pessoa fica mais solta. Pessoal, mãe e o pai não fica falando “não pode fazer isso, não poder fazer aquilo”, a pessoa também se acomoda né, como tempo narua se acomoda e não consegue mais ficar em casa. Prefiro sair. (VALTER)

Cabe destacar que, ainda que se relate uma liberdade conseguida por meio da vida na rua, é possível questionar se esta ocorreu por uma efetiva escolha. Salvo exceções, a população nessa situação não está nesta condição por desejo próprio (SARMENTO, 2015). Essa vida se inicia quando as possibilidades de conseguir uma moradia se veem esgotadas (SIMÕES, 1992). Em síntese, há uma liberdade relatada com frequência e que é legítima nos discursos, porém, ela tem suas limitações comuns à própria rua, que possui suas regras específicas. Não se trata de “fazer o que quiser a hora que desejar”, mas de levar a vida de maneira alternativa a dos domiciliados. Ainda que possa ocorrer “uma escolha” pela liberdade, em geral esta ocorreu diante de poucas opções em um contexto de marginalidade, permeado pela violação de direitos, vulnerabilidade e exclusão social.

6.2 TRAJETÓRIAS LABORAIS E COTIDIANO DE TRABALHADORES INFORMAIS EM SITUAÇÃO DE RUA

Dentre as informações trazidas na apresentação dos resultados, o cotidiano e as trajetórias laborais das pessoas em situação de rua suscitam importantes discussões referentes à vida nas ruas e aos sentidos do trabalho.

Pode ser observado no conjunto das narrativas dos participantes que o dia a dia das pessoas em situação de rua não é completamente desestruturado, pois costumeiramente tem uma ordem e um ritmo definidos, mas que funcionam de maneira diferente das pessoas domiciliadas. Essa diferença se dá em relação à adaptabilidade à situação de desabrigo e às condições de vida, que produzem uma espécie de subcultura das ruas (SNOW, ANDERSEN, 1998). Os entrevistados destacam o espaço do Centro Pop como um “organizador” de seus cotidianos em termos de horários e como um espaço de referência para suas vidas, dado as refeições, banhos, reuniões, atendimentos psicossociais e convívio social no local. O equipamento também é referência física para os participantes, visto que em geral dormem nas suas proximidades e se preocupam em mantê-lo em bom espaço de

conservação. Além disso, seus relacionamentos sociais cotidianos normalmente são estabelecidos com outras pessoas em situação de rua, com os quais convivem nas próprias ruas ou no espaço do Centro Pop.

Todos os participantes relatam manter certa rotina que se organiza em torno do próprio Centro Pop, além de horários relativamente estáveis para “dar voltas”, “fazer seus corres⁵⁶”, utilizar drogas e realizar atividades laborais. Em geral, declaram não ter atividades de lazer para além do uso de drogas. No dia a dia, normalmente utilizam do espaço do Centro Pop até o horário do almoço e, no período vespertino, realizam diversas atividades a fim de conseguir algum dinheiro. Alguns entrevistados demonstram planejamento de atividades futuras (em geral, a curto ou médio prazo), tais como buscar por documentação civil ou se organizar para procurar emprego. A fala de Murilo exemplifica esses apontamentos:

Ontem eu fui fazer a minha identidade, que já tinha, me roubaram, e eu vou atrás da minha carteira de trabalho e segunda-feira já vou, pá né, deixar uns currículos já pronto, já engatilhado né. (MURILO)

No que tange ao trabalho, todos os participantes realizam algumas atividades, seja diariamente ou de forma eventual. Isso indica que viver na rua, contrariando o imaginário social, não significa viver completamente sem dinheiro ou diante de uma eliminação total do trabalho. Ao contrário desse pressuposto, entende-se que há uma ruptura com as formas sociais geralmente aceitas de sobrevivência, no qual o trabalho, especialmente sob a forma do emprego, é provedor da moradia, alimentação e para suprir as demais necessidades básicas (GHIRARDI et al., 2005; AGUIAR, IRIART, 2012). Os trabalhos são realizados normalmente de forma individual, ou seja, desenvolvem suas atividades sozinhos, sem chefes ou colegas de trabalho – a não ser em algumas exceções em que trabalham com outras pessoas em situação de rua. Muitos não possuem horários fixos e trabalham ou praticam a mendicância durante o tempo necessário para conseguir o dinheiro que necessitam/desejam. É presente o discurso de que “vendem uma história”, ou seja, utilizam de sua própria história de vida, com situações de sofrimento, como estratégia para que as outras pessoas se sensibilizem e

⁵⁶ Corres, nos discursos, refere-se a qualquer compromisso que assumam em seu cotidiano.

os auxiliem financeiramente quando vendem seus produtos, cuidam de carros ou mangleiam. Além disso, as atividades desenvolvidas ocorrem em movimento pelo espaço urbano, seja abordando pessoas ou procurando por materiais recicláveis.

Com a exceção dos casos de Nilton, que mantém vínculo como estofador, e de Fred, que há cerca de um ano mantém o compromisso de comparecer diariamente ao estacionamento do supermercado, os demais entrevistados não possuem constância em relação a comparecer ao trabalho e nenhum deles mantém vínculo contratual cotidiano na forma de emprego sob os moldes tradicionais. O emprego, nestas histórias, é “substituído” por outras formas de trabalho informal que garante o necessário para a sobrevivência e para a manutenção do vício em substâncias químicas, tais como o crack, que esteve presente nas narrativas de diversos participantes (GHIRARDI et al., 2005; AGUIAR, IRIART, 2012).

Em geral, o início das trajetórias laborais se dá em idade precoce, conforme pode ser observado na tabela a seguir:

Tabela 03: Idade da primeira experiência laboral dos entrevistados

Participante	Idade de início da trajetória laboral
Antônio	7 anos
Fred	16 anos
Guilherme	9 anos
José	< 11 anos
Marcos	16 anos
Matheus	10 anos
Murilo	19 anos
Nilton	12 anos
Roni	Informação não produzida
Tereza	11 anos
Tiago	18 anos
Valter	16 anos

Fonte: Elaboração do autor.

Como pode ser percebido, os participantes começaram a trabalhar ainda na infância ou no início da adolescência. Essa realidade de inserção na vida laboral ainda na criança é citada por Rosa (2005) que, em uma pesquisa sobre o trabalho das pessoas em situação de rua, também entrevistou sujeitos que começaram a trabalhar antes mesmo da vida adulta. Cabe destacar que a inserção do trabalho infantil na vida destes sujeitos já indica a violação de direitos fundamentais, implicando em

efeitos discriminatórios e no menor acesso a aspectos imprescindíveis ao desenvolvimento (ALBERTO, 2002; OLIVEIRA, ROBAZZI, 2001).

Diante do início da vida laboral, acabaram se afastando da escola, ainda no ensino fundamental. Muitos relatam que a primeira experiência laboral esteve relacionada a um contexto familiar de poucos recursos e a necessidade de trabalhar para auxiliar financeiramente os familiares. Essa realidade de abandono da escola para auxiliar a família esteve presente nos discursos de Valter, Matheus, Fred, Guilherme, José, Tereza e Antônio, ou seja, representa grande parte do grupo de participantes, ainda que cada um tenha uma história de vida bastante singular. Sobre isso, Oliveira e Robazzi (2001) apontam que a necessidade ou a vontade de ganhar o próprio dinheiro por meio do trabalho ainda na infância ou na adolescência normalmente se relaciona a possibilidade de complementar a renda familiar e suprir as próprias necessidades ou desejos.

Nessa direção, a maioria dos participantes tem o ensino fundamental incompleto como escolaridade e relatam a impossibilidade de conciliar estudo e trabalho no início do seu histórico laboral. São encontradas diversas vivências que se estabelecem em limites e/ou dificuldades para se conseguir permanecer na escola. Isso também foi encontrado na pesquisa de Rosa (2005), ao constatar que a interrupção dos estudos geralmente se relaciona à necessidade de conseguir mais recursos para a sobrevivência, suprimindo desempregos dos adultos da família. Nesse contexto, os entrevistados acabam largando os estudos para trabalhar e colaborar com as despesas da casa. Além dos achados da autora, no presente estudo as situações de abandono familiar se mostraram relacionadas ao fato de uma pessoa sair da escola e começar a trabalhar. Em alguns casos, a saída da escola também esteve associada a falta de interesse na continuidade dos estudos, à históricos de repetência ou ao início do uso de drogas.

Nota-se que as funções desempenhadas desde o início das trajetórias ocupacionais são correspondentes à baixa escolaridade que, somada à precária qualificação profissional, auxiliam para que a fragmentação e a segmentação sejam constantes (ROSA, 2005). A inserção precoce no mercado de trabalho e a impossibilidade de escolarização se relacionam às histórias em que há a aceitação de qualquer trabalho que apareça e seja capaz de produzir alguma renda. Em geral, passaram a maior parte da vida “em qualquer coisa” ou naquilo que as condições socioeconômicas do contexto onde residiam permitiam, trabalhando no que aparece de forma imediata. Isso pode se relacionar a vários elementos, tais como o fato de não conseguirem se manter em uma mesma atividade por muito tempo e a necessidade de obter o suficiente

para satisfazer suas necessidades mais imediatas. Conforme Barros (2015), isso pode estar associado ao próprio mercado de trabalho nos moldes do modelo capitalista, em que nem todos são qualificados e considerados capazes para se adequar as exigências do mercado formal de trabalho, no sentido da entrada e permanência no mesmo, o que deixa muitos trabalhadores em situação de vulnerabilidade (BARROS, 2015).

Em todos os casos estudados, foram encontradas vidas regidas por trabalho, com uma diversidade de ocupações, em um conjunto de trajetórias informais e precárias de trabalho. Essas precarizações dos vínculos de trabalho acabam se acentuando com o passar do tempo, a ponto da maioria dos entrevistados não mais vislumbrar concretamente a possibilidade de um emprego com o passar dos anos. Ainda que o desejo persista, muitos parecem desistir de uma inserção nos moldes mais tradicionais a partir de um conjunto de tentativas sem sucesso. As atividades laborais desenvolvidas antes da vida na rua apresentavam alta vulnerabilidade ocupacional por parte dos participantes, com rendas bastante baixas e condições de trabalho pouco satisfatórias, o que também foi encontrado na pesquisa de Escorel (2000). Dentre os entrevistados, pode-se verificar uma alta taxa de ocupação ao longo da vida, praticamente todos declaram desenvolver algum tipo de trabalho na atualidade e nenhum tem como principal atividade ser pedinte. Em geral, a mendicância está presente, porém associada a atividades de trabalho informal.

De forma geral, há uma informalização e fragilização de vínculos com o mercado de trabalho que se acentua com o passar dos anos, especialmente a partir do início da situação de rua. Durante a confecção da linha da vida laboral, alguns entrevistados não conseguiram informar datas ou períodos em que desenvolveram cada atividade laboral. Algumas hipóteses para isso são a rotatividade, com um grande número de atividades diferentes desenvolvidas em um curto período de tempo, e a inconstância no desenvolvimento das atividades, por vezes com a realização de diversas atividades ao mesmo tempo. Como exemplo, pode ser citada a história de José, bastante marcada por essa instabilidade, ausência de linearidade e de permanência, em um constante “nomadismo ocupacional” (ESCOREL, 1999, p. 185).

É possível verificar uma sucessão de atividades que não possuem relações entre si, aparentemente sem uma real identificação a alguma ocupação específica que desenvolvem na atualidade. Exceção a isso se apresenta, em partes, nas falas de Marcos, Tiago e Nilton. Estes três entrevistados, antes da situação de rua, tinham vidas relativamente estáveis e com ganhos financeiros consideravelmente maiores em

comparação aos demais entrevistados. Com a situação de rua, porém, também passaram a ter relações fragilizadas com o mercado de trabalho e marcadas por instabilidades. As trajetórias tornam-se cada vez mais fragmentadas, sem a possibilidade de fazer carreira devido a rotatividade nas ocupações, com instabilidade constante (ROSA, 2005). Nesse sentido, a luta pela sobrevivência e a busca pelo sustento encontra expectativas quase sempre frustradas no que tange ao trabalho (ROSA, 2005). Apresenta-se um trabalho precarizado, realizado eventualmente e em tempo parcial. Este é entendido como a contramão do trabalho identificado/documentado, validado socialmente, que seria historicizado em uma carteira profissional, identificaria o trabalhador nominalmente e asseguraria direitos e deveres.

Os achados de Rosa (2005), resultantes de uma análise qualitativa das trajetórias ocupacionais de pessoas em situação de rua, são muito semelhantes aos encontrados por esta pesquisa, como pode ser observado na tabela que segue:

Tabela 04: Comparação entre Rosa (2005) e a presente pesquisa

Rosa (2005)	Dados da pesquisa
Segmentação na duração dos vínculos de trabalho, com empregos irregulares, descontínuos, temporários;	Segmentação na permanência em atividades de trabalho, com trajetórias irregulares, informais, descontínuas, temporárias, precarizadas. Alguns sujeitos nunca tiveram um emprego (com carteira assinada) ao longo de sua vida.
Desenvolvimento de atividades com baixa qualificação e alto potencial de substituição;	Desenvolvimento de atividades com baixa qualificação e alto potencial de substituição, que não trazem a necessidade de qualquer escolarização formal ou qualificação específica. Nas trajetórias laborais, percebem-se variadas ocupações com alto potencial de substituição ⁵⁷ .
Nível de rendimentos limitado à sobrevivência.	Nível de rendimentos limitado a sobrevivência. Ainda que alguns entrevistados obtenham ganhos relativamente expressivos, os valores costumam ser gastos quase que imediatamente.

Fonte: Elaboração do autor.

⁵⁷ Algumas exceções se apresentam, tais como nas histórias de Guilherme, Marcos, Nilton e Tiago, cujos históricos apresentam etapas de profissionalização, com trabalhos relativamente estáveis em momentos passados.

Em linhas gerais, pode-se perceber que, por mais que os entrevistados apresentem discursos de desejo por um emprego e um conjunto de tentativas de inserção ocupacional, não conseguiram integrar-se de forma eficaz ao mundo do trabalho formal. Por esse motivo, passaram a procurar por outros meios de sobrevivência, ainda que de forma precária, no campo da informalidade. Esse dado se relaciona a própria realidade brasileira, em que “parte significativa dos trabalhadores mantém-se à margem da relação empregatícia, nunca tendo tido empregos” (SATO, 2010, p. 236). Dessa forma, as pessoas em situação de rua em geral desenvolvem atividades como “biscateiros”, ou seja, “fazem qualquer coisa”, independentemente de ter sido solicitado, em troca de algum dinheiro ou auxílio. Além disso, as atividades desenvolvidas têm a intermitência como característica principal, o que vai ao encontro de Bursztyn (2000) ao destacar que são atividades que precisam ser buscadas diariamente: “dependendo das circunstâncias, das solicitações ou das oportunidades, as pessoas em situação de rua podem estar guardando carros hoje, carregando e descarregando caminhões de feira amanhã, encartando jornais ou catando latas” (p. 163).

6.2.1 As principais atividades laborais desenvolvidas

São diversas as atividades laborais adotadas pelas pessoas em situação de rua para garantir alguma renda. Em informações oficiais dos serviços públicos municipais na cidade de Florianópolis, Santa Catarina, registram-se inserções de pessoas em situação de rua como catadores de material reciclável, flanelinhas, ambulantes, entregador de panfletos e descarregadores de caminhões em feiras livres (SARMENTO, 2015). Inclui-se nesse conjunto várias outras formas de trabalho utilizadas pela população de rua e que foram citadas ao longo da presente pesquisa, tais como o artesanato, a venda de pirulitos, a atividade de carregador/chapa, de segurança e de estofador, demonstrando-se um conjunto ampliado e diversificado de atividades desenvolvidas por esse segmento populacional.

Em âmbito nacional, o leque de atividades descritas inclui principalmente a de catador de material reciclável e de flanelinha, o que é comum a cidades como São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Brasília (ROSA, 2005; ESCOREL, 2000; BURSZTYN, 2000; HENRIQUE, SANTOS, VIANNA, 2013). De fato, estas atividades laborais constituem-se como importantes estratégias para a sobrevivência nas ruas e são entendidas como as ocupações típicas da população de rua (ROSA, 2005). Por esse motivo, optou-se por discutir essas duas

ocupações em profundidade neste capítulo, porém, não é possível ignorar as diversas outras possibilidades de ocupação citadas pela população estudada e que se constituem em importantes meios para garantir sua subsistência.

6.2.1.1 Catador de material reciclável: sentidos do trabalho no lixo

As novas configurações do trabalho nas ruas apontam para uma interessante questão: o reaproveitamento de materiais recicláveis despejados no lixo, que alimenta um crescente segmento da economia urbana e cumpre uma relevante função ambiental na ecologia das cidades, é desenvolvido pela população em situação de rua (BURSZTYN, 2000). A atividade de coleta de material reciclável vem sendo identificada em diversas cidades brasileiros e continua sendo uma das mais acessíveis formas de se “vencer” na rua (SCOREL, 2000; TOSTA, 2000).

A ocupação de catador de material reciclável é a única dentre as atividades aqui estudadas que é reconhecida pela Classificação Brasileira de Ocupação - CBO (MTE/SPPE, 2010). Na CBO, consta que esses trabalhadores “catam, selecionam e vendem materiais recicláveis como papel, papelão e vidro, bem como materiais ferrosos e não ferrosos e outros materiais reaproveitáveis” (p. 805). O acesso ao trabalho é livre e a céu aberto, em horários variados, sem exigência de escolaridade ou formação profissional e é exercido por profissionais que se organizam de forma autônoma ou em cooperativas (MTE/SPPE, 2010).

Dois entrevistados da presente pesquisa desenvolvem frequentemente essa atividade na atualidade: José e Roni. Ambos destacam sofrer preconceitos no seu dia a dia por trabalhar com materiais recicláveis e, para isso, ter que mexer em lixeiras:

As pessoas têm muito preconceito, né? Vê o cara mexendo no lixo pra catar um papelão, uma latinha, já pensa um monte de coisa ruim da gente, né? Não sabe a batalha que a gente tem. Pensa um monte de coisa do cara, né? Que o cara é drogado, ladrão, eles pensam. Que outro dia eu tava com a minha mochila, eu achei um rosário, e eu pendurei esse rosário até na minha mochila, sabes o que a mulher passou e falou? Um vagabundo carregando um rosário. Pra ti ver, mulher falou isso. [...] Às vezes tem lixeiro que o cara vai e não tem nada, mas muita gente tem o preconceito de ver o cara mexendo no lixo, já acha que o cara é ladrão,

vagabundo. Não pensa a necessidade que às vezes o cara ta mexendo no lixo pra comer, pra comer alguma coisa. Porque, às vezes, se tu vai pedir pra pessoa um real pra comprar um pão, essa pessoa não vai te dar, e não é capaz nem de comprar um pão pra te dar. (JOSÉ)

Tem muitas pessoas que até discriminam o cara, ta catando o lixo e coisa, mas têm muitas pessoas que tem a consciência que isso aqui tudo é um trabalho. Não é? Hoje em dia tem que trabalhar. Mas tem muitas pessoas que discriminam “é, ta catando lixo”. Não, ta catando lixo não, catando reciclagem, não o cara que tá levando lixo. Tu não leva lixo, eu levo o material que tem necessário pra mim pow. (RONI)

Dessa forma, é possível afirmar que o trabalho como catador de papel é visto por algumas pessoas como uma atividade "suja", degradante (BARBALHO, BARROS, 2010). Para José, seu incômodo com o preconceito é tamanho a ponto de preferir trabalhar em dias com menor circulação de pessoas.

O dia que eu mais gosto de catar, na verdade, é sábado e domingo, é porque daí tem menos gente, mais parada a cidade, não tem tanta gente te olhando. Tu podes andar num lixinho, assim, não vai ter aquela multidão olhando. Durante a semana, já tem muita gente andando, circulando pela cidade, né? (JOSÉ)

Além de vítimas de preconceitos e estigmas e de serem excluídos de alguns ambientes sociais, o que pode ser observado em algumas falas, a literatura aponta que eles enfrentam um conjunto de dificuldades no dia-a-dia, em grande parte já comentadas no capítulo anterior, como condições e relações de trabalho precárias, achatamento do preço dos materiais; o emprego de tecnologias é incipiente e entre os catadores predominam baixa escolaridade e baixa renda, constituindo-se um ciclo de manutenção da atividade em condições precárias (MEDEIROS, MACÊDO, 2006; SOUSA, MENDES, 2006; FERRAZ, GOMES, 2012; ARANTES, BORGES, 2012; MIURA, SAWAIA, 2013, MAGNI, GUNTHER, 2014; BRAGA, LIMA, MACIEL, 2015).

No que se refere aos sentidos do trabalho com material reciclável, Braga, Lima e Maciel (2015) identificam que o trabalho com a catação apresentou diversos sentidos, muitas vezes ambíguos, alternando-se entre os aspectos positivos, com discursos de satisfação e orgulho, e as dificuldades impostas pela atividade, com relatos de sofrimento. Ao mesmo tempo em que há orgulho de trabalhar honestamente e conseguir renda, é presente um sentimento de humilhação por coletar o que é desprezado pela sociedade e por exercer uma atividade permeada por inseguranças. Na presente pesquisa, essa ambiguidade foi percebida dentre os participantes que desenvolviam a catação de materiais recicláveis, em que ao mesmo tempo que enfatizavam a honestidade do trabalho realizado, afirmaram que esta seria desempenhada quando todas as outras opções se esgotaram. Uma fala que chama atenção é a de José, que comenta desenvolver atividades como catador de material reciclável em momentos em que não consegue um emprego, ou seja, seria esta a última alternativa de sobrevivência diante de situações de desemprego prolongado em que, por meio da informalidade do trabalho, seriam resgatadas fontes de renda e possibilidades de inclusão, ainda que precária, no mercado de trabalho.

Dessa forma, a catação não seria uma escolha em meio a outras disponíveis, mas sim, a única opção diante da situação de desemprego. Essa narrativa traz relações com o que Coutinho et al. (2013) afirmam sobre os sentidos do trabalho para diaristas, também inseridas no mercado de trabalho informal, em que não há a proteção social necessária e se mantém em uma posição subalterna e desvalorizada. Nesse sentido, a inserção e permanência na atividade de catador, assim como flanelinha ou arteção, em geral não se apresenta propriamente como uma escolha (COUTINHO et al., 2013), mas como opção diante da falta de outras oportunidades. Nessa mesma direção, Fred, que já realizou essa atividade em outros momentos, destaca ter sido catador em momentos em que não “conseguia ganhar dinheiro em lugar nenhum”:

Já tem um tempinho [que realizo atividades como catador], mas tem vezes eu paro, tem vezes que eu continuo, porque quando eu pego um servicinho, eu não cato mais o reciclado, né? Daí quando eu saio do serviço, eu sou obrigado a catar, né? [...] Eu não gostaria, eu gostaria de estar trabalhando certinho de carteira assinada, de segurança, né? Não ter que receber o bolsa família, deixar pra quem precise melhor do que eu, né? Mas enquanto

isso não vem, o que tem que se virar como que tem, né? (JOSÉ)

Teve tempo que eu não conseguia ganhar dinheiro aí em lugar nenhum. **Daí como tu fazias?** Daí eu catava latinha, daí foi onde eu comecei a catar latinha, né? Aí as coisas mudou, foi onde teve aquela crise no país, sei lá que deu lá, que tava difícil. (FRED)

Fred e Murilo não tem desenvolvido essa atividade atualmente. Chama a atenção que eles destacam que tal ocupação “não seria uma vergonha”, mas não a veem como atividade de seu interesse principal. Eles afirmam que ser catador seria melhor do que fazer coisas consideradas erradas, o que reforça o sentido de honestidade relacionado ao desenvolvimento desta atividade. Fred destaca o fato de que, como catador, seus rendimentos são muitos menores do que em outras ocupações que desenvolve, como a de flanelinha, por exemplo:

Ah, é pouco dinheiro, não dá muita coisa não. Tu faz 20 pila só, 15, em um dia. Às vezes cato uma latinha também, mas é bem difícil. Eu não tenho vergonha não, eu cato uma latinha, uma papelãozinho, pego um carrinho de supermercado (FRED)

Muita gente acha que “ah, ta mexendo no lixo, maluco”, mas o lixo é uma mina de dinheiro [...] **Hoje em dia tu não faz isso?** Não. Hoje em dia não consigo mais. Não porque é vergonha, também não sei o dia de amanhã, mas sei lá, depois que vim pra cá, po, daí tu começa a ver outro mundo, entendeu? Tem amigos que ainda fazem, eles param, dou abraço neles, “como é que tu abraça esses caras sujos”, prefiro vereles ali mexendo no lixo do que ele roubando alguma coisa, pelo menos ta trabalhando, não tá fazendo nada de errado, entendeu? Também não tenho vergonha não, se for pra voltar um dia também, faço com o maior orgulho, entende? Se for pra ter algo meu um dia, também não tenho vergonha de fazer, porque é um trabalho po, pra mim é um trabalho, entende? (MURILO)

Murilo, quando traz o questionamento: “como é que tu abraça esses caras sujos”, revela um preconceito e discriminação presente quando se trabalha com aquilo que é jogado fora pela sociedade e que, por ser sujo, geraria asco em relação àqueles que trabalham com essa atividade (MIURA, 2004; MEDEIROS, MACÊDO, 2006). Ao mesmo tempo, faz referência a realizar uma atividade honesta de trabalho e que seria melhor do que estar roubando, o que também ocorreu na pesquisa de Barbalho e Barros (2010).

Em outro momento da entrevista, Murilo destaca o papel social e ambiental do trabalho de catador de material reciclável, em que se estaria “limpando o mundo” por meio de um trabalho que favorece o processo de reciclagem. Esse sentido foi encontrado por Barbalho e Barros (2010), em que um dos participantes destacou que ao sair com seu carrinho, ele é útil ao ajudar a “limpar a cidade”, transformar algo que seria jogado fora em algo a ser renovado. A geração de renda a partir do que as outras pessoas jogam fora e os “achados” do lixo são comentados por Murilo e José:

Tu ta reciclando, tu tais limpando ainda o mundo, o meio ambiente ainda, então pra mim é um trabalho legal a reciclagem. [...] O que tu catavas? Tudo, latinha, cobre, alumínio, menos papelão porque dá muito pouco dinheiro, mais isso, e as outras coisas que os bacanas joga fora, que eles não sabe o que é de valor, eles não sabem aproveitar, então jogam fora e a gente vai, recicla e vende, entende? Eu já achei muita coisa, já achei dinheiro, já achei arma, já achei droga, entendeu, já achei joia, já achei notebook, já achei vários celular. (MURILO)

No lixo tu acha muita coisa boa, cara. Muita coisa boa tu acha, porque às vezes a gente vê o preconceito das pessoas, preferem jogar no lixo do que separar para uma outra pessoa, já achei churrasco inteirinho assim no lixo. Quentinho ainda. Já achei um bolo desse tamanho assim ó, uma metade de um bolo no lixo. Esse tênis que eu to usando aqui, achei no lixo. Tá ligado? E tava jogado no lixo, por que uma pessoa não pega e deixa separadinho ali pra outra pessoa que tiver necessidade pegar, po? Eles não pensam nas

necessidades das pessoas. Muitas coisas no lixo têm valor pra nós. (JOSÉ)

Algo pouco mencionado pelos entrevistados e que é necessário problematizar é que a vida por meio do lixo é o corolário de um processo econômico que valoriza a reciclagem de materiais recicláveis para negócios industriais rentáveis, ao mesmo tempo em que desvaloriza o trabalho das populações em situação de rua (ARAÚJO, 2000). Os catadores podem ser considerados trabalhadores “úteis” na medida em que o fruto de seu trabalho contribui para esferas mais amplas do sistema produtivo oficial. Eles tornam viáveis economias nos custos de produção. Dessa forma, não é possível falar de uma atividade econômica que seria “desnecessária” para os meios de produção (BURSZTYN, 2000). Pelo contrário, tem-se uma ocupação lucrativa para aqueles que recebem as mercadorias, que veem na informalidade das pessoas em situação de rua um meio de garantir uma coleta com um custo muito menor, o que pode ser exemplificado pelo dinheiro conseguido ao final de um dia de trabalho dos entrevistados, o que gira em torno de R\$20,00/dia⁵⁸.

A noção de “excluído” para esse trabalhador inclui um paradoxo, pois o sujeito não está fora do processo de produção, mas está “ocupando a base de uma hierarquia de negócios, cujo ápice é ocupado por indivíduos ricos, que se apropriam dos valores produzidos na base” (NASCIMENTO, 2000, p. 123). Por serem um elo de uma complexa cadeia de mercado, ele não pode ser considerado como completamente excluído; ele é, na verdade, incluído, ainda que muito mal e de modo marginal (BURSZTYN, 2000). Dessa forma, ainda que trabalhando, não consegue superar sua condição financeira e pertencer à sociedade como cidadão que usufrui dos seus direitos e de uma vida digna (BARBALHO, BARROS, 2010).

6.2.2.2 O paradoxal trabalho em estacionamentos coletivos: a figura dos flanelinhas

O trabalho em estacionamentos, como flanelinha ou “cuidadores de carro”, foi a principal atividade laboral encontrada nesta dissertação, perpassando a história de vários dos participantes. Esta atividade parece ser uma efetiva alternativa de sobrevivência nas ruas, em que se cuida dos carros ou se “dá uma olhadinha”, como costumam definir. Vários dos cuidadores de estacionamentos possuem locais fixos em que realizam

⁵⁸ Conforme falas dos entrevistados.

suas atividades. Normalmente esse ponto foi conquistado pela frequência com que cuidam de carros em um local, permissão de donos de estabelecimentos públicos ou por meio de força física, em que expulsam outros interessados nos seus locais de trabalho. Para aqueles que não possuem um ponto fixo, a busca diária por um local de trabalho se constitui em uma dificuldade enfrentada cotidianamente pelos entrevistados.

Em geral, parte-se de uma atividade não solicitada e permeada por um conjunto de desconfianças por parte da população geral. Souza (2009) afirma que a categoria dos flanelinhas é um grupo de trabalhadores suscetível a um processo de desqualificação social. Essa realidade de um “olhar desconfiado” por parte da população pode ser exemplificada pela fala de Fred. O entrevistado destaca que muitos dos seus clientes não o veem como um trabalhador e as críticas são constantes. Ele afirma: “tem gente que manda arrumar um trabalho, tem gente que diz “tu não tem vergonha, cara, tá pedindo dinheiro pros outros”.

Fred, por exemplo, trabalha todos os dias (inclusive finais de semana e feriados) nos períodos vespertino e noturno e durante várias horas ininterruptas. Ainda assim, é visto como um “vagabundo” por diversas pessoas atendidas por ele. Isso pode ser relacionado ao que Souza (2009) afirma: que a naturalização das características instituídas do emprego como corretas, com horários e honorários determinados parece impedir o reconhecimento do trabalho em via pública, nomeando de “vagabundos” pessoas que trabalham por diversas horas ao dia.

Essa falta de reconhecimento das atividades realizadas em estacionamentos como trabalho é comum ao discurso de outros entrevistados. Dessa forma, eles coadunam com o entendimento do senso comum de que a realização destas atividades, mesmo de forma constante, não se caracterizaria como um trabalho. Isso pode ser percebido nas falas de Murilo e Antônio:

Pensando no estacionamento, que é a coisa que você mais tem feito, o que você pensa desse trabalho? Na verdade, na verdade, isso não é um trabalho. Isso é uma forma de vagabundiagem, tá ligado? É um dinheiro fácil que tu sabe tu dar, que tu vai usar, entendeu? Só que entre roubar e cuidar de carro, eu ainda prefiro cuidar de carro. Meu ponto de vista entre cuidar e roubar é cuidar. Que no roubar tu já sabe né? Tens dois riscos, ou vai preso ou tu vai morrer. No cuidar de carro, tu já não tem tanto risco, eles podem levar o carro, mas tu

também não vai meter na frente de uma arma de fogo, né? Tu não é super-homem, deixa levar, a hora que levar tu vai lá, avisa o dono do restaurante, avisa o dono do carro e sinto muito que levaram. É isso aí. (MURILO)

Como você se sente fazendo esse tipo de trabalho (estacionamento)? De uma certa assim, não que seja humilhante, nem degradante, mas vamos dizer assim que é deselegante, né cara. Porque porra, dois homens jovens, bonito, vendendo saúde, tava eu e o Tiago lá po, numa chuva dessa com um tempo frio desse esperando por uma moeda, esperando pelo que vem. Podia ta os dois de boa sossegado, com seu dinheirinho no bolso, por quê? Porque tavam trabalhando em um trampo que rendia uma grana boa. Não que estacionamento não rende dinheiro, é de uma certa forma diferente. [...] Tipo, que nemo [Fred], ele vai no mercado ali cara, as pessoas que vão no mercado, ele aborda a pessoa, isso pra mim ali não é trabalho, pra mim é manguieio, ta manguieando, ta me entendendo? Uma moedinha de um, uma moedinha de outro, às vezes um traz uma bolacha, traz isso, traz aquilo. Isso pra mim não é trabalho (ANTÔNIO).

Antônio, para justificar que o estacionamento não seria um legítimo trabalho, realiza uma comparação entre a atividade de flanelinha e a de artesão, esta última que realiza com maior frequência. Ao ser questionado “O que há de diferente entre as duas coisas?”, ele responde:

Trabalhando é quando você está executando uma função, uma certa função que você sabe que aquela função ali alguém vai te pagar, ta me entendendo? Alguém tem obrigação de te repor aquele horário, aquela função que você está executando ali, no meu ponto de vista, trabalho é isso. Por exemplo assim, se eu vou fazer um artesanato, mano, eu vou ter gasto pra fazer o artesanato, a minha mão-de-obra, o material, ta me entendendo? E quando eu for vender, eu vejo como o meu trabalho, eu vou estar apresentando o meu trabalho, o meu produto, que não deixa de ser um trabalho, independente se é pouco, se é bastante de valores, isso eu vejo como

um trabalho né. [...] É bem diferente, porque assim, se eu tenho uns 3 dias só fazendo, produzindo artesanato, se eu vou vender é durante o dia. [...] Totalmente diferente, totalmente diferente, porque tu vai estar apresentando um trabalho teu. Po, eu tenho uma ocupação, não é tu ir lá almoçar, jantar, eu aqui fora sentado esperando tu sair, ta me entendendo? (ANTÔNIO)

Porra, trabalho eu vejo também como um todo, né cara? Se eu to ali vendendo um artesanato meu, eu vejo aquilo ali como um trabalho também, totalmente diferente. Cuidar de carro eu já não vejo como um trabalho, não vejo como um trabalho. (ANTÔNIO)

Na narrativa de Antônio, alguns elementos estão presentes para diferenciar um trabalho e um não trabalho. Para o entrevistado, como artesão, ele está entregando um produto decorrente do seu esforço físico e da sua “mão de obra”: ele produz algo, transforma a natureza. Dessa forma, estaria “apresentando um trabalho” e o comprador teria a obrigação de pagar por isso, pois há um produto que se apresenta. Já no estacionamento, que seria um “não trabalho”, trata-se de algo que normalmente não solicitado. A pessoa não teria a obrigação de pagar, pois não recebe nada “em troca” e, segundo ele, esta se constituiria em mais uma forma de manguear, de pedir dinheiro. Esses elementos trazidos por ele remetem a discussão de que “ao trabalhar e satisfazer suas necessidades primárias, o homem, através do produto do seu trabalho, também encontra em alguma proporção a sua autorrealização, gerando desse modo, um duplo sentido do trabalho” (KRAWULSKI, 1998; ALBRECHT, 2010). Para Antônio, o trabalho de artesão encontra esse duplo sentido, o que não ocorre quando realiza atividades em estacionamentos. Conforme verificado, sua principal justificativa seria o fato de não entregar um produto decorrente do seu trabalho quando é flanelinha e porque essa atividade se aproximaria da mendicância.

Outro elemento que chama a atenção nas entrevistas é o fato de que vários sujeitos, apesar de atualmente desenvolverem atividades como flanelinhas ou vendedores de pirulitos, por exemplo, não atribuem papel identitário a essas ocupações, papel que normalmente relacionam a atividades que já não desenvolvem há muito tempo. Cita-se como exemplo o discurso de Guilherme, que declara ser um torneiro mecânico, o que, segundo ele, seria sua profissão. No entanto, sua ocupação atual é

vender pirulitos, o que é entendido por ele simplesmente como um “bico provisório”, que desenvolve por falta de outras opções. O mesmo ocorre a Marcos que, mesmo realizando atividades como cuidador de estacionamento, se auto define como um profissional da área de pintura industrial, conforme sua fala:

Eu, antes, até os 25 anos eu trabalhava, sou pintor industrial da Petrobrás, tenho profissão, né? Tenho 8 anos de carteira, aí após os 25 anos eu encontrei o crack e o álcool, aí eu não consegui mais me estabilizar socialmente. (GUILHERME)

Na contramão dessa perspectiva, Fred traz em seu relato que considera suas atividades no estacionamento verdadeiramente como um trabalho, mesmo que sem o status de emprego. A principal questão para definir-se como trabalhador diz respeito a satisfação em estar realizando essa atividade e a honestidade presente no processo.

Me sinto bem, me sinto legal por fazer o que eu gosto. No momento é isso que eu gosto né. [...] Ô Cara, eu me sinto, assimó, eu me sinto bem, porque querendo ou não, aquilo ali é um trabalho, só porque não é de carteira assinada e tu não ganha um salário por mês, entendeu? Mas é um trabalho honesto. (FRED)

A fala de Fred pode ser relacionada as afirmações de Souza (2009). A autora considera que embora alternativo ao mercado de trabalho oficial, o trabalho em espaço público pode ser entendido não unicamente como “biscate”, mas como um trabalho, incluindo preocupações éticas. A freguesia muitas vezes é conquistada, formando um vínculo informal entre prestador de serviços e a clientela (SOUZA, 2009). O entrevistado destaca que tem alguns clientes fixos, que vão ao supermercado com frequência e o respeitam e valorizam. Sobre o “trabalho honesto”, citado por ele, este pode ser entendida como um valor positivo relacionado ao trabalho, tendo em vista que há o significado moral de que por meio dele as pessoas comprovariam honestidade e força de vontade (SARTI, 1996).

Feita essa discussão, é importante perceber que em qualquer ocupação informal realizada atualmente nas ruas, seja como flanelinha, vendedor, artesão, carregador ou catador de material reciclável, trata-se de atividades que se organizam e se viabilizam no próprio contexto das ruas, cujos rendimentos conseguidos acabam por não alterar as condições

de vida dos participantes. Vários depoimentos encontrados enfatizaram que o que se ganha no contexto da rua se gasta de forma imediata, normalmente no mesmo dia e especialmente com drogas (ESCOREL, 2000). Os depoimentos encontrados por Sarmento (2015) na cidade de Florianópolis demonstraram realidade semelhante, em que muitas pessoas em situação de rua trabalhavam para lhes propiciar uma renda para sua sobrevivência e para manter o vício do álcool e/ou outras drogas. O fato de precisar gastar tudo e não ser possível guardar produz um sentido de imediato, de curto prazo, em que o provisório e o descartável são a realidade vivenciada e é adiada a perspectiva de futuro de maneira autônoma e estável (ROSA, 2005).

Tratam-se de atividades exercidas nas próprias ruas, com uma apropriação do “território de trabalho” e com relações específicas entre as pessoas em situação de rua para viabilizar o seu exercício. A rua, que por si só se constitui em espaço de vida, passa a ser fonte de sobrevivência (TOSTA, 2000). Uma vida sem privacidade que se apresenta em espaço público, em que o público e o privado coexistem e se sobrepõem. Os bens, espaços e vivências de vida e de trabalho acabam substituídos por experiências compartilhadas das mais diversas ordens, e que ocorrem sempre nas ruas. Uma citação de Bursztyn (2000, p. 43) contribui a esse respeito: “seu mundo restringe-se as ruas e seu trabalho só se dá na rua. Por esta razão, talvez, suas atividades produtivas muitas vezes se resumem à obtenção do estritamente necessário à subsistência imediata”.

6.3 CARACTERIZAÇÃO DOS SENTIDOS DO TRABALHO

Entende-se que os sentidos que o trabalho ocupa na vida dos sujeitos são múltiplos e singulares e variam entre as épocas e as culturas, porém o trabalho nunca é inócuo para uma pessoa (DIOGO, 2005), não sendo possível falar de um trabalho que seja nulo em sentido para um sujeito. No decorrer deste capítulo, optou-se por uma divisão didática em quatro grandes eixos temáticos. O primeiro eixo descrito foi relacionado especificamente aos sentidos do trabalho sob a forma de emprego e de informalidade. Os demais eixos referem-se aos sentidos positivos, instrumentais/neutros e negativos, definidos a partir das conceituações de Blanch Ribas (2003). A partir destes eixos e com base na análise dos sentidos atribuídos ao trabalho, algumas subcategorias de análise emergiram e serão discutidas.

Dessa forma, inicia-se com a exposição dos: 1) sentidos do trabalho informal e do emprego e dos 2) sentidos positivos do trabalho, pois esses foram amplamente mais presentes nos relatos. Segue-se com a

exposição dos 3) sentidos neutros/instrumentais e dos 4) sentidos negativos atribuídos ao trabalho, estes últimos que foram citados com menor frequência.

6.3.1 Entre os sentidos do trabalho informal e do emprego: descontinuidade, ruptura de estabilidades e permanências

Optou-se por iniciar este capítulo com uma discussão específica sobre os sentidos atribuídos ao trabalho sob a forma de emprego e de trabalho informal. Este eixo ocupa um subitem específico por sua recorrência na narrativa dos entrevistados e pelo interesse se destacar os diferentes sentidos produzidos em recorrência dos vínculos assumidos com o trabalho, na formalidade e na informalidade. Vale ressaltar que esta discussão inicial já comporta sentidos positivos⁵⁹, neutros/instrumentais⁶⁰ e negativos⁶¹, que serão discutidos em profundidade nos itens subsequentes.

A lógica da busca por um trabalho fixo e de estabilidade de renda se apresentou de forma constante no discurso das pessoas em situação de rua entrevistadas. Apesar de se constatar uma informalidade que assume protagonismo na vida dos participantes, apresentam-se discursos em que o emprego é almejado e idealizado como a única forma correta de trabalho. Muitos entendem que seria somente por meio do vínculo formal de trabalho que haveria uma possibilidade real de melhoria das condições objetivas de vida.

Ao longo das entrevistas, foi identificado que o emprego é, por vezes, confundido ou entendido como sinônimo de trabalho. Em muitos discursos, a única forma entendida como legítima de trabalho e que traria segurança seria o emprego. Esse dado coaduna com os encontrados por Diogo (2007) em uma pesquisa com trabalhadoras da área de segurança e conservação, em que estas compreendiam que o "emprego de carteira assinada", amparado pela legislação trabalhista, seria a única maneira de trazer segurança e estabilidade financeira (DIOGO, 2007), o que não ocorreria aos trabalhos não regulados pelo Estado. Nessa direção, Marcos

⁵⁹ Neste subitem, quando o vínculo é de emprego, são citados sentidos positivos relacionados principalmente a possibilidade de melhoria das condições de vida. Na informalidade, remetem a um maior controle sobre a atividade desenvolvida.

⁶⁰ Sob a lógica do trabalho fixo e de estabilidade de renda.

⁶¹ Neste subitem, os sentidos negativos estiveram vinculados principalmente a informalidade, sendo citada a ausência de seguridade social, de benefícios e de estabilidade, além da incerteza na manutenção de renda.

e Tereza trazem elementos que revelam o desejo de estar empregado, com uma carteira assinada:

Para você, quando eu falo a palavra Trabalho, o que te vem à cabeça? Vem eu trabalhando dentro de uma empresa, empregadinho, carteirinha assinadinha e tal, com um lar pra eu chegar e ter um objetivo né? Que eu sou novo ainda, tenho que correr atrás, né? (MARCOS)

Na rua é mais complicado, né? Porque a situação é crítica, é triste. Tu mora sabendo que as pessoas vivem com depressão, com problemas, né? Já no trabalho, cada um está com a sua casa, problema todo mundo tem, lógico. Mas é bem diferente de tu estar na rua. Em um ambiente fechado, na tua casa, sem problemas com friagem, com chuva, com polícia, até com os loucos da rua, acaba ficando difícil trabalho. [...] Meu sonho é ter carteira assinada (TEREZA)

Ali no estacionamento, você recomendaria esse trabalho pra uma outra pessoa? Claro. Pra quem tá na rua sim. Quem tá na rua e não tem como arrumar um trabalho, mas uma pessoa que trabalha de carteira assinada, trabalhar em um negócio desse não. Tem que ficar no serviço, mas pra quem tá na rua é o melhor jeito. (FRED)

O referido sonho presente na fala de Tereza se torna algo difícil de ser conquistado quando se considera que estas pessoas estão em desvantagem em relação a outros prováveis empregados. Snow e Anderson (1999) ao realizar uma etnografia junto ao povo da rua do estado do Texas, nos Estados Unidos, identificaram que o próprio desabrigo reflete dificuldades em se assumir um trabalho regular. Os autores destacam que a estrutura inflexível do mercado de trabalho regular e o modelo de busca pelo trabalhador “adequado” para as vagas de emprego não são sensíveis à situação das pessoas em situação de rua. Os empregadores costumemente buscam contratar empregados permanentes, que satisfaçam qualificações mínimas e garantam padrões de vestuário e aparência para a contratação, padrões mínimos estes que raramente as pessoas em situação de rua dispõem. A falta de referências de empregos anteriores e de uma história estável de trabalho, o fato de

não ter uma residência e um número de telefone fixo e a constante falta de documentos pessoais são outros problemas comuns na hora de procurar trabalho e se constituem em motivos de desconfiança (SNOW, ANDERSON, 1999).

Em resumo, as dificuldades de inserção para a população de rua se expressam de diferentes formas, seja na necessidade de qualificações específicas, de documentos de identificação ou de endereço fixo. Sobre esta última, cabe destacar que a legislação prevê que o endereço das pessoas em situação de rua é o da unidade do Centro Pop em que são atendidos, no entanto, ainda se apresenta dificultada a aceitação por parte de empregadores (SARMENTO, 2015). Os depoimentos a seguir exprimem diversas destas questões:

“Aaah, nós te ligamos”; “ah, deixa eu anoto teu número aqui”; ”ta beleza, depois te ligo” e aí quando tu virava a curva o cara tava assim ó (limpando/apagando o número). Magro, morador de rua. Eles não querem nem saber, muitos ficam furioso só em saber que eu não tenho passagem pela polícia, ficam doidos, piram o cabeçaço. (GUILHERME)

É, porque na verdade vão pedir para o cara o comprovante de residência, daí o cara já não tem, daí o cara vai explicar, vai perguntar onde tu mora, daí tu vai dizer que mora, daí às vezes fica muito difícil o cara arrumar um serviço né? Se o cara não tivesse na rua, não “moro em tal lugar”, ficaria mais fácil. Porque daí pensam que quem mora na rua é vagabundo, ladrão, drogado. **Você entrega currículo, essas coisas?** Porque fica difícil né? O cara ta morando na rua, né? Às vezes os caras vão querer comprovante de residência, onde é que tu moras, eu não gosto de chegar e pegar mentira, dizer que moro em tal lugar, porque não adianta, né cara. Um dia a mentira sempre é descoberta. (JOSÉ)

Quais dificuldades tu enfrestas na rua? Dificuldades? Oportunidade. **Oportunidade de que?** De Serviço. Principalmente serviço. O mais essencial é serviço. Tem gente que não dá. Entendeu? Não tenho comprovante de residência, daí eu vou dar o comprovante de residência aqui do

Pop, aí muitas empresas já não pegam, que sabem que o cara já tem atendimento como morador de rua, né? Aí eles já não têm uma aceitação positiva não. **E tu já teve tentativas?** Já. E já consegui mentindo. Mentindo, dizendo que não moro aqui, dizendo que eu moro em outro lugar. **Daí foi possível?** Foi. **E quando você diz que está na rua, daí não acontece?** Não. **Isso faz quanto tempo que tu conseguiu?** Faz um, dois anos atrás. **Nos últimos tempos, tens tentado?** Não. (MARCOS)

Hoje daria certo [um emprego]? Daria, daria certo, mas no momento estou sem documentos, to fazendo, to começando a dar tudo certo, e provavelmente, mais pra frente, eu já vou estar trabalhando de carteira assinada. (FRED)

O nosso objetivo não é vê-los recaídos, é ver dentro de um Albergue, se recuperando, arrumando serviço, porque nós moradores de rua não temos outra oportunidade de serviço, existe muito preconceito sabe, até dentro da casa de apoio. Se tu pegar um currículo da casa de apoio ou do POP, deu, eles não te contratam. **Por que você acha que isso se dá?** Preconceito, muito preconceito. **De quem?** Dos empresários né, que empregam né. (TEREZA)

Além da inserção no mercado formal de trabalho, as dificuldades se relacionam a falta de permanência no emprego por longos períodos em decorrência de estarem na rua. Esta questão foi encontrada por Snow e Andersen (1999), que afirmam: nas eventuais ocasiões em que conseguem um trabalho regular, há dificuldades para conseguir trabalhar de modo sistemático, fazendo com que, por vezes, o emprego, inicialmente regular, acabe se tornando cíclico e temporário (SNOW, ANDERSON, 1999). Isso pode ser observado nas falas abaixo:

Tipo, no dia que era pra ir, eu não ia. No dia da entrevista que era pra ir, eu não ia, tudo questão da droga, porque eu dormia na rua, não conseguia acordar cedo. Acordar cedo a gente acorda, porque a gente fica usando muita droga até muito tarde, daí quando vai dormir, acorda tarde, porque não consegue acordar porque ta dopadão da noite

passada que foi. Então, pra uma pessoa que mora na rua, trabalhar de carteira assinada, acordar todo dia de manhã cedo é difícil, é difícil pra caramba. [...] **E é difícil por que (o emprego)?** É difícil porque a dependência não deixa, não deixa. Porque aí tu vai sair do serviço, como tu vai usar, tu vai arrumar um dinheiro aqui, porque mesmo tu arrumando um serviço, tu arrumando um trabalho e entrando numa casa, tu sabe que aquele hábito que tu tinha na rua ele não vai mudar. Tipo assim, ele só vai estacionar aquele hábito que tu tinha na rua, entendeu? Não vai mudar. [...] Trabalho de carteira assinada, sabe o quanto vai vir no final do mês, aí não pode faltar, não pode nada, que daí já é descontado. Ali pode faltar, não dá nada. (FRED)

Como fica trabalhar quando se está na rua? É ruim. Tem dias que tu vai se atrasar, constantemente. Porque já não tenho celular, né? Ou pelo ter um despertador. Tem vez né, é ruim. Outro problema é moradia, o cara tem que ter endereço fixo pra manter assiduidade no serviço. O cara não pode faltar. Ter uma residência fixa é o começo de tudo, você já vai ter um lar, não vai mais estar na rua, tu está numa casa, um aluguel. Tu vai estar numa casa e vai poder te manter, né? Quando a gente tá na rua, emprego não tem como manter estabilidade. Consigo manter até um certo tempo, porque tu tá na rua, não tem obrigação com nada. Aí se tu já tem uma peça alugada, tu já tens obrigação, o aluguel. (MARCOS)

Trabalhando, entendeu? Não consigo. Posso até trabalhar um mês, mas é só o tempo do primeiro pagamento, entendeu? Aí já não, já decaio totalmente. Convivo na rua há dez anos já. (MARCOS)

O que você acha que acontece depois do primeiro mês, que tu falas? É só o tempo de eu receber, já não vou mais trabalhar, entendeu? Pego o dinheiro, gasto, já vou e já começo a ficar na rua de volta, já aconteceu várias vezes, entendeu? Eu sei disso por experiência própria. (MARCOS)

Na seguinte fala de Murilo fica evidente o contraponto entre o emprego e o trabalho informal. Os argumentos levantados vão ao encontro da própria positividade de um trabalho informal, que possibilita maior controle sobre sua atividade e sobre os modos de operar, porém, mantém dificuldades, tais como a imprevisibilidade dos serviços e da renda e a falta de seguridade social (CAMPOS, 2005; COUTINHO et al., 2013).

Não sou muito fanático de trabalhar com carteira assinada, demora quatro semanas pra receber, mas é bom porque tu tens todos os teus direitos, né cara? Mas toda vez que eu arrumo um trabalho, pra mim tem que ser por semana, que eu gosto de ter dinheiro na minha mão, eu gosto de sentir o cheiro do dinheiro, porra, mas do mesmo jeito que ele tá na minha mão, ele vai que nem água. Se eu não souber administrar, ele vai. Mas quando eu arrumo um trabalho que eu ganho 500, 600 real por semana, eu já não fico com o dinheiro na minha mão, eu fico com 100 real e o resto eu dou pra uma pessoa guardar. [...] **E você ta procurando emprego?** Agora eu tô procurando força pra procurar né. (MURILO)

A ausência de benefícios sociais é colocada como um dos sentidos negativos da atuação no mercado de trabalho informal que, no caso dos entrevistados abaixo, não é reconhecido sequer como trabalho, em uma visão negativa em relação à informalidade.

O que tu achas de fazer bico? Em questão de pagamento, não é ruim, cara, é as condição que te oferece, que é poucas né? No caso, se tu te machucou, já era, tu não tem direito nenhum. Só se o patrão for muito gente boa contigo. Fora isso, eu trabalhei de armador em Angelina, eu tava frio, quer dizer, sem registro nenhum, fiquei 6 meses lá, ganhava bem, porque ganhava quase 4 mil, porque era sem registro, o serviço era arriscado, entendesse? (ANTÔNIO)

Trabalho é um compromisso na vida da gente né? Uma coisa que tu vai ter os seus direitos. Quanto mais tempo de trabalho tu tiver, melhor pra ti, né?

Se tu conseguir ficar no teu trabalho até se aposentar, né? É uma dignidade pra ti, ne, “ah, eu trabalho em tal lugar”. Agora se tu disser “ah, eu não trabalho”, o cara já vai pensar o que de ti, né? Vagabundo, não quer trabalhar, né? (GUILHERME)

Você disse que gostaria de ter um emprego, com carteira assinada? Por quê? Pra ter meus direitos todos, né? Tipo, saúde, me aposentar, tudo né cara. Porque o cara sem uma carteira assinada o cara não vai ter direito a nada, né? O cara vai chegar, tal, com uns sessenta anos aí e não vai estar recebendo uma aposentadoria, né? (JOSÉ)

Você gostaria de ter um trabalho fixo, um emprego de carteira assinada? Gostaria, porque daí eu vou ter os meus benefícios, daí eu tenho meu décimo-terceiro, tem meu CNPJ, tem tudo meus benefícios. (MATHEUS)

Pra ter meus benefícios, né, porque ali tu não tem benefício nenhum, né? Ali se tu quebrar a perna, tu não vai receber parado. Ali se tu ficar doente, não dá de colocar um atestado e receber parado. Num trabalho de carteira assinada, tu vai ter um monte de coisa, tu vai ter vale-alimentação, vai ter 13º, coisara da toda assim, né? E ali não, ali tu só vive com o dinheiro que tu sabe que tu vai fazer ali, entendeu? Que tu sabe que tu vai ganhar ali. Mas tu não sabe o quanto vai vir, e o quanto não vai. (FRED)

As narrativas trazidas demonstram que os trabalhadores em situação de rua do presente estudo referem-se fundamentalmente aos sentidos negativos para remeter a informalidade, com destaque a falta de direitos trabalhistas e a incerteza de manutenção da renda. Esses sentidos divergem dos trazidos por Coutinho (2009) em uma pesquisa junto a trabalhadores informais, que apresentou histórias de vida e de trabalho em que a informalidade se apresentou principalmente como uma opção, e não como falta de opção. Os participantes da pesquisa da autora obtiveram experiências consideradas ruins de inserção no mercado formal e não pretendiam retornar a essa condição: viam na informalidade um meio para que possibilidades de maiores ganhos e de melhores condições

de trabalho fossem viabilizadas (COUTINHO, 2009). Esses sentidos, apesar de relevantes, são pouco presentes quando se tratam dos trabalhadores informais em situação de rua. Para eles, na maior parte dos casos, quando se questiona sobre os sentidos do trabalho, a questão central que cerceia suas narrativas são os sentidos atribuídos ao emprego como um meio para melhorar sua vida, o que não seria possível por meio da informalidade.

Considerando esse contexto, reforça-se a informação de que esses sujeitos acabam se envolvendo com estratégias mais flexíveis e informais para sua sobrevivência material, visto que não encontram espaço no mercado formal de trabalho. Realizam “trabalhos de um dia”, com horário irregular, local variável e uma remuneração normalmente mais baixa do que a do trabalho regular, mas que são pagos no mesmo dia e que não exigem referências e uma história de trabalho estável (SNOW, ANDERSON, 1999). Considerando os prós e contras dessa informalidade, algo é comum: esses trabalhos não oferecem caminho para fora das ruas, reproduzindo uma instabilidade que é comum à própria vida desses sujeitos.

6.3.2 Sentidos positivos do trabalho

O trabalho se realiza em um contexto de relações sociais de produção e é fundamental para a construção da identidade do sujeito e ao sentimento de filiação, pertença, reconhecimento e dignidade (ARANHA, 2003). Os sentidos positivos incluem o trabalho visto como uma vocação, fonte de satisfação e de autorrealização (BLANCH RIBAS, 2003). Esses sentidos se vinculam diretamente aos pressupostos da sociedade industrial, em que o sentido positivo domina a ideologia vigente na vida cotidiana (BASTOS, PINHO, COSTA, 1995; BLANCH RIBAS, 2003; COUTINHO, DIOGO, JOAQUIM, 2008). Para Natividade e Coutinho (2012), as positivities do trabalho estão vinculadas às relações interpessoais estabelecidas, as quais proporcionam diálogo, amizade, diversão e aprendizagem. A dimensão do trabalho é importante para as pessoas, especialmente, quando promove sentidos mais positivos, como outros estudos já evidenciaram (ORNELLAS, 2015; GRAF, 2009; COUTINHO, 2009; DIOGO, 2012).

Dentre os sentidos positivos do trabalho presentes nas narrativas dos entrevistados, alguns apareceram com maior frequência e/ou ênfase, tais como a “socialização”; “realização/satisfação”; “dignidade”, trabalho como “precursor para uma vida melhor/ recomeço/ saída da rua”, meio para “ocupar a mente” e “não fazer coisas erradas”.

No que se refere ao sentido de **socialização**, é recorrente a relação estabelecida pelos participantes entre o fato de trabalharem e a possibilidade de estabelecer relações sociais. Isso pode ser percebido nas falas a seguir:

Você gera até conhecendo pessoas boas. (TIAGO)

Já ganhei roupa, já ganhei muita amizade, que às vezes vai sempre as mesmas pessoas ali, que moram aqui na região, pessoas que tem dinheiro, param, conversam comigo, cumprimentam, me abraçam, me dão conselho pra mim mudar de vida, sair daquela vida, arrumar um trabalho, entendeu? A minha relação comeles [os clientes] é boa, nunca falaram mal de mim, tem gente que sobe lá em cima e diz “aquele menino que cuida de carro ele é muito educado, cara”, às vezes o cara diz que não tem dinheiro, ele agradece, pede pra deus abençoar. (FRED)

Nessa direção, o trabalho é entendido como um dos organizadores fundamentais da sociabilidade (DIOGO, 2005), com sentidos múltiplos e individuais na vida dos sujeitos. O fato de estabelecer relações (profícuas ou mesmo conflituosas) com os outros é uma forma de construir a identidade pessoal e criar laços sociais (DUBAR, 2005, ORNELLAS, 2015). Os entrevistados se referem à satisfação em desenvolver um trabalho de qualidade e, partir disso, obter o reconhecimento das outras pessoas.

Olha, eu converso com as pessoas, dialogo, é tipo uma conversa, né? Só que daí conhece as pessoas. As pessoas, vejo de onde as pessoas são também é bom. Alegro as pessoas, as pessoas gostam. Tipo um casal ali, eu faço uma flor, o cara já se alegra, se sente bem com aquela flor que eu fiz, pra poder marcar aquele momento dele. (VALTER).

Todos os meus clientes me tratam bem, todos eles. Todos eles, não tem um que não trata bem. Gostam de mim, sorri pra mim, falo comigo, fala perto, pega minha mão, cumprimentam. (GUILHERME)

Os participantes também comentam sobre as suas habilidades em se relacionar com pessoas de modo a vender os produtos que produzem:

E eu sei parar em uma esquina, sei cativar as pessoas, na ideia assim, entendeu? Tipo, na amizade assim, brincando, um presente mais bonito do que se esse, blablabla, eu tenho esse dom também, de vender a minha mercadoria. Às vezes eu brinco “você vai dar o que pra sua namorada? Rapaz, um elétrico, não sei o que, um celular, não sei o que, cai no chão, quebra, queima, um puff desse é eternamente, fica lá, e aí eu sei, eu trabalho assim. (NILTON)

Quando você for oferecer algo pra alguém, mano, que você possa oferecer o teu melhor, nunca te ofereça aquilo que não te sirva mais, ou que seja resto, ta me entendendo? Po, vou oferecer isso aqui pro carro porque ta me apertando, tal. Vou oferecer isso aqui pro mano porque eu não gosto, sabe. Agora, tu oferecer o teu melhor, isso é diferente nego velho. (ANTÔNIO)

Quando eu cozinho assim, quando eu faço um rango daora, que a pessoa olha pra mim ‘a comida ficou excelente, ficou ótima’, o meu maior prazer é quando eu faço é que não é só pra mim, faço pra uma pessoa que po, que vai degustar o que eu fiz meu irmão, é como se eu tivesse fazendo pra uma filha minha, como se tivesse fazendo pra minha mãe, então, querendo ou não, o cara faz com amor. (ANTÔNIO)

Vendas eu posso conversar com as pessoas, tem que fazer a pessoa entender porque ela vai comprar o meu produto, que vai ser um bem pra ela, que ela vai utilizar o produto que eu estou vendendo. (MATHEUS)

É interessante perceber que, em diversos desses discursos, os relacionamentos interpessoais são colocados como fundamentais enquanto sentidos para o trabalho. Seja ao conhecer pessoas ou por conta do bom relacionamento com “clientes”, evidencia-se um trabalho que não se finda no sentido de competitividade ou dos ganhos individuais típicos

do capitalismo. Esse sentido do trabalho se torna relevante quando se entende que o ser humano é constituído a partir dos seus relacionamentos. A pessoa é um ser em relação e está constantemente se relacionando com outras no percurso de sua vida (GERGEN, 2009). Berger e Luckmann (1985) consideram que estar em sociedade significa participar da “dialética da sociedade” (p. 174), em que, no processo de socialização, as pessoas se tornam membros da sociedade. Sob o ponto de vista construcionista, os sujeitos se apropriam das significações presentes no mundo social e isso cria modos das pessoas se posicionarem no mundo (ORNELLAS, 2015). A questão da sociabilidade é comum a outras perspectivas e discussões de outros autores sobre os sentidos do trabalho. Morin (2001), por exemplo, salienta que “um trabalho com sentido é fonte de experiências humanas satisfatórias” (2001, p. 17).

Outro sentido recorrente nas narrativas é o de **realização e satisfação no trabalho**, estas que podem ser entendidas como um processo no qual a atividade transcende o valor econômico, adquirindo conotação de gozo e felicidade com relação a atividade desenvolvida e/ou pelas repercussões sociais do resultado do trabalho (PATRÍCIO, CASAGRANDE, 1999; ALBRECHT, 2010). Tais sentidos podem ser observados a seguir:

Como você se sente quando está trabalhando?

Bem, ótimo. Excelente, satisfação. O cara sempre está sendo útil em alguma coisa, eu sou mais útil pra Jesus [...] meu patrão eu só vou ser útil se vender pra ele. Se eu não vender pra ele, to ferrado. (GUILHERME)

Trabalho significa a honra e a dignidade de um homem. Esse é o trabalho. É uma honra e dignidade de um homem, você trabalha, você suar, pra você se manter, você ter suas coisas, você ter de bem e melhor através do seu trabalho. Que você é assalariado, você ganha pra fazer aquilo, então é uma honra né? (TIAGO)

Serviço é sempre bom, né? Um trabalho é sempre bom. (MARCOS)

Quer ajudar um homem, dê uma condição dele ter um trabalho. Ele tendo um trabalho, aí ele já começa a pensar mais em ter uma namoradinha, pra ele chegar em casa do trabalho, ter sua mulher ali e coisa e tal. [...] Quer ajudar a resgatar um homem,

dele ser digno, monte um negócio que dê trabalho pra eles. Não um trabalho escravo assim, mas o trabalho pra trabalhar a vontade, você gosta de ir pro trabalho, entendeu? (NILTON)

Nesses relatos, pode ser percebido um trabalho que transforma um indivíduo em um trabalhador, ou seja, lhe atribui identidade e se faz um instrumento do valor e da dignidade dos seres humanos (KRAWULSKI, 1998). Para Ciampa (1997), “é pelo agir, pelo fazer, que alguém se torna algo”, nesse sentido, pode-se considerar a identificação com o trabalho como um aspecto fundamental na construção da própria identidade (PEREIRA, 2014). Segundo Codo (1998), o trabalho muda o jeito de ser, de pensar e de agir de cada ser humano e de cada cultura, torna-se condição de humanização e instrumento de liberdade, porque é pelo trabalho que o homem viabiliza a realização de seus projetos (e desejos) no mundo, ao mesmo tempo em que se torna propriamente humano (ARANHA, 1997, p.23). A valorização do trabalho e seu papel identitário podem ser exemplificados em alguns dos discursos dos entrevistados:

Trabalho é ótimo, né? [...] tu vê que tu presta pra alguma coisa, né? Que tu é válido para alguma coisa, porque, eu, no momento, como não estou podendo fazer mais nada, tem que ser lá, de vez em quando, eu me acho meio inválida, sabes? Até porque eu não posso mais trabalhar no pesado, isso é que me dói. É que me entristece (TEREZA)

Querendo ou não, o trabalho engrandece uma pessoa, engrandece, tu é visto mais diferente, entendeu? (FRED)

Essas falas remetem a noção de que a falta de trabalho e, principalmente de emprego, acaba por decretar a morte social de um sujeito, o que pode ser percebido pela presença de termos como “inválida” e “ser visto diferente”. Do contrário, é entendido que na presença do trabalho a pessoa encontra um efetivo lugar social, que lhe traz identidade, reconhecimento e existência social (HELOANI, 2015).

No seguinte discurso de Murilo, por exemplo, o trabalho é um meio para que ele seja uma pessoa digna e, a partir disso, possa atingir objetivos de ordem relacional. Nessa direção, Antônio e Nilton consideram precisar de um trabalho, pois este seria um instrumento para torna-los dignos. Estas verbalizações sobre dignidade, assim como as relacionadas com a

honestidade, são presentes de forma constante nos discursos de diversos entrevistados ao longo da pesquisa, o que remete a clássica ideia de que o trabalho dignifica o homem. Dessa maneira, observa-se que eles se referem a termos socialmente valorizados e predominantes na sociedade ao significar o trabalho:

O que eu mais peço nesse momento é sair desse lugar, levantar minha cabeça, arrumar um trabalho, ser uma pessoa digna, ta ligado, pra mais na frente aí arrumar uma pessoa que eu possa cuidar e ela cuide de mim, nós montar família e já era (MURILO)

É isso que eu me refiro, que a questão de trabalho, acho que na vida de um homem é tudo cara. Isso diz na bíblia, né mano, um trabalho ele digna um homem, digna um homem, é a dignidade de um homem é o trabalho, né mano. Toda pessoa que vai te perguntar, po, um trabalho, ela vai perguntar pra ti o que tu faz, impossível. Um homem que diz, porra, eu não sei fazer nada, mano, é impossível isso. Também inaceitável, impossível po, o cara não sabe fazer nada, alguma coisa o cara deve fazer. (ANTÔNIO)

A única coisa que ta faltando pra mim retomar minha dignidade, a minha vida, é um lugar que eu possa fazer alguma coisa[...] Qualquer trabalho pra mim serve. Eu adoro estofaria, mas na situação que eu me encontro hoje, ou já me encontrei, eu trabalho em qualquer trabalho. Eu não gosto é de ficar sem o trabalho, qualquer trabalho pra mim. (NILTON)

Essa vinculação do trabalho à **dignidade** é enfatizada por Henrique, Santos e Vianna (2013) que, em seu estudo sobre os sentidos do trabalho para pessoas em situação de rua, deram destaque ao trabalho como meio para a obtenção de dignidade. Coaduna ainda com Heloani (2015), que afirma que a ausência de vínculos de emprego faz com que os indivíduos percam a noção de dignidade própria (HELOANI, 2015), o que os participantes entendem que poderia ser resgatado quando desenvolvem atividades laborais. Nos referidos discursos, apresenta-se uma clara valorização positiva do trabalho, em que o mesmo se relaciona

a aplicação das capacidades humanas para propiciar o domínio da natureza, sendo responsável pela própria condição humana e acompanhando a noção de empenho para atingir objetivos.

Esta questão da satisfação em se empenhar no trabalho é identificada no relato de Tereza quando ela se remete a satisfação em colocar o seu “suor” no trabalho e assim, conseguir o que deseja:

Pegar o teu salário, tu ir lá no mercado e comprar o que tu quer, sentir que é do teu suor. Eu detesto depender dos outros. [...] Ter aquele gosto, eu comprei do meu suor, que legal, como é bom trabalhar, como é bom adquirir as coisas. Então é por isso, eu fico mais doente por isso, não estou podendo trabalhar nem com faxina, nem com jardinagem. [...] Sem trabalho tu não vive (TEREZA)

Isso pode se relacionar a reforma protestante, em que o trabalho passou a ser visto como instrumento da salvação e forma de realizar a vontade divina (BASTOS, PINHO, COSTA, 1995). A fala de Tiago é representativa sobre isso: “quem não trabalha é um pobre coitado”, demonstrando que este seria meio para seu bem-estar, seu conforto e o mais importante: que sem o trabalho ele não seria nada. O mesmo ocorre a Antônio ao se remeter a função do trabalho na vida de um homem. Em ambas as falas, o trabalho é entendido como “tudo”, o que remete ao significado construído socialmente de que o mesmo é fundamental e inquestionável na vida de um sujeito. Esse discurso também pode se relacionar ao fato de que o trabalho, especialmente sob a forma de emprego, é idealizado como um objetivo futuro na vida dos entrevistados.

O trabalho pra mim, não tem, tipo assim, o trabalho na rua, quando eu começo a pensar no trabalho, tipo assim, é algo que me fortalece, ta entendendo? Ele fortalece, por que ele me fortalece? É o que faz trazer meu bem-estar, né? Meu conforto né? Então eu penso no trabalho direto. É que nem eu falo, logo eu vou sair e vou arrumar um serviço. Serviço é tudo, né? Pessoa que não trabalha, meu deus do céu, é um pobre miserável. (TIAGO)

Porra, é tudo né mano velho. Se o cara tiver trabalhando, poxa, as porcentagens de dar certo elas aumentam mais, não tem erro. Se tu não

mangueia, se tu não trabalha, se tu não rouba, é como eu disse pra ti, é parasitagem mano. Então, quer dizer que a função trabalho na vida, principalmente de um homem, é tudo. (ANTÔNIO)

Outro conteúdo recorrente nas falas dos entrevistados diz respeito ao fato de que o **trabalho seria um precursor de uma vida melhor**, de que por meio dele os objetivos da vida dos sujeitos seriam possíveis de serem alcançados, conforme pode ser exemplificado no trecho da entrevista de Matheus:

No momento to achando que tá meio ruim, ta meio fraco trabalho nessa época, sabe? Eu tava pretendendo assim, esperar o verão pra trabalhar com vendas, trabalhar de garçom, trabalhar de um trampo assim que eu possa evoluir mais né, pra mim não ficar tão nessa situação de rua, assim, com um trampo eu posso evoluir mais, comprar um carinho, voltar pra minha esposa, arrumar outra esposa, posso viver minha vida, né? Na real mesmo, eu pretendo procurar um trampo de vendedor ou de garçom, trampo que evolua mais, né? [...] A importância é que se a pessoa não trabalha, ela não chega ao objetivo, né? Não consegue nada, sem serviço, né? O cara vai fazer o quê? Coisa errada pra ir pra cadeia? Tem que trabalhar, senão... pra mim o trabalho é uma coisa boa, que dá a pessoa pode trabalhar pra conseguir o objetivo dela, né? (MATHEUS)

Como pode ser observado, o trabalho é entendido como o caminho para se vencer na vida, melhorar sua situação atual, o que é condizente com resultados de estudos com outros públicos, tais como crianças (NATIVIDADE, 2007), desempregados e trabalhadores de diversos setores (COUTINHO, GOMES, 2006; DAL MAGRO, 2006; DIOGO, 2005). Soma-se a questão de atingir os objetivos, o fato de recomeçar, voltar a uma condição de vida já obtida no passado por intermédio do trabalho. Especialmente quando as pessoas em situação de rua são questionadas acerca do futuro, reforçam uma perspectiva de desejo de recomeçar ou continuar de “onde parou”. Marcos, por exemplo, refere-se a conseguir documentos e voltar a trabalhar com aquela que considera a sua profissão:

Quando eu te digo a palavra “trabalho”, o que te vem à cabeça? Recomeço. Me vem recomeço. Se eu conseguir um trabalho. Eu to numa passando que estou buscando boas oportunidades. Eu não quero mais puxar cadeia, não quer mais roubar, nem fazer mal pra ninguém. Consegui minha identidade ontem, eu vou encaminhar todas as minhas documentações lá em Porto Alegre e vou tentar retomar meu trabalho, entendeu? Então, pra mim, é o recomeço. Eu quero pegar de pintor industrial, que é minha profissão [...]. Daqui pra cá, quero voltar pra Porto Alegre e retomar tudo o que eu perdi. E vou conseguir, entendeu? Porque já estou ficando velho, já não tenho mais nada, eu não tenho, já não tenho nada, eu quero só adquirir. **O que quer adquirir?** Eu quero uma vida sociável. Um aluguel, um trabalho fixo, né? Uma estabilidade boae a mente bemalienada. E tem que conciliar com a droga, a droga é difícil do cara largar, principalmente o crack, que faz parte do nosso organismo. Dá pra conciliar trabalhando [...] e o cara fazendo. Mas não faltando serviço. Primeiramente não faltar ao serviço, não afetar o lado profissional. (MARCOS)

Outro conteúdo presente nos relatos dos entrevistados diz respeito ao trabalho como meio que possibilita atingir o objetivo de saída das ruas das pessoas em situação de rua. Essa relação pode ser percebida em diversas narrativas produzidas:

Tem que levantar a cabeça e a próxima chance que eu tiver, eu não desperdiçar, né? Porque senão, to com 35, vou chegar aos 50 na rua, que nem tem muita gente mais velho aqui que está na rua, né cara. (GUILHERME)

No momento mesmo, é que to atrás de um serviço fixo. Pra ganhar aquele dinheiro todo dia pra mim alugar uma casinha pra mim. Porque a droga assim, eu já consigo controlar, eu não uso droga assim todo dia. [...] To pretendendo pegar um serviço aí e trabalhar uma semaninha aí, e alugar uma casa pra mim né? Nem que for uma quitinete [...]. Buscar uma melhoria né, cara. Eu quero pegar uns três dias

em seguido pra eu pegar pelo menos uma casa pra mim, sair da rua, né? (MATHEUS)

Vou ver se arrumo um emprego, sei lá, de, como se diz, serviços gerais, né? **Por que você quer um emprego?** Pra poder sair da rua. Ver se alugo uma casinha, conviver com a mulher e o filho, né? Mudar de vida. (VALTER)

Em relação ao estacionamento lá, você recomendaria esse trabalho pra outra pessoa?

Sim. Se ela quiser se adiantar, sair da rua. Eu não sai ainda porque não quero, porque na hora que eu botar na cabeça que eu vou sair, eu fico ali 5 dias, faço 300 real rapidinho, pra mim ajudar uma quitinete, é dois palito, entendeu? Só que eu acho que ainda não é o meu momento, ta ligado? Vai chegar, só que meu momento mesmo ta ali no Pop ali ajudando, ainda mais com essa Tereza e deles querer fechar, pa, e a hora que for o meu momento eu alugo, fico uns dias, levo os guri la pra baia pra passar comigo, isso aí mesmo. (MURILO)

O que é necessário pra permanecer fora da rua?

É estar trabalhando, mudar as amizades, principalmente. Amizade de rua, de drogadição a gente tem que mudar. Se a gente quer mudar, a gente tem que mudar tudo. Todos os hábitos. (MARCOS)

Essa relação entre situação de rua e trabalho é condizente com Mattos, Heloani e Ferreira (2008). Eles afirmam que a ida para a rua implica na ruptura com o vínculo regular de trabalho, o que foi observado em outros momentos da presente pesquisa; e que a saída das ruas é um processo vinculado à aquisição de uma ocupação estável. Outros entrevistados atribuem relevância ao trabalho como elemento no processo de saída das ruas. No entanto, não como elemento único, e sim, junto a outras questões importantes, tais como o funcionamento efetivo de políticas públicas, o estabelecimento de relações familiares e não-utilização de drogas. Tereza fala sobre isso quando é questionada sobre o que é necessário para a saída das ruas:

Primeiramente, o Pop estar funcionando, uma casa de apoio, a casa popular sair e cada um ter sua

oportunidade de trabalho, entendeu? Que a gente não tem. Se nós tiver a chance, se nós tiver a chance na sociedade, eu já não digo tanto por mim porque já estou numa idade que já está meio atrasada, mas eu digo pra eles jovens, entendesse? Que a gente não tem oportunidade. É isso que falta. **Qual seu sonho?** Ver todos fora da rua. Todos com sua profissão, com sua família, todos na sua casa, sem droga. (TEREZA)

A falta de oportunidades, de maneira geral, é algo explicitado por Tereza em diversos momentos da entrevista. Ela deseja “ver todos fora da rua”, ao mesmo tempo em que se dá conta de que atingir esse objetivo é algo bastante complexo. Falas a esse respeito relacionam-se a discussão trazida sobre as vivências que levam à vida na rua, ou seja, de que o processo de realização não se resumiria a questões de ordem biográfica, a situação de desemprego ou a precariedade das vinculações com o trabalho, mesmo que estes sejam elementos de grande relevância nesse processo. Há de se ter em mente que a entrada ou a saída das ruas é permeada por fatores de ordem estrutural, em uma realidade em que há a necessidade de, além da inserção laboral, de apoios relacionais sólidos e da ação das políticas públicas para que a saída das ruas possa ser vislumbrada.

Outro sentido bastante citado pelos entrevistados diz respeito ao trabalho como um meio para **ocupar a mente**, o que remete ao ditado popular “cabeça vazia, oficina do diabo”. Entendem que, ao ocuparem a mente com o trabalho, evitariam fazer ou pensar em coisas consideradas ruins ou erradas, tais como roubar, traficar ou ficar completamente ocioso, o que foi encontrado na fala de trabalhadores egressos do sistema prisional por Toledo, Kemp e Machado (2014). Dessa forma, os participantes remetem ao trabalho como um elemento organizador da vida (PEREIRA, 2014), e que seria um meio para mantê-los afastados de atividades ilícitas. Discursos relacionados a esses sentidos podem ser observados a seguir:

O trabalho abstrai a mente, né? Deixar o que eu tinha pra trás pra passar. [...] É ocupar a cabeça com alguma coisa, ocupar a mente. **Tipo o que?** Tipo um trabalho, arrumar um trabalho, né? Vai estar ocupando a mente. (VALTER)

A importância do trabalho é que daí tu tens o pensamento no trabalho, porque às vezes tu não trabalhas, o que tu vais pensar? Vou ter que fazer alguma coisa pra conseguir um dinheiro, vou roubar, vou traficar, vou trabalhar de olheiro. Isso que o trabalho já traz um significado pra ti, né cara? Pra ti não pensar outras coisas ruins, né? Isso que eu penso do trabalho. (JOSÉ).

Ah, tem muita importância, né? Po, o serviço tem muita importância, né? O serviço é tudo, né? Você tá trabalhando, você tá com sua mente ocupada, você não tá, o seu dia não tá passando em vão. (TIAGO)

É legal, porque eu to me inspirando, eu to ocupando minha mente, sabe, não fica pensando... se eu for pensar no meu problema, no dia a dia, na situação que eu to, eu vou acabar em depressão e vou acabar fazendo besteira, que a minha depressão é suicida, entendesse? Eu não posso entrar nessa depressão. (TEREZA)

Primeiro de tudo algo pra ocupar a mente e, pra um usuário não usar, pra ocupar a mente, tem que ter um trabalho po (MURILO)

O cara sem o trabalho, ele já fica pensando, qualquer coisa dá raiva, que nem no meu caso, tomo umas cachaças [...] (NILTON)

Estes participantes falam sobre o trabalho como meio de **não fazer “coisas” consideradas erradas**. Dessa maneira, atribui-se uma causalidade em que, na presença do trabalho, a criminalidade seria diminuída, discurso este que nem sempre é confirmado por especialistas, ainda que não seja possível ignorar as consequências de um sistema produtivo seletivo e excludente que produz desemprego e precariedade para muitas vidas, com ameaçadas de violências em diversos contextos (BARROS, PINTO, 2006). O tráfico de drogas, por exemplo, torna-se uma opção diante de possibilidades de escolhas muito escassas que, em geral relacionadas a limitações do contexto social (FARIA, BARROS, 2011). Em algumas falas, como a de Guilherme, é relatado o orgulho de

não ter passagem pela polícia, de realizar sua atividade de maneira considerada honesta.

Melhor que estar vendendo droga. Bem melhor. Vendo pirulito, mas não vendo droga, cara. Como bicho, mas não roubo. Pudera também, não tenho passagem pela polícia, acha que agora vou ter? Não, to de boa [...]. Vendo pirulito, mas não vendo droga, como do lixo, mas não roubo, cara. [...] (GUILHERME)

Na mesma direção, outros participantes falam do trabalho como forma de não se envolver com a criminalidade ou outras ilegalidades e não sofrerem as consequências dessas ações, tais como não serem presos ou se perderem a sua liberdade. O fato de agirem de forma honesta é um dos aspectos mais reforçados pelos entrevistados ao longo de suas narrativas:

Eu penso no meu futuro, não quero passar o resto da minha vida em uma cadeia aí, por causa de um celular, ta ligado? (JOSÉ)

Porque muita gente ali fala pra mim “é melhor tu fazer isso aí do que tu tá roubando, cara, querendo ou não, isso é um trabalho e é honesto”. [...] Querendo ou não, a gente já está na rua, aí roubar e vai preso, quem vai ajudar a gente lá dentro? E lá dentro é um sofrimento. Já quem tem família e tá preso já é um sofrimento, imagina quem tá na rua? Não vai ter apoio de ninguém, vai ter que ter advogado público de prefeitura e vai ser difícil, né? Tudo isso, até sair a audiência tu já ficou 5 anos, já cumpriu tua pena. Então, eu prefiro fazer isso, pois são minhas artimanhas da rua. (FRED)

Peço, de vez em quando peço. E como é isso, como se sente? Depende pra que to pedindo. Porque se eu tiver pedindo pra uma pessoa uma coisa e pensando em outra coisa, eu sei que eu to fazendo errado, né? To mentindo. Quando eu peço eu to pedindo, não to roubando. (MARCOS)

Ontem, por exemplo, cara, fizemos um corre ali [...], eu e o Tiago, cuidamos de carro e tal,

ganhamos uma mixaria cara, daí eu disse bem assim “Tiago, po, olha só que engraçado cara” a gente ficou bem mais de 3 horas, 4 horas aqui pra ganhar uma mixaria, mas po, tu sabe que essa mixaria aqui é tua e ninguém vai falar o contrário disso, cara. Tu não saiu roubar, tu não saiu fazer adiantado, fazer corre nenhum, e tu sabe que daqui tu pode arrumar um canto e dormir [...]. Um cara que vai ali e rouba uma bolsa, mano, ele sai correndo, ele também tem coragem de roubar um banco, ele não tem a administração certa, pessoas que investe nele, até o que ele faz ele tem coragem, ele só não tem, ta entendendo, mano, e vai aonde isso cara? Tu te arrisca, a tua vida, a tua liberdade, a troco do que? (ANTÔNIO)

Nos discursos destacados, uma questão importante e recorrente é que muitos buscam se diferenciar socialmente em relação a outras pessoas em situação semelhante. Além de se distinguirem de ladrões ou traficantes, alguns fazem questão de se distinguir daqueles que vivem somente de esmolas ou de manguaios. Nesse meandro, a valorização do trabalho e a afirmação de que não são como os outros que vivem apenas da ajuda alheia (TOSTA, 2000) adquire protagonismo. Esses elementos podem ser observados nas seguintes falas:

Porque na verdade eu não gosto de pedir nada pra ninguém, tá ligado? Eu não gosto de pedir nada pra ninguém. Eu gosto mais de correr o que eu quero, eu corro atrás. Tem vezes que eu tenho, tem vezes que eu não tenho, né? (JOSÉ)

Porque, tipo assim, você não vai viver pedindo as coisas para os irmãos que já está na rua, no sofrimento, mesma coisa que o cara. Você não vai viver pedindo cigarro, cigarro, cigarro. Então você tem que fazer seu correzinho. Tem que sair, cuidar de um estacionamento, fazer um correzinho do teu rango, pra não deixar rastro pra ninguém falar assim “aquele ali não faz nada”, “mas pow, eu vou lá, eu cuido de carro [...]”, o cara tem que, que nem eu falo assim, o mundo tá aí pra nós todos, né? O sol brilha pra todo mundo, não tem? Então é assim (TIAGO)

Lá eu fico manguendo na sinaleira, entendeu? Eu peço para os outros, às vezes cuido de mais um estacionamento que tem por ali. Sempre se movimentando, nunca parado, né? Sempre ganhando mais dinheiro pra minha destruição, mas é assim que eu consigo me virar na rua sem estar dependendo dos outros. (FRED)

Considerando todos os relatos apresentados nesse subitem, pode-se pensar sobre um paradoxo importante, que foi identificado por Toledo, Kemp e Machado (2014) junto a egressos do sistema prisional: embora as atividades de trabalho desenvolvidas não utilizassem necessariamente todas as competências que os trabalhadores possuem, nem condições mínimas de inserção social e segurança, ainda assim, remetem predominantemente sentidos positivos em relação a suas atividades laborais, mesmo diante da precariedade das condições de vida e de trabalho. Para os entrevistados, os sentidos do trabalho se relacionam diretamente a possibilidade de satisfação e de atingir objetivos pessoais. Ele adquire um sentido importante à medida que é idealizado como objetivo, como forma de humanização, dignidade e honestidade. Em muitos casos, o sentido positivado se relaciona a ideia de um emprego a ser conquistado, de uma vida a ser modificada, por vezes até de maneira romantizada. Mesmo o vínculo formal não sendo vivenciado há muito tempo, eles adotam e internalizam o significado social predominante do trabalho como algo positivo e que seria legitimado apenas sob a forma do emprego.

6.3.3 O centro do contínuo – sentidos instrumentais do trabalho

Em relação aos sentidos instrumentais do trabalho, Blanch Ribas (2003) afirma que se tratam dos sentidos neutros, ou “o centro do contínuo”, em que o trabalho se apresenta com a função meramente instrumental e a serviço da sobrevivência, em que ganhar dinheiro, “comprar coisas” e manter a vida seriam os principais objetivos para o desenvolvimento de atividades laborais. Dentre os sentidos instrumentais, sob a égide da lógica do capital, o trabalho é visto como mercadoria, rompendo o “circuito sujeito – significado – objeto” (CODO, 1998), em que o trabalho é entendido como um valor de troca e não enquanto emancipador (NATIVIDADE, 2007).

Os sentidos instrumentais do trabalho mais enfatizados nas narrativas dos participantes fazem referência ao trabalho como meio para

a obtenção de dinheiro, remuneração sustento material e garantia de sobrevivência/subsistência, compondo uma categoria principal com o sentido do trabalho relacionado principalmente ao dinheiro.

Em algumas falas a seguir, o trabalho é visto como essencial por se transformar em capital. Dessa forma, o dinheiro torna-se um significante para o trabalho. O trabalho passa a ser compreendido como uma mercadoria que propicia remuneração (ZILLOTTO, 2002). Esse sentido reforça as afirmativas de Snow e Anderson (1999) de que uma das questões mais prementes para as pessoas em situação de rua é achar um modo de obter dinheiro. Este sentido é típico do capitalismo, em que trabalhar é um meio para adquirir o necessário para a sobrevivência. Dessa maneira, mesmo que estas pessoas vivam no contexto das ruas, isso não significa que vivem completamente sem dinheiro ou que não precisem dele para participar das trocas sociais, comprar suas coisas e suprir suas necessidades básicas.

E por que você trabalha? Pra se manter né, pra não pedir nada pra ninguém, né cara. Porque se o cara não trabalhar, o cara não tem nada. [...] Às vezes eu tacho um reciclado mesmo, pra ter um dinheiro pra mim comer. (JOSÉ)

Negócio é o seguinte, você tem que ter o dinheirinho né? (TIAGO)

Isso também pode ser observado na fala de Matheus. Quando questionado: “Você recomendaria seu trabalho para outra pessoa?”, ele responde “recomendaria, pra ajudar a pessoa assim a vender bala, que é trampo assim, que se a pessoa se dedicar dá pra ela tirar um troquinho”. Quando ele discorre sobre ganhar “um troquinho”, fala a respeito de uma recompensa por realizar seu trabalho, ou seja, de um tipo de **remuneração** ao realizar seu trabalho. Esse sentido de remuneração, comum ao discurso de diversos participantes, já foi encontrado como central em estudos empíricos com diversas categorias de trabalhadores (NATIVIDADE, COUTINHO, 2012; DALMASO, 2010; COUTINHO et al., 2013). Isso indica que esta conotação, tradicionalmente assumida para o trabalho na sociedade industrial, ainda se faz presente nos discursos sobre o trabalho na contemporaneidade. Dessa maneira, mesmo diante de mudanças nas formas de trabalho, “os sentidos pessoais ainda estão predominantemente relacionados com as formas tradicionais de trabalho no capitalismo” (COUTINHO, TOLFO, FERNANDES, 2005, p. 9).

Nas narrativas a seguir, é possível perceber que o trabalho assume a conotação de sustento material, possibilidade de satisfazer desejos materiais, nas quais a finalidade do trabalho se distancia das necessidades dos produtores, tornando-se um meio de subsistência (ANTUNES, 2003). Diversas falas dos participantes ao longo das entrevistas demonstram que não há uma completa cisão com o modelo econômico vigente para as pessoas em situação de rua. Pelo contrário, os mesmos falam com frequência sobre um trabalho que os possibilita comprar algo, ou seja, como meio de inclusão no sistema que privilegia o consumo:

Eu tiro, um básico que eu tiro assimé pra comprar o palheiro da Tereza, o cafezinho dela, manter sempre o pirulito [...]. (GUILHERME)

E você está sendo assalariado pra chegar no final do mês e comprar as coisas que você gosta, né? Você passa na frente de uma loja, você vê um teste de \$500, você trabalhando, chega no final do mês você tem os 500 reais, então é assim, se você quer comprar um TV de \$2000, você trabalha cinco meses, você pega junta 500 real, você chega lá com seus documentos, com sua carteira trabalhada, com sua carteira assinada, o seu holerite de pagamento, você coloca em cima lá, eles digitam seu nome, puxam no SPS você não tem, você tira uma tela 2, 3, 4, 5 mil. Então, trabalho é tudo, né? Aliás, o mundo gira em torno, através do trabalho, trabalho é dignidade, né? É tudo, meu deus do céu, trabalho é 100%, é dinheiro na mão, né meu irmão? Trampinho né? (TIAGO)

Vou usar esse dinheiro ali pro bem, né cara. Pro meu uso pessoal, pro meu desodorante, né, pra investir em mim. (ANTÔNIO)

Ia poder entrar no mercado, poder fazer compras, comprar o que eu gosto. O que tu quer, o que tu precisa. Tá doente? Vai lá, compra um remédio que tu precisar, que não tem no posto. (TEREZA)

Se a gente não trabalhar, a gente não tem nada. Se tu não trabalhar, tu não vai poder comprar uma roupa pra ti usar, não vai poder comprar uma

alimentação pra ti poder se alimentar. Usufruir também, né? Curtir. Vai querer sair com uma gatinha e não tem nada no bolso é constrangedor. (MARCOS)

Chama a atenção a frequência com que falam em comprar algo que desejam, ou seja, adquirir o que gostam, o que querem ou precisam/necessitam. Isso pode estar associado ao fato de que muitos deles utilizam unicamente de serviços públicos para suprir suas necessidades básicas. Nestes locais, em geral não escolhem a comida que vão comer, alimentam-se daquela disponibilizada pelo poder público, a não ser que possam comprar a que preferem. Também dependem dos remédios disponibilizados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) quando estão doentes, ou seja, dependem de dinheiro no caso de não haver o remédio na UBS. Outra questão são as roupas que utilizam, em geral decorrentes de doações, o que faz com que raramente escolham a que utilizarão. Em todos esses casos, o dinheiro dá a eles a possibilidade de escolha por aquilo que têm preferência e, talvez por isso, seja tão comum enquanto sentido para o trabalho.

Outra questão presente nas narrativas diz respeito a necessidade de trabalhar para garantir a sobrevivência/subsistência, o que, segundo Coutinho, Tolfo e Fernandes (2005), é uma expressão dos modos de produção do sistema capitalista. A inquestionabilidade do trabalho como meio de sobrevivência se faz recorrente nos discursos dos entrevistados, como ser observado nas falas a seguir:

Cara, na verdade é um meio de sobrevivência, cara, querendo ou não, porque se tu tá na rua, tu não fazer nada, tu vai morrer, porque ninguém vai ficar, ninguém vai ali na calçada te levar um prato de comida, pode até levar, mas não vai ser todo dia, entendeu? Eu trabalho por isso também, pra não ficar parado, né? (FRED)

Todo dia eu faço alguma coisa, quando não é o dia, eu faço outra. Eu faço muitas coisas, mas não tenho um emprego fixo, uma coisa [...]. Eu mesmo crio né? [...] pra sobreviver na rua, né? A gente tenta sobreviver, um alimento, alguma coisa. (MATHEUS)

Tem que trabalhar pra gente sobreviver, tem que trabalhar po [...]. Tem que trabalhar, se não

trabalhar... o cara gosta de ter sempre o trocado do cara... [...] É pra ti sobreviver no dia a dia. Tu não trabalha? Então, todo mundo tem que trabalhar, não é? (RONI)

Os relatos citados se relacionam ao que afirmam Elias e Navarro (2006), ou seja, que o trabalho é necessário para manter as condições de vida e é inquestionável do ponto de vista social. Como Roni afirmou: “todo mundo tem que trabalhar”. Esta fala revela que o entrevistado nem supõe a possibilidade de não haver trabalho na vida de um sujeito, especialmente no que tange a sua sobrevivência material.

Barbalho e Barros (2010) trazem elementos que suscitam a problematização da recorrência desse sentido nas narrativas dos entrevistados: “o fato é que o indivíduo necessita sobreviver. Mas não apenas sobreviver, ele precisa de reconhecimento” (p. 208). Ou seja, o sentido de sobrevivência, comum a praticamente todos os relatos dos participantes desta pesquisa e presente na literatura, não pode se tornar um fim em si mesmo ou a única finalidade do trabalho. O trabalho, central na vida social e do ponto de vista psicológico, precisa e pode ser muito mais que “estranhado”, podendo ter sentidos de satisfação, identidade, reconhecimento e emancipação, dentre outros já discutidos anteriormente.

6.3.4 Sentidos negativos do trabalho

No pólo negativo da organização didática elaborada por Blanch Ribas (2003), o trabalho é caracterizado como uma maldição, um castigo ou um estigma, algo obrigatório e que seria o contrário do sentido positivo. Esse pólo estaria permeado pela lógica do mal-estar no trabalho, visto que está associado ao cansaço, à dor, ao incômodo, à má remuneração e à falta de amizade (NATIVIDADE, COUTINHO, 2012). Dessa forma, está de acordo com a lógica do “tripalium”, com a conotação de coerção, esforço e penalidade (TOLFO et al., 2011). Nesse eixo, trabalho associa-se à noção de punição, conforme a noção bíblica de onde decorrem o sentido de obrigação, dever e responsabilidade (BASTOS, PINHO, COSTA, 1995).

Nas entrevistas realizadas com os trabalhadores informais em situação de rua, os principais sentidos negativos identificados estiveram relacionados ao “esforço/cansaço”, “obrigatoriedade”, “sacrifício” e ao fato de ser “melhor trabalhar do que ficar vagabundeando”.

O sentido de **esforço e de cansaço** pode ser exemplificado por algumas falas ao longo das entrevistas. José, por exemplo, remete às dificuldades próprias da sua atividade de catador de material reciclável. Ele não dispõe de um carrinho para recolher seus materiais, fazendo com que seja obrigado a carregá-los nos próprios braços, acarretando em um esforço físico significativo no seu dia a dia. A seguir, pode ser observado o comentário de que: “o cara não pode querer moleza”, o que faz referência a uma ideia de obrigatoriedade relacionada ao trabalho.

É difícil né? Porque o cara tem que carregar muito peso, né? Não ter um carrinho para o cara carregar dez quilos de papelão, não é fácil. Dez quilinho de papelão é difícil. O cara tem que carregar a mochila do cara, com a roupa do cara, mais uma latinha. Mas o cara tem que se virar, né cara. O cara não pode querer moleza, né? (JOSÉ).

Na fala de Murilo, alguns sentidos negativos são citados, principalmente no que se refere a essa ideia de **obrigatoriedade**. Em um momento da entrevista, ele verbaliza que não gosta de trabalhar:

Por que tu diz que queria sacudir a pessoa que inventou o trabalho? Não, porque, tipo assim, eu sou um cara que eu não gosto de trabalhar, entende? Mas as necessidades te faz trabalhar, te obriga a trabalhar, entendeu? Então é isso, né cara, porque tu pode perguntar, cara, tu vai perguntar pra outro aí, “po, tu gosta de trabalhar?”, é bempoucos, cara, que dizem que gostam, muitos dizem ‘ah, eu gosto, eu gosto’, mas muitos não gostam, mano. Essa é a pura verdade. (MURILO)

A narrativa de Murilo remete explicitamente aos sentidos negativos do trabalho, em que o mesmo passa a ser assumido como algo estranhado, o que pode fazer com que ele verdadeiramente “não goste de trabalhar”. Ele assume o trabalho como necessário, porém, ele seria desenvolvido somente porque as necessidades da vida obrigam as pessoas a realizar atividades laborais. O entrevistado questiona o fato de não ser socialmente aceito falar que o trabalho é algo ruim, o que pode ocorrer porque ele se afastou do significado social predominante do trabalho como algo positivo, em que uma pessoa pode ser “mal vista” ao se afastar do sentido positivo, legitimado socialmente. A hipótese que se levanta é

que ele deixou de perceber o trabalho em seu papel integrador e emancipador e sua relação com a identidade deixou de ser central (TOLFO, PICCININI, 2007), restando a ele o sentido de subsistência, obrigatoriedade, monotonia e incômodo.

Outro sentido presente nas entrevistas foi o de um **sacrifício** relacionado ao trabalho, em que se remete ao significado socialmente construído de que, por meio do trabalho, uma pessoa pode vencer, ou seja, “venceu graças ao suor do seu rosto” (BENDASSOLI, GONDIM, 2014). A fala de José, por exemplo, remete a ideia de que somente por meio do sacrifício e esforço pessoal que se chegaria à vitória. Ele remete a conceitos bíblicos quando diz que “com sacrifício, tem sabor de vitória”, e afirma:

Mas o cara tem que se virar, né cara. O cara não pode querer moleza, né? [...] Mas é um sacrifício, né? Tudo é a base de sacrifício. Que nem uma vez eu li uma mensagem na Bíblia que estava escrito assim: “tudo que vem fácil, não tem valor. Com sacrifício, tem sabor de vitória”. Isso que às vezes o cara tem muito sacrifício na vida, mas tomara que acabe com vitória, né? (JOSÉ).

Na direção desta afirmação, Dal Magro (2006), em um estudo junto a trabalhadores de empreendimentos solidários encontrou dados que apontam para uma valorização extremada do trabalho como virtude humana, desígnio divino e, por esse motivo, adquire um sentido de obrigação moral. Nesse contexto, o ócio, ou a vagabundagem, torna-se motivo de vergonha e desprezo. Esse sentido é presente na fala de alguns entrevistados, o que releva uma obrigação de que o trabalho faça parte da vida dos sujeitos. Caso contrário, seriam considerados “vagabundos”:

Então, quem não trabalha, é vagabundo, é isso? É, meu ponto de vista, né? Às vezes as pessoas não entendem que há dificuldade nisso tudo, do cara ser morador de rua, às vezes o cara não tem um dente, isso tudo prejudica o cara. Se eu tivesse trabalhando, de repente já podia ter arrumado meu dente e ter outro tipo de vida, né? [...] mas o cara não pode se lamentar, o cara teve a chance e não soube aproveitar. Por isso que eu botei na minha cabeça, que a próxima chance que eu tiver, eu vou

fazer de tudo pra não jogar essa chance fora.
(GUILHERME)

Outras pessoas te veem como um vagabundo, po, vai trabalhar meu irmão, botar uma inchada nessa mão aí, trabalhar mesmo, algumas pessoas pensam dessa maneira. Que nem ontem, cheguei lá, já tinham uns carros estacionados, aí chegou um cara ali “beleza, boa noite, uma contribuição aí e tal”, “o mano, cheguei aqui, estacionei meu carro, não tinha ninguém”. (ANTÔNIO)

Essas falas vão ao encontro do que alguns autores (CRUZ-NETO, MOREIRA, 1998; CAMPOS, ALVERGA, 2001) apontam, em que é presente no senso comum a ideia de que “**é melhor trabalhar do que ficar vagabundeando**”. Ao se compreender que o trabalho é condição de dignidade para o ser humano, assume-se sua inquestionabilidade à vida em sociedade, pois o pressuposto é que “se o sujeito não trabalha, não está sendo produtivo para a sociedade” (NATIVIDADE, 2007, p. 77).

No presente estudo, assim como ocorreu na pesquisa de Natividade (2007), foram identificados tanto sentidos negativos como positivos para o trabalho pelo mesmo sujeito. O mesmo trabalho que é entendido como condição de satisfação, em uma conotação positivada, é adjetivado como chato e monótono. Dessa forma, foram identificados paradoxos importantes com relação a esses sentidos, o pode ser percebido, por exemplo, em duas falas de Marcos ao longo da entrevista:

Serviço é sempre bom, né? Um trabalho é sempre bom. Eu gostei. (MARCOS)

Não curto, é necessário. Não fujo também, mas eu não gosto de trabalhar não. **Por que tu diz isso?** Ah, porque não. **Tu consegues pensar em um motivo?** Não. É monótono, uma vida monótona, mas uma vida boa, que daí o cara ta lucrando né? Ta trabalhando, ta ganhando, mas não curto não. (MARCOS)

Nestas narrativas, Marcos afirma que o trabalho é bom, necessário, possibilita o ganho de dinheiro, ao mesmo tempo em que não gosta do trabalho, considerando-o monótono. Uma hipótese para que estas contradições ocorram é que a organização entre positivities, instrumentalidades e negatividades é verdadeiramente didática, conforme

explica Blanch Ribas (2003). Na vida cotidiana, os sentidos são diversos e singulares. O cotidiano de trabalho, seja ele qual for, apresenta situações e condições que podem representar sentidos positivos, negativos ou instrumentais para aqueles que o realizam. Esses sentidos podem emergir de forma concomitante na trajetória de um trabalhador, se alternando entre os três pólos, com predominância de um ou com a presença de todos eles (PADILHA, GRANDE, 2011; TOLFO, 2005).

Uma pessoa pode gostar do seu trabalho e sofrer com ele ao mesmo tempo, pode dizer estar satisfeito, porém apresentar sintomas de adoecimento (PADILHA, GRANDE, 2011). Por esse motivo, analisar o trabalho implica pensar em multiplicidade, multicausalidade e transversalidade e nas implicações das mudanças e do desenvolvimento dos países para as identidades dos sujeitos (SATO, 2010), todos estes elementos são fundamentais para a compreensão dos sentidos descritos ao longo desta dissertação.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociedade contemporânea é marcada por transformações, rupturas e paradoxos, especialmente no que tange ao trabalho. Compreender os sentidos do trabalho é uma atividade complexa e envolvida por esse contexto e por um conjunto de fatores pertinentes a história de vida singular de cada sujeito. A presente dissertação partiu do pressuposto da centralidade sociológica e psicológica do trabalho e adotou a perspectiva construcionista social para o estudo dos sentidos do trabalho. O estudo deste fenômeno se fez aliado ao contexto de vida na rua, impondo importantes desafios no processo de construção teórica e metodológica. Tornou-se necessário considerar diversas contingências que levam uma pessoa a viver na rua, sua trajetória pessoal e laboral, seu cotidiano, o local onde vive e as pessoas que fazem parte de seu contexto social.

Este trabalho debruçou-se no estudo da população de rua, esta que existe, ainda que a margem, e que pode e deve ser olhada com mais cuidado e frequência pela comunidade científica. Almeja-se que a invisibilidade social, por vezes verificada na literatura e nos discursos dos participantes ao longo desta pesquisa, não se mantenha confirmada no que se refere à produção científica. Mesmo que se reconheça a existência de uma produção científica relevante em âmbito nacional sobre a população de rua, inclusive com discussões relacionadas ao contexto do trabalho deste segmento populacional, há necessidade de se ter clareza de que há muito que conhecer sobre este fenômeno. Há necessidade da emergência de mais iniciativas e estudos que venham a refletir o alarmante crescimento desta população nas últimas décadas.

O caminho percorrido indica que estudar a rua é uma tarefa que exige verdadeiramente conhecer esse espaço, com certa imersão na realidade vivida pelos participantes. Com isso, não se quer dizer que a única forma de fazer pesquisa neste contexto é por meio de uma etnografia, que sequer foi a abordagem utilizada ao longo desta pesquisa. O que se afirma é a importância de aproximações constantes com o que essas pessoas vivem e as dificuldades que enfrentam no seu cotidiano. Um aprendizado muito relevante do processo foi o “dar-se conta” de que o melhor informante sobre a rua é a própria pessoa em situação de rua. A partir disso, foi possível a aproximação com as apreensões individuais sobre a vida e sobre o trabalho, ou seja, com os sentidos atribuídos pelos próprios sujeitos desta pesquisa, enquanto protagonistas de suas histórias.

Cabe destacar que, mesmo com esta idealização de imersão na realidade vivida pelos participantes, fala-se sempre de uma situação de rua nunca vivida pelo pesquisador. Estudá-la é muito diferente de vivê-la. Logo, qualquer estudo terá sempre limites próprios à condição de visitante da realidade do outro. Mesmo que se conheça a fundo o que se diz sobre uma vida na rua, sempre se falará do lugar de um estrangeiro que conhece. Por maior que seja o interesse no que o participante diz, o que se informa é uma versão sobre os ocorridos, que é obtida estritamente na relação entre pesquisador e participante.

Foram 12 histórias de vida contadas, cada uma com um conjunto de fatos singulares. Ainda que alguns relatos se façam semelhantes, nenhum se repete, nenhum capítulo da vida dos participantes é exatamente o mesmo. O “perfil heterogêneo” anunciado na literatura se confirma quando considerada a realidade acessada no que tange às histórias de vida e as vivências que levaram à vida na rua. Ainda assim, certa caracterização dos participantes foi possível no que se tange ao sexo, idade, estado civil, uso de drogas e outras substâncias, acesso a políticas públicas, participação em movimentos sociais, trajetórias laborais, entre outros elementos comuns a praticamente todos os entrevistados.

Foram elaborados objetivos para responder à pergunta da presente pesquisa e considera-se que os mesmos foram todos alcançados. Em relação ao objetivo de compreender as vivências que levaram à situação de rua, observou-se que a lógica do senso comum de que as pessoas escolhem viver na rua não encontra confirmação na história de vida dos participantes. Nenhum deles relatou uma motivação inicial pelo estilo de vida nas ruas ou desejo em utilizá-la como espaço de vida e moradia. Ainda que seja afirmada uma liberdade, o que seria um aspecto positivo da rua, esta seria unicamente um dos motivos relacionados à atual permanência neste contexto, pois alguns participantes afirmam não mais conseguir se submeter às regras presentes na vida familiar domiciliada. Ainda assim, nenhum relato indica uma efetiva escolha. Pelo contrário, apresentam-se histórias com poucas opções existentes, em que a rua se apresentou como a única “decisão” viável em um determinado momento de suas vidas.

Os entrevistados relataram diversos elementos relacionados ao início da vida na rua, relacionados aos rompimentos de vínculos familiares, separação conjugal, utilização de drogas, desemprego e perdas econômicas. O mais importante foi perceber que estes “motivos” nunca se apresentavam isoladamente, não se demonstrando causalidade entre qualquer um destes fatores e a vida na rua. Pelo contrário, o que se constatou foram múltiplos determinantes contingencialmente envolvidos

em suas vidas e que os levaram a utilizar da rua como espaço de vida e moradia, em um efetivo processo de rualização. Além disso, reitera-se a importância de se analisar estas informações levando em consideração o contexto de marginalidade que permeia a vida e a história destes sujeitos.

No que tange ao objetivo de identificar as trajetórias laborais de trabalhadores informais em situação de rua, demonstram-se histórias de vida cercadas por trabalho, com inserções precoces no mercado, normalmente ainda na infância ou na adolescência, para ajudar nas despesas familiares. Tratam-se de pessoas com poucos recursos financeiros desde o início da vida, inseridos em contextos de vulnerabilidade social e econômica. Seus vínculos com o trabalho apresentam-se precários mesmo antes do início da vida na rua, o que se intensifica quando passam a se utilizar desse espaço para vida e moradia. Os vínculos, inicialmente frágeis com o trabalho, passam a ser completamente informais e com ocupações que ocorrem no próprio contexto da rua, tais como flanelinha, catador de material reciclável, artesão, vendedor de pirulitos, estofador, segurança e chapa. As duas primeiras são consideradas as atividades típicas de pessoas em situação de rua. No entanto, a gama de atividades citadas mostrou-se ampliada em relação a outras pesquisas já realizadas, indicando que novas estratégias de sobrevivência têm sido encontradas por este segmento populacional. Ainda assim, todas elas mantêm entre si a característica dos vínculos de trabalho informais e precários, com baixos rendimentos financeiros e o fato de serem atividades desenvolvidas no próprio contexto da rua. Observou-se que normalmente o que ganham na rua, é gasto no mesmo dia e em poucas horas para a utilização de drogas ou para suprir necessidades básicas, perpetuando um caráter de imediatismo na vida destes sujeitos.

De forma complementar a essas informações, o cotidiano de trabalho dos participantes apresentou uma certa estruturação, ainda que diferente das pessoas domiciliadas. O espaço do Centro Pop parece orientar seus cotidianos, havendo horários relativamente estáveis para suprir suas necessidades básicas, períodos em que ficam ociosos, utilizam drogas ou realizam atividades laborais. Cabe destacar que o trabalho ocupa um espaço no dia a dia dos participantes, sendo que todos realizam algum tipo de atividade laboral, mesmo que eventualmente e, em alguns casos, durante um curto período de tempo.

Quanto ao objetivo de compreender as positivities, instrumentalidades e negatividades relacionadas ao trabalho, é paradoxal que, mesmo diante da precariedade das condições de vida e de trabalho, o trabalho encontra um lugar importante na vida dos participantes e os

sentidos produzidos são predominantemente positivos. Para os entrevistados, os sentidos do trabalho se relacionam diretamente a possibilidade de satisfação e de atingir objetivos pessoais, tais como sair da rua, parar de utilizar drogas e melhorar a condição de vida. Também se faz presente a lógica de que o trabalho possibilita não pensar ou fazer coisas consideradas erradas. Dessa maneira, o trabalho acaba por adquirir um sentido importante na vida dos sujeitos, sendo fundamental à medida que é idealizado como objetivo, como forma de humanização, dignidade e honestidade. Isso parece demonstrar que eles adotam e internalizam o significado social predominante do trabalho como algo positivo. De maneira geral, o sentido positivado se relaciona a ideia de um emprego a ser conquistado, de uma vida a ser modificada, o que incluiria o desenvolvimento de um trabalho estável e regulado.

É interessante notar que muitos dos sentidos do trabalho remetem diretamente ao modelo considerado como o ideal socialmente, sob a forma de emprego, este presente nos discursos mesmo que na quase completa ausência na vida dos participantes. O trabalho informal que desenvolvem remete a sentidos positivos, porém, adquire relevância a ausência de benefícios e de seguridade social e a ideia de uma informalidade que é meio para garantir a subsistência imediata. Assim, o trabalho muitas vezes é para ganhar o suficiente para se manter naquele dia, garantindo as necessidades básicas e a utilização de drogas, aproximando-se de uma lógica e de um sentido instrumental, em que o trabalho é significado como uma forma de ganhar dinheiro e garantir a sobrevivência.

No que se refere aos sentidos negativos, os mesmos são referidos com menor frequência ao longo dos discursos. Alguns participantes declaram não gostar de trabalhar, considerando que o trabalho é algo maçante e monótono. Também é presente o discurso de uma obrigatoriedade do trabalho na vida das pessoas, entendendo que é inquestionável que as pessoas trabalham, pois, do contrário, seriam vagabundas. Diversas contradições ocorrem ao longo das narrativas. Vários participantes dividem-se entre positivities, instrumentalidades e negatividades, o que não gera estranheza ao se considerar que a própria vida cotidiana carrega ambivalências e os sentidos são diversos e singulares a determinado momento em que as informações foram produzidas.

Em linhas gerais, há a consciência de que nem tudo foi contado e analisado, em especial quando considerado o número significativo de informações produzidas ao longo do levantamento de informações, seja no período exploratório, nas entrevistas com os trabalhadores informais

em situação de rua ou com os técnicos do Centro Pop. Com estes últimos, importantes relatos foram obtidos acerca da realidade vivida na política pública acessada e sobre os usuários do serviço. Aqui não coube analisá-los em profundidade por diversos motivos, porém cabe mencionar que as mesmas trazem importantes dados a serem comunicados em futuras publicações.

Objetiva-se que este estudo, a exemplo de outras importantes iniciativas de pesquisadores nacionais das ciências sociais, tais como Bursztyn (2000), Escorel (1999; 2000), Rosa (2005), Sarmiento (2015) e Silva (2009), possa despertar a curiosidade de novos autores, que passem a se interessar por este público e motivem-se à construção de novos conhecimentos, tão necessários para qualificar intervenções e romper com olhares sociais reducionistas e preconceituosos. Indica-se que pesquisas com o mesmo objeto de estudo sejam realizadas em outros estados brasileiros, a fim de verificar possíveis similaridades e diferenças com as informações levantadas no presente estudo. Produções científicas a respeito de pessoas em situação de rua inseridas no mercado de trabalho formal e sobre aqueles que conseguiram sair das ruas por meio do trabalho são possibilidades de obter avanços no conhecimento sobre o trabalho desta população. Estudos que se vinculem a outras políticas públicas e/ou locais de atendimento à população de rua, tais como abrigos institucionais, serviços de abordagem de rua e consultórios de rua, organizações não governamentais, entidades filantrópicas e movimentos sociais se constituem em outros contextos de estudos que podem produzir informações relevantes a respeito deste público. Além disso, tendo em vista que a utilização do Centro Pop ou outros serviços públicos não é generalizável a toda a população em situação de rua, também se sugere a realização de pesquisas com aqueles que não são usuários de tais políticas públicas.

O trabalho produzido por esta população, mesmo informal e precário, pode ser um efetivo objeto de estudo para a Psicologia das Organizações e do Trabalho - POT, ainda que pouco tenha sido encontrado de específico proveniente desta área do conhecimento ao longo da elaboração do referencial teórico. Essa realidade fez com que o pesquisador tivesse que buscar por materiais produzidos em outras áreas do conhecimento, em especial nas ciências sociais, área em que parece haver um conhecimento mais consubstanciado a esse respeito. Para a POT, é possível e necessário cada vez mais romper com os muros das organizações formais e se dedicar ao estudo das estratégias de sobrevivência dos diversos segmentos da sociedade.

Os conhecimentos produzidos poderão trazer benefícios para a população em situação de rua e para as políticas públicas relacionadas a este segmento populacional. A POT e a psicologia social podem utilizar-se dos resultados decorrentes desta pesquisa para propor ações que visem à melhoria das condições de vida e de trabalho da população em situação de rua, seja em atendimentos nos serviços especializados para a população de rua, na proposição e melhoria de políticas públicas, em programas de inserção social/laboral e na luta por melhores condições de atendimento para este público. As possibilidades de atuação são imensas e necessitam ser contextualizadas para cada realidade. Como bem afirmou Sarmiento (2015, p. 244) “o exercício profissional com este grupo populacional ainda enfrenta muitos desafios de aproximação e construção de vínculos”. O desenvolvimento de ações que visem o resgate de vínculos interpessoais, desenvolvimento de sociabilidades e construção de processo de saída das ruas, conforme objetivos preconizados na tipificação da política pública de atendimento à população de rua, são metas complexas nas quais a Psicologia tem muito que contribuir. Espera-se que as discussões aqui propostas possam “fazer pensar” sobre a realidade das ruas e as formas de vida e de trabalho utilizadas pela população em situação de rua para a garantia de sua sobrevivência.

Não se objetiva finalizar esta dissertação com saídas, soluções imediatas e simplificadas para a situação de desemprego e de desabrigo, mesmo porque este não está entre os objetivos estabelecidos para este estudo. Apesar disso, algumas ponderações são necessárias. A situação de rua se dá em um contexto amplo de rupturas e desvinculações. Quando os participantes demonstram desejo de entrada e permanência no mercado de trabalho formal, fazem referência ao modelo capitalista vigente e aceito como correto e justo pela sociedade. No entanto, este geralmente não se adapta a eles, e vice-versa. O começo de tudo parece ser um olhar qualificado para a singularidade de cada caso e a clareza de que questões muito amplas e complexas perpassam a história de cada sujeito que passa a viver na rua. Nem o trabalho, com seu importante papel na construção identitária e central na vida dos sujeitos, nem o que quer que seja, pode vir a ser considerado um “salvador”. A saída da rua, quando desejada, ou a melhoria das condições de vida, precisa ser pensada e debatida amplamente, com envolvimento direto da própria população de rua, da sociedade em geral, dos movimentos sociais e do Estado, todos implicados na garantia de acesso às políticas públicas e aos direitos humanos.

Finalmente, deseja-se que falas como a de Guilherme, “se eu passar na rua, sempre em frente, não esbarro em ninguém. Todos viram a

cara para mim”, a exemplo de tantas outras compartilhadas ao longo da presente pesquisa, possam ser exceções no cotidiano. Que a invisibilidade social ou a presença de olhares que desqualificam possam dar lugar a espaços de escuta e de diálogo. Que gritos chocados com a presença de pessoas nas ruas, enquanto “incômodos” sociais, possam ser substituídos por gritos chocados com a violação de direitos, a violência e a vulnerabilidade social as quais muitos são submetidos diariamente.

Vi ontem um bicho
Na imundície do pátio
Catando comida entre os detritos.
Quando achava alguma coisa,
Não examinava nem cheirava:
Engolia com voracidade.
O bicho não era um cão,
Não era um gato,
Não era um rato.
O bicho, meu Deus, era um homem.
(Manuel Bandeira)

8. REFERÊNCIAS

AGUIAR, W. M. J., LIEBESNY, B.; MARCHESAN, E. C.; SANCHEZ, S. G. Reflexões sobre sentido e significado. In: BOCK, A. M. B.; GONÇALVES, M. G. M. **A dimensão subjetiva da realidade: uma leitura sócio-histórica**. São Paulo: Cortez, 2009.

AGUIAR, M. M.; IRIART, J. A. B. Significados e práticas de saúde e doença entre a população em situação de rua em Salvador, Bahia, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 115-124, 2012.

ALBERTO, M. F. P. **Dimensões subjetivas do trabalho precoce de meninos em condição de rua em João Pessoa (PB)**. Tese (Doutorado), Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

ALBRECHT, P. A. T. **Sentidos do trabalho para concurseiros: a busca do emprego estável como estratégia de inserção no mundo do trabalho contemporâneo**. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2010.

ALVES, M. A; TAVARES, M. A. A dupla face da informalidade do trabalho: “autonomia” ou precarização. In: Ricardo Antunes (org). **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil**. São Paulo, SP. Boitempo, 2006.

ANDRADE, L. P.; COSTA, S. L.; MARQUETTI, F. C. A rua tem um ímã, acho que é a liberdade: potência, sofrimento e estratégias de vida entre moradores de rua na cidade de Santos, no litoral do Estado de São Paulo. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 23, n. 4, p. 1248-1261, 2014.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho (8. ed.). São Paulo, SP: Cortez, 2002.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho**. 6a reimpressão. São Paulo, Boitempo Editorial, 2003.

ANTUNES, R. Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho? **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 107, p. 405-419, 2011.

ANTUNES, R. Trabalho. In: CATTANI, A. D.; HOLZMANN, L. (Orgs) **Dicionário de Trabalho e Tecnologia**. Porto Alegre: Zouk, 2011.

ARAGAKI, S. S.; LIMA, M. L. C.; PEREIRA, C. C. Q.; NASCIMENTO, V. L. V. Entrevistas: negociando sentidos e coproduzindo versões de realidade. In: SPINK, M. J, P.; BRIGAGÃO, J. I. M.; NASCIMENTO, V. L. V.; CORDEIRO, M. P (Org.). **A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas**. 1.ed. – Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014.

ARANHA, M. L. Trabalhar pra quê? **Trabalho em debate**. São Paulo: Moderna, 1997.

ARANTES, B. O.; BORGES, L. O. Catadores de materiais recicláveis: cadeia produtiva e precariedade. **Arquivos brasileiros de psicologia**, Rio de Janeiro, v. 65, n. 3, p. 319-337, 2013.

ARAÚJO, C. H. Migrações e vida nas ruas. In: BURSZTYN, M. **No meio da rua** – nômades, excluídos e viradores. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

BAASCH, D.; LANER, A. S. Os significados do trabalho em unidades de terapia intensiva de dois hospitais brasileiros. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16 (Supl. 1): p. 1097-1105, 2011.

BAKHTIN, M. The problem of speech genres. In: EMERSON, C.; HOLQUIST, M. (Eds.), **Speech genres and other late essays**. Austin, Texas: University of Texas Press, p. 60-102, 1994.

BARATA, R. B., CARNEIRO JUNIOR, N., RIBEIRO, M. C. S. A., SILVEIRA, C. Desigualdade social em saúde na população em situação de rua na cidade de São Paulo. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 24, supl. 1, p. 219-232, 2015.

BARBALHO, L. A.; BARROS, V. A. O lugar do trabalho na vida do egresso do sistema prisional: um estudo de caso. Gerais, **Revista**

Interinstitucional de Psicologia, Juiz de fora, v. 3, n. 2, p. 198-212, 2010.

BARROS, V. A.; PINTO, J. B. M. Trabalho e Criminalidade. In: GOULART, I. B. (org.). **Temas de Psicologia e Administração**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

BARROS, V. A. Exclusão Social e Integração pelo Trabalho. In: BENDASSOLLI, P. F.; BORGES-ANDRADE, J. E. **Dicionário de Psicologia do Trabalho e das Organizações** (Orgs). São Paulo: Casa do Psicólogo, 2015.

BARROS, V. A. Trabalho e populações especiais. In: BENDASSOLLI, Pedro F.; BORGES-ANDRADE, J. E. **Dicionário de Psicologia do Trabalho e das Organizações** (Orgs). São Paulo: Casa do Psicólogo, 2015.

BASSO, I. S. Significado e sentido do trabalho docente. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 19, n. 44, p. 19-32, 1998.

BASTOS, A. V. B.; PINHO, A. P. M.; COSTA, C. A. Significado do trabalho: um estudo entre trabalhadores inseridos em organizações formais. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 6, 20-29, 1995.

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BENDASSOLLI, P. F. **Psicologia e Trabalho**: apropriações e significados. São Paulo: Cengage Learning, 2009.

BENDASSOLLI, P.; BORGES-ANDRADE, J. E. Significado Do Trabalho Nas Indústrias Criativas. **RAE**, São Paulo, v. 51, n. 2, p. 143-159, 2011.

BENDASSOLLI, P.; GONDIM, S. M. G. Significados, sentidos e função psicológica do trabalho: Discutindo essa tríade conceitual e seus desafios metodológicos. **Avances en Psicología Latinoamericana**, v. 32, n. 1, 2014.

BENDASSOLLI, P. F.; TORRES, C. C. Inventário sobre significado do trabalho de profissionais de indústrias criativas. **Avaliação psicológica**, vol.13, n.2, p. 177-186, 2014.

BENDASSOLLI, P. F. Psicologia e Trabalho Informal: a Perspectiva dos processos de significação. **Psicologia & Sociedade**, São Paulo, 2015.

BENDASSOLLI, P.; BORGES-ANDRADE, J. E. Meaning, meaningfulness, and tensions in artistic work. **Revista Psicologia, Organizações e Trabalho**, vol.15, n.1, p. 71-81, 2015.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **Modernidade, pluralidade e crise do sentido** – A orientação do homem moderno. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BISPO, D. A.; DOURADO, D. C. P.; AMORIM, M. F. C. L. Possibilidades de dar sentido ao trabalho além do difundido pela lógica do mainstream: um estudo com indivíduos que atuam no âmbito do movimento hip-hop. **O&S** - Salvador, v. 20, n. 67, p. 717-731, 2013

BITENCOURT, B. M., ONUMA, F. M. S., PICCININI, V. C., MOREIRA, L. B., SEVERO, R. B. Sentidos do trabalho para jovens de um empreendimento solidário e para trainees. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, v. 7, n. 2, p. 142-155, 2014.

BLANCH RIBAS, J. M. Trabajar em la modernidad industrial. In: J.M. Blanch Ribas, M. J. E. Tomas, C. G. Durán & A. M. Artiles, **Teoria de las relacionaes laborales: Fundamentos** (pp. 19- 147). Barcelona: Editorial UOC, 2003.

BORGES, L. O. Os pressupostos dos estudos do significado do trabalho na Psicologia Social: no caminho do existencialismo. **Vivência**, v. 12, p. 87-105, 1998.

BORGES, L. O.; ALVES FILHO, Antônio. A mensuração da motivação e do significado do trabalho. **Estudos da psicologia (Natal)**, Natal, v. 6, n. 2, p. 177-194, 2001.

BORGES, L. O., YAMAMOTO, O. H. Mundo do trabalho: construção histórica e desafios contemporâneos. In: ZANELLI, J. C. BORGES-

ANDRADE, J., BASTOS, A.V.B. **Psicologia, organizações e trabalho no Brasil**. (2ª. Ed.). (p. 25-72). Porto Alegre: ArtMed, 2014.

BRAGA, N. L.; LIMA, D. M. A.; MACIEL, R. H. Não tinha trabalho, mas tinha reciclagem: sentidos do trabalho de catadores de materiais recicláveis. **Temas em psicologia**, Ribeirão Preto, v. 23, n. 4, p. 1051-1059, 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____. **Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990**. (1990, 16 de julho). Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, seção 1. Brasília, 1990.

_____. **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. (1993, 7 de dezembro). Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742compilado.htm>.
Acesso em: 18 de janeiro de 2017.

_____. **Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003** (2003, 1 de outubro). Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm. Acesso em: 18 de janeiro de 2017.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social PNAS 2004**. Brasil, 2004.

_____. **Lei nº 11.258, de 30 de dezembro de 2005** (2005, 30 de dezembro). Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, para acrescentar o serviço de atendimento a pessoas que vivem em situação de rua. Disponível em:
<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11258.htm>. Acesso em: 18 de janeiro de 2017.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Pesquisa Nacional Sobre a População em Situação de Rua**. Brasil, 2008.

_____. **Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009** (2009, 23 de dezembro). Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm>. Acesso em: 18 de janeiro de 2017.

_____. **Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011** (2011, 6 de julho). Altera a Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12435.htm>. Acesso em: 20 de janeiro de 2017.

_____. **Orientações Técnicas**: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro Pop. Gráfica e Editora Brasil LTDA: Brasília, 2011.

_____. **Perguntas e Respostas Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua**. SUAS e População em Situação de Rua. Volume 2: Brasília, 2011

_____. Conselho Nacional De Saúde. **Resolução nº 466**, de 12 de dezembro de 2012. Brasília, 2012.

BRUSCHI, M. E., GUARESCHI, N. M. F. A narrativa como escrita dos trabalhos em Construcionismo Social. In: **Anais Eletrônicos do 14º Encontro Abrapso** (ABRAPSO), 2007.

BULLA, L. C.; MENDES, J. M. R.; PRATES, Jane Cruz. **As múltiplas formas de exclusão social**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

BURSZTYN, M. **No meio da rua** – nômades, excluídos e viradores. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

BURSZTYN, M. Da pobreza à miséria, da miséria à exclusão: o caso das populações de rua. In: BURSZTYN, M. **No meio da rua** – nômades, excluídos e viradores. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

BURSZTYN, M. Vira mundos e “vira bostas”. In: BURSZTYN, M. **No meio da rua** – nômades, excluídos e viradores. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

CACCIAMALLI, M. C. Globalização e Processo de Informalidade. **Economia e Sociedade**, Campinas, n. 14, p. 153-174, 2000.

CAMPOS, H. R.; ALVERGA, A. R. Trabalho infantil e ideologia: contribuição a crença indiscriminada na dignidade do trabalho. **Estudos de Psicologia**, vol. 6, nº 2, 227-233.

CASTEL, R. A dinâmica dos processos de marginalização: da vulnerabilidade a “desfiliação”. **CADERNO CRH**, Salvador, n. 26/27, p. 19-40, 1997.

CAMPOS, M. **Identidades e informalidades**: um estudo com trabalhadores do setor informal de Florianópolis - SC. Dissertação de Mestrado não publicada, Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil, 2005.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social** – uma crônica do salário. Coleção Zero a esquerda. Petrópolis: Vozes, 1998.

CASTEL, R. **La montée des incertitudes Travail Protections Statut de L’individu**. Paris: Seuil, 2009.

CAPONI, S. A lógica da compaixão. **Trans/Form/Ação**, Marília, v. 21-22, n. 1, p. 91-117, 1999.

CIAMPA, A. C. Identidade. In: Lane, S.; Codo, W. **Psicologia Social**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CODO, W. **Um diagnóstico do trabalho** (em busca do prazer). São Paulo, SP: Cooperativa de Autores Associados, 1997.

CORDEIRO, M. P.; FREITAS, T. R.; CONEJO, S. P.; LUIZ, G. M. Como pensamos ética em pesquisa. In: SPINK, M. J, P.; BRIGAGÃO, J. I. M.; NASCIMENTO, V. L. V.; CORDEIRO, M. P (Org.). **A produção de informação na pesquisa social**: compartilhando ferramentas. 1.ed. – Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014.

COSTA, A. B. **"Tão perto e tão longe"**: o cotidiano de aposentados nos espaços urbanos da cidade de Florianópolis. Tese (Doutorado em

Psicologia), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2015.

COSTA, M. S. Trabalho informal: um problema estrutural básico no entendimento das desigualdades na sociedade brasileira. **Cadernos CRH**, Salvador, v. 23, n. 58, p. 171-190, 2010.

COSTA, S. H. B. Sentido do Trabalho. In: VIEIRA, F. de O. (org.) **Dicionário crítico de gestão e psicodinâmica do trabalho**. Curitiba: Juruá, 2013.

COUTINHO, M. C., TOLFO, S. R.; FERNANDES, F. P. Sentidos do trabalho para ex-trabalhadores de empresas privatizadas [CD ROM]. In: **Anais do Fórum CRITEOS**. Porto Alegre, 2005.

COUTINHO, M. C.; GOMES, J. S. Sentidos do trabalho: reflexões a partir de uma oficina vivencial com jovens. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 1, p. 1-13, 2006.

COUTINHO, M. C.; KRAWULSKI, E.; SOARES, D. H. P.. Identidade e trabalho na contemporaneidade: repensando articulações possíveis. **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, v. 19, n. spe, p. 29-37, 2007.

COUTINHO, M. C.; DIOGO, M. F.; JOAQUIM, E. P. Sentidos do trabalho e saber tácito: estudo de caso em universidade pública. **Psic: revista da Vetor Editora**. v. 9, n.1, p. 99-108, 2008.

COUTINHO, M. C. Sentidos do trabalho contemporâneo: as trajetórias identitárias como estratégia de investigação. **Cadernos de psicologia social do trabalho**, São Paulo, v. 12, n. 2, 2009.

COUTINHO, M. C., SILVA, K. S. S. El lugar del sujeto en el contexto del trabajo contemporáneo. In E. Agulló, J. L. Álvaro, A. Garrido, R. Medina & I. Schweiger (Orgs.), **Nuevas formas de organización del trabajo y la empleabilidad** (pp. 209-229). Oviedo, España: Ediuno, 2011.

COUTINHO, M. C.; BORGES, R. C.; GRAF, L. P.; SILVA, A. S.. "Todo dia uma casa diferente": trajetórias, sentidos e cotidianos laborais de diaristas. **Universitas Psychologica**. [online], v. 12, n. 4, 2013.

CRUZ-NETO, O.; MOREIRA, M. R. Trabalho infanto-juvenil: motivações, aspectos legais e repercussão social. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 14, n. 2, p. 437-441, 1998.

DAL MAGRO, M. C. P. **Os sentidos do trabalho para sujeitos inseridos em “empreendimentos solidários”**. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2006.

DALMASO, S. A. R. **Tecnologia e trabalho**: sentidos produzidos no cotidiano do transporte coletivo. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2010.

DALMASO, S. A. R.; COUTINHO, M. C. Tecnologia e trabalho: sentidos produzidos no cotidiano do transporte coletivo. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 62, n. 3, p. 1-114, 2010.

DEJOURS, C. **Psicodinâmica do Trabalho**: contribuições da Escola Dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho. 1.ed. 12 reimp. São Paulo: Atlas, 2011.

DEJOURS, C. **A loucura do trabalho**: estudo de psicopatologia do trabalho (6ª ed.). São Paulo: Cortez – Oboré, 2015.

DE LA GARZA TOLEDO, E. **Hacia un concepto ampliado de trabajo**. In: El mundo del trabajo en América Latina, 2009. Disponível em:
<<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/coedicion/neffa1/07.pdf>>. Acesso em: 18 de janeiro de 2017.

DI FLORA, M. C. **Mendigos**: porque surgem, por onde circulam, como são tratados? Petrópolis: Vozes, 1987.

DIOGO, M. F. **De balde e vassoura na mão**: os sentidos do trabalho para as mulheres que exercem suas funções no setor de limpeza e conservação em uma empresa prestadora de serviços em Santa Catarina. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2005.

DIOGO, M. F. Os sentidos do trabalho de limpeza e conservação. **Psicologia em estudo**, Maringá, v. 12, n. 3, p. 483-492, 2007.

DIOGO, M. F.; MAHEIRIE, K. De balde e vassoura na mão: os sentidos que mulheres serventes de limpeza atribuem aos seus trabalhos. **Revista Mal-Estar e Subjetividades [online]**, v.7, n. 2, p. 557-579, 2007.

DIOGO, M. F.; MAHEIRIE, K. Alguns sentidos atribuídos ao trabalho doméstico por serventes de limpeza. **Cadernos de psicologia social do trabalho**, v. 11, n. 2, p. 257-272, 2008.

DIOGO, M. F. **Só tem homem, pêra né, eu também quero entrar nesse lugar**: reflexões sobre a inserção de mulheres no seguimento de vigilância patrimonial privada. Tese (Doutorado em Psicologia), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2012.

DUBAR, C. **A socialização**: construção das identidades sociais e profissionais. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

DUGNANI, L. A. C.; SOUZA, V. L. T. Os sentidos do trabalho para o orientador pedagógico: contribuições da Psicologia Escolar. **Psicologia da educação**, n.33, p. 29-47, 2011.

ELIAS, M. A.; NAVARRO, V. L.. A relação entre o trabalho, a saúde e as condições de vida: negatividade e positividade no trabalho das profissionais de enfermagem de um hospital escola. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 14, n. 4, p. 517-525, 2006.

SCOREL, S. **Vidas ao léu**: trajetórias de exclusão social. Rio de Janeiro: Fiocruz. 1999.

SCOREL, S. Vivendo de teimosos: moradores de rua da cidade do Rio de Janeiro. BURSZTYN, M. **No meio da rua** – nômades, excluídos e viradores. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

FARIA, C. A. P.; MACHADO, M. F. “Hipersocialização” e Eclipse do Sujeito na Provisão Pública de Bens e Serviços para a População de Rua. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo/SP, n. 80, Ano XXV, 2004.

FARIA, A. A. C.; BARROS, V. A. Tráfico de drogas: uma opção entre escolhas escassas. **Psicologia & Sociedade**, v. 23, n. 3, p. 536-544, 2011.

FERRAZ, L.; GOMES, M. H. de A. Uma existência precarizada: o cuidado da prole no trabalho de catação de material reciclável. **Sociedade e estado**, Brasília, v. 27, n. 3, p. 652-662, 2012.

FINKLER, L.; DELL'AGLIO, D. D. Famílias com filhos em situação de rua: percepções sobre a intervenção de um programa social. **Gerais, Revista Interinstitucional de Psicologia**, Juiz de Fora, v. 7, n. 1, p. 53-66, 2014.

FORRESTER, V. **O horror econômico**. São Paulo: Ed. Unesp, 1997.
FRAGA, P. **População de rua e acesso à saúde**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2015.

GATTI, B. P.; PEREIRA, C. P. (Orgs). **Projeto Renovando a Cidadania**: pesquisa sobre a população em situação de rua do Distrito Federal. Brasília: Brasília: Gráfica Executiva, 2011.

GAULEJAC, V. **Gestão como doença social**: Ideologia, poder gerencialista e fragmentação social. Aparecida/SP: Ideias e Letras, 2007.

GERGEN, K. J.; WARHUUS, L. Terapia como construção social: características, reflexões, evoluções. In: M. M. Gonçalves & O. F. Gonçalves (Orgs.), **Psicoterapia, discurso e narrativa: a construção conversacional da mudança** (pp. 27-64). Coimbra: Quarteto, 2001.

GERGEN, K. J. O movimento do construcionismo social na psicologia moderna. **Revista Internacional INTERthesis**, Florianópolis, v. 6, n. 1, p. 299-325, 2009.

GHIRARDI, M. I. G; LOPES, S. R.; BARROS, D. D.; GALVANI, D. Vida na rua e Cooperativismo: transitando pela produção de valores. **Interface comunicação saúde educação**, Botucatu, v. 9, n. 18, p. 601-610, 2005.

- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GOULART, P. M. O significado do trabalho: delimitações teóricas (1955-2006). **Cadernos de psicologia social do trabalho**, São Paulo, v. 12, n. 1, 2009.
- GRAF, L. P. **Entre a cozinha e o abatedouro**: os sentidos do trabalho para mulheres atuantes na indústria avícola. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2009.
- GRAF, L. P.; COUTINHO, M. C. Desvelando sentidos no trabalho de mulheres na produção avícola. **Aletheia**, p. 95-108, 2011.
- GUARESCHI, P. A. Pressupostos Psicossociais da Exclusão: Competividade e culpabilização. In: SAWAIA, B. (Org.). **As artimanhas da Exclusão**: Análise psicossocial e ética da desigualdade social. 14ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.
- HACKMAN, J.; OLDHAN, G. Development of job diagnostic survey. **Journal of Applied Psychology**, v. 60, n. 2, p. 159-170, 1975.
- HARVEY, D. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Layola, 9ª Ed., 2000.
- HELOANI, J. R. **Gestão e organização no capitalismo globalizado**: história da manipulação psicológica no mundo do trabalho. São Paulo: Atlas, 2003.
- HELOANI, J. R. Novas Formas de trabalho na contemporaneidade. In: BENDASSOLLI, P. F.; BORGES-ANDRADE, J. E. **Dicionário de Psicologia do Trabalho e das Organizações** (Orgs). São Paulo: Casa do Psicólogo, 2015.
- HENRIQUE, R. A.; SANTOS, C. M.; VIANNA, J. J. B. Sentidos e significados do trabalho entre pessoas em situação de rua. **Psicologia para América Latina**, México, n. 24, 2013.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS – IBGE. **Censo Demográfico**, 2010. Brasília, DF, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS – IBGE. **Indicadores IBGE**: pesquisa mensal de emprego, 2016. Brasília, DF, 2016.

JAHODA, M. **Empleo y desempleo**: un análisis sócio-psicológico. Madrid: Morata, 1987.

KRAWULSKI, E. A orientação profissional e o significado do trabalho. **Revista da ABOP**, v. 2, n. 1, p. 5-19, 1998.

KUNZ, G. S.; HECKERT, A. L.; CARVALHO, S. V. Modos de vida da população em situação de rua: inventando táticas nas ruas de Vitória/ES. **Fractal, Revista de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 3, p. 919-942, 2014.

LUNA, I. N. Para além das aparências: construção da identidade no mundo do trabalho. In: Maria Célia Pacheco Lassance; Ângela Carina Paradiso; Marúcia Patta Bardagi; Mônica Sparta; Sandra Laura Frishenbruder. (Org.). **Intervenção e compromisso social**: orientação profissional: teoria e técnica. 1ed. São Paulo: Vetor, v. 2, p. 79-96, 2005.

MADERS, T. R. **Trabalho e temporalidades**: sentidos produzidos por petroleiros/as offshore. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2014.

MAGNI, A. A. C.; GUNTHER, W. M. R. Cooperativas de catadores de materiais recicláveis como alternativa à exclusão social e sua relação com a população de rua. **Saúde e sociedade**, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 146-156, 2014.

MAGRO, M. L. P. D.; COUTINHO, M. C. Os sentidos do trabalho para sujeitos inseridos em “empreendimentos solidários”. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 13, n. 4, p. 703-711, 2008

MALVEZZI, S. Prefácio. In: ZANELLI, J. C. BORGES-ANDRADE, J., Bastos, A.V.B. **Psicologia, organizações e trabalho no Brasil**. (p.13-17) Porto Alegre: ArtMed, 2004.

MARCHI, J. A.; CARREIRA, L.; SALCI, M. A. Uma casa sem teto: influência da família na vida das pessoas em situação de rua. **Ciência cuidado e saúde**, Maringá, v. 12, n. 4, 2013.

MARX, K. **O Capital**, livro 1, v.1, cap. V. Rio de Janeiro: Civilização, 1968.

MARX, K. **Os manuscritos econômicos e filosóficos**: Vol. 22. Textos filosóficos. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1993.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. (19ª ed.). R. Sant'Anna, (Trad.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira (Obra original publicada em 1818/1883), 2002.

MATTOS, R. M.; FERREIRA, R. F. Quem vocês pensam que (elas) são? - Representações sobre as pessoas em situação de rua. **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, 2004.

MATTOS, R. M.; HELOANI, R.; FERREIRA, R. F. O trabalhador em situação de rua: algumas ações coletivas atuais. **Mental**, v. 6, n. 10, 2008.

MATTOSO, J. **O Brasil desempregado**: Como foram destruídos mais de 3 milhões de empregos nos anos 90. São Paulo: ABRAMO, 1999.

MEANING OF WORK INTERNATIONAL RESEARCH TEAM. **The meaning of working**. London: Academic Press, 1987.

MEDEIROS, L. F. R.; MACEDO, K. B. Profissão: catador de material reciclável, entre o viver e o sobreviver. **Revista Brasileira Gestão & Desenvolvimento Regional**, v. 3, n. 2, p. 72-94, 2007.

MEDRADO, B.; SPINK, M. J.; MELLO, R. P. Diários como atuantes em nossas pesquisas: narrativas ficcionais implicadas. In: SPINK, M. J, P.; BRIGAGÃO, J. I. M.; NASCIMENTO, V. L. V.; CORDEIRO, M. P (Org.). **A produção de informação na pesquisa social**: compartilhando ferramentas. 1.ed. – Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014.

- MELLO, S. L. A violência e a exclusão de jovens. In: SAWAIA, B. (Org.). **As artimanhas da Exclusão**: Análise psicossocial e ética da desigualdade social. 14ª ed. Petrópolis, Editora Vozes, 2014.
- MENDES, A. M. (org.) **Psicodinâmica do trabalho**: teoria, método e pesquisas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.
- MENDES, L.; SANTOS, F. S. Os sentidos e significados no trabalho de controlador de tráfego aéreo. **Psicologia & Sociedade**, v. 25, n. 3, p. 706-717, 2013.
- MENDONÇA, S. R. **A industrialização brasileira**. São Paulo: Moderna, 2004.
- MENDONÇA, G. C. **Sentidos subjetivos de moradores de rua frente ao futuro**. Trabalho de conclusão de curso de psicologia PUC-Campinas. São Paulo, 2006.
- MICHAELIS. **Michaelis Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. Editora Melhoramentos Ltda, 2017. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=liberdade>>. Acesso em: 19 de janeiro de 2017.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.
- MIURA, P. O.; SAWAIA, B. B. Tornar-se catador: sofrimento ético-político e potência de ação. **Psicologia e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 25, n. 2, p. 331-341, 2013.
- MORIN, E. L'efficacité organisationnelle et sens du travail. In T. Pauchaunt (Ed.), **La quête du sens**: gerer nos organizations pour la snaté des personnes, de nos sociétés et de la nature (pp.257-286). Quebec, Canadá: Editions de l'organisation, 1996.
- MORIN, E. M. Os sentidos do trabalho. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 41, n. 3, p. 8-19, 2001.

- MORIN, E. Os sentidos do trabalho. In T. Wood (Ed.), **Gestão empresarial: O fator humano** (pp. 13-34). São Paulo, SP: Atlas, 2002.
- MORIN, E.; TONELLI, M. J.; PLIOPAS, A. L. V. O trabalho e seus sentidos. **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, v.19, n. spe, p. 47-56, 2007.
- MORIN, E. M.; AUBÉ, C. **Psicologia e Gestão**. São Paulo: Atlas, 2009.
- MORSE, H., WEISS, R. The function and meaning of work and the job. **American Sociological Review**, v. 20, p. 191-198, 1955.
- MTE/SPPE. **Classificação brasileira de ocupações**. 3a ed. Brasília: MTE, SPPE, 2010.
- MNPR. **Cartilha de formação do Movimento Nacional da População em Situação de Rua**. MDS/UNESCO/Instituto Pólis, 2010. Disponível em: <<http://www.polis.org.br/uploads/887/887.pdf>>. Acesso em: 18 de janeiro de 2017.
- NASCIMENTO, E. P. Dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários. In: BURSZTYN, M. **No meio da rua – nômades, excluídos e viradores**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.
- NASCIMENTO, E. P. Juventude: novo alvo da exclusão social. In: BURSZTYN, M. **No meio da rua – nômades, excluídos e viradores**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.
- NATIVIDADE, M. R. **O trabalho na sociedade contemporânea: os sentidos atribuídos pelas crianças**. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2007.
- NATIVIDADE, M. R., COUTINHO, M. C. O trabalho na sociedade contemporânea: os sentidos atribuídos pelas crianças. **Psicologia & Sociedade**, v. 24, n. 2, p. 430-439, 2012.
- NORONHA, E. G. "Informal", ilegal, injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil. **Revista brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 53, p. 111-129, 2003.

OFFE, C. Trabalho: a categoria-chave da sociologia? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 10, n. 4. p. 5-20, 1989.

OLIVEIRA, B. R. G.; ROBAZZI, M. L. C. C. O trabalho na vida dos adolescentes: alguns fatores determinantes para o trabalho precoce. **Rev. Latino-Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 9, n. 3, p. 83-89, 2001.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível em: <http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf>. Acesso em: 20 de novembro de 2015.

OURIQUES, C. Q. **Do menino ao jovem adulto de rua portador de hiv/aids**: um estudo acerca de sua condição e modo de vida. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

ORGANISTA, J. H. C. **O debate sobre a centralidade do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

ORNELLAS, L. P. G. "**São só dois lados da mesma viagem, o trem que chega é o mesmo trem da partida**": trajetórias laborais de brasileiros/as retornados/as da Europa Ocidental. Tese (Doutorado em Psicologia), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2015.

PADILHA, V.; GRANDE, M. M. "A gente fica muito tempo aqui dentro!": Reflexões sobre o trabalho de gerentes, recepcionistas e camareiras de hotéis. **Cadernos de psicologia social do trabalho**, vol. 14, n.1, p. 111-125, 2011.

PATRÍCIO, Z. M.; CASAGRANDE, J. L. A busca de satisfação no processo e no produto viver: a qualidade de vida do trabalhador na complexidade das interações do cotidiano. In: PATRÍCIO, Z. M.; CASAGRANDE, J. L.; ARAÚJO, M. F. de (Orgs.). **Qualidade de vida do trabalhador**: uma abordagem qualitativa do ser humano através de novos paradigmas. Florianópolis: Ed. do Autor, 1999.

PAUGAM, S. O enfraquecimento e a ruptura dos vínculos sociais – uma dimensão essencial do processo de desqualificação social. In: SAWAIA,

B. (Org.). **As artimanhas da Exclusão**: Análise psicossocial e ética da desigualdade social. 14ª ed. Petrópolis, Editora Vozes, 2014.

PEIRÓ, J. M., PIETRO, F., ROE, R. El trabajo como fenómeno psicossociales. Em J. M. Peiró & F. Pietro (Orgs.), **Tratado de psicología del trabajo**. Vol. II: Aspectos psicossociales del trabajo (pp.17-33). Madrid: Síntesis, 1996.

PEREIRA, C. P. **Rua sem saída**: um estudo sobre a relação entre o Estado e a população de rua de Brasília. Dissertação de Mestrado não publicada, Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade de Brasília, Brasília, Brasil, 2008.

PEREIRA, V. S. Expressões da questão social no Brasil e população de rua: notas para uma reflexão. **Libertas**, Juiz de Fora, v. 4, n. 1, p. 179-205, 2009

PEREIRA, E. F. **Sentidos do trabalho para servidores públicos federais afastados do ambiente laboral por estresse**. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2014.

PICCININI, V.; OLIVEIRA, S.; RUBENICH, N. Formal, flexível ou informal: reflexões sobre o trabalho no Brasil. In: PICCININI, V.; HOLZMANN, L.; KOVÁCS, I.; GUIMARÃES, V. N. (Orgs.). **O mosaico do trabalho na sociedade contemporânea**: persistências e inovações. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

PINHEIRO, O. G. Entrevista: uma prática discursiva. In: SPINK, M. J. (Org.). **Práticas Discursivas e Produção de Sentidos no cotidiano**: aproximações teóricas e metodológicas. São Paulo: Cortez, 2004.

PINO, A. O social e o cultural na obra de Vigotski. **Educação & Sociedade**, n. 71, p. 45-79. 2000.

RIESSMAN, C. K. **Narrative methods for the human sciences**. California: Sage, 2008.

ROSA, A. S.; CAVICCHIOLI, M. G. S.; BRETAS, A. C. P. O processo saúde-doença-cuidado e a população em situação de rua. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, 2005.

ROSA, C. M. M. **Vidas de rua**. São Paulo: Hucitec, 2005.

SANCHES-JUSTO, J.; FERREIRA, S. L.; VASCONCELOS, M. S.; JUSTO, J. S. O construcionismo social na pesquisa em psicologia. **Revista de Psicologia da UNESP**, v. 9, n. 1, 2010.

SARMENTO, R. S. M. **A assistência social à população em situação de rua: um estudo na cidade de Florianópolis/SC**. Tese de Doutorado não publicada, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil, 2015.

SARTI, C. A. **A família como espelho**: estudo sobre a moral dos pobres. Campinas/SP: Ed. Autores Associados, 1996

SATO, L. Psicologia e trabalho: focalizando as profissões ignoradas. IN: Medrado, B.; Galindo, W. (Orgs). **Psicologia Social e seus movimentos**: 30 anos de ABRAPSO, pp. 233-249. Recife: ABRAPSO/Ed. Universitária da UFPE, 2011.

SAWAIA, B. (Org.). **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. 14 Ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

SCHWEITZER, L.; GONCALVES, J.; TOLFO, S. R.; SILVA, N. Bases epistemológicas sobre sentido(s) e significado(s) do trabalho em estudos nacionais. **Revista Psicologia, Organizações e Trabalho**, v. 16, n. 1, p. 103-116, 2016.

SILVA, M. L. L. **Trabalho e população em situação de rua no Brasil**. São Paulo: Cortes, 2009.

SILVA, G. C., KEMP, V. H., CARVALHO-FREITAS, M. N., BRIGHENTI, C. R. G. Significado do trabalho voluntário empresarial. **Revista Psicologia, Organizações e Trabalho**, v. 15, n. 2, p. 157-169, 2015.

SIMÕES, J. J. G. **Moradores de Rua**. São Paulo: Kja, 1992.

SINGER, P. **Globalização e desemprego**: diagnóstico e alternativas. São Paulo: Contexto, 1999.

SNOW, D.; ANDERSON, L. **Desafortunados**: Um estudo sobre o povo da rua. Petrópolis: Vozes, 1998.

SOARES, Dulce Helena Penna. **A Escolha Profissional**: do jovem ao adulto. São Paulo: Summus, 2002.

SOUSA, C. M. de; MENDES, A. M. Viver do lixo ou no lixo? A relação entre saúde e trabalho na ocupação de catadores de material reciclável cooperativos no Distrito Federal estudo exploratório. **Revista Psicologia, Organizações e Trabalho**, Florianópolis, v. 6, n. 2, p. 13-41, 2006.

SOUZA, E. S.; SILVA, S. R. V.; CARICARI, A. M. Rede social e promoção da saúde dos “descartáveis urbanos”. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 41, n. esp, p. 810-4, 2007.

SOUZA, H. B. Vidas de praça: flanelinhas e exclusão social. **Psicologia para América Latina**, México, n. 18, 2009.

SPINK, M. J. Os métodos de pesquisa como linguagem social. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 9-21, 2003.

SPINK, M. J. **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano**: aproximações teóricas e metodológicas. 3a ed. São Paulo: Cortez, 2004.

SPINK, M. J.; FREZZA, R. M. Práticas Discursivas e Produção de Sentidos: a perspectiva da Psicologia Social. In: SPINK, Mary J. (Org.). **Práticas Discursivas e Produção de Sentidos no cotidiano**: aproximações teóricas e metodológicas. São Paulo: Cortez, 2004.

SPINK, M. J.; MEDRADO, B. Produção de sentidos no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas. In: SPINK, M. J. (Org.). **Práticas discursivas e produção dos sentidos no cotidiano**: aproximações teóricas e metodológicas. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

SPINK, M. J.; LIMA, H. Rigor e visibilidade: a explicitação dos passos da interpretação. In: SPINK, M. J. (Org.). **Práticas discursivas e produção dos sentidos no cotidiano**: aproximações teóricas e metodológicas. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

SPINK, M. J.; MENEGON, V.M. A pesquisa como prática discursiva: superando os horrores metodológicos. In: SPINK, Mary J. (Org.). **Práticas Discursivas e Produção de Sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. São Paulo: Cortez, 2004.

SPINK, M. J. **Linguagem e produção de sentidos no cotidiano [online]**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.

SPINK, M. J.; MEDRADO, B.; MELLO, R. P. Vinte e cinco anos nos rastros, trilhas e riscos de produções acadêmicas situadas. In: SPINK, M. J, P.; BRIGAGÃO, J. I. M.; NASCIMENTO, V. L. V.; CORDEIRO, M. P (Org.). **A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas**. 1.ed. – Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014.

SPINK, M. J, P.; BRIGAGÃO, J. I. M.; NASCIMENTO, V. L. V.; CORDEIRO, M. P (Org.). **A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas**. 1.ed. – Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014.

TAUSKY, C.; PIEDMONT, G. E. The meaning of work and unemployment: implications for mental health. **International Journal of Social Psychiatry**, v. 14, p. 44-49, 1967.

TEIXEIRA, C. M. As Mulheres no Mundo do Trabalho: Ação das Mulheres, no Setor Fabril, para a Ocupação e Democratização dos Espaços Público e Privado. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 25, n. 2, p. 237-244, 2009.

TITTONI, J. Saúde Mental: saúde mental, trabalho e outras reflexões sobre a economia solidária. In: Merlo, A. R. C. **Saúde e trabalho no Rio Grande do Sul, realidade, pesquisa e intervenção**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

TOLEDO, I. D., KEMP, V. H.; MACHADO, M. N. M. Os sentidos do trabalho para egressos do sistema prisional inseridos no mercado formal de trabalho. **Cadernos de psicologia social do trabalho**, v. 17, n. 1, p. 85-99, 2014.

TOLFO, S. R.; COUTINHO, M. C.; ALMEIDA, A. R.; BAASCH, D.; CUGNIER, J. Revisitando abordagens sobre sentidos e significados do

trabalho [CD-ROM]. In **Anais do Fórum CRITEOS**. Porto Alegre, RS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

TOLFO, S. R.; PICCININI, V. Sentidos e significados do trabalho: explorando conceitos, variáveis e estudos empíricos brasileiros. **Psicologia & Sociedade**, 2007.

TOLFO, S. R.; COUTINHO, M. C.; BAASCH, D.; SOARES, J. C. Sentidos y significados del trabajo: un análisis con base en diferentes perspectivas teóricas y epistemológicas en Psicología. **Universitas Psychologica** [online], 2011.

TOLFO, S. R. Significados e Sentidos do Trabalho. In: BENDASSOLLI, P. F.; BORGES-ANDRADE, J. E. (Orgs). **Dicionário de Psicologia do Trabalho e das Organizações**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2015.

TOSTA, T. L. D. Memória das ruas, memórias de exclusão. In: BURSZTYN, M. **No meio da rua** – nômades, excluídos e viradores. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

VERAS, M. P. B. O problema brasileiro de 500 anos (notas preliminares). In: SAWAIA, B. (Org.). **As artimanhas da Exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 14ª ed. Petrópolis, Editora Vozes, 2014.

VIEIRA, M.A.C. Pesquisa sobre o perfil da população de rua de São Paulo. In: ROSA, C.M.M. (Org.). **População de rua: Brasil-Canadá**. São Paulo: Hucitec, 1995.

VIEIRA, M. A. C.; BEZERRA, E. M. R.; ROSA, C. M. M. **População de rua: quem é, como vive, como é vista**. São Paulo: Hucitec, 2004.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. São Paulo, Martins Fontes: 1991.

YAMAMOTO, O. H. Trabalho. In: BENDASSOLLI, P. F.; BORGES-ANDRADE, J. E. (Orgs). **Dicionário de Psicologia do Trabalho e das Organizações**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2015.

WANDERLEY, M. B. Refletindo sobre a noção da exclusão. In: SAWAIA, B. (Org.). **As artimanhas da Exclusão**: Análise psicossocial e ética da desigualdade social. 14ª ed. Petrópolis, Editora Vozes, 2014.

ZAGO, N. A entrevista e seu processo de construção: reflexões com base na experiência prática de pesquisa. In: ZAGO, N.; CARVALHO, M. P. & VILELA, R.A.T. (Orgs.), **Itinerários de pesquisa**: perspectivas qualitativas em sociologia da educação (pp. 287-309). Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

ZILLOTTO, D. M. O sentido do trabalho na era virtual. **Revista de Ciências Humanas**, Especial Temático, p. 95-104, 2002.

9. APÊNDICES

9.1 APÊNDICE 1 - ROTEIRO DE ENTREVISTA 1 – TRABALHADORES EM SITUAÇÃO DE RUA

Dados de Identificação

⁶²Você pode me contar sobre quem é você?

Nome (fictício):

Sexo;

Idade;

Onde você vive? Com quem você vive? Quem é o responsável pelo sustento da família (se houver);

Com quem costuma conviver? O que você costuma fazer no seu dia a dia? (Ocupação principal)

Tipos de lazer

Participa de Movimento Social?

Vida na rua

Você poderia descrever um pouco sobre a sua vida na rua?

Vive há quanto tempo na rua?

Motivo(s) para “cair na rua”. Como era a sua vida antes da rua?

Como foram os primeiros momentos na rua?

Por quê está/continua na rua?

Você pode descrever um dia da sua vida (tempo dedicado ao trabalho e a outras atividades, tempo “ocioso”, contrapartidas financeiras ou outras, o que faz com o dinheiro recebido, como se organiza nas necessidades básicas – comer, beber, higiene...)

Você se desloca? Como e por quê?

Quais dificuldades enfrenta na rua?

Vivências de trabalho

O que faz atualmente para sobreviver na rua? E para ganhar dinheiro ou materiais necessários para sobreviver?

O que você recebe em troca (dinheiro, comida, etc) do trabalho.

Atualmente, você trabalha? O que faz? com que periodicidade?

O que sabe fazer?

O que você pensa sobre o trabalho que desenvolve? Como se sente trabalhando?

Quais atividades você mais gosta de fazer? Por quê?

⁶² Pergunta geral inicial que pode contemplar algumas questões.

Quais você menos gosta de fazer? Por quê?

Quais as principais vantagens e desvantagens do seu trabalho?

Recomendaria esse trabalho para outra pessoa? Gostaria de trabalhar em outra atividade?

Você gostaria de ter um trabalho fixo/formal ou emprego? Prós e contras de um emprego em comparação ao desenvolvimento de atividades ocasionais

O que as outras pessoas pensam sobre o seu trabalho? Como veem?

Cotidiano de trabalho

Frequência com que realiza esses trabalhos? Frequência que trabalha

Em que local ou locais você mais realiza o seu trabalho? Descreva-o

Trabalha sozinho ou com outras pessoas?

Qual sua relação com colegas, chefe e cliente – se houver

Como gasta o dinheiro?

Sentidos do trabalho (geral)

O que é trabalho para você?

Qual a função do trabalho para você/ na sua vida? O que o trabalho representa na sua vida?

Por que você trabalha?

Relação Trabalho e vida na rua

Como é a vida na rua? Já saiu da rua alguma vez? Se sim, como aconteceu?

Qual relação você percebe entre o trabalho e a vida na rua?

Como você descreveria sua trajetória/história relacionada ao trabalho?

Trajetoira de trabalho e atividades desenvolvidas (Linha da vida laboral)

Qual foi o seu primeiro trabalho? Quantos anos você tinha? Por que você começou a trabalhar?

E depois dessa experiência, o que você fez?

Tipos de profissões, ocupações ou trabalhos realizados (tentar fazer uma linha cronológica)

Como eram esses trabalhos para você? Quais as condições de trabalho nessas atividades? Havia carteira assinada? Qual remuneração?

Houve períodos de desemprego? Quando tempo durou? Como foi?

Quando foi seu último emprego?

Lembra de alguma situação de violência contra você enfrentadas em um desses trabalhos?

Quando você começou a viver na rua, você trabalhava?

O que vem fazendo desde então? Quais atividades você tem desenvolvido?

Futuro

Pretende continuar realizando essas atividades?

O que significa ficar na rua? E sair da rua? Quais os pontos de apoio pra quem quer sair da rua? O que necessita para permanecer fora da rua?

Onde pretende estar no futuro? O que pretende estar fazendo? (sonhos e expectativas)

Gostaria de falar mais alguma coisa? Ou aprofundar algum tema que conversamos?

Outras informações de caracterização

Escolaridade; Estuda atualmente? Quando parou? Por quê?

Estado civil;

Cidade onde nasceu:

Relação com família

Relação com amigos/ vocês fazem o que juntos?

Relação com instituições

Tem filhos? Número de filhos; Idade dos filhos; Onde estão?

9.2 APÊNDICE 2 - ROTEIRO DE ENTREVISTA 2 – TÉCNICOS DOS CENTROS POP⁶³

Dados de Identificação do profissional

Sexo;

Idade;

Cargo/ Profissão;

Escolaridade;

Trabalha há quanto tempo no Centro Pop? O que fez antes?

Como você chegou ao Centro Pop?

Poderia falar sobre sua experiência com a população em situação de rua?

Como é trabalhar com essa população?

Realiza atendimento psicossocial atualmente? Já fez? Já realizou abordagem de rua?

Questões gerais sobre a população de rua

Em geral, qual o perfil (sexo/idade/escolaridade/estado civil) das pessoas em situação de rua atendidas neste Centro Pop? Tem conhecimento sobre o de outros (Florianópolis, Palhoça...)

Quais as características (trabalho, família, relação com instituições, atividades de lazer, etc.) da população em situação de rua?

Em geral, eles são nativos da própria região ou vêm de outros locais? Se deslocam ou permanecem em um mesmo local? Por quê?

Relação com família/ amigos/ instituições

Com quem costumam conviver as pessoas em situação de rua? O que eles costumam fazer no seu dia a dia?

Tipos de lazer

Qual a função do movimento social para eles?

Trabalho para a população em situação de rua

Como a questão do trabalho de população em situação de rua aparece/é relatado para o(s) técnico(s) do Centro Pop?

O que você percebe que as pessoas em situação de rua entendem por “trabalho”?

O assunto “trabalho” aparece com qual frequência nos atendimentos?

Qual a sua percepção sobre a importância/função do trabalho para eles?

⁶³ Para as questões sobre as pessoas em situação de rua, as respostas deverão contemplar o que eles percebem que geralmente ocorre com as pessoas em situação de rua e, se possível, citar o exemplo de um caso.

Qual relação você percebe entre o trabalho e a vida na rua das pessoas em situação de rua?

Trajetória Pessoal, Profissional e atividades desenvolvidas:

Vida na rua

Quais o(s) motivo(s) pelos quais as pessoas passam a viver na rua? Você percebe alguma relação disso com o trabalho?

Você percebe alguma relação entre permanecer na rua e o trabalho realizado por eles?

Antes da vida na rua

Em geral, como são as trajetórias de trabalho/profissionais das pessoas em situação de rua?

A partir da vida na rua

Eles trabalham?

Quais atividades desenvolvem? Onde e como? Quais estratégias utilizam para ganhar dinheiro/sobreviver?

Em sua opinião, quais atividades mais gostam de fazer e menos gostam de fazer? Por quê?

O que eles pensam sobre o trabalho que desenvolvem?

Vivência do trabalho

Alguns deles tem um emprego? Eles gostariam de ter um trabalho fixo/formal ou emprego? Prós e contras de um emprego em relação ao desenvolvimento de atividades ocasionais

O que as outras pessoas pensam sobre trabalho deles? Como veem? Passam por algum tipo de violência?

Cotidiano de trabalho

Frequência com que realizam esses trabalhos? Frequência que trabalham

Organização do trabalho

Como costuma ser o dia a dia deles (tempo dedicado ao trabalho e a outras atividades, tempo “ocioso”, contrapartidas financeiras ou outras, o que faz com o dinheiro recebido, como se organiza nas necessidades básicas – comer, beber, higiene...)

Futuro

Você percebe que eles pretendem continuar realizando essas atividades?

Onde você acha que eles pretendem estar no futuro? O que pretendem estar fazendo?

Quais são as possibilidades de saída da rua? Por que permanecem na rua?
Gostaria de falar mais alguma coisa?

9.3 APÊNDICE 3 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Eu _____,
RG _____, estou sendo convidado a participar, como entrevistado, da Dissertação de Mestrado de Lucas Schweitzer, aluno do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com orientação da Professora Suzana da Rosa Tolfo. O nome da pesquisa é “Sentidos do trabalho para trabalhadores informais em situação de rua”. O objetivo geral é compreender os sentidos do trabalho para trabalhadores informais em situação de rua. A justificativa da pesquisa é a possibilidade de ampliar os estudos científicos e aprimorar a atuação profissional com essa população, principalmente nos serviços de atendimento psicossocial, como o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop). Fui informado que a pesquisa não trará, a curto prazo, benefícios diretos para mim. Fui informado que todos os dados a meu respeito serão sigilosos, guardados em local seguro para garantir minha privacidade. Fui esclarecido que os pesquisadores farão tudo o que tiver a seu alcance para manter o sigilo e serão os únicos a terem acesso aos dados obtidos ao longo da pesquisa. Fui informado de que os resultados dessa pesquisa somente serão divulgados com objetivos científicos (trabalhos em congressos, artigos, entre outros), mantendo o anonimato da minha identidade e a de qualquer outra pessoa que vier a ser mencionada no momento da entrevista, sendo que não sou obrigado a responder todas as perguntas. Minha participação é de livre e espontânea vontade e não recebi nenhum tipo de pagamento para isso. Estou ciente que os riscos na participação nessa pesquisa são mínimos, restringindo-se às reflexões acerca da temática do estudo, cansaço ou aborrecimento ao responder as perguntas e a possibilidade de alterações psicológicas durante a realização da entrevista. Caso a participação na pesquisa venha a me causar algum desconforto, o pesquisador se coloca à disposição para me encaminhar aos serviços que sejam necessários para a resolução do desconforto, tais como o SAPSI (Serviço de Atenção Psicológica) oferecido pela

Universidade Federal de Santa Catarina. Estou ciente que posso me retirar do estudo a qualquer momento, sem ter que apresentar qualquer justificativa e sem impedimentos ou prejuízos para mim, bastando para isso entrar em contato com os pesquisadores por telefone. Os pesquisadores estarão à disposição para explicações sobre quaisquer dúvidas que possam surgir em qualquer momento da pesquisa e sobre seus resultados. Minha participação acontecerá por meio de uma entrevista semiestruturada. Estou ciente que os métodos adotados nesse estudo obedecerão aos preceitos éticos de pesquisas envolvendo seres humanos, conforme Resolução 466/12, do Conselho Nacional de Saúde, de 12/06/2012, que trata dos preceitos éticos e da proteção aos participantes da pesquisa. Declaro que recebi uma via do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, estou de acordo com todos os dados acima esclarecidos e declaro que permito que os pesquisadores gravem minha voz para a realização da pesquisa. Concordo em participar da pesquisa e, portanto, assino e rubrico todas as páginas deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido de livre e espontânea vontade, em duas vias. Os pesquisadores também assinarão e rubricarão as duas vias. Uma das vias permanecerá em meu poder e a outra com os pesquisadores. Fui orientado a guardar cuidadosamente minha via, pois este é um documento que traz importantes informações de contato e garante meus direitos como participante da pesquisa.

Contato dos pesquisadores:

Lucas Schweitzer – Telefone: (48) 98813-3091 – e-mail: lucass.schweitzer@gmail.com

Suzana da Rosa Tolfo – Telefone: (48) 99101-7316– e-mail: srtolfo14@gmail.com

Endereço: Departamento de Psicologia. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina. Campus Universitário - Trindade - Florianópolis - SC - Brasil – CEP: 88040-970.

Contato do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFSC:

Telefone: (48) 3721-6094/ E-mail: cep.propesq@contato.ufsc.br

Endereço: Rua Desembargador Vitor Lima, nº 222, Prédio Reitoria II, sala 902, Edifício Ático – Trindade, Florianópolis.

Eu,....., RG
, li este documento (ou tive este documento lido por uma pessoa de confiança) e obtive dos pesquisadores todas as

informações que considere necessárias para me sentir esclarecido e optar por livre e espontânea vontade participar da pesquisa.

_____, ____ / ____ / 2016.
Local e data

Assinatura do participante

Assinatura do pesquisador responsável

Assinatura do assistente de pesquisa